



RELATÓRIO DE  
**ATIVIDADES E  
CONTAS**

---

**ANO 2023**

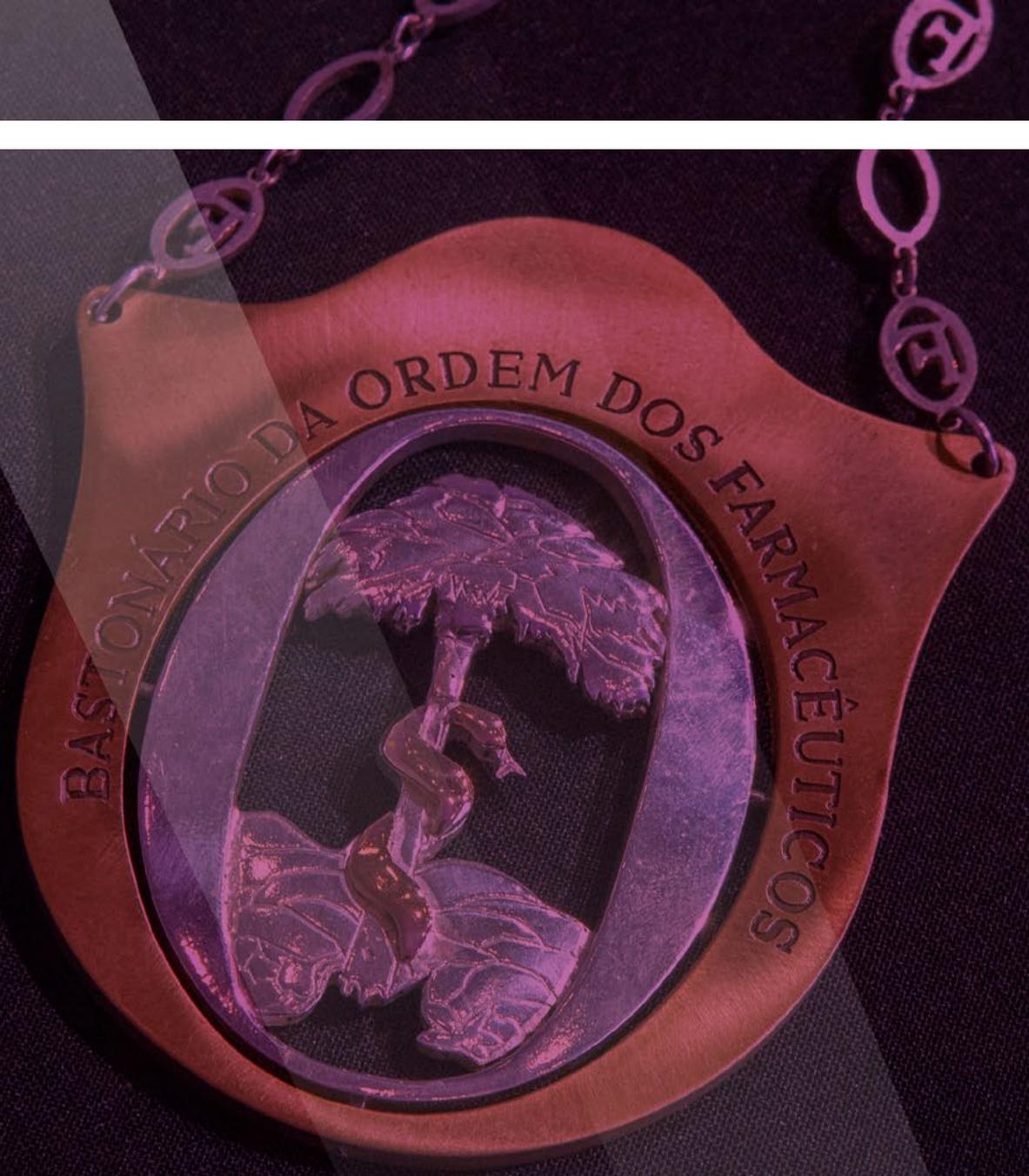
# ÍNDICE



<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	<b>3</b>
<b>MENSAGEM DO BASTONÁRIO</b>	<b>4</b>
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>7</b>
<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>9</b>
<b>FARMACÊUTICOS EM NÚMEROS</b>	<b>15</b>
<b>DIREÇÃO NACIONAL</b>	<b>23</b>
CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL	24
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	25
RELATÓRIO DE CONTAS	70
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	81
PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL	103
<b>SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO</b>	<b>108</b>
CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	109
MENSAGEM DA DIREÇÃO	106
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	110
RELATÓRIO DE CONTAS	125
PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL	128
<b>SECÇÃO REGIONAL DO NORTE</b>	<b>129</b>
CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	130
MENSAGEM DO PRESIDENTE	131
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	132
RELATÓRIO DE CONTAS	148
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	154
PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL	169
<b>SECÇÃO REGIONAL DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS</b>	<b>170</b>
CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	171
MENSAGEM DA DIREÇÃO	172
SUMÁRIO EXECUTIVO	174
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	175
RELATÓRIO DE CONTAS	191
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	205
PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL	221
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS</b>	<b>222</b>
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	227
PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL	246

# LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ACFP</b>   Academia de Ciências Farmacêuticas de Portugal	<b>GPDF-OF</b>   Grupo Profissional de Distribuição Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos
<b>ACSS</b>   Administração Central do Sistema de Saúde	<b>GPFME-OF</b>   Grupo Profissional de Farmácia Militar e de Emergência da Ordem dos Farmacêuticos
<b>ADIFA</b>   Associação de Distribuidores Farmacêuticos	<b>IES</b>   Instituição de Ensino Superior
<b>AEFA</b>   Asociación Española del Laboratorio Clínico	<b>INEM</b>   Instituto Nacional de Emergência Médica
<b>AFPLP</b>   Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa	<b>INFARMED</b>
<b>ANF</b>   Associação Nacional das Farmácias	<b>JMJ</b>   Jornadas Mundiais da Juventude
<b>ANL</b>   Associação Nacional de Laboratórios Clínicos	<b>ME</b>   Membro Estudante da Ordem dos Farmacêuticos
<b>APAC</b>   Associação Portuguesa de Analistas Clínicos	<b>MICF</b>   Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas
<b>APAH</b>   Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares	<b>MNSRM-EF</b>   Medicamento Não Sujeito a Receita Médica - Exclusivo Farmácia
<b>APDI</b>   Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino	<b>MOOC</b>   <i>Massive Open Online Course</i>
<b>APEF</b>   Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia	<b>OF</b>   Ordem dos Farmacêuticos
<b>APFH</b>   Associação Portuguesa de Farmácia Hospitalar	<b>OMS</b>   Organização Mundial da Saúde
<b>APHP</b>   Associação Portuguesa de Hospitalização Privada	<b>PCR</b>   Paragem Cardiorrespiratória
<b>APJF</b>   Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos	<b>PGEU</b>   Grupo Farmacêutico da União Europeia
<b>APORMED</b>   Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos	<b>PIB</b>   Produto Interno Bruto
<b>BOOF</b>   Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos	<b>PIRF</b>   Programa de Integração ao Recém-Farmacêutico
<b>CCEACGH-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e Genética Humana da Ordem dos Farmacêuticos	<b>QP</b>   Qualified Person
<b>CCEAR-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares da Ordem dos Farmacêuticos	<b>ROF</b>   Revista da Ordem dos Farmacêuticos
<b>CCEFC-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária da Ordem dos Farmacêuticos	<b>SBV</b>   Suporte Básico de Vida
<b>CCEFH-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da Ordem dos Farmacêuticos	<b>SNF</b>   Sindicato Nacional dos Farmacêuticos
<b>CCEIF-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos	<b>SNS</b>   Serviço Nacional de Saúde
<b>CIM</b>   Centro de Informação do Medicamento da Ordem dos Farmacêuticos	<b>SOCFIC</b>   Sociedade Científico-Profissional de Farmácia Comunitária Iberoamericana
<b>CJF</b>   Conselho de Jovens Farmacêuticos	<b>SPFCS</b>   Sociedade Portuguesa de Farmacêuticos para os Cuidados de Saúde
<b>CNECV</b>   Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	<b>SPLS</b>   Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde
<b>CNF2024</b>   Congresso Nacional dos Farmacêuticos 2024	<b>SPMS</b>   Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
<b>CNOP</b>   Conselho Nacional das Ordens Profissionais	<b>SRC-OF</b>   Secção Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos
<b>CPLP</b>   Comunidade de Países de Língua Portuguesa	<b>SRN-OF</b>   Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos
<b>CQA</b>   Conselho de Qualificação e Admissão	<b>SRSRA-OF</b>   Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos
<b>DAE</b>   Desfibrilhação Automática Externa	<b>SUCH</b>   Serviços de Utilização Comum dos Hospitais
<b>DGERT</b>   Direção Geral do Emprego e das Regulações de Trabalho	<b>UCC</b>   Unidade de Cuidados Continuados
<b>DGS</b>   Direção Geral da Saúde	
<b>DN-OF</b>   Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos	
<b>DPC</b>   Desenvolvimento Profissional Contínuo	
<b>ERS</b>   Entidade Reguladora da Saúde	
<b>FIP</b>   Federação Internacional de Farmácia	



# MENSAGEM DO BASTONÁRIO

---



### *Prezadas e Prezados Colegas,*

O Relatório de Atividades e Contas da Ordem dos Farmacêuticos (OF) relativo ao ano de 2023, que apresentamos à apreciação dos farmacêuticos nas Assembleias Regionais e Assembleia Geral da OF, descreve as principais ações desenvolvidas pelos órgãos sociais e departamentos da instituição e apresenta o balanço contabilístico do exercício financeiro no ano que findou.

Foi um ano exigente, desafiante. A nível interno, muito condicionado pela discussão da iniciativa legislativa do Governo para rever os Estatutos das Ordens profissionais, que se arrastou por todo ano, culminando com a sua publicação, já no final da legislatura.

Neste novo contexto, iniciámos a revisão dos regulamentos internos da OF e o processo de designação dos membros dos novos órgãos sociais: o conselho de supervisão e o provedor do destinatário dos serviços. Assumimos sempre uma postura construtiva, cientes de que esta revisão estatutária constitui também um importante momento para a modernização da Ordem.

Ao longo do presente mandato, temos procurado reforçar os pilares pelos quais nos regemos: independência, autonomia, proximidade e utilidade. Assumimos posições livres de quaisquer interesses corporativos, com rigor e base empírica, para estamos cada vez mais perto dos nossos membros e dos nossos utentes e para prestarmos um serviço de valor acrescentado para os farmacêuticos e para a sociedade.

A OF é a associação pública profissional portuguesa que assegura a qualidade do exercício da profissão farmacêutica no nosso país. Uma responsabilidade social delegada pelo Estado, que confia na regulação interpares para garantir a qualidade e a segurança dos serviços e cuidados de saúde prestados à população. Isso mesmo ficou evidente no reconhecimento pelo Ministério da Saúde das especialidades atribuídas pela OF, culminando um processo atribulado de regulamentação da Carreira Farmacêutica no Serviço Nacional de Saúde, que teve fortes implicações para muitos colegas.

Os farmacêuticos desempenham atividades nucleares no sistema de saúde. Nas áreas assistenciais ou nas atividades que as suportam, aportam valor com os seus conhecimentos e formação de base. São uma das profissões em que os portugueses mais confiam, fruto de uma relação próxima com a população, que lhe reconhece as competências e a disponibilidade que se espera de um serviço de saúde.



Ao longo do último ano, assistimos a importantes desenvolvimentos na implementação de novos serviços farmacêuticos, como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, a renovação da terapêutica a doentes crónicos. Contribuímos, de uma forma exemplar, para o alargamento da cobertura vacinal contra a gripe e a COVID-19. Iniciámos novos programas de rastreio e monitorização de fatores de risco associados a muitas doenças. Estamos empenhados na definição de novos protocolos de intervenção farmacêutica em situações clínicas ligeiras.

Há sempre mais a fazer, muito mais a melhorar, mas creio que estamos a fazer esse percurso, a desenvolver a profissão, a modernizar a Ordem, a solidificar as bases para prestarmos um serviço cada vez melhor para os farmacêuticos e cidadãos.

Entramos no ano de 2024, o nosso último ano de mandato como órgãos sociais eleitos para o triénio 2022-2024, com a determinação de levar avante aquelas que foram as nossas prioridades. Muito foi feito durante estes dois anos, mas muito há ainda por fazer, agora com um novo quadro político-legislativo incerto, com programas eleitorais sem grandes referências a aspetos tão importantes como a sustentabilidade do sistema de saúde, a inovação terapêutica ou a profissão farmacêutica.

Independentemente das forças políticas, prosseguiremos o nosso caminho, promovendo o desenvolvimento de novos referenciais profissionais, assegurando a qualificação dos farmacêuticos, impulsionando a formação contínua, a aquisição de novas competências e a especialização.

O próximo ano terá, seguramente, dois momentos marcantes para toda a profissão: a inauguração da nova sede da OF, um projeto com décadas de discussão, com avanços e recuos, mas que vê finalmente a luz do dia, com toda a nobreza que uma profissão e uma organização centenária como a OF merece.

Entre as muitas atividades, reuniões, eventos e ações de formação organizados pela OF, merece partilhar também particular relevo a realização Congresso Nacional do Farmacêuticos 2024, nos dias 21, 22 e 23 de novembro, no Centro de Congressos de Lisboa, que marcará um (re)encontro de toda a profissão, depois de mais de seis anos de interregno naquele que é considerado o maior encontro nacional da profissão da profissão farmacêutica.

Reforço assim o apelo à participação dos farmacêuticos nas atividades da nossa Ordem. A nossa capacidade de influência é proporcional à nossa massa crítica e disponibilidade para intervir em momentos decisivos. Queremos mais e mais colegas envolvidos nas iniciativas da Ordem, quer nas de cariz profissional, quer nas de intervenção cívica e política, contribuindo assim para o desenvolvimento da profissão.

O Bastonário

Helder Mota Filip

---



# SUMÁRIO EXECUTIVO

---



O Relatório de Atividades e Contas da Ordem dos Farmacêuticos relativo ao ano de 2023 procura refletir o vasto conjunto de atividades desenvolvidas pela instituição ao longo do ano, bem como os fluxos financeiros daí decorrentes.

Em linha com os anteriores documentos sujeitos à apreciação dos farmacêuticos e delegados às Assembleias Regionais e Assembleia Geral da OF, o Relatório de Atividades e Contas de 2023 começa por apresentar a composição dos órgãos sociais da instituição, os principais indicadores da atividade farmacêutica em Portugal e as linhas programáticas para o presente mandato, descrevendo depois as atividades desenvolvidas por cada área/departamento da instituição.

A estrutura do documento obedece à reorganização interna empreendida durante o ano de 2023, com detalhe para os projetos e iniciativas desenvolvidas no âmbito da Secretaria Geral, dos Assuntos Profissionais, do Desenvolvimento Profissional, das Relações Internacionais e Juventude, do Centro de Informação do Medicamento e do Comunicação e Marketing Institucional. De forma específica, são ainda detalhadas as atividades dos Colégios de Especialidade e Grupos Profissionais da OF, bem como das três Secções Regionais da OF – Norte, Centro e Sul e Regiões Autónomas.

O ano ficou marcado pela aprovação da revisão do Estatuto da OF, num processo legislativo que se iniciou ainda em 2022, com a revisão do regime jurídico das associações públicas profissionais. Foi também um ano com importantes desenvolvidos na Carreira Farmacêutica no Serviço Nacional de Saúde, com o início do programa da Residência Farmacêutica, e novos serviços farmacêuticos nas farmácias comunitárias. A integração da rede de farmácias na campanha de vacinação sazonal foi um dos exemplos mais visíveis da colaboração entre a OF e as associações setoriais com a Direção Executiva do SNS, que se vem estendendo a outros projetos, como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, a renovação da terapêutica a doentes crónicos e a intervenção farmacêutica em situações clínicas ligeiras.

Várias outras iniciativas e projetos merecem destaque e explicação mais detalhada ao longo do documento, dando a conhecer aos farmacêuticos e sociedade a atividade reguladora da OF e a representação dos farmacêuticos portugueses nos mais diversos fóruns e plataformas, nacionais e internacionais, dedicadas à Saúde e à atividade farmacêutica, de forma particular.

Os quadros financeiros apresentam as Contas da Direção Nacional, das Secções Regionais do Norte, Centro e Sul e Regiões Autónomas, todas com parecer favorável dos respetivos Conselhos Fiscais. As páginas finais deste documento estão reservadas à apresentação das Contas Consolidadas da OF relativas a 2023, também com parecer favorável do Conselho Fiscal Nacional.



Triénio 2022-2024

Tomada de Posse  
dos Órgãos Sociais da  
Ordem dos Farmacêuticos

24 FEV 2022 Fundação  
Champalmaud



# ÓRGÃOS SOCIAIS

# ÓRGÃOS NACIONAIS



## MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Manuel Vieira Gavino  
**PRESIDENTE**

Ana Cristina Filipe Lopes  
Cláudia Sofia dos Santos Afonso Pinheiro



José Gavino  
Presidente



Ana Cristina Lopes



Cláudia Pinheiro

## BASTONÁRIO

Helder Dias Mota Filipe



Helder Mota Filipe  
Bastonário

## DIREÇÃO NACIONAL

Ana Paula Moreira da Costa Folhadela Simões  
**VICE-PRESIDENTE**

Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins  
**TESOUREIRO**

Rui Manuel Amaro Pinto  
**SECRETÁRIO**

Anabela Mascarenhas de Oliveira e Cunha  
**PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO**

Félix Dias Carvalho  
**PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DO NORTE**

Luís Miguel de Oliveira Lourenço  
**PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DO SUL E R.A.**



Ana Paula Costa  
Vice-Presidente



Dario Martins  
Tesoureiro



Rui Pinto  
Secretário



Anabela Mascarenhas  
Presidente da SRSC/CF



Félix Carvalho  
Presidente da SRNC/CF



Luís Lourenço  
Presidente da SRSA/CF

## CONSELHO JURISDICIONAL NACIONAL

Maria Filomena Leal Cabeça  
**PRESIDENTE**

Catarina Maria Vicente de Oliveira Coelho  
Luísa Maria Moreira Alves Pinto Correia



Filomena Cabeça  
Presidente



Catarina Coelho



Luísa Correia

## CONSELHO FISCAL NACIONAL

Carlos Manuel Freire Cavaleiro  
**PRESIDENTE**

Florbela Maria da Silva Dias Braga  
Duarte João Gama de Oliveira Teixeira dos Santos



Carlos Cavaleiro  
Presidente



Florbela Braga  
Membro



Duarte Santos  
Membro

# ÓRGÃOS REGIONAIS

# SECÇÃO REGIONAL

# DO CENTRO



## MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Ana Cristina da Costa Ribeiro Rama

**PRESIDENTE**

Edite Maria Relvas Neves Teixeira de Lemos

Raúl Fernando Teixeira Almeida



Ana Cristina Rama



Edite Lemos



Raúl Almeida

## DIREÇÃO REGIONAL

Anabela Mascarenhas de Oliveira e Cunha

**PRESIDENTE**

Isabel Vitória Neves de Figueiredo Santos Pereira

Nuno Miguel Xavier Lages de Oliveira

Paulo César Esteves dos Santos

Rute Isabel Ramos Cavaco Salvador



Anabela Mascarenhas



Isabel Figueiredo



Nuno Oliveira



Paulo Santos



Rute Salvador

## CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL

Paula Cristina Morais da Silva e Miranda

**PRESIDENTE**

Ana Filipa Oliveira Costa Dias Lourenço

Cristiana Helena Barranha Rego Canha

Micaela Doris Assunção Figueira de Sousa

Michael David Lameiras dos Santos



Paula Miranda



Ana Filipa Lourenço



Cristiana Canha



Micaela Sousa



Michael Santos

## CONSELHO FISCAL REGIONAL

Carlos Manuel Freire Cavaleiro

**PRESIDENTE**

Catarina Sofia Ventura de Oliveira Veiga

Viriato Alberto da Costa Pinto



Carlos Cavaleiro



Catarina Veiga



Viriato Pinto

# ÓRGÃOS REGIONAIS

# SECÇÃO REGIONAL

# DO NORTE



## MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Vítor Manuel Fernandes Seabra da Silva  
**PRESIDENTE**

Ana Catarina da Cruz Rodrigues da Silva  
Pedro Manuel Lourenço Campos



Vítor Seabra  
Presidente



Ana Catarina Silva



Pedro Campos

## DIREÇÃO REGIONAL

Félix Dias Carvalho  
**PRESIDENTE**

Alice Maria Vilela Martins Rodrigues  
Ariana Estela Vila Real de Araújo  
Carlos André da Silva Alves de Sá  
José Manuel Correia Neves de Sousa Lobo



Félix Carvalho  
Presidente



Alice Rodrigues  
Direção



Ariana Araújo  
Direção



Carlos Sá  
Direção



José Manuel Sousa Lobo  
Direção

## CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL

Nuno Miguel Diogo Cardoso da Silva  
**PRESIDENTE**

Ana Catarina de Sousa Lages  
Inês da Silva Alves Esteves  
Maria Luís Araújo Queirós  
Pedro Manuel Magalhães da Silva Soares



Nuno Cardoso  
Presidente



Catarina Lages



Inês Alves



Maria Luís Queirós



Pedro Soares

## CONSELHO FISCAL REGIONAL

Florbela Maria da Silva Dias Braga  
**PRESIDENTE**

Isabel Rosina Portilha Antunes da Cunha  
Tiago André Alves de Oliveira Carvalho de Sousa



Florbela Braga  
Presidente



Isabel Cunha



Tiago Sousa

# ÓRGÃOS REGIONAIS

# SECÇÃO REGIONAL

# DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

## MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

João Filipe Norte  
**PRESIDENTE**

Catarina Isabel de Seixas Duarte Rodrigues Nobre da Costa  
Isabel Maria Pires Sebastião Ramalhinho



João Norte  
Presidente



Isabel Ramalhinho



Catarina Correia da Costa

## DIREÇÃO REGIONAL

Luís Miguel de Oliveira Lourenço  
**PRESIDENTE**

Ana Gabriela Gomes Charneca  
Cátia Sofia Gabriel Caneiras  
João Francisco Rosa Rijo  
Manuel João Acabado dos Santos Talhinhos



Luís Lourenço  
Presidente



Ana Charneca



Cátia Caneiras



João Rijo



Manuel Talhinhos

## CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL

Maria Gabriela Onofre Lopes Moura Plácido  
**PRESIDENTE**

Ana Júlia Fernandes de Almeida  
Daniel António Esperança Faustino Monteiro Barreira  
Paula Alexandra Mira Cerqueira Afonso



Gabriela Plácido  
Presidente



Ana Júlia Almeida



Daniel Barreira



Paula Afonso

## CONSELHO FISCAL REGIONAL

Duarte João Gama de Oliveira Teixeira dos Santos  
**PRESIDENTE**

Ana Margarida Marques Batista Martins  
Diogo Agostinho Fernandes Marques



Duarte Santos  
Presidente



Ana Margarida Martins



Diogo Marques

## DELEGAÇÕES REGIONAIS

Juliana Oliveira de Matos  
**DELEGADA REGIONAL DOS AÇORES**  
Tiago João Gaspar da Vitória Magro  
**DELEGADO REGIONAL DA MADEIRA**



Juliana Matos



Tiago Magro

# COLÉGIOS DE ESPECIALIDADE

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ANÁLISES CLÍNICAS E DE GENÉTICA HUMANA

Maria Leonor Ferreira Estêvão Correia  
**PRESIDENTE**

Filomena Maria Tomé de Brito  
Jorge José Pisco Queiroz  
Maria Isabel da Ponte Fernandes  
Maria Raquel de Castilho Silva Coentrão de Faria  
Maria Vitória Silva Martins Rodrigues  
Teresa de Jesus Semedo Fidalgo

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ASSUNTOS REGULAMENTARES

Maria Teresa da Silva Pinto Ribeiro de Carvalho  
**PRESIDENTE**

Gilda Filipa Marreiros Amado Calado  
Leila Carina do Rosário Sousa Fernandes Almeida  
Nuno Jorge Mangorrinha Henriques Amorim Romão  
Nuno Miguel Ferreira Pires  
Dinah da Conceição Marçal Verdugo Duarte  
Filipa Augusto Guerreiro Quintela da Luz

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE FARMÁCIA COMUNITÁRIA

Carolina Maria Ferreira Santos Mosca  
**PRESIDENTE**

André Filipe Paiva Loureiro  
Catarina Isabel Correia Dias  
Lúcia Maria Correia Rodrigues  
Mélanie Duarte  
Narcisa Maria Oliveira Carvalho Dias  
Susana da Conceição Coutinho Ferreira

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE FARMÁCIA HOSPITALAR

João Carlos Tavares Pinto Ribeiro  
**PRESIDENTE**

Ana Paula Rodrigues Tavares de Pina  
João Paulo Gonçalves Fraga  
Maria Helena Soares Beirão Nogueira Catarino  
Pedro Manuel Magalhães da Silva Soares  
Sandra Isabel da Silva Queimado

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Maria Paula Azevedo Teixeira  
**PRESIDENTE**

Ana Margarida Dias Henriques  
António Joaquim Antunes Bica  
Bruno Filipe Morgado de Sousa  
Elvira Sainz Raposo  
João Carlos da Conceição Lopes  
Maria Teresa Neto Murta



# FARMACÊUTICOS EM NÚMEROS



» **Número de Farmacêuticos em 2023, por categoria** (dados 31 de dezembro de 2023)

	SRC	SRN	SRSRA	TOTAL
<b>ATIVOS</b>	<b>3 274</b>	<b>5 868</b>	<b>9 013</b>	<b>18 155</b>
<b>ATIVOS EM EXERCÍCIO</b>	3 102	5 553	8 200	<b>16 855</b>
<b>ATIVOS ISENTOS</b>	172	315	813	<b>1 300</b>
REFORMA	160	297	795	<b>1 252</b>
SITUAÇÃO DE DOENÇA, INVALIDEZ OU DOENÇA PROLONGADA	12	18	18	<b>48</b>
<b>CORRESPONDENTES</b>	<b>195</b>	<b>306</b>	<b>533</b>	<b>1 034</b>
<b>SUSPENSOS</b>	<b>293</b>	<b>862</b>	<b>1 289</b>	<b>2 444</b>
<b>SUSPENSOS ADMINISTRATIVOS</b>	56	84	371	<b>511</b>
<b>SUSPENSOS - OUTROS</b>	237	778	918	<b>1 933</b>
CURSO   MESTRADO   DOUTORAMENTO	13	69	55	<b>137</b>
DESEMPREGO	15	162	198	<b>375</b>
SANÇÃO DISCIPLINAR NOTIFICAÇÃO TRIBUNAL	0	1	3	<b>4</b>
NÃO EXERCE PROFISSÃO	209	524	536	<b>1 269</b>
OUTROS	0	22	126	<b>148</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3 762</b>	<b>7 036</b>	<b>10 835</b>	<b>21 663</b>

FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2023



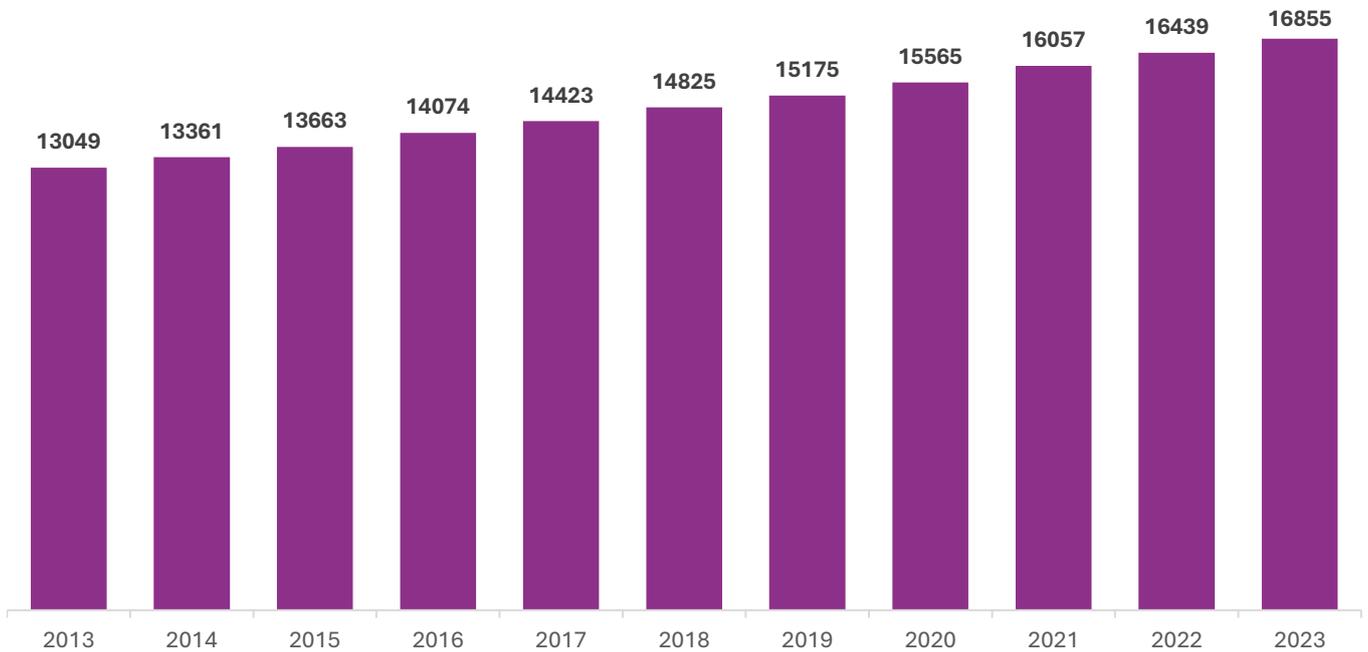
» Alterações de situação em 2023, por categoria (dados 31 de dezembro de 2023)

	SRC	SRN	SRSRA	TOTAL
<b>ATIVOS</b>	<b>154</b>	<b>299</b>	<b>358</b>	<b>811</b>
<b>ATIVOS EM EXERCÍCIO</b>	144	277	318	<b>739</b>
<b>ATIVOS ISENTOS</b>	10	22	40	<b>72</b>
REFORMA	8	18	40	<b>67</b>
SITUAÇÃO DE DOENÇA, INVALIDEZ OU DOENÇA PROLONGADA	2	3	0	<b>5</b>
<b>CORRESPONDENTES</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>34</b>	<b>57</b>
<b>SUSPENSOS</b>	<b>27</b>	<b>68</b>	<b>47</b>	<b>142</b>
<b>SUSPENSOS ADMINISTRATIVOS</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>SUSPENSOS - OUTROS</b>	27	68	47	<b>142</b>
CURSO   MESTRADO   DOUTORAMENTO	4	1	1	<b>6</b>
DESEMPREGO	3	11	9	<b>23</b>
SANÇÃO DISCIPLINAR NOTIFICAÇÃO TRIBUNAL	0	0	0	<b>0</b>
NÃO EXERCE PROFISSÃO	20	56	29	<b>105</b>
OUTROS	0	0	8	<b>8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>188</b>	<b>383</b>	<b>439</b>	<b>1 010</b>

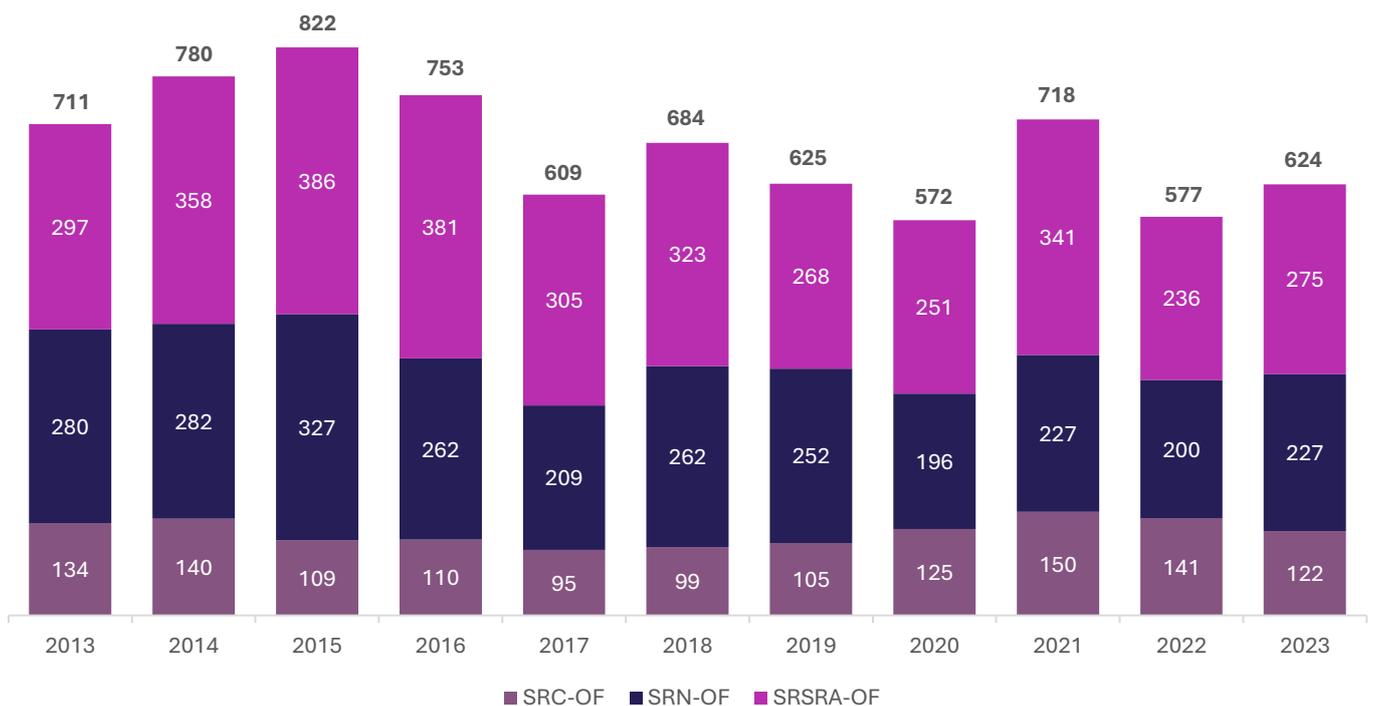
FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2023



## » Evolução anual do número de farmacêuticos ativos em exercício

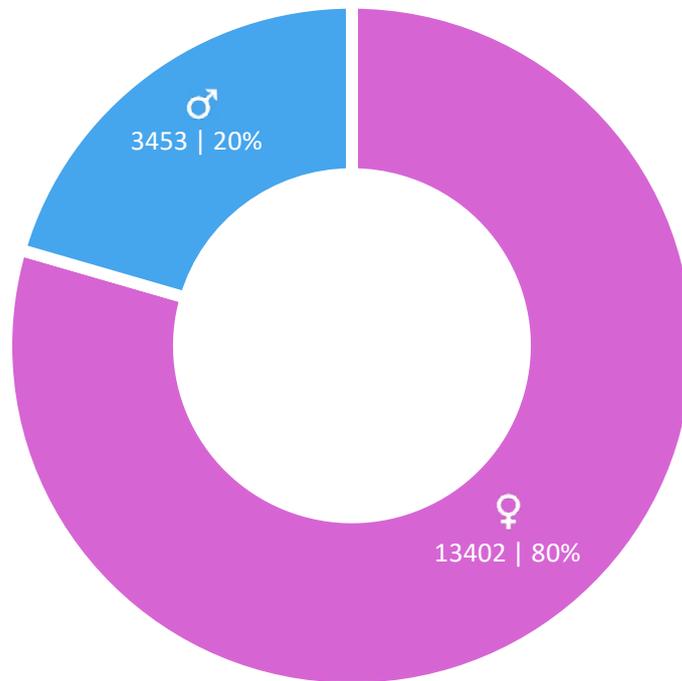


## » Evolução do número de novas admissões por Secção Regional

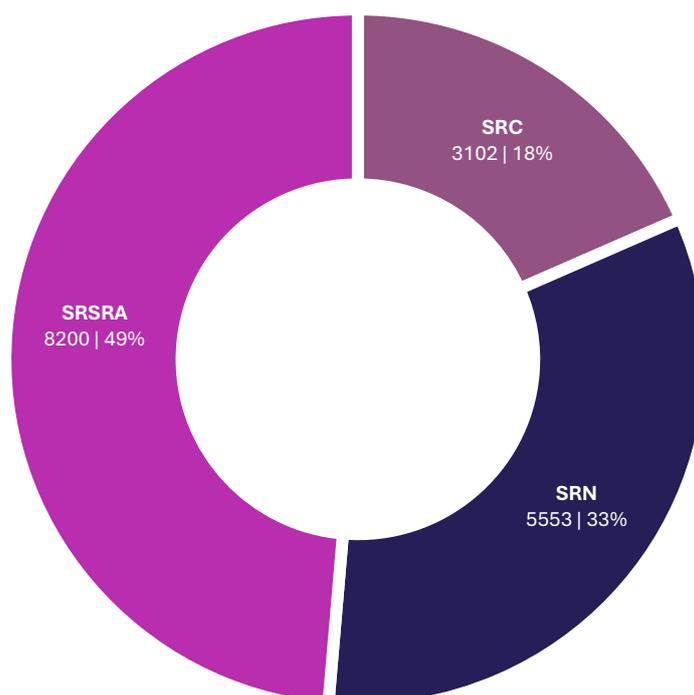




## » Distribuição de farmacêuticos ativos em exercício por género

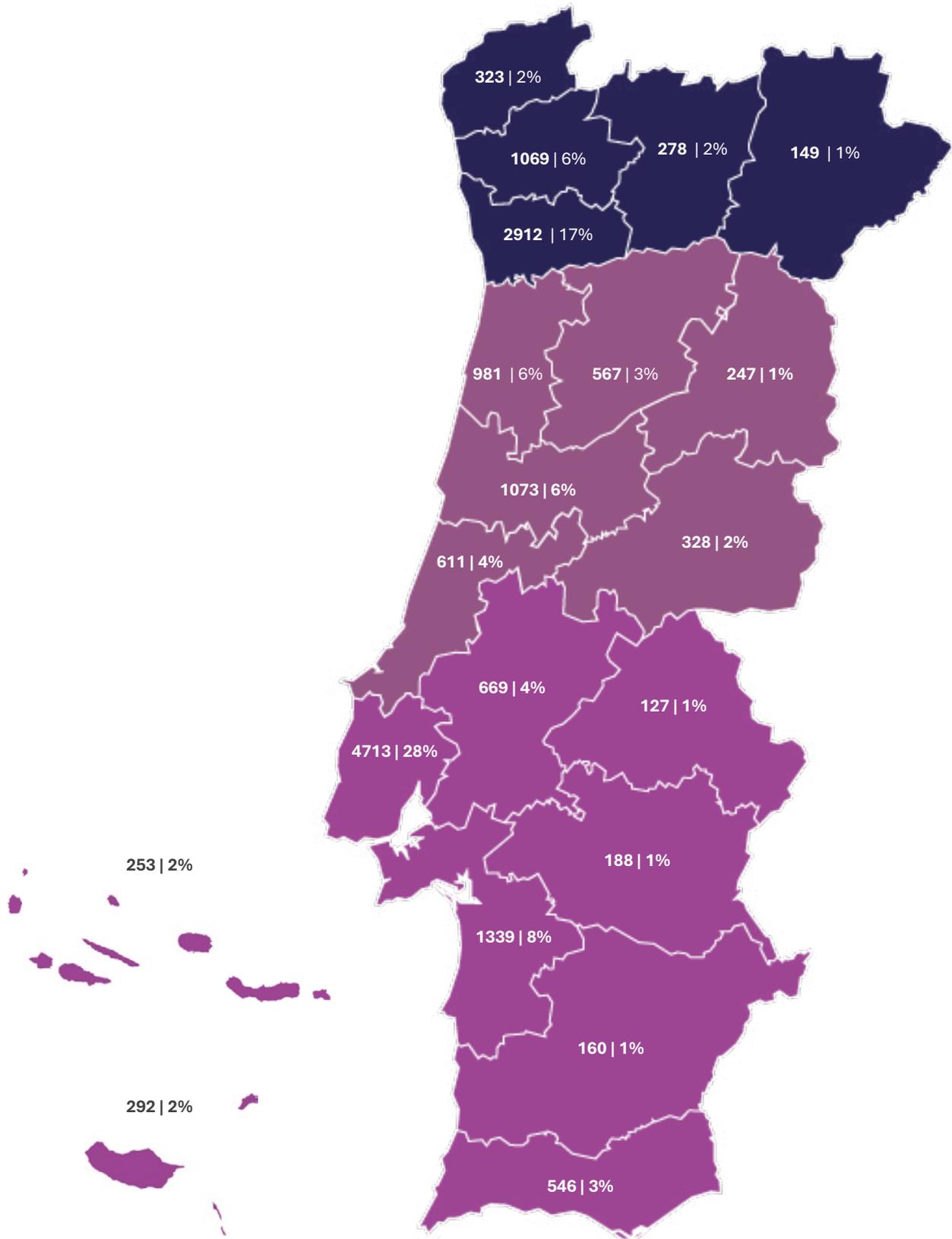


## » Distribuição de farmacêuticos ativos em exercício por Secção Regional



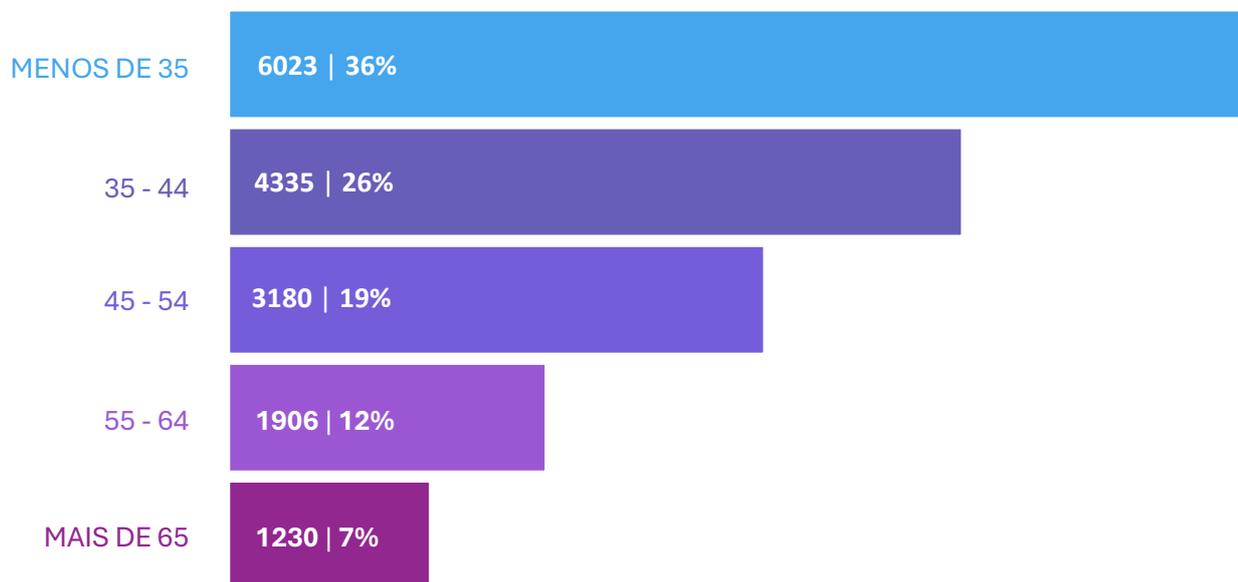


## » Distribuição de farmacêuticos ativos em exercício por área geográfica

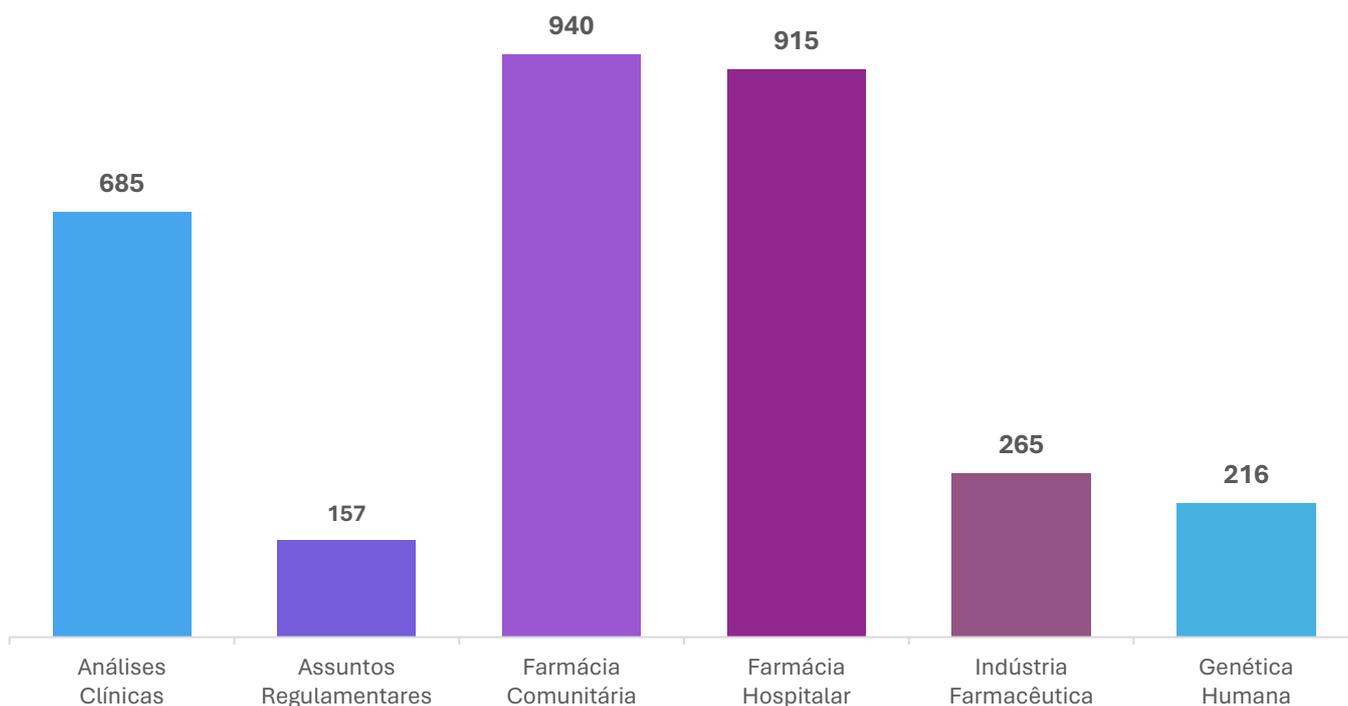




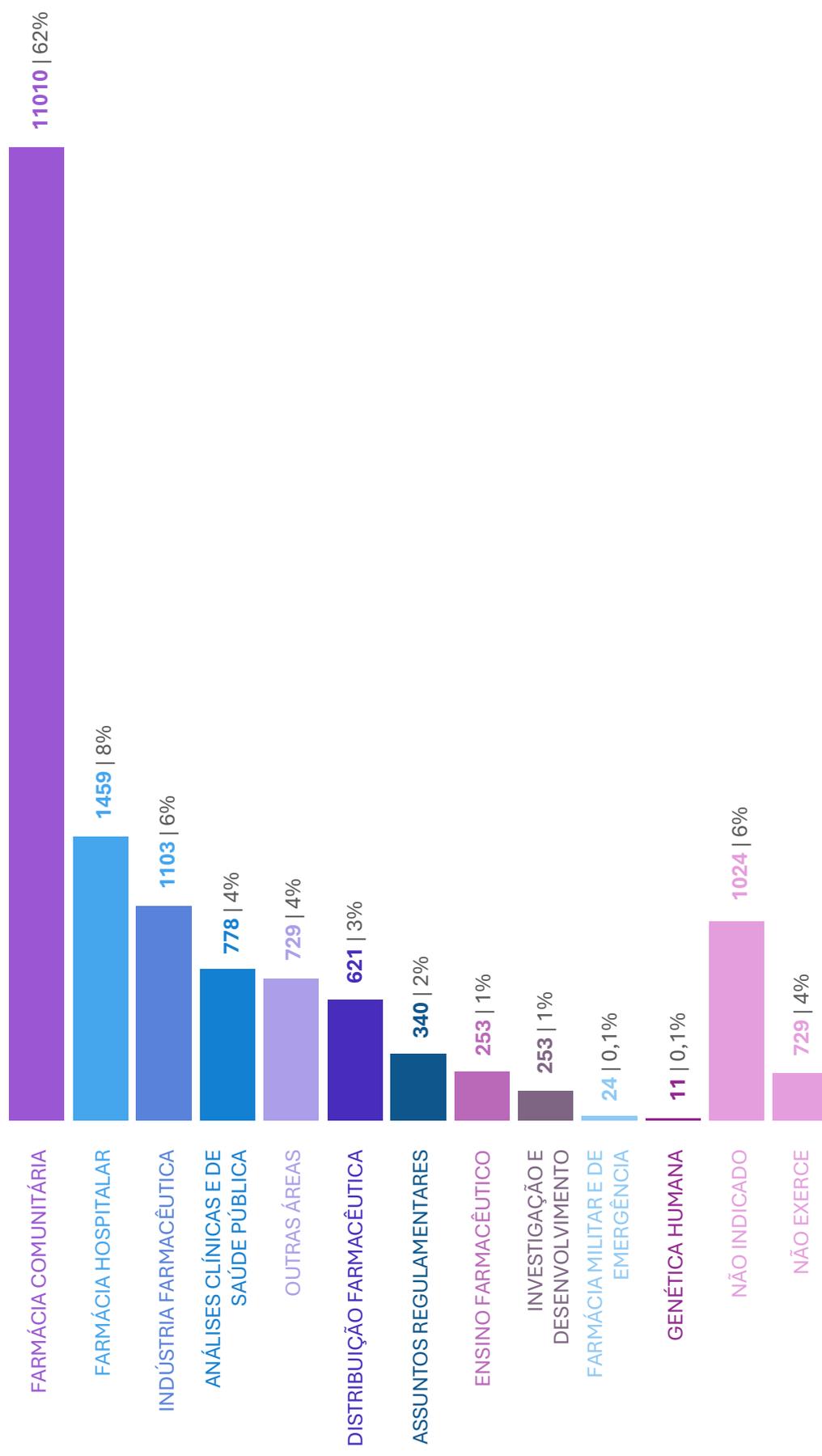
## » Distribuição de farmacêuticos ativos em exercício por faixa etária

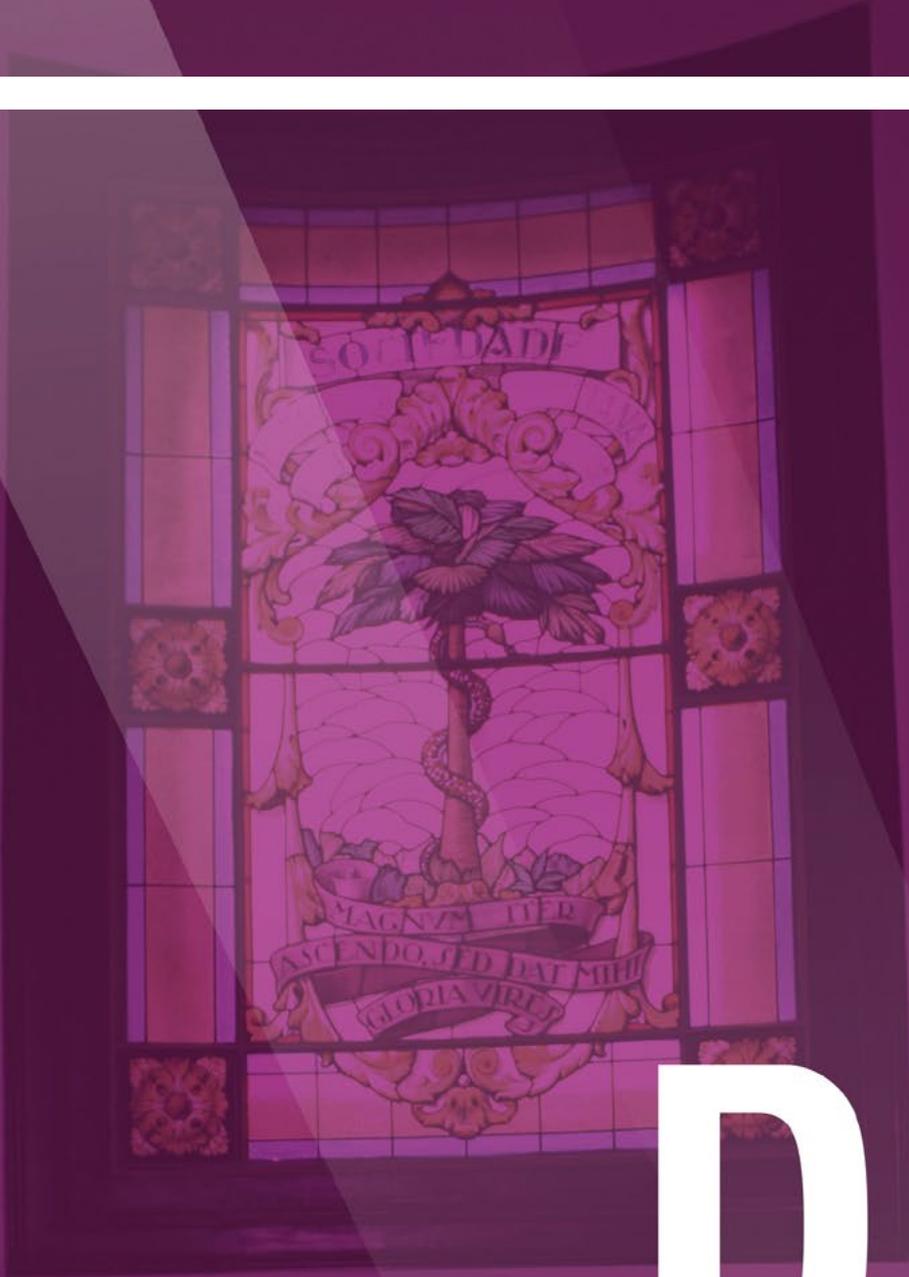


## » Número de Especialistas ativos em exercício



## » Distribuição de farmacêuticos ativos em exercício por área profissional





# DN

---

DIREÇÃO  
NACIONAL

---



## ASSEMBLEIA GERAL

### CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo Artigo 23º, nº 3, e para os fins do disposto nos Artigos 22º e 23º, nº 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, e pelo Artigo 5º do Regimento da Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no dia 27 de março de 2024, pelas vinte horas e trinta minutos, no Jupiter Lisboa Hotel, sita na Avenida da República 46, em Lisboa, e cumulativamente por videoconferência, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação da ata da Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos anterior;
3. Informações sobre a Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
4. Informações sobre a Lei 74/2023, de 18 de dezembro, que altera o Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos;
5. Discussão e deliberação sobre a proposta da Mesa da Assembleia Geral relativa ao Regimento da Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos;
6. Discussão e deliberação sobre a proposta da Direção Nacional relativa às Normas regulamentares para designação dos titulares dos órgãos da Ordem dos Farmacêuticos criados pela Lei n.º 74/2023, de 18 de dezembro;
7. Designação dos membros do conselho de supervisão da Ordem dos Farmacêuticos;
8. Designação dos membros não inscritos do conselho jurisdicional nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
9. Designação dos membros não inscritos dos conselhos jurisdicionais regionais da Ordem dos Farmacêuticos;
10. Discussão e deliberação sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento Eleitoral e Referendário da Ordem dos Farmacêuticos;
11. Discussão e deliberação sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento de Quotas e Taxas da Ordem dos Farmacêuticos;
12. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2023;
13. Discussão e deliberação sobre as Contas da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2023;
14. Discussão e deliberação sobre as Contas Consolidadas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2023;
15. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Delegados considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de Delegados, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. José Manuel Vieira Gavino

# PLANO DE ATIVIDADES

## 1. LINHAS PROGRAMÁTICAS

### **TRANSPARÊNCIA E INDEPENDÊNCIA**

Otimizar a gestão e funcionamento da OF, com planeamento, monitorização e controlo transparentes e sustentáveis.

### **JUVENTUDE FARMACÊUTICA E A ORDEM**

O envolvimento da geração vindoura é essencial ao desenvolvimento da profissão. O futuro dos farmacêuticos depende dos que estão a iniciar ou em fases mais precoces do seu percurso profissional. É fundamental apostar numa Ordem dos Farmacêuticos sem barreiras ou formalismos desnecessários, de forma a incluir a participação proativa dos jovens.

### **DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, COMPETÊNCIAS, ESPECIALIZAÇÃO E CARREIRAS**

A profissão farmacêutica encara desafios renovados que merecem o saber, o rigor e a qualidade do desempenho dos seus profissionais. A adequada integração do conhecimento que resulta da evolução científica e profissional asseguram um desenvolvimento bem-sucedido da profissão, permitindo corresponder às exigências dos doentes e da sociedade.

### **SERVIÇOS FARMACÊUTICOS DIFERENCIADOS E SUSTENTÁVEIS**

Para o reconhecimento do papel essencial de proximidade à população que o farmacêutico representa é necessária uma maior estruturação das suas intervenções. A intervenção do farmacêutico gera ganhos em saúde. É fundamental dar lugar à promoção e ao enquadramento regulamentar dos serviços farmacêuticos.

### **RELAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES DA PROFISSÃO E A ACADEMIA**

A relação contínua entre a OF, a Academia e as organizações profissionais é o motor da profissão farmacêutica (nas áreas da farmácia comunitária, análises clínicas, distribuição e farmácia hospitalar, mas também cluster farmacêutico industrial).



## **ENVOLVIMENTO NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE**

A voz dos farmacêuticos deve ser ouvida pelos decisores políticos. A capacitação e envolvência dos profissionais junto de entidades com poder de decisão, a geração de evidência científica e a sua translação para a ação política são importantes ferramentas a desenvolver, como forma de afirmar a profissão.

## **MAIOR E MELHOR ACESSO A MEDICAMENTOS, PRODUTOS DE SAÚDE E CUIDADOS FARMACÊUTICOS**

É essencial reforçar a atuação do farmacêutico no processo global, desde a investigação à dispensa e monitorização do seu uso seguro, pelo que a partilha de informação entre as várias áreas de atuação é essencial.

## **APOIO JURÍDICO (ÉTICA E DEONTOLOGIA) AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO**

A ética e a deontologia farmacêutica são a base de todo o exercício da profissão. O acompanhamento jurídico aos farmacêuticos é fundamental como forma de preservar as condições adequadas para o desempenho profissional nas diversas áreas de atividade e proteger os valores da profissão.

## **COLABORAÇÃO COM ASSOCIAÇÕES DE DOENTES E A SOCIEDADE**

A aproximação da Ordem dos Farmacêuticos às associações de doentes permite utilizar sinergias para melhores cuidados de saúde, reconhecendo a posição do doente no centro do sistema.

## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO**

O desenvolvimento das atuais e futuras ligações externas da Ordem dos Farmacêuticos a organizações europeias e internacionais da área da Saúde e do setor farmacêutico em geral reforça as relações bilaterais, permite a troca de informação especializada e a afirmação internacional dos farmacêuticos portugueses.

## **ORGANIZAÇÃO INTERNA**

A criação de um modelo organizacional simples, flexível e que favoreça a troca de informação, sujeito a melhoria contínua, é um pilar essencial para o desenvolvimento de uma Ordem dos Farmacêuticos que responda, de forma eficaz, às necessidades dos seus membros.



## 2. SECRETARIA GERAL

### I. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE

No âmbito das suas atribuições, é fundamental que a Ordem dos Farmacêuticos (OF) mantenha as boas relações com todos os seus parceiros institucionais, em particular os relacionadas com o setor da saúde e do medicamento.

Em 2023, a Direção Nacional (DN) da OF continuou a dialogar com os decisores políticos, identificando antecipadamente os temas relevantes para os farmacêuticos e a sua translação para as políticas de saúde e para a legislação portuguesa e europeia. Sempre que possível e necessário, a OF contribuiu para o desenvolvimento de propostas legislativas a apresentar aos decisores, em áreas específicas, relacionadas com a atividade farmacêutica.

De entre as reuniões ocorridas, destaque para as reuniões decorridas com o Ministro da Saúde, Secretário de Estado da Saúde, Secretário Regional da Saúde e Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira, Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (Infarmed), Entidade Reguladora da Saúde (ERS) e Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).

No mesmo sentido, em 2023, demos continuidade às relações próximas com as associações de doentes, criando sinergias que contribuem para defender os interesses gerais das pessoas, tendo em vista a proteção da saúde e o acesso informado aos cuidados em saúde.

Nesse sentido, a Direção Nacional da OF reuniu com diversas Associações de Doentes – Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino (APDI), Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP), Associação das Síndromes Excepcionalmente Raras de Portugal (Associação SERaro), Plataforma Saúde em Diálogo, Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), União das Associações das Doenças Raras de Portugal (RD-Portugal).

Relativamente à RD-Portugal, foi ainda estabelecida uma parceria para reforçar a informação e a capacitação dos farmacêuticos em torno das doenças raras, tendo sido desenvolvido um questionário para avaliar conhecimentos, necessidades formativas e de intervenção profissional no domínio das doenças raras. Esta parceria permitiu ainda a divulgação de informações dirigidas a farmacêuticos sobre a RD-Portugal, bem como sobre a oferta formativa já disponível a nível internacional sobre doenças raras.

A OF continuou a promover ativamente o acesso universal dos cidadãos aos medicamentos e a outras tecnologias de saúde, com qualidade e segurança, através da manutenção e da defesa do medicamento e de outras tecnologias de saúde, assim como as competências técnico-científicas e profissionais dos farmacêuticos.

Ao longo do ano decorreram reuniões com diversos *stakeholders* do setor da saúde, destacando-se os seguintes – Associação Nacional das Farmácias (ANF), Associação Nacional dos Laboratórios Clínicos (ANL), Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares (APFH), Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF), Associação Portuguesa de Farmacêuticos Residentes, Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos (Apormed), Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH), Ordem dos Médicos, Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (SNF), União das Misericórdias Portuguesas, Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar e VALORMED.

A OF reuniu ainda com a AstraZeneca Portugal, a GSK, a L'Oréal e a BioJam, para partilha das prioridades e análise de eventuais colaborações nas áreas da formação, inovação, acesso, geração de evidência e sustentabilidade. Com a BioJam, a OF assinou um protocolo de colaboração para criação de uma nova categoria do Prémio Biojam Inovar, na área das Ciências Farmacêuticas, que visa distinguir e promover a investigação de qualidade e relevância científica realizada por farmacêuticos. O acordo contempla também um novo programa de atribuição de bolsas a estudantes do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF).

2023 ficou marcado pela receção, em Lisboa, das Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ). A OF associou-se, também, a este evento, tendo visitado a sede das JMJ e identificado um farmacêutico para integrar a equipa de saúde, que participou ativamente nos trabalhos de definição e implementação do plano de assistência aos participantes e, em particular, na gestão do circuito do medicamento. Adicionalmente, a OF ajudou a angariar voluntários farmacêuticos interessados em colaborar neste evento, que decorreu em agosto, em Lisboa.

O ano de 2023 ficou ainda marcado pela segunda reforma das Associações Públicas Profissionais, resultante do relatório da Autoridade da Concorrência, de 2018, sobre a avaliação de impacto concorrencial de políticas públicas, no âmbito do quadro legal e regulamentar nacional, com o objetivo de identificar legislação e regulamentação que possa restringir o funcionamento eficiente dos mercados.

Com a publicação da nova lei das associações públicas profissionais (Lei n.º 12/2023, de 28 de março), terminou um modelo de autorregulação profissional que vigorou durante várias décadas em Portugal. O novo modelo veio introduzir a intervenção de personalidades e entidades externas na definição da estratégia e atuação de todas as Ordens Profissionais.

Nessa sequência, a DN-OF nomeou a comissão de revisão estatutária, com os seguintes objetivos:



1. Adaptar o Estatuto da OF de acordo com a Lei n.º 12/2023, de 16 de janeiro;
2. Adaptar o Estatuto da OF de acordo com o Relatório da Autoridade da Concorrência;
3. Promover alterações que contribuam para o desenvolvimento da OF e para maior aproximação à sociedade e aos farmacêuticos;
4. Revisão geral do documento, para correção de erros pontuais;
5. Recolher *feedback* dos farmacêuticos, o que ocorreu durante o mês de abril;
6. Responder ao pedido do Ministério da Saúde para envio de contributos da OF.

A comissão foi composta por:

- » José Vieira Gavino, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, coordenador;
- » Carlos Cavaleiro, designado pela Secção Regional do Centro da OF;
- » Carlos Sá, designado pela Secção Regional do Norte da OF;
- » Duarte Santos, designado pela Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da OF;
- » Filomena Cabeça, presidente do Conselho Jurisdicional Nacional;
- » Miguel Silvestre, presidente do Conselho Farmacêutico Nacional;
- » Bruno Macedo, presidente do Conselho de Jovens Farmacêuticos;
- » Catarina Coelho, especialista em Farmácia Hospitalar;
- » Dulce Quelhas, especialista em Genética Humana;
- » Fernanda Aleixo, especialista em Assuntos Regulamentares.

Com a aprovação em Conselho de Ministros da proposta de alteração de todos os Estatutos das Associações Públicas Profissionais, em junho, o projeto deu entrada na Assembleia da República.

A OF manifestou sempre as suas reservas em relação a todo o processo, em particular pelos aspetos seguintes:

- » São impostas alterações à OF quando esta nunca teve entraves no acesso à profissão através de estágios ou provas de acesso. A conclusão do MICF é, e continuará a ser, o único requisito para acesso à profissão farmacêutica.
- » Não se entende como é que pessoas externas, de reconhecido mérito, vão tomar decisões vinculativas e pronunciar-se sobre as matérias técnicas e deontológicas da profissão farmacêutica. Colocar membros externos nos órgãos sociais da Ordem, nomeadamente nos Conselhos Jurisdicionais e no novo Órgão de Supervisão, não trará mais e melhor regulação da profissão.
- » Não se entende como porque é que se propõe que atos farmacêuticos possam ser realizados por qualquer pessoa, independentemente das suas qualificações. A proposta do Governo divide os atos farmacêuticos em atos exclusivos e não exclusivos e promove a desregulação de setores fundacionais da nossa profissão, tais como as análises clínicas, a genética e outras, bem como no âmbito do circuito do medicamento para uso humano e veterinário, dos dispositivos médicos e de outros produtos de saúde.

Nesse sentido, a Ordem enviou sucessivos contributos para a Assembleia da República e interveio junto do Presidente da República, da Provedora da Justiça, do Governo e dos partidos políticos com assento parlamentar.

Para manter informados os farmacêuticos, a DN-OF disponibilizou toda a informação numa página própria criada para o efeito ([ordemfarmaceuticos.pt/pt/revisao-do-estatuto/](http://ordemfarmaceuticos.pt/pt/revisao-do-estatuto/)) e através de um *webinar*, organizado em setembro, intitulado “Reflexões sobre a Profissão - O impacto da Lei das Ordens Profissionais no Ato Farmacêutico”.

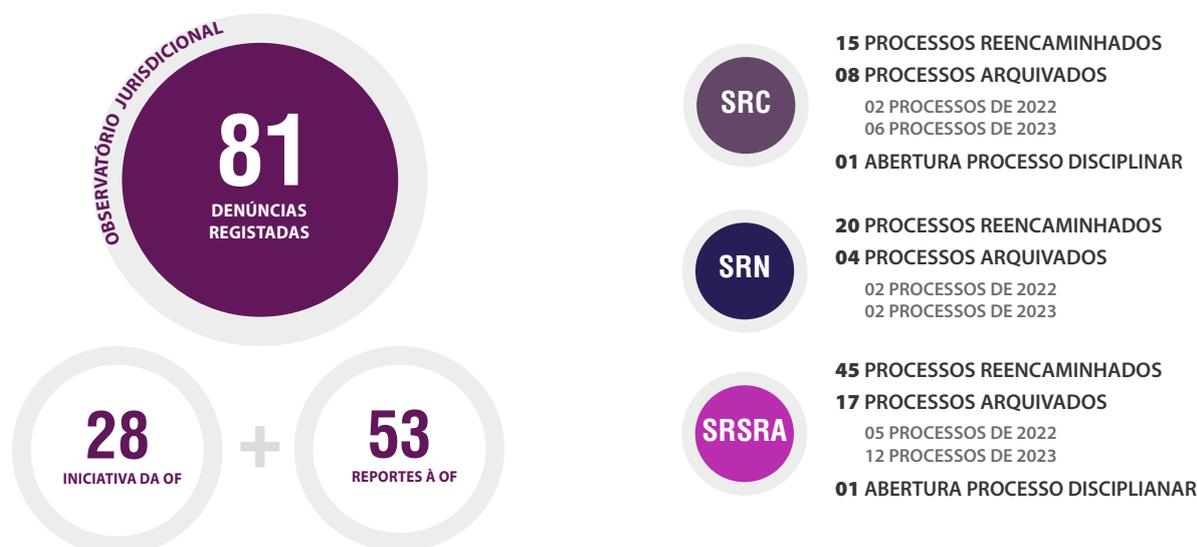
Depois da aprovação na especialidade e dos textos finais em plenário, o que ocorreu em outubro, a OF apelou ao Presidente da República para vetar o novo Estatuto e reuniu o Conselho Farmacêutico Nacional.

No final do ano, em dezembro, o Presidente da República promulgou as alterações ao Estatuto da OF, com reservas, tendo o mesmo sido publicado ainda nesse mês – Lei n.º 74/2023, de 18 de janeiro, com entrada em vigor a 1 de março de 2024, seguindo-se entretanto os trabalhos para:

- » Adaptar os regulamentos da OF em vigor;
- » Aprovar os novos regulamentos previstos na legislação;
- » Designar o Conselho de Supervisão;
- » Designar os membros externos a integrar os Conselhos Jurisdicionais regionais e nacional;
- » Designar o Provedor dos Destinatários dos Serviços.



## II. AÇÃO DISCIPLINAR



A OF exerce o poder disciplinar sobre os seus membros, sempre que haja violação dos deveres fixados no Estatuto, nas demais disposições legais e nos Regulamentos Internos, sendo esta uma competência dos Conselhos Jurisdicionais.

Durante o ano de 2023 foram registadas, no total, 81 denúncias no Observatório Jurisdiccional, das quais 28 por iniciativa da Ordem e 53 que chegaram ao seu conhecimento.

Das denúncias identificadas pela Ordem, 19 foram referentes a exercício indevido de atividade, 6 referentes a publicidade a medicamentos e outros produtos, 2 relativas à realização de consultas de osteopatia em farmácia comunitária e 1 relacionada com a prestação de serviços farmacêuticos em farmácia comunitária.

Em relação às denúncias rececionadas pela Ordem, 13 foram referentes a exercício indevido de atividade, 10 relativas à dispensa de medicamentos, 9 foram por desagrado no atendimento, 6 por práticas de ilícito criminal, 4 por violação de regras deontológicas, 4 por incumprimento de normas e boas práticas, 4 por desagrado no atendimento, 2 relativa à administração de injetáveis e 1 por motivos laborais.

Do total das denúncias, 15 foram encaminhadas para o Conselho Jurisdiccional Regional do Centro, 20 para o Conselho Jurisdiccional Regional do Norte, 45 para o Conselho Jurisdiccional Regional do Sul e Regiões Autónomas e 1 para o Conselho Jurisdiccional Nacional.

Durante o ano de 2023, salienta-se ainda, que o Conselho Jurisdiccional Regional do Centro arquivou 8 processos (2 referentes a 2022 e 6 referentes a 2023), e deliberou a abertura de 1 processo disciplinar.

O Conselho Jurisdiccional Regional do Norte arquivou 4 processos (2 referentes a 2022 e 2 referentes a 2023).

O Conselho Jurisdiccional Regional do Sul e Regiões Autónomas arquivou 17 processos (5 referentes a 2022, dos quais 2 por aplicação da Lei da Amnistia, Lei nº 38-A/2023, e 12 referentes a 2023, dos quais 2 por aplicação da Lei da Amnistia, Lei nº 38-A/2023) e deliberou a abertura de 1 processo disciplinar.

O Conselho Jurisdiccional Nacional deliberou a instauração de 1 processo disciplinar no caso que apreciou, tendo o mesmo sido posteriormente arquivado, pela aplicação da Lei da Amnistia, Lei nº 38-A/2023.

## III. INICIATIVAS QUE REÚNEM A CLASSE FARMACÊUTICA

Em 2023 realizaram-se diversas atividades, presenciais e *online*, dirigidas aos farmacêuticos, cuja responsabilidade de organização esteve a cargo da DN-OF, das Secções Regionais, dos Conselhos dos Colégios de Especialidade e dos Grupos Profissionais.

Enumeramos abaixo as iniciativas que dependeram dos órgãos nacionais da OF, em particular da DN-OF:

## VISITAS DISTRITAIS E REGIONAIS

O bastonário e a DN-OF iniciaram durante o ano de 2023 um conjunto de Visitas Distritais e Regionais para contactar com colegas de diferentes áreas profissionais e assim conhecer os principais desafios que os farmacêuticos enfrentam no seu quotidiano profissional. O projeto iniciou-se no distrito de Faro e passou pela Região Autónoma da Madeira (RAM), prosseguindo ao longo do próximo ano de 2024, o último ano de mandato dos órgãos sociais da OF, com visitas aos restantes distritos do país.

Em cada uma destas deslocações, o bastonário visitou farmácias comunitárias, serviços farmacêuticos hospitalares, laboratórios de análises clínicas, distribuidores farmacêuticos, unidades de produção de medicamentos, instituições de ensino, centros de investigação, entre outros. No âmbito desta iniciativa, a OF tem também promovido a realização de Reuniões Abertas com os farmacêuticos das regiões visitadas, num momento de proximidade entre os profissionais e a instituição que os representa, mas também de partilha de experiências, prioridades e preocupações relativas ao exercício farmacêutico

Nesta perspetiva de aproximação aos farmacêuticos, o bastonário tem também realizado várias visitas individuais a diferentes locais de exercício farmacêutico. No início do ano, o dirigente da OF visitou ainda o Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, o Centro Hospitalar Universitário de Santo António, tendo ainda visitado laboratórios de análises clínicas e várias companhias farmacêuticas multinacionais a operar em Portugal, para contacto com o quadro de farmacêuticos e reforço da intervenção da Ordem juntos dos farmacêuticos de indústria.



Visita Disitrital de Faro (1 e 2) e Visita Regional à Madeira (3 e 4)

## ENCONTROS “PROXIMIDADE ENTRE FARMACÊUTICO E CIDADÃO”

A OF reuniu farmacêuticos e demais profissionais de saúde com representantes das associações de doentes e cuidadores e outras organizações da sociedade civil para debater prestação de novos serviços farmacêuticos à população. O Encontro “Proximidade Farmacêutico-Cidadão”, realizado a 20 de junho, no auditório dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, teve como principal objetivo ouvir as opiniões dos doentes e utilizadores dos serviços farmacêuticos sobre as normas de intervenção profissional em desenvolvimento pela OF, sobre os novos serviços disponibilizados à comunidade, como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, a renovação da terapêutica crónica ou a intervenção em situações clínicas ligeiras.

A DN-OF pretende prosseguir este modelo de auscultação dos utilizadores de serviços farmacêuticos e seus representantes, criando oportunidades para ouvir as suas impressões e sugestões em relação à atividade farmacêutica, prevendo-se para o início de 2024 a realização de uma nova edição deste encontro que junta farmacêuticos e cidadãos.



Encontro Proximidade entre Farmacêutico e Cidadão | 20 junho 2023

## CERIMÓNIA DE COMPROMISSO FARMACÊUTICO

A OF tem vindo a assinalar o início da atividade profissional e a inscrição na Ordem de centenas de farmacêuticos organizando a Cerimónia de Compromisso Farmacêutico.

Em 2023, a iniciativa decorreu no Porto, no dia 18 de junho, na Casa da Música, e teve como orador convidado o farmacêutico Gonçalo Sousa Pinto, da Federação Internacional Farmacêutica (FIP), que efetuou uma preleção sobre “O futuro da profissão do Farmacêutico”.

O evento juntou várias gerações de farmacêuticos, entre jovens farmacêuticos recém-diplomados, farmacêuticos que se reinscreveram ao abrigo do Programa Extraordinário, profissionais com mais 35 anos de atividade e professores universitários. Mais que um momento simbólico, a Cerimónia representa para estes profissionais de saúde um vínculo ético, moral e deontológico com os valores da profissão farmacêutica.



Cerimónia de Compromisso Farmacêutico | 18 junho 2023

## DIA NACIONAL DO FARMACÊUTICO

Cumprindo a tradição, a OF assinalou o Dia Nacional do Farmacêutico, a 26 de setembro, com a realização de uma Sessão Solene, que este ano foi organizada pela Secção Regional do Norte (SRN-OF). Com a presença de quase duas centenas de profissionais e representantes de entidades ligadas ao setor, a Cerimónia contou com a participação do ministro da Saúde e do diretor executivo do SNS e ficou marcada pela entrega das Medalhas de Honra da OF a Joaquim Chaves, António da Rocha e Costa e Fernando Aires Miranda, das Medalhas dos 50 Anos de Profissão e dos Prémios Sociedade Farmacêutica Lusitana.

A abertura da sessão esteve a cargo do anfitrião, o presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, e face à ausência do bastonário, por motivos pessoais, coube à vice-presidente da OF, Paula Costa, proferir o discurso do representante dos farmacêuticos, transmitindo assim várias medidas, desafios e prioridades preconizadas pelos farmacêuticos para o setor da Saúde e para a sua profissão.

O ministro da Saúde foi confrontado com um protesto silencioso de algumas dezenas de farmacêuticos do SNS, que aproveitaram a ocasião para manifestar o seu descontentamento sobre as condições e desvalorização das suas importantes funções e responsabilidades nas unidades e estabelecimentos de saúde do setor público.

A cerimónia comemorativa do Dia Nacional do Farmacêutico terminou com um momento de confraternização e convívio entre farmacêuticos de várias gerações.



Dia Nacional do Farmacêutico | 26 setembro 2023



## CONGRESSO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS 2024

A OF iniciou os preparativos para a realização do Congresso Nacional dos Farmacêuticos 2024 (CNF24), agendado para os dias 21, 22 e 23 de novembro, no Centro de Congressos de Lisboa, a par com a edição de 2024 da Expofarma.

O maior encontro nacional da profissão farmacêutica está assim de volta no seu formato mais tradicional, depois de uma última edição marcada pelas restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Durante três dias, Lisboa será o epicentro do debate sobre a atividade farmacêutica em Portugal, num encontro aberto a farmacêuticos, estudantes de Ciências Farmacêuticas e outros profissionais de saúde e do setor farmacêutico.

A DN-OF nomeou o farmacêutico e investigador do Instituto Português de Oncologia do Porto, Rui Medeiros, como presidente do CNF24, que coordena os trabalhos da comissão organizadora.

Entre sessões plenárias, paralelas, simpósios e *workshops*, a organização está a preparar um vasto programa científico e cultural que mobilize toda a profissão, para mais um momento de atualização de conhecimentos, desenvolvimento profissional, convívio e *networking* entre profissionais do setor farmacêutico.

## CONSELHO FARMACÊUTICO NACIONAL

A DN-OF convocou o Conselho Farmacêutico Nacional, o órgão consultivo presidido por Miguel Silvestre, que congrega a classe farmacêutica, as associações setoriais e a academia para uma reflexão sobre temas relevantes para a profissão farmacêutica. A reunião teve como temas centrais o processo de revisão do Estatuto da OF e a apresentação dos resultados preliminares do estudo realizado pelo Conselho de Jovens Farmacêuticos sobre a demografia da profissão, tendências de evolução e de desenvolvimento profissional.

O bastonário apresentou as linhas de intervenção da instituição durante o seu mandato e apontou três desafios estruturais para a profissão: atratividade, transformação e desenvolvimento, explicando as iniciativas desenvolvidas pela OF em cada um destes eixos. O processo de revisão do Estatuto da OF, decorrente da nova lei-quadro das associações públicas profissionais, foi apresentado pelo secretário-geral da OF, Ricardo Santos, que efetuou uma resenha cronológica sobre o processo legislativo, lembrando as sucessivas intervenções da OF em cada momento. O presidente do Conselho de Jovens Farmacêuticos, Bruno Macedo, apresentou os primeiros resultados do trabalho de caracterização da profissão e análise sobre os percursos e áreas de desenvolvimento profissional dos farmacêuticos.

## ASSEMBLEIAS GERAIS

Nos termos do Estatuto da OF, realizaram-se durante o mês de março as Assembleias Regionais e Geral da OF para apreciação dos Relatórios de Atividades e Contas relativo ao ano de 2022. Os delegados os documentos apresentados pela DN-OF, assim como as propostas de alteração ao Regulamento Eleitoral e Referendário e ao Regulamento de Quotas e Taxas. Na ocasião, o bastonário anunciou ainda a constituição de uma comissão interna para revisão do Estatuto da OF.

No final do ano, decorreu também a Assembleia Geral da OF para apreciação do Plano de Atividades e Orçamento para 2024, que foram também aprovados pelos delegados eleitos nas Assembleias Regionais. Nesta reunião, foi ainda efetuado um ponto de situação sobre o processo de revisão do Estatuto da OF e de renovação da sede da OF, em Lisboa.

Nos termos da última revisão ao regimento das assembleias da OF, aprovada na Assembleia Geral da OF de dezembro de 2022 (Regulamento n.º 1198/2022), estas reuniões são transmitidas em direto a partir da Secretaria *Online* da OF, com inscrição prévia obrigatória para todos os farmacêuticos que queiram participar por videoconferência carece de inscrição prévia.

## IV. TRANSFORMAÇÃO E TRANSIÇÃO DIGITAL

Reconhecendo a importância crítica de se adaptar às novas realidades tecnológicas e às crescentes expectativas dos seus membros, em 2023 a OF empenhou-se em transformar a sua estrutura organizacional numa entidade mais acessível, eficiente e útil. Este esforço visou não só simplificar os processos internos, mas também agilizar o atendimento aos seus membros, com o objetivo de reduzir significativamente os tempos de resposta, aumentar a eficiência operacional e elevar os níveis de satisfação dos membros.

Perante a necessidade imperativa de modernizar a sua plataforma de gestão de membros, a OF iniciou um processo de consulta a várias empresas de consultoria especializadas nesta área. A empresa selecionada terá como foco principal a realização de um levantamento funcional abrangente de todas as áreas técnicas essenciais para a futura plataforma, bem como definir um planeamento detalhado, tanto a nível temporal quanto orçamental, para o desenvolvimento e implementação da nova solução. Além disso, será dada especial atenção ao desenho técnico e às especificações funcionais do caderno de encargos, estabelecendo as bases sólidas para o lançamento do desenvolvimento ou aquisição da nova plataforma em 2024.



Esta iniciativa sublinha o compromisso firme da OF em oferecer aos seus membros serviços ágeis e de qualidade. A modernização da plataforma de gestão de membros é um passo crucial nessa direção, refletindo a dedicação da OF em utilizar a tecnologia para melhorar a experiência dos membros e garantir que a instituição permaneça na vanguarda do setor, pronta para enfrentar os desafios futuros e aproveitar as oportunidades que surgem na era digital.

## V. INDICADORES DE GESTÃO

Em 2022 a DN-OF identificou a necessidade de medir, com periodicidade anual, um conjunto de indicadores para o ano de 2023, com o objetivo de avaliar e promover a melhoria contínua dos serviços para uma resposta mais eficiente às necessidades dos associados.

A medição de indicadores, abrangendo diversas áreas, permitiu-nos obter uma visão clara da nossa atividade e das áreas que necessitam de atenção.

Esta prática não só evidencia o nosso compromisso com a excelência e a qualidade dos serviços prestados aos farmacêuticos e à sociedade, mas também nos orienta na identificação de oportunidades de melhoria.

De entre a lista completa de indicadores que são atualmente monitorizados, destacamos abaixo os principais indicadores em 2023, organizados de acordo com a estrutura dos serviços da DN-OF:

### SG / GESTÃO DOCUMENTAL

INDICADOR	DEZ'2022	DEZ'2023	Δ 2022-2023
Número de processos registados (totais)	11 193	14 804	+ 3 611
Percentagem de processos arquivados (totais)	-	92.7%	-
Tempo médio de resposta aos processos (totais) – em dias	-	14.9 DIAS	-
Número de processos registados (membros)	-	4 464	-
Percentagem de processos arquivados (membros)	-	95.9%	-
Tempo médio de resposta aos processos (membros) – em dias	-	11.8 DIAS	-

Em relação à Gestão Documental, considera-se um processo qualquer documento recebido por via postal ou através de e-mail institucional dos serviços da DN-OF. Estão excluídos os telefonemas, as consultas do Centro de Informação do Medicamento (registadas em *software* próprio), os processos das Secções Regionais, os pedidos de creditação individual de atividades e outros processos tramitados diretamente na plataforma de gestão de membros (ex: atualizações de dados pessoais e profissionais).

### SG / SATISFAÇÃO DOS MEMBROS

INDICADOR	DEZ'2022	DEZ'2023	Δ 2022-2023
Número de respostas ao questionário de satisfação	-	449	-
Grau de satisfação com a resposta (de 1 a 5)	-	4.12	-
NPS dos membros	-	26	-
Taxa de atendimento das chamadas telefónicas do número central	63%	83%	+ 20%

Na satisfação dos membros ao contactar com os nossos serviços, houve um grau de satisfação de 4,12 numa escala de 1 a 5, através da resposta a um inquérito de satisfação disponível ao longo do ano. A taxa de atendimento telefónico atingiu os 83%, refletindo a melhoria da eficiência deste meio de contacto.



## SG / BASE DE DADOS E ESTATÍSTICA

INDICADOR	DEZ'2022	DEZ'2023	Δ 2022-2023
Número de novos membros	592	624	+ 32
Número de membros estudantes	-	726	-
Número de novos membros (programa extraordinário - 50 anos)	-	34	-
Número de reinscrições (programa extraordinário - 50 anos)	-	45	-
Número de farmacêuticos com quotas em dívida > 12 meses	1 319	778	- 541
Número de farmacêuticos que não atualizam dados há > 10 anos	5 857	5 736	- 121
Número de farmacêuticos com acesso à secretaria <i>online</i> da OF	18 885	19 431	+ 546

Relativamente à área da Base de Dados e Estatísticas, registou-se um crescimento no número de novos membros, assim como uma redução no número de farmacêuticos com quotas em dívida e que não atualizaram seus dados há mais de 10 anos. O número de farmacêuticos com acesso à secretaria *online* também aumentou.

## SG / RECURSOS HUMANOS

INDICADOR	DEZ'2022	DEZ'2023	Δ 2022-2023
Número de horas de formação por colaborador	29.9	40.1	+ 10.2
Satisfação global dos colaboradores	3.64	3.80	+ 0.16
NPS dos colaboradores	- 34	19	+ 53

Na área de Recursos Humanos, observou-se um aumento no número de horas de formação por colaborador, uma melhoria na satisfação global dos colaboradores e um aumento significativo no *Net Promoter Score* (NPS), evidenciando um ambiente de trabalho positivo e em crescimento.

## SG / COMUNICAÇÃO E MARKETING INSTITUCIONAL

INDICADOR	DEZ'2022	DEZ'2023	Δ 2022-2023
Número de visitas ao site	1 620 188	1 918 113	+ 297 925
Número de aberturas do DIÁRIO OF	3 086 568	4 004 572	+ 918 004
Número de cliques no DIÁRIO OF	-	270 384	-
Visualização / Alcance / Impressões totais (redes sociais OF)	637 477	1 699 644	+ 1 062 167

Na área de Comunicação e Marketing Institucional observou-se um aumento no número de visitas ao site e na abertura do DIÁRIO OF, juntamente com um crescimento nas visualizações e alcance nas redes sociais.

## ASSUNTOS PROFISSIONAIS

INDICADOR	DEZ'2022	DEZ'2023	Δ 2022-2023
Número de participantes nos eventos anuais dos Colégios de Especialidade	756	779	+ 23
Número de candidaturas aos Títulos de Especialista	150	104	- 46
Número de farmacêuticos que já acederam à Bolsa de Oportunidades da OF	8 281	9 012	+ 731

No Departamento dos Assuntos Profissionais, verificou-se uma maior participação em eventos dos Colégios de Especialidade e do número de farmacêuticos que acederam à Bolsa de Oportunidades da OF, contrastando com a diminuição do número de candidaturas aos títulos de especialista, o que se justifica pela não abertura da época de exames para a atribuição dos títulos de especialista em Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar e Genética Humana.



## DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

INDICADOR	DEZ'2022	DEZ'2023	Δ 2022-2023
Número de farmacêuticos comunitários em exercício com a competência em administração de vacinas e medicamentos injetáveis	4 649	6 477	+ 1 828
Número de farmácias comunitárias com farmacêuticos com a competência em administração de vacinas e medicamentos injetáveis	2 159	2 578	+ 419
Percentagem de farmacêuticos que completaram o ciclo 2019/2023	-	89,5%	-
Percentagem de farmacêuticos que completaram o ciclo 2020/2024	-	54%	-
Número de ações de formação creditadas	304	322	+ 18
Número entidades que submeteram pedidos de creditação de ações de formação	77	104	+ 27

No Departamento do Desenvolvimento Profissional destacou-se o aumento no número de farmacêuticos comunitários com competência na administração de vacinas e medicamentos injetáveis e no número de farmácias com farmacêuticos competentes, tendo a Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno 2023-2024 contribuído para este crescimento. De referir que no final de 2023, mais de metade dos farmacêuticos incluídos no Ciclo de Desenvolvimento Profissional Contínuo já completaram este ciclo, embora a sua conclusão seja apenas no final de 2024. Igualmente houve um aumento do número de ações de formação creditadas e de entidades que submeteram pedidos de creditação às suas formações, o que reflete uma maior procura de formação científica direcionada aos farmacêuticos.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INDICADOR	DEZ'2022	DEZ'2023	Δ 2022-2023
Número de carteiras profissionais europeias aprovadas (para acolhimento)	1	3	+ 2
Número de carteiras profissionais europeias aprovadas (para emigração)	6	16	+ 10

No Departamento de Relações Internacionais, mais do que duplicaram o número de emissões de carteiras profissionais europeias, sublinhando o aumento da mobilidade profissional no espaço europeu.

## CENTRO DE INFORMAÇÃO DO MEDICAMENTO

INDICADOR	DEZ'2022	DEZ'2023	Δ 2022-2023
Número de consultas	422	465	+ 43
Percentagem de consultas respondidas em 24 horas	80,9%	92,7%	+ 11,8%
Número de Boltins do CIM	4	4	0
Número de e-Publicações	12	12	0
Número de Breves Questões Terapêuticas	12	12	0
Número de publicações destinadas aos cidadãos	-	24	+ 24
Número de sessões "CIM à Tarde na Sociedade Farmacêutica"	3	3	0

O Centro de Informação do Medicamento (CIM) aumentou a sua atividade, pelo aumento do número total de consultas e da sua eficiência de resposta. A introdução de publicações destinadas aos cidadãos alinha-se com o Plano Estratégico do CIM e representa um esforço consciente para envolver os cidadãos de maneira mais direta e eficaz na compreensão de temas relacionados com a saúde e medicamentos.

A análise dos resultados dos indicadores de gestão tem permitido a implementação de estratégias direcionadas para melhorar a eficiência da Ordem, em 2024 e, essencialmente, aumentar a satisfação dos serviços prestados.

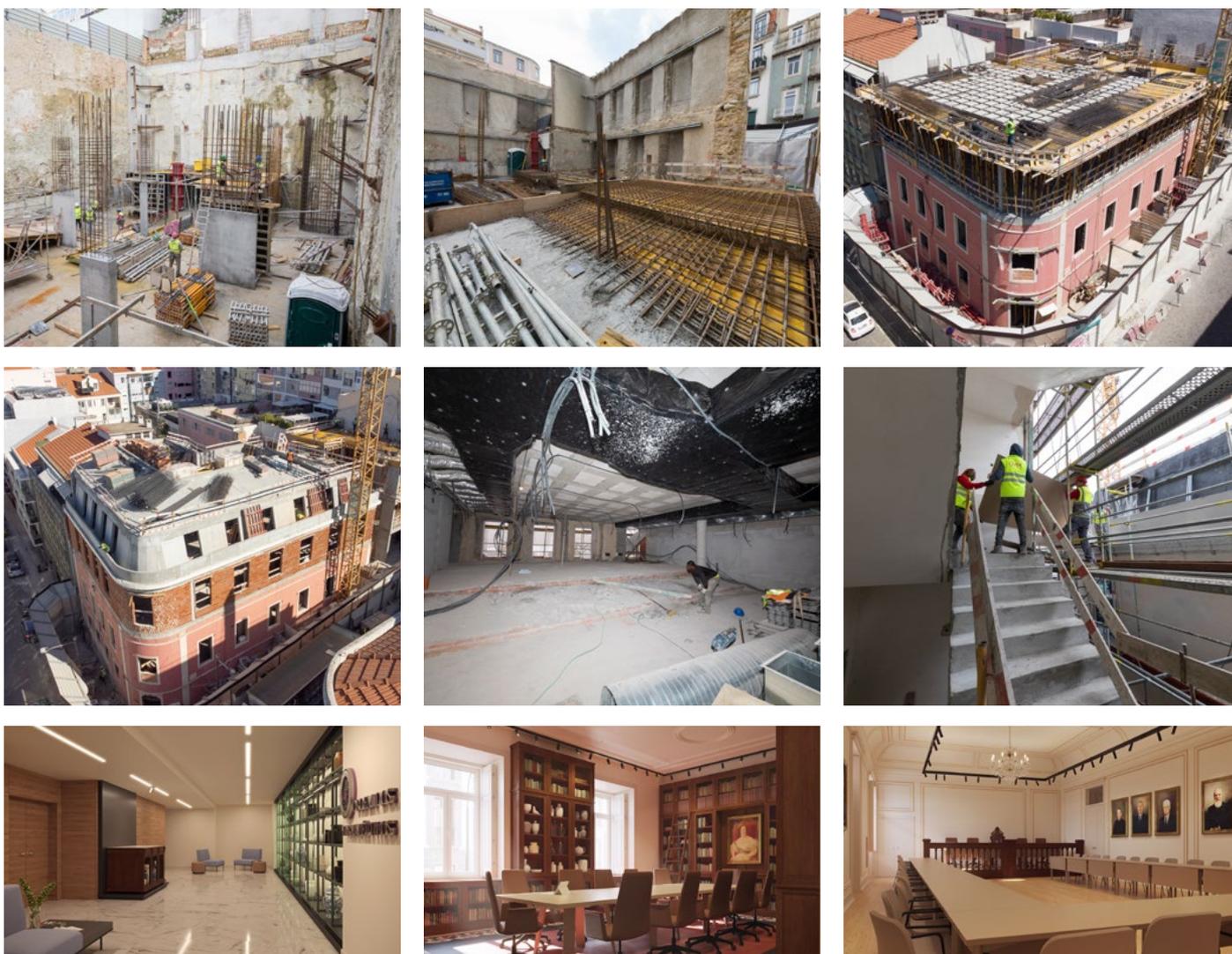
## VI. NOVA SEDE DA OF

O ano de 2023 foi marcado pela continuidade dos trabalhos de renovação e ampliação da Sede Nacional e da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da OF (SRSRA-OF), localizada na Rua da Sociedade Farmacêutica, em Lisboa. Este projeto ambicioso visa modernizar e expandir as instalações existentes, adequando-as às crescentes necessidades da instituição e, em particular, dos farmacêuticos.

Até o final do exercício de 2023, registou-se uma execução global da empreitada de 69%, refletindo um atraso de 10 meses e 3 semanas em relação ao plano de trabalhos inicialmente estabelecido, estando a conclusão da empreitada prevista para o primeiro semestre de 2024. Este desvio deve-se, em parte, aos desafios inerentes à realização de obras numa zona histórica, de difícil acesso, bem como pelas dificuldades do empreiteiro em garantir a disponibilidade adequada de materiais e de mão de obra conforme exigido.

Apesar destes obstáculos, o ano de 2023 destacou-se por avanços significativos na empreitada. A estrutura do edifício foi totalmente concluída, o que possibilitou o início dos trabalhos no interior. Esses trabalhos abrangeram especialidades como eletricidade, águas e saneamento, elevadores, telecomunicações e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC). Além disso, foram dados passos importantes na arquitetura de interiores e iniciado o procedimento de contratação pública para a aquisição de equipamentos audiovisuais.

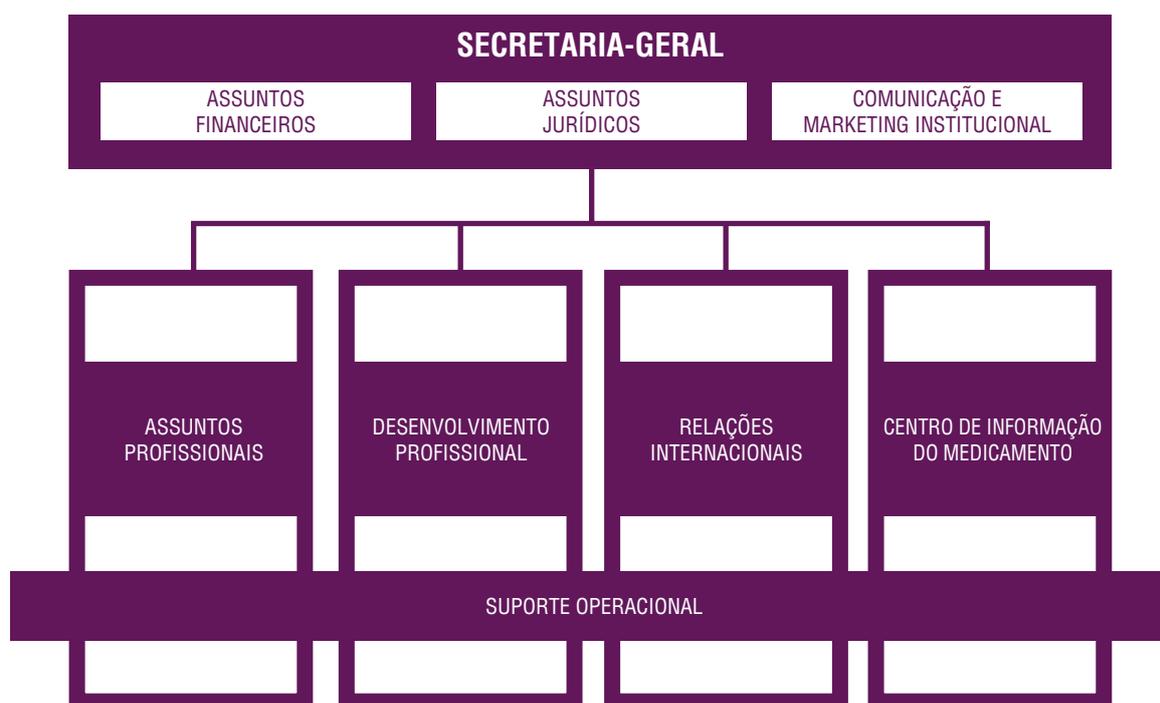
A Comissão Nova Sede, presidida pelo bastonário João Silveira, tem mantido um acompanhamento rigoroso e sistemático do projeto, realizando reuniões mensais com a equipa de projetistas, com a equipa de arquitetura de interiores e decoração e com a equipa de gestão e coordenação do projeto. Este último tem sido fundamental na fiscalização e qualidade diária dos trabalhos, assegurados pela empresa de construção Alexandre Barbosa e Borges.



Evolução da obra da “Nova Sede OF” e respetivo projeto de decoração de interiores

## VII. RECURSOS HUMANOS

Durante este ano, a DN-OF empreendeu uma reorganização estratégica dos seus serviços, uma mudança que visou não apenas otimizar a estrutura organizacional, mas também aprimorar a eficácia e eficiência dos processos internos. Esta reestruturação foi acompanhada pela implementação de indicadores de gestão rigorosos e sistemas de medição de resultados, essenciais para monitorar o desempenho e garantir a melhoria contínua.



A DN-OF reafirmou o seu empenho em enriquecer o quadro de pessoal, recrutando e formando profissionais altamente qualificados. A iniciativa de reorganização dos Recursos Humanos destacou-se como um passo crucial para corresponder com excelência às necessidades crescentes dos farmacêuticos. Foi dada especial atenção à formação especializada dos colaboradores e à implementação de modelos de avaliação de desempenho anual.

Em 2023 foram ainda iniciados os trabalhos para implementação da política de recursos humanos transversal a todos os colaboradores da Ordem (Lisboa, Porto, Coimbra, Funchal e Angra do Heroísmo).

A OF tem a visão de ser reconhecida como um local de trabalho de qualidade, que aposta nos seus colaboradores, alinhado com a missão de prestar o melhor serviço tanto aos farmacêuticos como à sociedade em geral.

No que respeita aos recrutamentos para o quadro de colaboradores da DN-OF, detalhamos abaixo os que existiram ao longo do ano de 2023:

- » Estagiário(a) para a Comunicação e Marketing Institucional;
- » Estagiário(a) para a Direção Nacional;
- » Estagiário(a) para o Centro de Informação do Medicamento;
- » Secretário(a) administrativa para os Assuntos Profissionais;
- » Secretário(a)-Técnico(a) para as Relações Internacionais;
- » Secretário(a)-Técnico(a) para os Assuntos Profissionais;
- » Técnico(a) administrativo(a) para o Gabinete de Aprovisionamento e Serviços Financeiros;
- » Técnico(a) administrativo(a) para os Assuntos Financeiros;
- » Técnico(a) Superior - Contratação Pública.



## VIII. CONSULTAS PÚBLICAS

Em 2023, a OF colocou em Consulta Pública nove documentos, nomeadamente:

- » Boas Práticas Regulamentares;
- » Boas Práticas sobre Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis;
- » Norma Geral - Dispensa de Medicamentos Hospitalares em Proximidade;
- » Normas para Atribuição do Título de Especialista em Indústria Farmacêutica;
- » Normas Transitórias para Atribuição do Título de Especialista em Distribuição Farmacêutica;
- » Regulamento de Quotas e Taxas;
- » Regulamento dos Colégios de Especialidade;
- » Regulamento Eleitoral e Referendário;
- » Regulamento para Atribuição da Competência Farmacêutica em Oncologia;

Foi ainda aberto um período para recolha de contributos dos farmacêuticos sobre a alteração ao Estatuto da OF.

## IX. 50 ANOS DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

A OF assinalou os 50 anos da sua constituição formal durante o ano de 2022, num conjunto de iniciativas que decorreram ao longo do ano e se prolongaram no início do 2023. Entre as iniciativas organizadas, merece particular destaque a Cerimónia Comemorativa realizada no dia 23 de novembro de 2022, no Museu do Tesouro Real, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, num evento que ficou também marcado pela realização de uma exposição de obras e peças de farmacêuticos com veia artística, e para o lançamento do livro “50 anos de Histórias & Memórias da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos”, o que ocorreu em junho.

Entre as iniciativas organizadas esteve ainda a realização de um vídeo para divulgação nas plataformas digitais com a opinião de farmacêuticos e de outros profissionais e interlocutores da área da Saúde sobre o futuro da profissão nos próximos anos, como médicos, investigadores, administradores hospitalares, decisores políticos e representantes dos utentes, que evidenciaram a relevância social da profissão secular e as suas perspetivas de evolução.

## X. PROGRAMA EXTRAORDINÁRIO DE REINSCRIÇÃO E INSCRIÇÃO DE NOVOS MEMBROS

No âmbito do cinquentenário da OF, foi promovido o Programa Extraordinário de Reinscrição e Inscrição de Novos Membros, com o objetivo de estimular a aproximação, reingresso de antigos membros e a inscrição de novos profissionais com grau académico em ciências farmacêuticas obtido há mais de 5 anos.

Em vigor de 1 de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023, o programa permitiu taxas de reinscrição e inscrição reduzidas, respetivamente, a 0€ e 150€, numa tentativa de facilitar a integração destes profissionais.

A estratégia de divulgação abrangeu desde plataformas digitais, comunicação personalizada via postal, e-mail e telefone, alcançando um universo de cerca de 1.300 farmacêuticos em situação de cancelados, dos quais 774 foi possível o seu contacto direto.

No resultado global, o programa alcançou 45 reinscrições e 34 novas inscrições. Este resultado reflete um desafio na aproximação de antigos membros e na atração de novos profissionais para a Ordem. O programa representou um passo significativo na dinamização e aproximação da Ordem aos seus antigos e potenciais membros.

## 3. ASSUNTOS PROFISSIONAIS

### I. REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Compete à OF a defesa dos interesses das pessoas, da colaboração com a sociedade civil, das ações de fiscalização, da definição de boas práticas e do registo profissional.

Para o exercício da atividade farmacêutica, a OF disponibilizou apoio e ferramentas que auxiliam o farmacêutico nas diversas áreas profissionais, prestando todos os esclarecimentos relacionados com a evolução da atividade legislativa do setor e promovendo o desenvolvimento de orientações e normativos profissionais que contribuam para melhorar a intervenção farmacêutica nas diversas áreas de atividades.

Na área da **farmácia comunitária**, destacam-se os serviços farmacêuticos que têm vindo a ser implementados, como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, a campanha de vacinação sazonal do outono-inverno, que em 2023 incluiu, pela primeira vez, a vacinação contra a COVID-19, a renovação da terapêutica crónica, e o desenvolvimento de projetos piloto para a intervenção do farmacêutico comunitário em situações clínicas ligeiras. Ainda em 2023, foi publicada em Diário da República a Portaria n.º 402/2023, de 4 de dezembro, que estabelece os novos procedimentos de acesso à Profilaxia Pré-Exposição ao VIH (PrEP), bem como o regime de comparticipação do tratamento.



Arranque da Campanha de Vacinação Sazonal contra a Gripe e COVID-19 (1) e início do processo de Renovação da Terapêutica Crónica (2)

Na área da **farmácia hospitalar**, a OF acompanhou de perto as dificuldades que se verificam atualmente. Neste âmbito, durante o ano de 2023, a OF tomou conhecimento de 127 declarações de exclusão de responsabilidade assinadas por farmacêuticos e entregues aos respetivos Conselhos de Administração de 13 entidades distintas, perfazendo assim um total de 210 declarações assinadas por farmacêuticos de 16 entidades de saúde. A DN-OF promoveu, assim, ações junto dos Conselhos de Administração das unidades hospitalares e, quando necessário, do Infarmed. O agravamento desta conjuntura motivou a realização, com caráter de urgência, de reuniões descentralizadas com farmacêuticos hospitalares que exercem atividade no SNS (Porto, Coimbra, Lisboa e Faro) durante o mês de outubro com o objetivo de analisar o estado atual do exercício da profissão nas diferentes unidades que integram o SNS, de norte a sul do país, e definir uma estratégia de atuação para a valorização das atividades desenvolvidas por estes profissionais de saúde.

Ainda sobre a área hospitalar, foi retomado o projeto “TOP Farmácia Hospitalar”, em colaboração com a IQVIA, que reúne vários indicadores das atividades desenvolvidas nos serviços farmacêuticos hospitalares e que será implementado e divulgado em 2024.

Também as Unidades de Cuidados Continuados (UCC) tiveram especial atenção, onde foram promovidas reuniões com representantes da União das Misericórdias Portuguesas, para onde abordar o exercício farmacêutico na gestão do medicamento nas UCC, tendo a OF manifestado abertura para um trabalho conjunto de desenvolvimento de Boas Práticas na área dos Cuidados Continuados Integrados.

Nas áreas das **análises clínicas** e da **genética humana**, tem-se constatado uma diminuição sustentada do número de farmacêuticos que exercem. Hoje, são a quinta área profissional farmacêutica e representam cerca de 10% do número total de farmacêuticos a exercer em Portugal (num universo de 16 mil farmacêuticos ativos em exercício). Esta realidade afeta também o rejuvenescimento e a renovação geracional dos profissionais, pelo que a OF entendeu oportuno iniciar uma discussão e debate interno sobre as competências dos farmacêuticos destas áreas, tendo em conta os desafios atuais do setor e as necessidades do sistema de saúde.

Desta forma, em 2023 foi aprovada a Estratégia da OF para as Especialidades de Análises Clínicas e de Genética Humana, que tem

como pilares caracterizar o setor em Portugal, reforçar a componente técnico-científica das análises clínicas e da genética humana e afirmar as análises clínicas e a genética humana como áreas estratégicas no âmbito da Saúde Pública. Neste âmbito, foi ainda nomeado um grupo de trabalho, com farmacêuticos dos setores, com o intuito dinamizar a referida estratégia.

Ainda sobre este setor de atividade profissional, a OF contestou a alteração proposta pelo Ministério da Saúde no processo de revisão da portaria referente aos laboratórios de genética humana, segundo a qual a direção técnica só poderia ser assegurada por um especialista em genética humana inscrito na Ordem dos Médicos. Na sua posição, a OF realçou a inconstitucionalidade de algumas normas e o impacto operacional desta alteração, que cria uma desigualdade e uma restrição injustificável ao direito de acesso ao trabalho.

Relativamente às áreas de **assuntos regulamentares** e de **indústria farmacêutica**, a DN-OF, com o apoio dos Conselhos de Especialidade, acompanhou o processo de revisão da legislação farmacêutica europeia, as alterações legislativas relativamente à marcação de preço nas embalagens, como acompanhou de perto os problemas de escassez de medicamentos e produtos de saúde.

No que diz respeito à **distribuição farmacêutica**, a DN-OF promoveu a discussão sobre a especialização dos farmacêuticos a exercer no setor, e aprovou a proposta do Grupo Profissional de Distribuição Farmacêutica (GPDF-OF) para criação das normas transitórias para atribuição do título de especialista em Distribuição Farmacêutica. A 3 de outubro de 2023 realizou-se uma reunião interna, em Carcavelos, convocada pela DN-OF, com representantes dos órgãos sociais, colégios de especialidade e conselhos consultivos para debater o desenvolvimento profissional na área da Distribuição Farmacêutica. A reunião teve como ponto central a apresentação dos resultados do inquérito realizado pelo GPDF-OF aos profissionais que exercem em empresas ligadas ao setor. O grupo apresentou ainda algumas propostas de trabalho para iniciar uma eventual implementação da especialidade, como os critérios de elegibilidade e áreas funcionais em avaliação, em linha com a atribuição de outras especialidades farmacêuticas. O documento elaborado pelo grupo profissional entrou em consulta pública a 20 de dezembro de 2023, e pretende-se, desta forma, atribuir os primeiros títulos de especialista em 2024.



Reunião entre Órgãos Sociais da OF e o GPDF-OF | 03 outubro 2023

No âmbito do quadro legislativo português do medicamento, a OF continuou ainda a colaborar com o Infarmed na elaboração de protocolos de dispensa de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica de Dispensa Exclusiva em Farmácia (MNSRM-EF). Durante o ano de 2023, a OF reviu e comentou sete Protocolos de Dispensa de MNSRM-EF, contribuindo assim para capacitar a ação dos farmacêuticos comunitários nesta importante área de aconselhamento.

Ainda sobre a dispensa e entrega de medicamentos ao público, a OF questionou o Infarmed sobre as condições mínimas obrigatórias que garantem a segurança dos utentes e a qualidade dos medicamentos e produtos de saúde entregues por novos intermediários, seja no domicílio, em cacifos públicos ou através de outros pontos de entrega. A OF apresentou algumas reservas sobre algumas práticas comerciais que permitem o acesso à distância a medicamentos, dispositivos médicos e outros produtos de saúde sem cumprimento da legislação vigente, nem das normas profissionais que orientam a dispensa, distribuição e entrega de medicamentos ao domicílio, e os diplomas que regulam a dispensa e entrega de medicamentos ao público (Decreto-Lei n.º 300/2007 e Portaria n.º 1427/2007) não acompanharam o desenvolvimento destes novos modelos de distribuição e entrega de medicamentos através das plataformas digitais.

Ciente do desafio que a sustentabilidade ambiental representa para as empresas e indivíduos, um dos pilares deste mandato, a OF reuniu com o diretor-geral da Valormed, Luís Miguel Figueiredo, onde foram realçadas as lacunas existentes sobre a gestão de resíduos resultantes da preparação individualizada da medicação e de resíduos corto-perfurantes. A OF como entidade reguladora da profissão farmacêutica, é dotada de uma forte consciência ambiental e de responsabilidade social na educação e no aumento da literacia da população neste domínio.



No que aos normativos dizem respeito, foram colocados 8 documentos em consulta pública, sendo três relativos ao exercício farmacêutico:

- » Boas Práticas sobre Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis;
- » Boas Práticas Regulamentares;
- » Norma Geral -Dispensa de Medicamentos Hospitalares em Proximidade.

Por fim, considerando os múltiplos setores de atividade da profissão farmacêutica, em 2023 a OF iniciou uma reforma da sistematização da informação disponível na sua página eletrónica e na sua base de dados, tendo em vista assegurar uma melhor regulação profissional dessas múltiplas áreas.

Nesse sentido, a DN-OF identificou as seguintes áreas consideradas estratégicas:

#### **Áreas Profissionais:**

- » Análises Clínicas e de Saúde Pública
- » Assuntos Regulamentares
- » Distribuição Farmacêutica
- » Ensino Farmacêutico
- » Farmácia Comunitária
- » Farmácia Hospitalar
- » Farmácia Militar e de Emergência
- » Genética Humana
- » Indústria Farmacêutica

#### **Outras áreas de diferenciação e desenvolvimento da profissão:**

- » Avaliação de Tecnologias de Saúde e Acesso ao Mercado
- » Ensaio Clínicos
- » Farmacoeconomia
- » Farmacovigilância
- » Gestão em Saúde
- » Investigação e Desenvolvimento
- » Marketing Farmacêutico
- » Produção e Qualidade
- » Radiofarmácia
- » Saúde Pública
- » Toxicologia

## **II. PLATAFORMA DE APOIO À INTERVENÇÃO PROFISSIONAL**

Em setembro de 2023 foi disponibilizada a plataforma de apoio à intervenção profissional da OF ([plataforma.ordemfarmaceuticos.pt](http://plataforma.ordemfarmaceuticos.pt)), com o objetivo de disponibilizar conteúdos relativos à prática profissional farmacêutica. Desde o seu lançamento até dezembro de 2023, ou seja, num período de quatro meses, a plataforma contou com 6.646 utilizadores ativos, num total de 16.753 utilizadores criados.

O desenvolvimento da plataforma foi impulsionado pelos trabalhos realizados em colaboração com a Direção Executiva do SNS, e com as publicações da Portaria n.º 264/2023 e Portaria n.º 263/2023, ambas de 17 de agosto.

No âmbito da Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno 2023-2024, coube à OF colaborar com os serviços do Ministério da Saúde na disponibilização de informação atualizada sobre as vacinas aprovadas para a Campanha vacinal. Dessa forma, os primeiros conteúdos disponibilizados a todos os farmacêuticos consistiram na compilação de informação relevante à Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno 2023-2024 e uma formação com informação mais aprofundada e atualizada sobre as características



específicas da vacina contra a COVID-19 e sobre a sua administração. Até 31 de dezembro de 2023, 5664 farmacêuticos concluíram a formação.

A Portaria n.º 263/2023, de 17 de agosto veio implementar um conjunto de medidas adicionais no acesso ao medicamento, simplificando o processo aos doentes com patologias crónicas, clinicamente estabilizados, de forma a evitar o recurso aos serviços de saúde apenas para renovação da prescrição médica. Para tal, foram disponibilizados aos farmacêuticos e médicos instrumentos que permitam, através do acesso ao histórico de prescrições e de dispensas de cada doente, reforçar o acompanhamento da sua adesão à terapêutica e a monitorização da segurança e efetividade dos tratamentos, bom como canais de comunicação entre estes profissionais de saúde. Neste âmbito, a OF compilou conteúdos relativos à renovação da medicação crónica, cuja página obteve 13.768 visualizações desde outubro a 31 de dezembro de 2023.

### III. DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Para o reconhecimento do papel de proximidade à população que o farmacêutico desempenha, é necessária uma maior estruturação das suas intervenções. A intervenção do farmacêutico gera ganhos em saúde e é fundamental dar lugar à promoção e ao enquadramento regulamentar dos serviços farmacêuticos.

Considerando o programa do Governo para a área da saúde e, concretamente, o envolvimento dos farmacêuticos, pela sua diferenciação, distribuição geográfica e acessibilidade, a DN-OF apresentou aos decisores políticos um conjunto de novos serviços farmacêuticos nas diversas áreas de atividade clínica, demonstrando os consequentes resultados em saúde e a mais-valia para o sistema de saúde e, em particular, para o SNS. Num momento difícil para o SNS, os farmacêuticos, nomeadamente os comunitários, os hospitalares e os analistas clínicos, podem, se reunidas as condições adequadas, contribuir para o alívio da pressão no SNS e gerar ganhos em saúde para o sistema.

O Orçamento do Estado para 2023 previa o desenvolvimento de serviços farmacêuticos como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e a renovação da prescrição para os doentes crónicos.

Nesse sentido, o Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária (CCEFC-OF) e o Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar (CCEFH-OF) criaram um grupo de trabalho que desenvolveu, em conjunto, uma proposta de norma profissional relativa à dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, que esteve em consulta pública entre 22 de março e 5 de maio de 2023. O documento recebeu cerca de 250 contributos, os quais foram analisados pelo grupo de trabalho. A OF emitiu também o seu parecer e contributos ao anteprojecto de legislação sobre este serviço farmacêutico, sendo o Decreto-Lei n.º 138/2023 publicado a 29 de dezembro, estabelecendo o regime de dispensa de medicamentos em proximidade.

No que diz respeito à renovação da terapêutica crónica em farmácia comunitária, a OF foi parte integrante do grupo de trabalho organizado pela Direção Executiva do SNS. O projeto culminou com a publicação da Portaria n.º 263/2023, de 17 de agosto, permitindo aos farmacêuticos o acesso ao histórico de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde do utente nos últimos 12 meses. Adicionalmente, as prescrições médicas passaram a garantir o tratamento durante os 12 meses subsequentes. Isto colocou aos farmacêuticos o desafio de realizar um acompanhamento mais personalizado e completo, aquando da dispensa dos medicamentos nas farmácias comunitárias. Paralelamente, foi criado um canal digital de comunicação entre o farmacêutico e o médico prescritor para a troca de informação com recurso às notas terapêuticas. Ao privilegiar a comunicação entre o farmacêutico e o médico, com o envio de notas terapêuticas através dos sistemas informáticos da farmácia, há um maior acompanhamento do doente crónico e possibilita-se a efetividade e segurança na utilização de medicamentos. Aquando implementação das ferramentas, a 25 de outubro de 2023, a OF, em conjunto com os SPMS, realizou um webinar de apresentação da Renovação da Terapêutica Crónica. Dado o volume de inscrições, que ultrapassou a capacidade da plataforma de transmissão (1000), a apresentação foi disponibilizada posteriormente, para visualização em diferido.

Para acompanhar a implementação destes serviços, a OF nomeou um grupo de trabalho operacional que inclui profissionais da área da farmácia comunitária, representantes de associações setoriais e profissionais e do CCEFC-OF. Este grupo de trabalho tem como objetivo elaborar propostas de boas práticas de comunicação entre os profissionais de saúde e melhorar os sistemas de informação que suportam este serviço, em particular no que respeita ao canal de comunicação entre farmacêuticos e médicos.

Para além dos serviços já incluídos no Orçamento do Estado, e dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos em 2022, a OF prosseguiu com o trabalho interno no sentido de vir a apresentar uma proposta para a implementação de protocolos de atuação para situações clínicas ligeiras. Estas propostas têm o objetivo de aliviar a pressão no SNS, através da diminuição de idas às urgências hospitalares ou unidades de cuidado de saúde primários, o que se traduziria em ganhos em saúde para o Sistema, sem comprometer a qualidade e a segurança. Para estas situações os farmacêuticos poderão dar aconselhamento e dispensar medicamentos, sempre que necessário, ou encaminhar os doentes ao seu médico de família, de acordo com suas necessidades e seguindo os protocolos devidamente definidos entre a Ordem dos Médicos, a OF e o Ministério da Saúde.



## IV. ACESSO A DADOS EM SAÚDE RELEVANTES

Como suporte à atividade farmacêutica e à prestação de novos serviços, é fundamental consolidar o acesso dos farmacêuticos a dados clínicos relevantes e, em 2023, foi possível garantir o acesso pelos farmacêuticos a informação clínica relevante e a comunicação entre as diversas entidades prestadoras de cuidados, com destaque para o acesso ao boletim das vacinas contra a gripe e contra a COVID-19, para o acesso às prescrições e dispensas, mas também para o recém-criado canal de comunicação entre farmacêuticos e médicos.

De forma transversal, a OF tem apoiado os desenvolvimentos da SPMS nos sistemas de validação da identificação profissional dos farmacêuticos e acesso a dados de saúde relevantes, por parte dos farmacêuticos em atividades assistenciais – farmacêuticos comunitários, hospitalares e analistas clínicos, continuando a trabalhar no sentido de garantir mecanismos de autenticação robustos que garantam o acesso apenas a farmacêuticos com situação de inscrição regular.

Nesse sentido, a OF teve duas reuniões institucionais com a SPMS, tendo sido criado um grupo operacional entre as duas instituições para garantir os desenvolvimentos necessários para continuar a promover um maior acesso dos farmacêuticos a dados de saúde relevante, mas também para ir acompanhando a implementação dos novos serviços farmacêuticos.

No que concerne à farmácia hospitalar, foi também criado um outro grupo de trabalho, integrando membros do CCEFH-OH e elementos da SPMS, para a melhoria da plataforma “SCLínico”, com o objetivo de implementar melhorias que permitam aos farmacêuticos que exercem no SNS, seja na área hospitalar, de análises clínicas ou genética humana, ter acesso a novas funcionalidades para suporte à intervenção farmacêutica hospitalar.

Ainda sobre o acesso a dados de saúde, a OF tem contribuído nos projetos do Plano de Recuperação e Resiliência desenvolvidos pela SPMS para a criação de um Registo de Saúde Eletrónico Único. O primeiro passo será a uniformização e interoperabilidade dos vários sistemas de informação da saúde, para que possam comunicar, independentemente de serem no âmbito de sistemas de saúde privados ou públicos, tendo a OF colaborado na identificação das Especificações Técnicas de Interoperabilidade referentes a diferentes domínios de informação.

## V. ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

A ética e a deontologia farmacêutica são a base de todo o exercício da profissão. O acompanhamento jurídico aos farmacêuticos é fundamental como forma de preservar as condições adequadas para o desempenho profissional nas diversas áreas de atividade e proteger os valores da profissão.

O Conselho Nacional de Deontologia Farmacêutica, coordenado pelo farmacêutico Sérgio Simões, continuou, em 2023 com os trabalhos de promoção do Código Deontológico. Foi criada uma página eletrónica com o intuito apoiar os farmacêuticos em questões éticas e deontológicas e foram ainda criados conteúdos para publicações nas redes sociais da OF, no sentido de alertar os farmacêuticos para esta temática.

Adicionalmente, foi definido um plano de ação, contemplando um conjunto de iniciativas com vista a uma efetiva sensibilização e promoção do Código Deontológico Farmacêutico, bem como a identificação de temas passíveis de posicionamento deontológico, como a dispensa de medicamentos sem receita médica e questões de confidencialidade associada ao ato farmacêutico

## VI. EMPREGABILIDADE FARMACÊUTICA



**251**  
NOVAS OPORTUNIDADES

**301**  
CANDIDATURAS SUBETIDAS

**155**  
CANDIDATOS

A Bolsa de Oportunidades da OF (BOOF) proporciona aos farmacêuticos e aos Membros Estudante da OF novas oportunidades que contribuem para a sua formação profissional, através da disponibilização de oportunidades de emprego, estágio, bolsas, prémios, entre outras.

Esta plataforma virtual e de acesso gratuito, conta atualmente com mais de 9 070 farmacêuticos inscritos e mais de 1 476 entidades registadas que, de uma forma simples e transparente, interagem entre si, com propósitos comuns, tendo sido realizada uma divulgação semanal das oportunidades disponíveis na *newsletter* DIÁRIO OF. Durante o ano de 2023, foram inseridas 251 novas oportunidades. Em 2023, foram efetuadas 301 candidaturas por 155 candidatos.

A OF tem ainda em curso um Programa de Estágios na Indústria Farmacêutica e na Distribuição Farmacêutica, em parceria com associações de estudantes e de jovens farmacêuticos, destinados a estudantes do MICF e jovens recém-licenciados, com vista a promover a proximidade e a integração dos mesmos com o tecido industrial farmacêutico e com o *cluster* da saúde em geral, de forma a incentivar o desenvolvimento de novas competências e diferenciação profissional dos futuros farmacêuticos. Em 2023, foram submetidas 30 candidaturas, cuja concretização ficou dependente das necessidades levantadas pelas entidades parceiras.

## VII. COLÉGIOS DE ESPECIALIDADE



A OF é a entidade responsável pela atribuição de seis especialidades farmacêuticas: Análises Clínicas, Assuntos Regulamentares, Farmácia Comunitária, Farmácia Hospitalar, Genética Humana e Indústria Farmacêutica.

Em 2023 foram abertas épocas de exames para três especialidades, tendo sido atribuídos nove títulos de especialista em assuntos regulamentares, 25 títulos de especialista em farmácia comunitária e 10 títulos de especialista em indústria farmacêutica, cuja cerimónia de entrega dos seus títulos decorrerá em março de 2024, em Coimbra.

A cerimónia de entrega dos diplomas de 2023 decorreu em fevereiro, em Lisboa, na presença do bastonário e dos presidentes e representantes dos Conselhos dos Colégios de Especialidade da OF, tendo participado cerca de 100 novos especialistas, cujo título foi obtido em 2022.

No que a regulamentação diz respeito, a DN-OF aprovou as normas específicas para atribuição do título de especialista em análises clínicas (dezembro de 2022), em farmácia hospitalar (dezembro de 2022) em genética humana (dezembro de 2022), em indústria farmacêutica (março de 2023), bem como os Regulamento dos Colégios de Especialidade (maio de 2023), sendo os mesmos enviados à Tutela para homologação. Porém, nenhum dos regulamentos foi homologado pelo Ministério da Saúde, cujo indeferimento foi fundamentado com a revisão dos Estatutos das Associações Públicas Profissionais, que se encontrava em curso. A OF foi aconselhada a aguardar a publicação do novo Estatuto, sob pena de potencial desconformidade com o novo normativo e, conseqüentemente, necessidade de nova revisão.

As atividades detalhadas dos Conselhos dos Colégios de Especialidades encontram-se detalhadas no Ponto 8.



## VIII. GRUPOS PROFISSIONAIS

Com o objetivo de assessorarem a direção relativamente a temas relevantes da profissão, têm-se mantido em funções o GPDF-OF e o Grupo Profissional de Farmácia Militar (GPFM-OF). Estes grupos profissionais asseguram a representatividade em plataformas e fóruns de discussão dedicados aos respetivos setores de atividade e evidenciar a importante intervenção destes profissionais na cadeia de valor do medicamento.

Durante 2023, o foco do GPDF centrou-se no levantamento e caracterização dos farmacêuticos deste setor e na elaboração de normas transitórias para a atribuição do título de especialista em distribuição farmacêutica, que acabaram por ser publicadas em março de 2024.

No que diz respeito ao GPFM-OF, o mesmo esteve envolvido na organização de atividades formativas dirigidas a farmacêuticos na área das emergências e catástrofes. A OF pretende capacitar os profissionais que representa para o desenvolvimento de planos de atuação e de logística nestas situações, em coordenação com outros intervenientes no teatro de operações.

O ano terminou com a revisão do âmbito do grupo, tendo o mesmo sido alargado para além do setor militar, passando a designar-se, em 2024, Grupo Profissional de Farmácia Militar e de Emergência (GPFME-OF).

As atividades detalhadas dos Grupos Profissionais encontram-se detalhadas no ponto 8.

## IX. GRUPOS DE INTERESSE

A intervenção matricial do farmacêutico assenta na prevenção, no diagnóstico ou no tratamento da doença, pelo que a sua atividade se relaciona, sobretudo, com o ciclo de vida dos medicamentos, da investigação à dispensa, e com as análises clínicas, genéticas e outras, enquanto meios complementares de diagnóstico importante para a saúde pública, em geral, e para a saúde das pessoas, em particular. Não obstante, a intervenção do farmacêutico e a aplicação das ciências farmacêuticas revela-se um importante contributo em diferentes áreas de atividade que importa discutir e desenvolver, tendo em vista definir e implementar estratégias que contribuam para o desenvolvimento da profissão.

Nesse âmbito, a DN-OF aprovou, em 2023, um regulamento que estabelece as regras de funcionamento dos Grupos de Interesse da OF que possam vir a ser criados, com o objetivo de:

- » Mapear e caracterizar os farmacêuticos que exercem funções na área;
- » Emitir pareceres relativos à área;
- » Representar a OF;
- » Partilhar boas práticas entre os farmacêuticos que exercem funções na área;
- » Dinamizar reuniões, webinars e/ou eventos entre os farmacêuticos que exerçam/tenham interesse na área;
- » Discutir e propor ações e recomendações relacionados com os desafios e as oportunidades da área.

## 4. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

### I. CARREIRAS FARMACÊUTICAS

No que concerne à Carreira Farmacêutica e à Residência Farmacêutica, em 2023 a DN-OF reuniu com vários decisores políticos e associações setoriais e sindicais, por forma a discutir os diversos constrangimentos existentes, concretamente o reconhecimento dos títulos de especialidade atribuídos pela OF para ingresso na Carreira Farmacêutica. Para tal, foram realizadas duas audiências com o Ministério da Saúde e diversas reuniões com as seguintes entidades:

- » Direção Executiva do SNS;
- » Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS);
- » Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares (APFH);
- » Sociedade Portuguesa de Farmacêuticos dos Cuidados de Saúde (SPFCS);
- » Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (SNF);
- » Associação Portuguesa de Farmacêuticos Residentes (APFR);
- » Infarmed, I.P.

Fora do âmbito das visitas distritais, foram realizadas visitas ao Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira (janeiro de 2023), Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (fevereiro de 2023), ao Centro Hospitalar Universitário de Santo António (março de 2023), ao Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil (outubro de 2023) e ao Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada (dezembro de 2023).

Tendo em consideração os problemas dos farmacêuticos do SNS, em agosto de 2023 a OF remeteu um ofício dirigido ao ministro da Saúde a solicitar resposta da tutela para vários problemas que têm vindo a ser apresentados em sucessivas reuniões de trabalho. Nessa missiva foi também reforçado que, pela primeira vez, os farmacêuticos realizaram greves, demonstrando, assim, o seu descontentamento.

No seguimento da proposta legislativa apresentada ao Ministério da Saúde pela OF em 2022, o Presidente da República promulgou a 22 de dezembro de 2023 o diploma que repõe o reconhecimento dos títulos de especialista atribuídos pela OF para ingresso na Carreira Farmacêutica no SNS, ultrapassando, assim, o problema existente com a contratação de farmacêuticos como técnicos superiores (Decreto-Lei n.º 5/2024, de 5 de janeiro).

Em 2023 foi também o ano em que iniciou o programa formativo da residência farmacêutica, tendo o bastonário participado na cerimónia oficial de receção, que decorreu no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira (CHUCB), no dia 2 de janeiro.

#### RESIDÊNCIA FARMACÊUTICA 2023



ÁREA	VAGAS DISPONÍVEIS	VAGAS OCUPADAS
Análises Clínicas	43	31
Farmácia Hospitalar	92	88
Genética Humana	8	5

#### RESIDÊNCIA FARMACÊUTICA 2024

(PROCESSO NÃO FINALIZADO)



ÁREA	VAGAS DISPONÍVEIS
Análises Clínicas	33
Farmácia Hospitalar	98
Genética Humana	8



Das 143 vagas existentes para o programa iniciado em janeiro de 2023, foram efetivamente ocupadas 124 vagas por farmacêuticos (31 na área de Análises Clínicas, 88 na área de Farmácia Hospitalar e 5 na área de Genética Humana), sendo estes acompanhados por um total de 100 orientadores. Por forma a acompanhar todo o processo, o bastonário da OF realizou durante o mês de setembro uma reunião com os orientadores (em formato *online*) e com os farmacêuticos residentes (presencialmente, na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, no Dia do Farmacêutico).

Foram também publicados, para o programa formativo da Residência Farmacêutica 2024, os critérios de atribuição de idoneidade formativa das áreas de Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar e Genética Humana propostos pela OF à Comissão Nacional da Residência Farmacêutica, a lista de locais idóneos para o efeito, bem como o respetivo mapa de vagas por local e por área profissional, com um total de 139 vagas (33 na área de Análises Clínicas, 98 na área de Farmácia Hospitalar e 8 na área de Genética Humana). A 28 setembro decorreu a prova de ingresso, que registou a participação de 273 candidatos, tendo estes sido colocados consoante os resultados obtidos. Todo este trabalho foi realizado pela OF dentro das atribuições previstas no Decreto-Lei n.º 6/2020, de 24 de fevereiro, sendo o processo coordenado e gerido pela ACSS e pela Comissão Nacional da Residência Farmacêutica.

Em dezembro de 2023, com a colaboração do Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e de Genética Humana (CCEACGH-OF) e do CCEFH-OF, a OF publicou o Guia do Farmacêutico Residente 2024, uma versão revista da publicada no ano anterior, que tem como objetivo apoiar os farmacêuticos residentes e os respetivos orientadores de formação.

Com o intuito de instruir os alunos do MICF sobre todo o processo da Residência Farmacêutica, desde a candidatura até à atribuição do título de especialista, e a convite da APEF e várias de Associações de Estudantes, a OF participou em diferentes palestras e mesas redondas.

Em 2023 foi também iniciado um recenseamento dos farmacêuticos que exercem no SNS através de dois questionários: um que visa essencialmente a caracterização dos serviços com colaboradores farmacêuticos, com respostas a cargo do respetivo diretor do serviço e outro que tem como objetivo a atualização dos dados pessoais e profissionais dos farmacêuticos por forma a analisar os mesmos.

Por fim, e continuando o objetivo de definir e agilizar o desenvolvimento de novas carreiras para os farmacêuticos, o Conselho para o Desenvolvimento das Carreiras Farmacêuticas, presidido por Ana Rita Pinto e constituído também por Bruno Olim, Leonel Silva, João Emílio Cardoso e Joana Morais, continuou a apoiar a DN-OF, emitindo pareceres técnicos sempre que solicitados.

## II. CICLO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTÍNUO

O Conselho para a Qualificação e Admissão da OF (CQA), liderado por Paula Dias de Almeida realizou 10 reuniões. Este Conselho é composto pelos seguintes farmacêuticos:

- » Maria Paula de Carvalho Dias de Almeida (presidente);
- » Ana Catarina da Cruz Rodrigues da Silva (UFP);
- » Bruno Miguel Nogueira Sepodes (FFUL);
- » Carlos Manuel Magalhães Afonso (FFUP);
- » Catarina Isabel Correia Dias (CCEFC-OF);
- » Gilberto Lourenço Alves (UBI);
- » Isabel Margarida Pratas dos Reis Costa (IUEM);
- » Jaime Manuel Guedes Morais da Conceição (UAalg);
- » José Henrique da Silva Diógenes Nogueira (GPFM-OF);
- » Laura Sofia dos Santos Ribeiro (GPDF-OF);
- » Maria Helena Soares Beirão Nogueira Catarino (CCEFH-OF);
- » Maria Leonor Ferreira Estêvão Correia (CCEACGH-OF);
- » Maria Margarida Coutinho de Seabra Castel-Branco Caetano (FFUC);
- » Maria Paula Azevedo Teixeira (CCEIF-OF);
- » Maria Teresa da Silva Pinto Ribeiro de Carvalho (CCEAR-OF).



As principais atividades do CQA foram a análise da segunda proposta de ciclo de estudos do MICEF da Universidade Europeia, o desenvolvimento de novas competências farmacêuticas, em particular a competência farmacêutica em oncologia, a emissão de parecer sobre a criação da especialidade em Distribuição Farmacêutica, emissão de pareceres sobre creditação de atividades, acompanhamento do término do Ciclo de Desenvolvimento Profissional Contínuo (DPC) 2018/2022 e acompanhamento do Ciclo de DPC 2019/2023. Para além disso, o CQA esteve representado e participou em diversos eventos externos de entidades do setor, incluindo de estudantes do MICEF.



Relativamente ao DPC, foram analisados 327 pedidos de avaliação de formações submetidas pelas diferentes entidades registadas na plataforma de DPC da OF. Destes pedidos, foram aprovadas 322 formações e recusadas 5, por não cumprirem com o previsto no Regulamento Interno de Qualificação, tendo sido realizadas um total de 792 ações de formação creditadas pela OF. A título individual, foram analisados 2540 pedidos de creditação individual, dos quais 1999 foram aceites e 541 foram recusados. Em 2023, todos os farmacêuticos integrados no Ciclo de DPC 2018/2022 foram contactados, tendo sido enviada uma mensagem de congratulação aos 472 farmacêuticos (92%) que concluíram o ciclo e uma mensagem a solicitar informações adicionais aos 41 farmacêuticos que não concluíram o ciclo.

Ainda durante o ano de 2023 foram iniciados trabalhos com o objetivo de definir um plano de formação 2024/2025 para os farmacêuticos, identificando quais as áreas prioritárias de formação, tendo em conta o contexto atual, quer científico quer político.

### III. COMPETÊNCIAS FARMACÊUTICAS

Em setembro de 2023 foram publicadas pela DGS as Normas 005/2023 e 006/2023 relativas à Campanha de Vacinação Sazonal contra a Gripe: Outono-Inverno 2023-2024, as quais incluíam a administração das vacinas contra a gripe e contra a COVID-19 nas farmácias comunitárias, tendo sido possível alargar o acesso da mesma pela população portuguesa, em particular dos cidadãos que integram os grupos prioritários para vacinação. Nesse sentido, foi disponibilizada pela OF uma formação online de atualização de conhecimentos aos farmacêuticos relativos à nova vacina contra a COVID-19, tendo esta sido concluída por 5664 farmacêuticos.



Durante o ano de 2023 foram emitidos 2185 certificados de atribuição da competência em administração de vacinas e medicamentos injetáveis (785 novas emissões e 1400 recertificações), existindo 7018 farmacêuticos em exercício com a competência ativa, um aumento de cerca de 38% face a 2022, correspondendo a mais quase 2000 farmacêuticos com a competência em administração de vacinas e medicamentos injetáveis ativa.



Houve também contactos regulares com os diretores técnicos das farmácias comunitárias por forma a garantir a atualização dos dados profissionais relativos aos farmacêuticos que têm a competência em administração de vacinas e medicamentos injetáveis ativa.

Continuando o trabalho desenvolvido em 2022, o CQA colocou em consulta pública o Regulamento para Atribuição da Competência Farmacêutica em Oncologia que, após análise e incorporação dos contributos recebidos, foi aprovado pela DN-OF e publicado em Diário da República Eletrónico no dia 22 de dezembro de 2023 (Regulamento n.º 1351/2023).

Para além disso, foram nomeadas comissões para elaboração de propostas de regulamentos para atribuição das competências farmacêuticas em Investigação Clínica, Gestão e Administração em Saúde e Saúde Pública, comissões estas constituídas por farmacêuticos que exercem nas respetivas áreas. Relativamente à competência farmacêutica em Medicina Farmacêutica, o CQA iniciou a revisão do regulamento face aos contributos recebidos em 2022 durante a consulta pública.

#### IV. **RELAÇÃO COM A ACADEMIA**

É também função da Ordem contribuir para a atualização e desenvolvimento contínuo do perfil do farmacêutico através de uma relação próxima com a Academia.

Assim em 2023, continuando o trabalho desenvolvido durante 2022, a DN da OF procurou continuar a reforçar a ligação à Academia, participando em diversas iniciativas das Faculdades onde é lecionado o MICEF.

Em fevereiro foi realizada uma reunião entre a OF e as diferentes Instituições de Ensino Superior que lecionam MICEF com o objetivo de alinhar estratégias quer na promoção do mestrado e da profissão farmacêutica quer na aproximação da OF aos estudantes e recém-diplomados.

Para além destes temas, a DN-OF procurou também desenvolver colaborações proativas para a adaptação das respostas formativas a nível pré e pós-graduado, acompanhando a evolução do conhecimento às necessidades da sociedade, bem como para a realização de estudos e geração de evidência que sirvam de base às propostas a apresentar pela OF, nomeadamente aos decisores políticos.

Destaque ainda para a criação, no ano letivo 2023/2024, do curso de MICEF na Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano da Universidade de Évora, tornando-se na sexta universidade pública portuguesa a ministrar este curso. A OF acompanhou o arranque do ano letivo, tendo participado numa sessão dirigida aos novos alunos.



## 5. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E JUVENTUDE

### I. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao longo do ano de 2023, a construção e o fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais no âmbito da saúde e, muito em particular, no setor farmacêutico, continuou a ser uma prioridade constante da atual direção.

Na sequência do amplo trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores, a DN-OF procurou estreitar a sua colaboração com organizações congéneres estrangeiras. A participação ativa em fóruns internacionais de discussão permite o acesso a informação privilegiada e especializada, a partilha de boas práticas profissionais, o estabelecimento de parcerias, a concertação de posições conjuntas para fins de advocacy, a monitorização da evolução do setor a nível internacional - em especial a nível europeu - assim como contribui para a afirmação externa dos farmacêuticos portugueses.

A nível europeu, tal como tem sido feito nos últimos anos, a OF continuou a acompanhar atentamente os debates internacionais no que respeita ao desenvolvimento legislativo a nível europeu e respetiva transposição para o direito interno, quando aplicável. Neste sentido, a OF atualizou os seguintes dossiers legislativos:

- » Autenticação de medicamentos
- » Carteira profissional europeia
- » Dispositivos médicos
- » Ensaio clínicos
- » Medicamentos veterinários
- » Proteção de dados em saúde
- » Reconhecimento das qualificações profissionais
- » Regulação profissional

Em 2023, no âmbito da atividade do PGEU, a OF deu vários contributos na elaboração de posições conjuntas visando influenciar os processos de decisão política nas instituições europeias, participou em consultas públicas acerca de alterações legislativas e estudos para caracterização do setor, em matérias como:

- » Venda de medicamentos à distância
- » Máquinas para venda de medicamentos
- » O papel dos farmacêuticos comunitários na vacinação
- » Resistência antimicrobiana

A OF tem participado ativamente nas reuniões periódicas mensais dos seguintes grupos de trabalho do PGEU: *European Pharmacists' Professional Forum*, *Economics Working Group* e *Advisory Working Group*. Além disso, esteve também presente nas suas Assembleias Gerais e eventos *online*.

Dando continuidade aos debates desenvolvidos em anos anteriores no seio do PGEU, a OF colaborou com a partilha e divulgação de boas práticas em áreas como a vacinação, o cancro, a rutura de medicamentos, os serviços farmacêuticos, a formação académica para farmacêuticos, o espaço europeu de dados em saúde, o folheto informativo eletrónico, farmacovigilância e a revisão da legislação farmacêutica europeia.

No que respeita ao reconhecimento das qualificações profissionais, a OF atribuiu, através do Sistema de Informação do Mercado Interno, 3 carteiras profissionais europeias enquanto entidade de acolhimento e aprovou 16 carteiras enquanto entidade de origem.

A OF esteve presente em diversos eventos internacionais para partilha de boas práticas.

O bastonário da OF, Helder Mota Filipe, e o presidente do *Consejo General de Colegios Farmacéuticos de España*, Jesus Aguilar, estiveram reunidos em Lisboa, à margem do 14.º Congresso das Farmácias, que decorreu entre 9 e 11 de fevereiro, no Centro de Congressos de Lisboa. O encontro possibilitou a partilha de informação sobre a organização e regulação da profissão farmacêutica nos dois países. O dirigente da OF deu a conhecer os processos de implementação da dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e da renovação da terapêutica a doentes, abordando também os temas do acesso a dados clínicos e da prescrição eletrónica. Entre os temas abordados pelos dois responsáveis esteve também o exercício profissional no ramo das Análises Clínicas, tendo partilhado estratégias para a dinamizar a

intervenção farmacêutica nesta área. A este propósito, os representantes dos farmacêuticos de Portugal e Espanha acordaram uma colaboração na realização das Jornadas Ibéricas de Análises Clínicas.

Entre os dias 16 e 17 de março, decorreu em Barcelona o encontro do Grupo Farmácia Latina, um consórcio informal que congrega representantes dos farmacêuticos e farmácias comunitárias de Portugal, Espanha, França e Itália. Esta reunião teve como objetivos debater e partilhar experiências relativas aos principais temas da atualidade farmacêutica como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, a criação de novos serviços farmacêuticos e a vacinação por farmacêuticos.

A OF esteve representada pelo bastonário, Helder Mota Filipe, e pela secretária técnica para as Relações Internacionais, Leonor Soares, tendo participado na sessão dedicada à expansão do papel do farmacêutico na vacinação. A delegação portuguesa contou ainda com a comitiva da ANF, constituída pela presidente, Ema Paulino, e pelos farmacêuticos Manuel Talhinhos e Teresa Almeida, que intervieram nas sessões dedicadas à dispensa de medicamentos hospitalares em farmácia comunitária e ao desenvolvimento do papel assistencial do farmacêutico.

Ao longo destes dois dias foram também apresentados outros projetos que se encontram em desenvolvimento nos países participantes, como os serviços de telemedicina e de vacinação em Itália e o sistema de garantia de qualidade em farmácias comunitárias em França. Foram também abordados os novos modelos de remuneração de serviços farmacêuticos, testagem COVID-19 em farmácias comunitárias e o contributo das farmácias para a coesão territorial foram outros temas abordados neste encontro da Farmácia Latina.

Importa ainda referir que em abril, a OF se deslocou a Londres para uma ronda de reuniões com vários organismos e entidades com ação no setor farmacêutico britânico, designadamente, a *Royal Pharmaceutical Society*, o *Pharmaceutical Services Negotiating Committee* e o *General Pharmaceutical Council*. O objetivo primordial desta deslocação resultou de um pedido da Direção Executiva do SNS para que a OF pudesse entender melhor o modelo inglês.

Através da visita, foi possível à OF conhecer os vários serviços farmacêuticos desenvolvidos nas farmácias comunitárias do Reino Unido, tais como, os protocolos em situações clínicas ligeiras, a revisão da medicação ou o serviço de primeira dispensa. O contacto com estas entidades, permitiu compreender melhor estes serviços do ponto de vista dos métodos de implementação e requisitos de regulação, avaliação e formação. Foi ainda promovido pela OF um encontro “*Get Together London*” que juntou cerca de 30 farmacêuticos portugueses residentes na capital inglesa.

A recém-criada Sociedade Científico-Profissional de Farmácia Comunitária Iberoamericana (SOCFIC) realizou o seu primeiro congresso nos dias 9 e 10 de junho, em Barcelona, juntando mais de 400 farmacêuticos, instituições e empresas do setor para definir um “projeto comum” para a farmácia comunitária Iberoamericana. O evento contou com participação do bastonário da OF, entre outros farmacêuticos portugueses que integram também os órgãos sociais desta nova organização. A nova sociedade tem como vice-presidente o bastonário da OF entre 2009 e 2015, Carlos Maurício Barbosa, a que se juntam as farmacêuticas portuguesas Carolina Mosca e Teresa Almeida, como vogais da direção.

Presente na cerimónia de abertura do Congresso, Helder Mota Filipe, saudou a nova organização por preencher um espaço relevante para a representação dos farmacêuticos ibero-americanos e para a partilha de informação entre profissionais destes países. Na perspetiva do bastonário, a convergência de profissionais na SOCFIC permite a “partilha de experiências e conhecimentos sobre problemas comuns a todos os países, como as ruturas de medicamentos, e desafios específicos relacionados com a integração e articulação de serviços farmacêuticos nos respetivos sistemas de saúde.



Encontro do Grupo Farmácia Latina (1), Reunião com o General Pharmaceutical Council (2) e I Congresso SOCFIC (3)



A nível mundial, a OF tem sido uma presença assídua nos eventos da Federação Internacional Farmacêutica (FIP), tanto presenciais como à distância. Além disso, conta com vários farmacêuticos portugueses nos seus quadros, comités políticos, comités consultivos e grupos de trabalho. O interesse na manutenção e reforço das relações com a FIP verificou-se durante este ano, com a constante partilha de conteúdos. A FIP elaborou um estudo com vista a retratar a identidade profissional dos farmacêuticos a nível global e elaborou um trabalho sobre a sustentabilidade da força de trabalho e apoio a práticas positivas em farmácia comunitária. A OF participou nestes estudos e contribuiu para a sua divulgação, anunciando-os na sua página oficial.

Realçamos também que a FIP desenvolveu um *toolkit* de incentivo à implementação de uma “abordagem ao longo da vida” no que toca à vacinação por parte de farmacêuticos. Portugal destaca-se na área da vacinação por farmacêuticos através da competência em administração de vacinas e medicamentos injetáveis e da administração de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação nas farmácias comunitárias, serviços vistos como exemplos pela FIP neste documento.

A OF contribuiu também para elaboração de posições conjuntas, designadamente:

- » *FIP statement of policy – environmental sustainability within pharmacy*
- » *Mitigating antimicrobial resistance through antimicrobial stewardship*

A FIP solicitou às organizações membro que apresentassem candidaturas de farmacêuticos aos seus vários comités políticos. Os comités políticos participam na revisão de declarações políticas emitidas pela FIP de informação relativa a medicamentos, resistências antimicrobianas, sustentabilidade ambiental e situações de desastre.

A seleção dos candidatos teve em consideração critérios relacionados com as competências técnicas e científicas, a representação regional e a natureza e dimensão dos comités. Foram nomeados os seguintes farmacêuticos:

- » Afonso Cavaco, professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, integrou comité político responsável pela *FIP Statment of Policy on Strategic development of medicines information for the benefit of patients and users of medicines*, adotada em 2017.
- » O farmacêutico militar Luís Mendonça que passou a integrar o comité para revisão da declaração sobre o papel dos farmacêuticos na gestão de desastres, igualmente adoptada em 2017.
- » A farmacêutica hospitalar Sónia Vidal da Silva, do Centro Hospitalar do Médio Tejo, integrou o comité para revisão da declaração *Environmentally sustainable pharmacy practice: Green Pharmacy*, adotada em 2016, em Buenos Aires.
- » Cátia Caneiras, professora e investigadora na área da microbiologia na Universidade Egas Moniz, assumiu a co-presidência do comité da FIP para revisão da declaração sobre *Control of Antimicrobial Resistance*, também adotada em 2017.
- » No novo comité dedicado às vacinas, a declaração sobre a intervenção dos farmacêuticos na vacinação longo da vida, integrou a professora e investigadora da Universidade de Aveiro, Teresa Herdeiro.

A OF marcou presença no 81º Congresso Mundial da FIP, em Brisbane, na Austrália, que se realizou entre os dias 24 e 28 de setembro.

O encontro anual teve como objetivo a partilha de conhecimentos sobre uma “ampla variedade de assuntos com farmacêuticos, cientistas farmacêuticos e educadores farmacêuticos”. O dia que antecedeu o início do evento, 23 de setembro, ficou marcado pela Reunião do Conselho da FIP, que abordou temas como uma “nova declaração de política sobre o papel dos farmacêuticos na vacinação ao longo da vida e atualizações de políticas sobre resistência antimicrobiana, gestão de desastres e farmácia verde”.

A OF e demais organizações membro portuguesas estiveram também reunidas com o presidente da FIP, para analisar novas formas de colaboração e perceber como pode a FIP alavancar as prioridades nacionais.

No seu conjunto, a delegação portuguesa apresentou 22 pósteres três dos quais pela OF, sobre o sistema de DPC, sobre o programa de consciencialização para a profissão farmacêutica dirigido aos alunos de ensino secundário e sobre o projeto BERC-Luso, que a secretária técnica para a área Internacional, Leonor Soares, apresentou também oralmente numa sessão dedicada aos projetos das organizações membro.

Os participantes portugueses realizaram ainda três comunicações orais sobre projetos desenvolvidos no nosso país, nas áreas da força de trabalho farmacêutica, da prevenção, deteção e controlo da hipertensão e da geração de evidência por farmacêuticos.

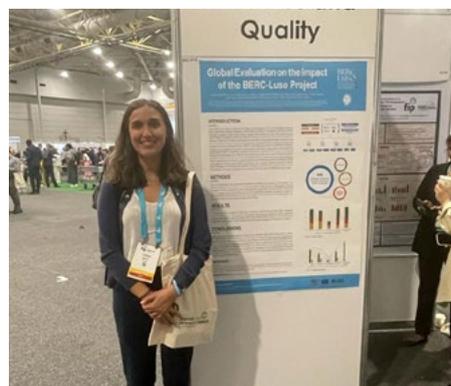
O Congresso anual da FIP juntou cerca de 1.800 farmacêuticos de quase 90 países, incluindo duas dezenas de farmacêuticos portugueses e outros farmacêuticos provenientes de vários países lusófonos, que a OF reuniu, à margem do Congresso, num *Get Together* realizado numa unidade hoteleira em Brisbane.

O tema do congresso deste ano foi “*Pharmacy buiding a sustainable future for healthcare - Alingning goals to 2030*”. O projeto BERC-Luso, através de Leonor Soares, da OF, aproveitou a oportunidade para dar a conhecer os resultados obtidos durante o projeto, com a apresentação de um poster “*Global Evaluation On The Impact Of The BERC-Luso Project*” e uma apresentação oral “*Biomedical Ethics and Regulatory Capacity Building Partnership for Portuguese Speaking African Countries- BERC-Luso*”.

O BERC-Luso, um projeto de capacitação ética e regulamentar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, teve um elevado impacto em todos os países parceiros, com o desenvolvimento de um sentido de comunidade e apropriação devido às diferentes abordagens *bottom-up* e *top-down*. Todas as atividades que foram desenvolvidas durante o período do projeto foram consideradas um sucesso, tendo atingido os objetivos propostos.

Foi construído um conjunto de indicadores entre os parceiros do BERC-Luso, desenvolvendo um roteiro nacional com ações para avançar o desenvolvimento a diferentes níveis. Os roteiros incluíam ações estratégicas para reforçar a ética e as capacidades reguladoras em cada país. Os indicadores foram avaliados no final do projeto (não concluído, parcialmente concluído, concluído) e comparados com a análise descritiva da ação. Dos 57 indicadores definidos para o conjunto dos 5 países, 63,16% foram totalmente preenchidos e 36,84% foram parcialmente concluídos. Todos os objetivos propostos foram cumpridos. A análise por país revelou diferentes graus de sucesso (de 60,00% a 96,43%) e, globalmente, foi alcançado um elevado nível de sucesso (78,59%) através da análise do roteiro e dos indicadores.

Por último dar nota que no mês de janeiro, a OF abriu uma *Open Call* para farmacêuticos representarem a OF na *Health Technology Assessment Stakeholder Network* da Comissão Europeia, apoiando o trabalho do Grupo de Coordenação de Avaliação de Tecnologias de Saúde dos Estados-Membros (Grupo de Coordenação HTA) e os seus subgrupos na implementação do Regulamento de Avaliação de Tecnologias de Saúde. Esta rede seria envolvida nas atividades enumeradas no Regulamento, tais como consultas na preparação ou alteração do programa anual do Grupo de Coordenação HTA e reuniões com o Grupo de Coordenação HTA, pelo menos uma vez por ano. Contudo, não foi selecionado nenhum farmacêutico para esta função.



81º Congresso Mundial da FIP | 24 a 28 setembro 2023

## II. COOPERAÇÃO

No que concerne à cooperação com os países de língua oficial portuguesa, a DN-OF continuou a aprofundar estas relações no âmbito da atividade do Conselho Nacional para a Cooperação, bem como no seio da Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O Conselho para a Cooperação, coordenado pela farmacêutica Djamilia Reis, tem como missão a definição de políticas no estabelecimento de linhas de orientação estratégica, visando a promoção do setor farmacêutico enquanto alicerce estrutural da Saúde nos países lusófonos. Este Conselho atua em cinco vertentes: formativa, profissional, deontológica, científica e regulamentar.

Ao longo do ano, o Conselho realizou reuniões com periodicidade mensal e estabeleceu o diálogo com diferentes instituições a fim de construir possíveis parcerias. Nesse sentido, agendou reuniões de apresentação com o Instituto Marquês de ValleFlor, a Universidade Católica de Moçambique, o Colégio Tropical da Universidade de Lisboa, a Sociedade Moçambicana de Medicamentos, os Laboratórios Inpharma, o Instituto para Práticas Seguras no Uso do Medicamento, a Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde e a Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (ANFARMAG). Destas reuniões resultaram a discussão de propostas de protocolos de colaboração com o Instituto Marquês de ValleFlor, a Universidade Católica de Moçambique e o Colégio Tropical da Universidade de Lisboa.

Paralelamente, foi feito um levantamento das grelhas curriculares de cursos de Farmácia e Ciências Farmacêuticas em universidades públicas e privadas nos PALOP com o intuito de identificar necessidades de formação, colmatar lacunas e promover a harmonização dos conteúdos programáticos académicos. As universidades identificadas foram: Universidade Jean Piaget de Angola, Universidade Agostinho Neto de Angola, Universidade Privada de Angola, Universidade Rainha Njinga Mbande, Instituto Superior Politécnico de Kangojo, Instituto Técnico Privado de Saúde Kiaku Mbuta, Instituto Médio de Saúde Muhongo, Instituto Técnico Médio de Saúde Eduprix, Escola Nacional de Enfermeiros Nossa Senhora Santa Ana, Instituto Técnico Privado de Saúde Katyavala, Universidade

Jean Piaget de Cabo Verde, Universidade Católica de Moçambique, Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, Universidade Lúrio, Universidade Aquila, Universidade Zambeze, Universidade de São Tomé e Príncipe. Este estudo comparativo terá continuidade durante o ano de 2024.

O Conselho para a Cooperação elaborou, ainda, um projeto de capacitação dos Serviços de Saúde em São Tomé e Príncipe para a campanha de vacinação massiva contra a COVID-19. Este projeto previa a prestação de apoio logístico, operativo e de gestão e incluía a doação por parte de Portugal de vacinas e dispositivos médicos associados. Foi desenhado uma proposta de protocolo descrevendo o âmbito, os intervenientes, a execução, os recursos humanos e materiais, a operação, a administração e logística de apoio e os requisitos de informação. O projeto foi remetido para a Secretaria de Estado da Saúde.

Ainda em 2023, o Conselho para a Cooperação discutiu uma proposta de estatuto de “farmacêutico visitante” no âmbito da revisão do Estatuto da OF. Nesse sentido, o novo estatuto refere “o farmacêutico deve colaborar com os farmacêuticos dos países de língua oficial portuguesa, ou outros, que se desloquem temporariamente a Portugal para realização de atividades formativas ou outras.”

Em 2023, a AFPLP, em parceria com a FIP, prosseguiu com o ciclo de *webinars* conjuntos intitulado “Desafios e Oportunidades para a profissão farmacêutica no espaço lusófono” que havia iniciado em 2021. A 8 de Março realizou-se um *webinar* subordinado ao tema “Doenças não-transmissíveis: uma abordagem geral”.

Foram ainda realizadas várias reuniões de preparação do XV Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa, que estava agendado para maio de 2023 mas que, por decisão de Angola, que atualmente detém a presidência da AFPLP, acabou por ser adiado para 2024.

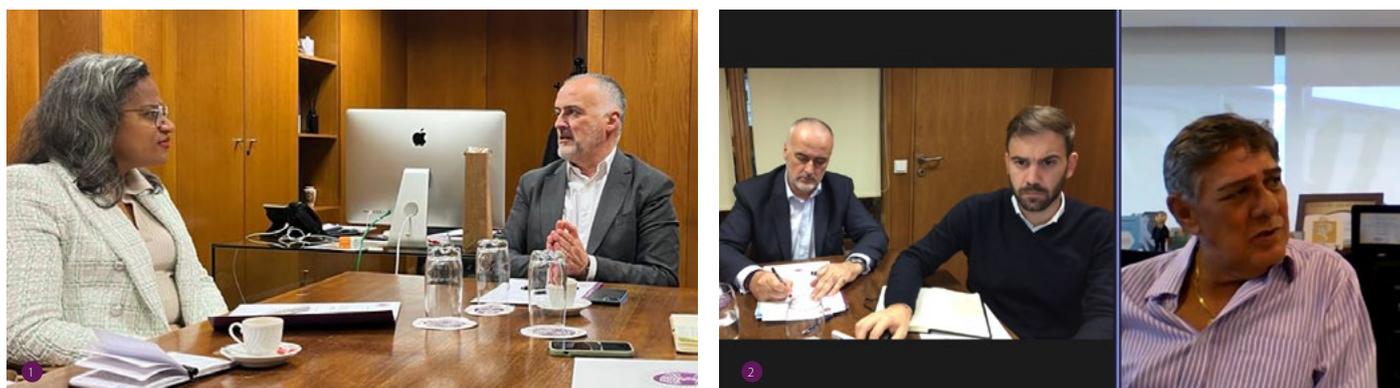
No âmbito das relações que Portugal estabelece com Cabo Verde, os bastonários das Ordens dos Farmacêuticos destes dois países estiveram reunidos dia 13 de fevereiro, num encontro realizado na sede provisória da OF, em Lisboa. Ambos os dirigentes estão no primeiro ano de mandato, tendo partilhado as prioridades, projetos e iniciativas em curso nas respetivas instituições. O bastonário Helder Mota Filipe explicou o processo de desenvolvimento de novos serviços farmacêuticos, normas profissionais e competências farmacêuticas, manifestando disponibilidade para as duas instituições colaborarem na partilha de informação e documentação de referência sobre os desenvolvimentos no setor farmacêutico. O dirigente da OF de Portugal reforçou também a importância da colaboração e intervenção farmacêutica nos domínios da pesquisa e inovação, referindo os trabalhos de desenvolvimento da Competência Farmacêutica em Investigação Clínica. Helder Mota Filipe explicou as linhas gerais da Estratégia do Conselho Nacional da Cooperação da OF, realçando a importância da formação, capacitação e desenvolvimento profissional dos farmacêuticos. Os dois responsáveis partilharam ainda informações sobre os processos de admissão e reconhecimento das qualificações de farmacêuticos caboverdianos.

Por último referir que os membros da AFPLP estiveram reunidos em Assembleia Geral no dia 27 de novembro. A Ordem de Trabalhos incluiu o agendamento das eleições para os órgãos sociais da associação no biénio 2023/2025, que decorrerão em novembro de 2024, durante o Congresso Mundial da AFPLP, que se realiza em Angola.

A direção da AFPLP efetuou um ponto de situação sobre as atividades desenvolvidas no presente mandato, iniciando também uma reflexão sobre a organização e funcionamento da própria organização.

Por outro lado, os representantes de cada país que integra a AFPLP efetuaram um ponto de situação sobre o setor farmacêutico e o exercício da profissão nos respetivos países.

Destaque ainda para a reunião entre a OF e o Conselho Federal de Farmácia (CFF) do Brasil, decorrida no final do ano, para a discussão de colaborações no domínio técnico-científico, fomentando a partilha de informação e boas práticas entre farmacêuticos portugueses e brasileiros.



Reunião com a bastonária do Ordem dos Farmacêuticos de Cabo Verde (1) e com o Conselho Federal de Farmácia do Brasil (2)

### III. BERG-LUSO E CT-LUSO

Em 2023, foi o ano de encerramento do BERG-Luso – Projeto de Capacitação Ética e Regulamentar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, aprovado e financiado pelo Programa EDCTP2 (Parceria entre a Europa e os Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos), com o apoio da União Europeia e co-financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. O BERG-Luso envolveu Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e as suas respectivas Autoridades Nacionais de Ética (ANE) e Autoridades Regulamentares Nacionais (ARN), numa parceria com instituições portuguesas – Cátedra UNESCO de Bioética, Comissão de Ética para a Investigação Clínica, Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, IP e Ordem dos Farmacêuticos – especialistas nas áreas ética e regulamentar da investigação e do medicamento e contemplou 5 Programas de Ação (*Work Packages*): Legislativo, Educativo, Formativo, Conectivo e Gestão.

O projeto teve início a 1 de outubro de 2018 e previa um financiamento de 3 anos (final previsto para (01/10/2021), no entanto, devido a pandemia e na impossibilidade de realizar a última tarefa que passava pela visita aos cinco países parceiros, o EDCTP permitiu a extensão do projeto até 1 de Outubro de 2022. No sentido de dar continuidade aos trabalhos, uma vez que havia vontade por parte da coordenação e parceiros de apresentar uma nova candidatura, a equipa decidiu continuar o trabalho do projeto ao longo de 2023, tendo sido realizados diversas atividades. A realização de três *webinars*, a 29 de março, 11 de maio e 16 de novembro. No Congresso da FIP, que teve lugar de 24 a 28 de setembro, em Brisbane, na Austrália, foram apresentados um poster e uma comunicação oral sobre o projeto, dando assim a conhecer à comunidade internacional de farmacêuticos, o impacto multidimensional do mesmo e os resultados positivos alcançados. Entre os dias 7 e 10 de novembro teve lugar o 11º Encontro promovido pelo EDCTP, em Paris, onde foram apresentados um poster e uma comunicação oral relativos ao projeto Berc-Luso.

O projeto revelou-se um enorme sucesso e tornou-se indispensável concorrer a uma nova candidatura no sentido de, a partir do que foi construído no BERG-Luso, alargar e operacionalizar todo o trabalho desenvolvido. Neste sentido, o consórcio desenvolveu um novo projeto, aprovado e financiado pelo Programa EDCTP3, com o apoio da União Europeia, integrando novos membros (instituições e autoridades), intitulado: CT-Luso – Projeto de Capacitação Ética e Regulamentar na área dos Ensaios Clínicos nos PALOP.

O CT-Luso pretende atualizar o estudo anterior (1) procedendo a um diagnóstico e um mapeamento das infraestruturas existentes na área da ética na investigação nos 5 PALOP; (2) identificando as transformações necessárias para uma convergência com os requisitos de boas práticas internacionais, elaborando recomendações estratégicas para a convergência procurada e desenhando um roteiro para a sua implementação, (3) reforçando a legislação existente e os regulamentos correspondentes para um quadro ético-jurídico robusto, apoiando a revisão dos regulamentos internos para o funcionamento dos ANE e das ARN, e (4) promovendo o desenvolvimento de códigos de integridade científica nas instituições de investigação; reforçando as competências dos dos investigadores (seniores, juniores e estudantes de pós-graduação), elaborando orientações para o exercício das diferentes funções exigidas pela avaliação de ensaios clínicos.

### IV. RECONHECIMENTO DE HABILITAÇÕES ESTRANGEIRAS

No ano de 2023, foi revisto o regulamento de quotas e taxas, tendo em vista uniformizar o valor da taxa de inscrição na OF, independentemente da data e do País de conclusão do curso. Nesse sentido, a anterior taxa de inscrição para titulares de grau académico obtido fora de Portugal de 400€ foi reduzida para 150€ (taxa de inscrição), ao qual acresce o valor de 50€ se o grau tiver sido reconhecido por uma instituição de Ensino Superior (taxa de análise do processo).

Relativamente ao processo de admissão, em 2023, inscreveram-se farmacêuticos com habilitações obtidas em: Alemanha (1); Bélgica (1); Brasil (15); Espanha (2); Reino Unido (1); Roménia (1); Síria (1).

A OF tem verificado uma grande procura por parte de farmacêuticos de outros países para aceder à profissão em Portugal. Na figura abaixo é visível o número de pedidos recebidos, desde maio. Sempre que não dispõem de toda a informação para se inscreverem, os pedidos são encaminhados para as Instituições de Ensino Superior portuguesas, para obtenção do reconhecimento das qualificações profissionais.





## V. JUVENTUDE FARMACÊUTICA

O Conselho de Jovens Farmacêuticos, órgão consultivo da DN-OF, presidido pelo farmacêutico Bruno Macedo, realizou um importante estudo de caracterização dos jovens farmacêuticos inscritos na Ordem. O Estudo “Dinâmicas e Desafios da Profissão Farmacêutica – Demografia, Atratividade e Especialização”, que teve como objetivos analisar:

1. Evolução demográfica dos farmacêuticos, por área profissional;
2. Fluxos de transição de situação profissional;
3. Potencial de especialização dos farmacêuticos.

Desta análise, resultaram 12 recomendações relacionadas com a atualização de dados dos farmacêuticos, com a caracterização e transição entre áreas profissionais, com a informação disponibilizada pelas faculdades de farmácia e com a promoção das especialidades farmacêuticas.

Os dados apurados apontam para uma diminuição da proporção de farmacêuticos jovens a entrar na profissão e um aumento de farmacêuticos mais perto da idade de reforma. Desde 2016, regista-se um decréscimo do número de farmacêuticos da faixa etária 26-30 anos a inscrever-se na Ordem e a obter o título de farmacêutico, o que contrasta com um ligeiro crescimento das vagas de acesso ao MICEF.

As áreas da Indústria Farmacêutica e da Farmácia Comunitária apresentam uma pirâmide demográfica jovem, com maior atratividade para o exercício e proximidade com a Ordem. Pelo contrário, as áreas da Farmácia Hospitalar, das Análises Clínicas e da Distribuição Farmacêutica estão em declínio relativo, com um número de farmacêuticos a aproximar-se da idade da reforma superior ao grupo em início de carreira. De acordo com os resultados apurados, o ponto crítico de substituição geracional varia com a área profissional, tendo já sido atingido em Análises Clínicas, no início do milénio, e estima-se que atinja também a Farmácia Hospitalar e a Distribuição Farmacêutica dentro de 7 e 5 anos, respetivamente.

Este trabalho incidirá sobre os dados até final de 2022, pelo que é importante analisar o efeito da Carreira e da Residência Farmacêutica no SNS, a partir de 2023.

A Farmácia Comunitária continua a ser o pilar central para o início e reingresso na profissão e na Ordem. É também a área com maior êxodo para as restantes áreas farmacêuticas. Após aquisição de experiência em Farmácia Comunitária, muitos farmacêuticos procuram especializações em áreas como a Indústria Farmacêutica e a Farmácia Hospitalar, o que indicia uma preferência por uma maior diferenciação da atividade profissional.

A Farmácia Hospitalar tem sido um polo atrativo para farmacêuticos de outras áreas clássicas da profissão, como as Análises Clínicas e a Farmácia Comunitária. A área também se destaca como um dos principais focos de reingresso na atividade farmacêutica.

Este estudo evidencia ainda o potencial de especialização entre os farmacêuticos, particularmente aqueles com idade inferior a 40 anos, evidenciando uma clara oportunidade para reforçar o corpo de especialistas na profissão, principalmente em Farmácia Comunitária. É determinante reforçar a proximidade entre as especialidades e os farmacêuticos em início de carreira, com o propósito de atrair e reter talento nestas especializações críticas, garantindo, assim, a evolução e a excelência do setor farmacêutico em Portugal.

Em cada capítulo deste trabalho são apresentadas recomendações contextualizadas, que incidem sobre a atualização de dados dos farmacêuticos, sobre a caracterização e transição entre áreas profissionais, sobre a informação disponibilizada pelas faculdades de farmácia e a sobre promoção das especialidades farmacêuticas.

As principais conclusões do trabalho foram apresentadas pela primeira vez no Conselho Farmacêutico Nacional, em novembro.

O trabalho do Conselho vai continuar, agora focado na análise detalhada dos resultados apurados, através de questionários, entrevistas e de um novo modelo de participação dos farmacêuticos.

## 6. CENTRO DE INFORMAÇÃO DO MEDICAMENTO

O CIM tem o objetivo de promover o uso correto e seguro dos medicamentos, difundir informação científica objetiva, isenta e sem caráter lucrativo na área do medicamento e da intervenção farmacêutica, bem como contribuir para a formação dos farmacêuticos e dos estudantes do MICE e para a promoção da literacia em saúde.

Os recursos humanos do CIM consistem em duas colaboradoras farmacêuticas, contando com o apoio de uma estagiária, aluna do 5.º ano do MICE, desde outubro de 2023, e de uma secretária, ambas a tempo parcial. Em junho ocorreu alteração da direção técnica, agora assumida pela farmacêutica Ana Paula Mendes, em virtude da saída da farmacêutica Aurora Simón, por motivo de reforma.

As atividades desenvolvidas em 2023 procuraram ir ao encontro das prioridades estabelecidas no Plano Estratégico aprovado pela DN-OF no mês de abril. Este Plano previa ações para garantir a qualidade do serviço e reforçar o número de consultas, a elaboração de conteúdos específicos para informação aos cidadãos e a implementação de atividades no âmbito da investigação clínica e geração de evidência.

### I. CONSULTAS | INFORMAÇÃO PASSIVA

A informação passiva, que consiste na resposta a consultas sobre medicamentos e terapêutica, é uma das atividades básicas do CIM. Esta é a tarefa primordial de um centro e a mais morosa, pela complexidade e diversidade da temática das consultas.

Todas as informações relativas às consultas são registadas numa plataforma eletrónica, que permite o tratamento estatístico dos dados nela incluídos.

Em 2023, foram recebidas **465 consultas**, o que corresponde a um acréscimo de 10,2% face a 2022. As principais áreas de consulta foram, por ordem decrescente: Efeitos secundários, interações e contra-indicações; Uso terapêutico, posologia, eficácia comparativa; Bibliografia (pedidos de artigos); Informação geral – medicamentos; Formulação magistral, tecnologia farmacêutica.

Os **principais consultantes** continuaram a ser os farmacêuticos hospitalares (39,4%) e os farmacêuticos comunitários (32,7%). Comparativamente ao ano anterior verificou-se em 2023 um aumento das consultas provenientes destes últimos e uma redução das realizadas pelos primeiros. O grupo “Outros farmacêuticos”, que agrega diversas áreas (ensino, investigação, organismos oficiais e profissionais, apoio a estruturas residenciais, análises clínicas, entre outros) teve um aumento acentuado, representando 20,2% do total.

A **distribuição geográfica** dos consultantes é próxima da de anos anteriores, com 48,6% das consultas originárias do distrito de Lisboa.

No que concerne ao tempo para a **elaboração da resposta** continuou a verificar-se em 2023 um ligeiro aumento nas consultas com um tempo de elaboração superior a uma hora (68,6%), tal como das que, entre estas, requereram mais de três horas para a sua resolução (26,9%). Verificamos uma vez mais que, apesar da tendência de diminuição no número de consultas identificada pelos centros de informação, a nível global, muito possivelmente relacionada com a maior facilidade no acesso à informação, existe um aumento da complexidade das questões recebidas e, conseqüentemente, do tempo necessário para a sua resolução.

No que diz respeito ao **tempo para comunicação da resposta**, esta foi transmitida nas primeiras 24 horas após a sua receção (no próprio dia ou no dia útil seguinte) em 92,7% das consultas. A melhoria deste parâmetro relativamente ao ano anterior estará relacionada com uma distribuição mais uniforme das consultas ao longo do ano de 2023, o que permitiu melhores tempos de resposta.

O correio eletrónico continuou a ser a principal **forma de comunicação da resposta**, como único meio (78,9%), ou combinado com outras formas de contacto, seguido da resposta exclusivamente telefónica (16,6%).

Foi remetida **documentação de suporte** em 70,5% das consultas, o que constitui a maior percentagem de sempre. Este valor tem sofrido um aumento marcado, provavelmente devido à crescente complexidade das questões recebidas, bem como ao maior interesse, por parte dos consultantes, em fundamentar adequadamente a sua prática e em transmitir informação adicional aos utentes que acompanham.

Em 2023 ocorreu um aumento no número de consultas de cerca de 10% relativamente ao ano anterior. Isto pode resultar do reforço das medidas de divulgação do centro, nomeadamente junto dos farmacêuticos comunitários, uma vez que se verificou um aumento da percentagem de consultas provenientes destes profissionais.

## II. PUBLICAÇÕES | INFORMAÇÃO ATIVA

A produção de conteúdos técnico-científicos tem vindo a assumir uma relevância crescente e a constituir uma parcela cada vez mais significativa das atividades realizadas pelo CIM. A manutenção e atualização de todos os conteúdos disponíveis online implica um extenso trabalho de programação, com seleção de temas, pesquisa bibliográfica, elaboração e revisão de textos.

O **Boletim do CIM** continuou a ser publicado em formato eletrónico através da secção do CIM existente no site da OF, com periodicidade trimestral e contando com o apoio do Conselho Editorial na seleção dos temas, escolha dos autores e definição das normas de elaboração, bem como na avaliação de conteúdos, através da revisão dos artigos. O Conselho Editorial é atualmente composto por: Ana Cabral, Aurora Simón, Francisco Batel Marques, Joana Amaral, João Gonçalves, J.A. Aranda da Silva, Manuel Morgado, Rita Oliveira, Rute Varela e Teresa Soares, com coordenação de Ana Paula Mendes. Os números de 2023 incluíram sete artigos.

As **e-Publicações** são publicações técnicas, elaboradas pela equipa do CIM, com conteúdos originais de caráter prático. Em 2023 foram publicadas na área do CIM no site da OF 12 e-Publicações.

As **Breves Questões Terapêuticas** são textos breves que respondem de forma sucinta a questões concretas, elaborados pela equipa do CIM e publicados na área do CIM no site da OF. Foram elaboradas 12 Breves Questões Terapêuticas em 2023.

Além das publicações acima referidas, bem como de algumas “Fichas Técnicas do CIM” (que integravam a ROF), a área do CIM no site da OF aloja diversos outros recursos, bem como informação acerca do centro e das atividades desenvolvidas, através de uma brochura atualizada anualmente, e de um vídeo divulgativo do serviço. Em 2023 foi incluído nesta área um novo recurso informativo, alusivo à **prática baseada na evidência**.

A rubrica **Atualidade Terapêutica** visa a divulgação de artigos ou documentos recentemente publicados com utilidade para a intervenção farmacêutica. Foram incluídos, em 2023, resumos de 47 publicações.

Em 2023 foi revisto e atualizado o conteúdo dos **Recursos de Informação**, que consistem numa compilação de *websites* de interesse na área da Saúde, em livre acesso, para promover e apoiar a pesquisa autónoma.

Foram ainda incluídas, na secção **Trabalhos Elaborados**, dois novos conteúdos, relativos à colaboração com a revista Farmácia Clínica.

A secção **CIM à tarde na Sociedade Farmacêutica** inclui as apresentações e os vídeos relativos a cada sessão organizada, sempre que autorizado pelos palestrantes.

A rubrica **Evidência – Conteúdos Práticos** foi iniciada em meados de 2023, com o propósito de agregar recursos relativos à prática baseada na evidência científica e à geração de evidência.



## III. ÁREA DO CIDADÃO

Ao encontro do definido no Plano Estratégico, foi implementada a produção e divulgação de conteúdos sobre medicamentos e saúde especificamente dirigidos aos cidadãos, alojados numa área própria do site da OF, que já existia em moldes diferentes e que foi renovada.

Os conteúdos foram elaborados de acordo com três áreas temáticas principais, com o objetivo de promover o uso correto e seguro dos medicamentos, o autocuidado responsável e a adoção de estilos de vida saudáveis. Desde a sua implementação, no final de agosto, até ao final de 2023, foram publicados 24 textos sobre diversos temas relacionados com o medicamento.



## IV. INFORMAÇÃO SOBRE AMEAÇAS SANITÁRIAS EMERGENTES

Com o fim da pandemia de COVID-19, decretado pela Organização Mundial da Saúde no início de maio de 2023, foi descontinuada a produção regular de conteúdos para a Área COVID-19 do site da OF. Até esta data, foram incluídos 14 novos artigos, na forma de uma “Atualidade COVID” com periodicidade semanal, bem como um conteúdo “Saiba mais” denominado “Caraterísticas e riscos da sublinhagem XBB.1.5 da variante Ómicron”.

Foi dada continuidade à atualização da área específica no site da OF relativa à Infecção por mpox, criada em 2022, nomeadamente no que concerne às Normas e Orientações emitidas pela DGS.

## V. SESSÕES “CIM À TARDE NA SOCIEDADE FARMACÊUTICA”

Estas sessões têm como base temas abordados em artigos do Boletim do CIM, desenvolvidos em formato webinar, e realizadas pelos autores dos artigos nas quais se baseiam. Em 2023, foram dinamizadas três destas sessões.

## VI. COLABORAÇÕES EXTERNAS

O CIM colaborou no Concurso de Aconselhamento ao Doente, atividade organizada pela APEF que pretende promover o desenvolvimento de competências técnicas e de comunicação necessárias para a prática farmacêutica. Tal como habitual, elaborámos, em colaboração com o CEDIME, os casos clínicos para as eliminatórias regionais e para a final, e integrámos o Júri na final nacional.

O CIM teve ainda uma participação semestral na rubrica “As escolhas dos especialistas”, da revista Farmácia Clínica, mediante a elaboração de resumos de artigos científicos ou de outros documentos considerados relevantes para prática dos farmacêuticos.

## VII. COLABORAÇÕES INTERNAS

O CIM proporciona suporte técnico-científico e apoio ao bastonário, à DN-OF, aos demais órgãos sociais nacionais e regionais, e a todos os departamentos da OF em assuntos relacionados com o medicamento e temas de intervenção farmacêutica. Algumas das principais atividades realizadas incluem:

- » Respostas a pedidos de análise técnica de Protocolos de Dispensa de novos MNSRM-EF e intervenção junto do Infarmed, no sentido de alterar protocolos específicos, de modo a reforçar o uso seguro.
- » Colaboração com o departamento de Desenvolvimento Profissional no âmbito da creditação de atividades formativas, desenvolvimento de Competências e com o departamento de Relações Internacionais no âmbito da abordagem às situações clínicas ligeiras.
- » Validação dos conteúdos formativos disponibilizados pela OF para apoio aos farmacêuticos, no âmbito da Campanha de Vacinação Sazonal contra a gripe e a COVID-19 2023-2024, em articulação com o departamento de Assuntos Profissionais.
- » Colaboração com a SRSRA-OF em atividades relacionadas com conteúdos formativos.
- » Pesquisa e seleção de recursos bibliográficos para inclusão na Plataforma Formativa da OF relativos a situações clínicas/grupos terapêuticos, no âmbito do serviço de Renovação da Terapêutica Crónica.
- » Participação no Grupo de trabalho operacional da Renovação da Terapêutica Crónica da OF.
- » Colaboração com o departamento de Assuntos Profissionais na revisão de conteúdos das Boas Práticas de Farmácia Comunitária.
- » Elaboração de comunicação para sensibilizar os farmacêuticos para a adesão e promoção da vacinação contra a gripe e a COVID-19.
- » Colaboração na apreciação e revisão de Normas e propostas remetidas à OF por outras entidades.
- » Desenvolvimento de um recurso informativo para inclusão na Plataforma Formativa da OF “MNSRM-EF: Indicações terapêuticas e protocolos de dispensa”.



## VIII. OUTRAS INICIATIVAS

- » Integração na equipa de uma nova colaboradora farmacêutica, em virtude da saída planeada da Diretora Técnica, e de uma colaboradora estagiária, a tempo parcial.
- » Renovação das assinaturas dos sistemas de informação (Drugdex®, MedlineComplete® e UpToDate®) e de diversas publicações periódicas, tendo sido adquiridas ainda publicações não periódicas alusivas a temas que requeriam atualização dos recursos bibliográficos.
- » Inclusão de artigos na base de dados bibliográfica interna, selecionados através da revisão de uma lista de publicações periódicas da área farmacêutica.
- » Elaboração de um inquérito de satisfação específico para as respostas a pedidos de informação recebidos no CIM, com comunicação mensal dos resultados obtidos.
- » Projeto de caracterização sociodemográfica dos farmacêuticos comunitários que contactaram o CIM entre 2021 e o primeiro semestre de 2023, bem como das principais áreas de consulta.
- » No âmbito do Programa de Estágios da Lisbon PH, foi proporcionado um estágio de 35 horas a uma aluna de 5.º ano do MICEF.
- » Divulgação da Brochura do CIM a todos os farmacêuticos comunitários e hospitalares, além da habitual divulgação através do Diário OF e das redes sociais.
- » Apresentação sobre a atividade e serviços do CIM na sessão de receção ao aluno estagiário dinamizada pela SRSRA-OF.
- » Divulgação de textos informativos sobre o CIM direcionados aos estudantes do MICEF, através da *Newsletter* Estudantes e das Associações/Núcleos de Estudantes das diversas instituições de ensino.
- » Participação de elementos do CIM em reuniões, encontros e formações.
- » Atualização e reformulação do Manual de Procedimentos do CIM, que descreve a metodologia normalizada de trabalho para todas as atividades realizadas e a sistemática a seguir.



## 7. COMUNICAÇÃO E MARKETING INSTITUCIONAL

O Departamento de Comunicação e Marketing Institucional da OF (DCMI-OF) integra atualmente dois colaboradores e um estagiário, a tempo parcial, que têm como principal responsabilidade a execução das ações de *marketing* e de comunicação definidas pela instituição em cada momento, nomeadamente através da produção, edição e promoção de conteúdos e informações para os diferentes interlocutores e canais de comunicação da OF. O DCMI-OF presta apoio aos diferentes departamentos e estruturas da organização, procurando dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela instituição e pelos farmacêuticos, nas suas múltiplas áreas profissionais. Entre as principais responsabilidades estão ainda o apoio às atividades de representação e intervenção pública dos órgãos sociais e o acompanhamento dos desenvolvimentos regulamentares e legislativos relacionadas com a atividade farmacêutica.

### I. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

#### REVISTA DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

A Revista da Ordem dos Farmacêuticos (ROF) tem sido um dos principais veículos de comunicação da OF, retratando as atividades desenvolvidas pela instituição durante o período de cada edição. Embora a ROF seja hoje maioritariamente distribuída e divulgada através das plataformas digitais da OF, por e-mail, através das *newsletters* da OF, do *website* da OF e das redes sociais da OF, mantém-se a impressão e expedição via postal de exemplares para as autoridades e associações setoriais, entidades parceiras, bem como para todos os farmacêuticos que manifestam essa preferência. Após a revisão gráfica, da linha editorial e da periodicidade da revista encetada no início do mandato dos órgãos sociais da OF, prosseguiu-se a edição de duas edições durante o ano de 2023, em que foi dado particular destaque às comemorações dos 50 anos da OF e ao processo de revisão do seu Estatuto.

#### GUIA DO FARMACÊUTICO RESIDENTE

Em 2023, a OF iniciou a edição de novo manual dirigido aos farmacêuticos que iniciam o programa da Residência Farmacêutica. O Guia do Farmacêutico Residente foi elaborado pelo CCEACGH-OF e pelo CCFEH-OF, tendo também registado múltiplos contributos de inúmeros farmacêuticos de cada uma destas áreas profissionais. Esta publicação foi enviada a todos os farmacêuticos que iniciaram a Residência Farmacêutica no início do ano. Posteriormente, foi revista e atualizada, com os contributos dos Colégios de Especialidade de Farmácia Hospitalar e de Análises Clínicas e Genética Humana, dos farmacêuticos residentes e dos seus orientadores, incluindo informação de referência e consulta para todos os farmacêuticos residentes, explicando, com o devido detalhe e rigor, os processos de acolhimento, conteúdos formativos, áreas funcionais, processos de avaliação e perspetivas para a especialização e integração na Carreira Farmacêutica.

### II. PLATAFORMAS DIGITAIS

#### WEBSITE DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

A OF é proprietária de várias páginas eletrónicas que foram desenvolvidas ao longo de vários anos, por diferentes estruturas da organização, no âmbito de projetos específicos, da promoção de eventos ou para assegurar uma presença institucional diferenciada. O domínio [www.ordemfarmaceuticos.pt](http://www.ordemfarmaceuticos.pt) canaliza a maior parte do tráfego, mas serve também de âncora para todas as restantes páginas, encaminhando o público das restantes plataformas digitais para as páginas eletrónicas com informações detalhadas sobre as iniciativas da OF.

De forma regular, são efetuados desenvolvimentos e atualizações nas diferentes páginas eletrónicas, seja através da produção e organização de conteúdos ou disponibilização o *website* da OF e a Secretaria *Online* da OF, tendo em vista a correção de erros e concretização de melhorias nos processos de consulta, produção e submissão de conteúdos.

WEBSITE	VISUALIZAÇÕES	DATA MAIS VISITADA
Site OF   <a href="http://www.ordemfarmaceuticos.pt">www.ordemfarmaceuticos.pt</a>	1 918 113 (+ 18.4%)	25 / 09 / 2023   19 508
Secretaria Virtual   <a href="http://www.secretaria.ordemfarmaceuticos.pt">www.secretaria.ordemfarmaceuticos.pt</a>	660 437 (+ 45.1%)	19 / 09 / 2023   8 921
Bolsa de Oportunidades   <a href="http://www.oportunidades.ordemfarmaceuticos.pt">www.oportunidades.ordemfarmaceuticos.pt</a>	103 851 (+ 12.3%)	25 / 01 / 2023   2 229



## NEWSLETTERS

Durante o ano de 2023, a OF aderiu a uma nova plataforma especializada para o envio de comunicações eletrónicas (e-mails, *newsletters*, sms, mensagens de voz e notificações), devidamente integrada com o sistema de gestão de associados, possibilitando assim a segmentação de destinatários, a automatização de processos de comunicação, o respeito pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados e o cumprimento das melhores práticas no envio de comunicações eletrónicas.

Ao longo do ano, o DCMI-OF manteve a edição diária da *newsletter* DIÁRIO OF, que se assume como uma das principais vias de comunicação da OF com o exterior, veiculando informações sobre a atividade quotidiana da OF. De forma extraordinária, foram também produzidas as *newsletters* INFO OF, com públicos segmentados, de acordo com as informações veiculadas. Adicionalmente, foi ainda desenvolvida a nova *newsletter* ESTUDANTES OF, dirigida aos membros estudantes da OF, com informações específicas e relevantes sobre iniciativas que lhes são dirigidas.

NEWSLETTER	EDIÇÕES	VISUALIZAÇÕES	EDIÇÃO MAIS VISTA
DIÁRIO OF	228	4 004 572 (+ 29.7%)	#1489   18 / 09 / 2023   25 310

## REDES SOCIAIS

A OF tem vindo a apostar fortemente na comunicação através das redes sociais mais utilizadas pelos portugueses – Facebook, Instagram, LinkedIn e YouTube – potenciando assim o alcance das suas mensagens, quer junto dos farmacêuticos que utilizam essas plataformas quer do público em geral. Todos os dias, são publicadas informações em vários formatos e plataformas, com públicos diferentes, que requerem a adaptação do conteúdo aos seus destinatários. Além das vantagens na promoção e divulgação dos eventos organizados pela OF, estas plataformas têm também sido utilizadas para transmissão de algumas cerimónias e atos públicos organizados pela OF.

PLATAFORMA	SEGUIDORES	PUBLICAÇÕES	ALCANCE / IMPRESSÕES
FACEBOOK	16 281	307	235 500
INSTAGRAM	9 394	560	449 600
LINKED-IN	17 969	334	997 144
YOUTUBE	1 319	26	17 400

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

Acompanhando a atividade política e regulamentar na área da Saúde, a OF tem vindo a pronunciar-se sobre vários temas com impacto na atividade profissional dos farmacêuticos, seja através de comunicados e notas enviadas à comunicação social, seja por contactos diretos da imprensa com os dirigentes e representantes dos farmacêuticos. Neste contexto, o DCMI-OF envia regularmente informações de agenda para as redações dos órgãos de comunicação social generalistas e especializados, divulgando e dando a conhecer as atividades e eventos organizados pelas diferentes estruturas da instituição.

Referências à OF na comunicação social (2023):

MEIO	VISUALIZAÇÕES	ADVERTISING VALUE EQUIVALENT
Websites	6 286	6 286 000
TV	2 045	2 045 000
Imprensa	1 925	1 925 000
Rádio	532	532 000
Revistas	272	272 000
<b>TOTAL</b>	<b>11 060</b>	<b>10 063 000</b>



### III. NOVO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2023, foram iniciados os trabalhos de desenvolvimento de um novo cartão de identificação, cujo principal objetivo passa por identificar de forma clara e objetiva o portador como profissional farmacêutico no local de trabalho. Este cartão, além de conter a fotografia do titular, incluirá informações profissionais, tais como especialidades, competências farmacêuticas ativas, cargo e número de carteira profissional. Na ótica da OF, este cartão, a disponibilizar no primeiro semestre de 2024, permitirá fortalecer a já reconhecida confiança da comunidade perante os serviços prestados pelos farmacêuticos.

### IV. CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DO FARMACÊUTICO E A DA RELAÇÃO COM A ORDEM

Em 2023, foi iniciada uma campanha que será lançada no primeiro semestre de 2024 que tem como objetivos:

1. Combater o sentimento de desvalorização da profissão.
2. Maior envolvimento e intervenção no desenvolvimento da profissão, da comunidade e cultura farmacêutica.
3. Mais informação sobre condições de acesso/inscrição e do uso do título de farmacêutico.
4. Partilha de valores, princípios e benefícios para os farmacêuticos.

### V. DINAMIZAÇÃO DA CATEGORIA DE MEMBRO ESTUDANTE DA OF

A categoria de Membro Estudante da Ordem dos Farmacêuticos (ME) tem como principal objetivo a aproximação dos estudantes que frequentem o 4.º ou 5.º ano do MICEF de todas as instituições de ensino superior portuguesas daquela que será a sua Ordem profissional, envolvendo-os nos trabalhos e nas atividades da instituição.

A inscrição como membro estudante da OF ofereceu aos estudantes do MICEF um conjunto de benefícios exclusivos nas quais se destacam a isenção do pagamento de quotas, acesso à rede de parceiros e vantagens, inscrições com condições especiais em eventos da OF e acesso a bibliografia técnico-científica e aos serviços do CIM.

O início de 2023 ficou marcado pelo lançamento de uma nova *newsletter* dedicada aos estudantes, “ESTUDANTES OF”, enviada mensalmente a todos os ME com conteúdos exclusivos e mais direcionados ao público jovem, dando simultaneamente a conhecer as atividades da Ordem e das várias Associações e Núcleos de Estudantes do MICEF.

Para reforçar o elo entre a Ordem e os estudantes foi lançado o novo “Cartão de Identificação de ME”, um documento válido para cada ano letivo e que identifica os futuros farmacêuticos junto dos vários parceiros da OF, permitindo usufruir dos benefícios e condições especiais acordadas com diversas entidades. Os dados presentes neste cartão incluem nome, IES, ano curricular, número e validade. Por questões logísticas, o envio destes cartões ocorreu em dois momentos distintos: março, aquando da sua criação, e novembro, englobando novos ME que se inscreveram no novo ano letivo e as renovações decorrentes do anterior.

Com o grande objetivo de simplificar e desburocratizar todo um processo, a OF alterou o processo de renovação da condição de ME no início de cada ano letivo, passando este processo a ser automático. Assim, no início do ano letivo 2023/2024 (setembro 2023), todos os alunos inscritos no ano letivo anterior como “ME do 4º ano curricular” transitam automaticamente para “ME do 5º ano curricular”, tendo sido enviada uma comunicação via e-mail a informar desta atualização e requerido aos estudantes que, por algum motivo, permaneçam inscritos no 4º ano do MICEF informem a OF desta mesma situação. Já os alunos inscritos no ano letivo anterior como “ME do 5º ano curricular” continuaram inscritos como ME pelo período de um semestre letivo. O registo de ME dos jovens que completaram o ciclo de estudos e efetuaram a sua inscrição na OF foi sendo sucessivamente monitorizado, os restantes foram contactados no sentido da sua situação ser verificada e, caso necessário, ser atualizada.

No decorrer de todo o ano de 2023, a OF contou com o apoio de 9 Associações e Núcleos de Estudantes do MICEF para divulgação da categoria de ME juntos dos seus estudantes: APEF, Associação de Estudantes de Ciências Farmacêuticas da Universidade Lusófona (AEFUL), Associação dos Estudantes de Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (AEFUL), Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP), Núcleo de Ciências Farmacêuticas da Associação Académica de Fernando Pessoa (NCF/AFP), Núcleo de Estudantes de Ciências Farmacêuticas da Universidade da Beira Interior (UBI Pharma), Núcleo de Estudantes de Ciências Farmacêuticas da Universidade do Algarve (NECFarm), Núcleo de Estudantes de Ciências Farmacêuticas do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz (NECF-ISCSEM) e Núcleo de Estudantes de Farmácia da Associação Académica de Coimbra (NEF/AAC). Além da ampla divulgação nas redes sociais e da distribuição de materiais promocionais pelos seus associados, várias Associações / Núcleos de Estudantes convidaram a OF a estar presentes nos seus eventos com um espaço



próprio com o objetivo de promover a instituição e a categoria de ME. A OF apoiou igualmente diversas atividades dinamizadas pelos estudantes oferecendo o seu patrocínio e ajuda logística e material, garantindo sempre que solicitado o envio de materiais promocionais e merchandising da OF e da categoria de ME.

Com o objetivo principal de apresentação das linhas gerais e do balanço da categoria de ME e desenvolvimento de possíveis projetos e parcerias, a OF reuniu ainda com representantes destas Associações e Núcleos de Estudantes de Ciências Farmacêuticas, num encontro promovido pelo bastonário da OF e que contou também com a participação o presidente do Conselho Nacional de Deontologia Farmacêutica, Sérgio Simões. Os estudantes foram desafiados a apoiar a OF na dinamização da categoria de Membro Estudante, na promoção do Código Deontológico e a remeter contributos para adequar os interesses e as expectativas dos estudantes com as ações e iniciativas da OF.

Estão abaixo apresentados os principais números relativos à categoria de ME da OF:

### SETEMBRO 2023

	ATIVOS	4º ANO	5º ANO
FFUP	69	27	42
FCS-UFP	13	8	5
CESPU	8	4	4
<b>SRN-OF</b>	<b>90</b>	<b>39</b>	<b>51</b>
FFUC	107	37	70
FCS-UBI	113	44	69
<b>SRC-OF</b>	<b>220</b>	<b>81</b>	<b>139</b>
FFUL	235	120	115
ECTS-ULHT	18	9	9
IEUM	33	11	22
FCT-UAlg	65	27	28
<b>SRSRA-OF</b>	<b>351</b>	<b>167</b>	<b>184</b>
<b>TOTAL</b>	<b>661</b>	<b>287</b>	<b>374</b>

### JANEIRO 2024

	ATIVOS	4º ANO	5º ANO
FFUP	106	39	67
FCS-UFP	18	6	12
CESPU	7	1	6
<b>SRN-OF</b>	<b>131</b>	<b>46</b>	<b>85</b>
FFUC	118	41	77
FCS-UBI	117	22	95
<b>SRC-OF</b>	<b>235</b>	<b>63</b>	<b>172</b>
FFUL	244	77	167
ECTS-ULHT	23	6	17
IEUM	31	7	24
FCT-UAlg	66	13	53
<b>SRSRA-OF</b>	<b>364</b>	<b>103</b>	<b>261</b>
<b>TOTAL</b>	<b>730</b>	<b>212</b>	<b>518</b>

## VI. CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

A OF e as instituições de ensino superior que lecionam o MICF desenvolveram uma campanha de dinamização do curso, dirigida a estudantes do ensino secundário. A campanha com o slogan “Ciências Farmacêuticas – Um mundo inteiro numa profissão”, pretende sensibilizar os alunos finalistas do ensino secundário sobre as diversas opções de carreira atualmente existentes na profissão, tendo sido organizadas em cinco “Mundos”:

- » Mundo Clínico
- » Mundo Científico
- » Mundo Tecnológico
- » Mundo Industrial
- » Mundo Regulamentar

A campanha, disponível em [www.cienciasfarmaceuticas.pt](http://www.cienciasfarmaceuticas.pt), foi desenvolvida em colaboração com as Faculdades de Farmácias da Universidades do Porto, Coimbra e Lisboa, Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Instituto Universitário de Ciências da Saúde, Instituto Universitário Egas Moniz e Universidade Fernando Pessoa.

A primeira fase da campanha foi lançada durante o período de candidaturas ao ensino superior público, com o lançamento de uma página eletrónica dedicada à iniciativa, estando prevista a sua continuidade ao longo dos próximos anos letivos, com novas iniciativas de aproximação aos jovens estudantes do ensino secundário e de valorização da profissão farmacêutica e do curso de Ciências Farmacêuticas.

## 8. COLÉGIOS DE ESPECIALIDADE E GRUPOS PROFISSIONAIS

### I. CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ANÁLISES CLÍNICAS E DE GENÉTICA HUMANA

A atividade do CCEACGH-OF, em 2023, foi a seguinte:

- » Colaboração com o bastonário da OF e com a DN-OF, na discussão dos assuntos de maior interesse nas áreas das Análises Clínicas e da Genética Humana, a fim de desenvolver um papel pró-ativo nas adaptações nas especialidades de Análises Clínicas e de Genética Humana;
- » Contribuição para a valorização das duas especialidades, independentemente do local em que os colegas exerçam atividade e para apoiar a sua integração em equipas multidisciplinares, de forma equitativa e justa de acordo com as suas capacidades e autonomia;
- » Colaboração com a DN-OF, Secções Regionais, outros Conselhos dos Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho na análise de documentos, emissão de pareceres e outras iniciativas;
- » Criação de visibilidade e espaço nas redes sociais e noutros espaços de divulgação, contribuindo com material específico, de qualidade e atual;
- » Incremento da oferta formativa de qualidade e diversificada, adaptada ao mercado de trabalho atual e ao desenvolvimento tecnológico;
- » Colaboração com a DN-OF no processo de consolidação da Carreira Farmacêutica e da Residência Farmacêutica;
- » Colaboração na definição de critérios de idoneidade para estabelecimentos onde se realizem programas de Residência Farmacêutica e estágios profissionais, bem como dos farmacêuticos responsáveis pela orientação destes programas e pela avaliação final dos residentes e dos estagiários, nas diferentes áreas do diagnóstico laboratorial;
- » Participação nas ações promovidas por universidades e pelos estudantes de Ciências Farmacêuticas, pelas Instituições de Ensino Superior onde se leciona o MICF e outras organizações ou entidades, com o objetivo de enquadrar e incentivar a atividade na área das Análises Clínicas e da Genética Humana, nas suas opções profissionais;
- » Colaboração com Associações Profissionais e outras entidades, nacionais e internacionais, que facultem informação atualizada e desenvolvam formação de qualidade nas nossas áreas profissionais de atuação;
- » Colaboração com a Asociación Española del Laboratorio Clínico (AEFA);
- » Realização de reuniões regulares do CCEACGH-OF, para coordenação e acompanhamento do Plano de Atividades a cumprir, a fim de dar resposta atempada às solicitações dos membros da OF na área das Análises Clínicas e da Genética Humana;
- » Colaboração com o Departamento de Comunicação e Marketing Institucional da OF, divulgando as ações do Colégio de Especialidade e temas de relevância para as análises clínicas e genética humana, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual;
- » Realização de 3 *webinars* de carácter científico, totalmente gratuitos e em formato online, relativos a diversos temas, com uma média de 220 participantes;

### II. CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ASSUNTOS REGULAMENTARES

A atividade do Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares (CCEAR-OF), em 2023, foi a seguinte:

- » Participação nas iniciativas da OF para as quais foi solicitado o contributo do CCEAR-OF;
- » Colaborar com a DN-OF, Secções Regionais, outros Conselhos do Colégio de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho na análise de documentos, emissão de pareceres ou outras iniciativas;
- » Emissão de parecer face às diversas solicitações dos membros da OF e da DN na área dos Assuntos Regulamentares;
- » Revisão e publicação das Boas Práticas Regulamentares da OF;
- » Acompanhamento da legislação europeia do medicamento e produtos de saúde, identificando e analisando temas com impacto nacional, colaborando ativamente com a DN-OF;



- » Colaboração com o Departamento de Comunicação e Marketing Institucional da OF, divulgando as ações do Colégio de Especialidade e temas de relevância para os assuntos regulamentares, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual;
- » Contribuição para melhorar a formação pré e pós-graduada em Assuntos Regulamentares, através de parcerias com instituições de ensino Superior onde se leciona o MICEF, entidades formadoras e com as Secções Regionais da OF;
- » Realização da época de exames anual para atribuição do Título de Especialista em Assuntos Regulamentares. Foram recebidas 11 candidaturas e atribuídos nove títulos de especialista em assuntos regulamentares;
- » Realização da Reunião Anual do Colégio, subordinado ao tema “(r)Evolução Regulamentar: Disponibilidade, Inovação, Acesso e Sustentabilidade para todos os Doentes”, no dia 9 de novembro, em Lisboa. O evento contou com 141 participantes.
- » Realização da Sessão Comemorativa dos 25 anos do CEAR, no dia 2 de junho;
- » Realização de dois webinars, subordinados aos temas “Cannabis Medicinal” e “Legislação de Produtos Cosméticos”, com 223 e 144 inscrições, respetivamente.
- » Realização do evento *online* “CCEAR Talk - Painéis de peritos de Dispositivos Médicos”, que contou com 53 inscrições;
- » Realização de um *webinar* de esclarecimento sobre a atribuição do título de especialista em assuntos regulamentares;
- » Promoção da visibilidade e valorização dos Assuntos Regulamentares, através da estreita colaboração com todos os parceiros nacionais e com associações de pessoas com a doença;
- » Representação da OF nos eventos relevantes na área dos Assuntos Regulamentares;
- » Colaboração no Curso Intensivo de Assuntos Regulamentares de Medicamentos, organizado pelo Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (Isctem);
- » Realização de reuniões do CCEAR-OF, para coordenação e acompanhamento do Plano de Atividades a cumprir.

### III. CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE FARMÁCIA COMUNITÁRIA

A atividade do CCEFC-OF, em 2023, foi a seguinte:

#### EXERCÍCIO PROFISSIONAL - QUALIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

- » Elaboração de documentos de atuação afetos às áreas de intervenção específica do farmacêutico comunitário, em prol da uniformização de procedimentos e serviços, bem como revisão das Boas Práticas de Farmácia Comunitária;
- » Publicação das Boas Práticas para Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis, a 13 de setembro de 2023.
- » Contribuição no desenvolvimento de normas farmacêuticas, nomeadamente sobre renovação da terapêutica, medicamentos dispensados em regime ambulatorio de farmácia hospitalar e revisão da terapêutica., por publicar.

#### DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL:

- » Elaboração do projeto de plano estratégico de formação para candidatos a especialistas, em articulação com a SRSRA-OF;
- » Realização da época de exames anual para atribuição do Título de Especialista em Farmácia Comunitária. Foram rececionadas 68 candidaturas e atribuídos 25 títulos de especialista;
- » Contribuição para a elaboração de Competências Farmacêuticas relevantes ao exercício profissional do farmacêutico que exerce a sua atividade na Farmácia Comunitária;
- » Realização das III Jornadas do CCEFC-OF, subordinadas ao tema “A Farmácia Comunitária no Sistema de Saúde” que decorreram a 27 e 28 de maio, em Santa Maria da Feira, que contaram com, aproximadamente, 150 participantes;
- » Realização de sessões de sensibilização e esclarecimento aos colegas para a especialidade.

#### MANDATO SOCIAL:

- » Participação nas iniciativas da DN-OF, Secções Regionais, outros Conselhos dos Colégios de Especialidade, Grupos Profis-



sionais e Grupos de Trabalho para as quais seja solicitado o contributo do CCEFC-OF;

- » Colaboração com a DN-OF, Secções Regionais, outros Conselhos dos Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho na análise de documentos, emissão de pareceres ou outras iniciativas;
- » Participação nas ações promovidas pelos estudantes de Ciências Farmacêuticas, pelas Instituições de Ensino Superior onde se leciona o MICF e outras organizações ou entidades, com o objetivo de enquadrar a atividade profissional na área da farmácia comunitária;
- » Representação da OF em eventos e Grupos de Trabalho, sempre que requerido pela DN-OF;
- » Realização de reuniões do CCEFC-OF, para coordenação e acompanhamento do Plano de Atividades a cumprir.

#### COMUNICAÇÃO E IMAGEM DO COLÉGIO:

- » Colaboração com o Departamento de Comunicação e Marketing Institucional da OF, divulgando as ações do Colégio de Especialidade e temas de relevância para a Farmácia Comunitária, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual.

## IV. CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE FARMÁCIA HOSPITALAR

A atividade do CCEFH-OF, em 2023, foi a seguinte:

- » Colaboração com a DN, Secções Regionais, outros Conselhos dos Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho na análise de documentos, emissão de pareceres ou outras iniciativas;
- » Resposta às solicitações dos membros da OF na área da Farmácia Hospitalar;
- » Colaboração com o Departamento de Comunicação e Marketing Institucional da OF, divulgando as ações do Colégio de Especialidade e temas de relevância para a Farmácia Hospitalar, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual;
- » Participação nas ações promovidas pelos estudantes de Ciências Farmacêuticas, pelas Instituições de Ensino Superior onde se lecionam o MICF e outras organizações ou entidades, com o objetivo de enquadrar a atividade profissional na área da farmácia hospitalar;
- » Realização das XV Jornadas de Farmácia Hospitalar, realizadas a 25 em fevereiro de 2023, em formato híbrido, subordinadas ao tema “Desafios Cíclicos - Realidades em Transformação”. O evento contou com 326 participantes;
- » Atribuição do prémio Pegadas à farmacêutica hospitalar Paula Almeida;
- » Entrega do Prémio DIFH - Divulgação de Iniciativas em Farmácia Hospitalar ao trabalho “Avaliação da Qualidade e Segurança do Fracionamento de Comprimidos em Farmácia Hospitalar”, da autoria do farmacêutico António Mendes;
- » Promoção da divulgação e a partilha de informação entre os profissionais de Farmácia Hospitalar;
- » Participação em grupos de trabalho conjuntos com a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (Infarmed) e com a DGS e organizar sessões de esclarecimento dedicadas às diferentes áreas da Farmácia Hospitalar, elaborando documentos orientadores;
- » Colaboração com a SPMS, concretamente no acesso a dados clínicos e contribuição para implementação de melhorias da plataforma “SClínico”;
- » Colaboração com a APFH, APAH e SPFCS em projetos de formação;
- » Realização de reuniões do CCEFH-OF, para coordenação e acompanhamento do Plano de Atividades a cumprir;
- » Participação no processo de consolidação da Carreira Farmacêutica e Residência Farmacêutica, dentro das competências atribuídas ao CCEFH-OF;
- » Organização de dois *webinars* “Hora do Colégio”, subordinados aos temas “Residência Farmacêutica” e “Comissão de Farmácia e Terapêutica”, com 101 e 120 participantes, respetivamente.



## V. CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

A atividade do Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica (CCEIF-OF), em 2023, foi a seguinte:

- » Início da elaboração de um *QP (Qualified Person) Guide* para orientação dos candidatos ao Título de Especialista;
- » Atribuição de Títulos de Especialistas em Indústria Farmacêutica. Foram rececionadas 25 candidaturas e atribuídos 10 títulos de especialista.
- » Revisão das Normas para atribuição do título de especialista em Indústria Farmacêutica;
- » Elaboração do Livro dos 40 anos do CCEIF-OF, a publicar em 2024;
- » Promoção de formação e qualificação contínua dos QP, através da organização de eventos com temas relevantes aos profissionais e focadas no desenvolvimento das competências dos farmacêuticos de indústria;
- » Realização da 41.ª Reunião Anual do Colégio de Indústria (RACI), subordinada ao tema *Leading Pharmaceutical Manufacturing*, nos dias 13, 14 e 15 de outubro. O evento contou com 194 participantes;
- » Realização da reunião intercalar (iRACI), online, subordinada ao tema *Selecting the Right Supplier* no dia 30 de maio. O evento contou com 148 participantes;
- » Realização de reuniões do CCEIF-OF, para coordenação e acompanhamento do Plano de Atividades a cumprir;
- » Colaborar com a DN-OF, Secções Regionais, outros Conselhos do Colégio de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho na análise de documentos, emissão de pareceres ou outras iniciativas;
- » Colaboração com o Departamento de Comunicação e Marketing Institucional da OF, divulgando as ações do Colégio de Especialidade e temas de relevância para a Indústria Farmacêutica, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual;
- » Representação da OF nos eventos relevantes da Indústria Farmacêutica, nomeadamente na visita às instalações do ISQ e participação no evento *Pharmakon*.

## VI. GRUPO PROFISSIONAL DE DISTRIBUIÇÃO FARMACÊUTICA

A atividade do GPDF-OF prevê, para 2024, atingir os seguintes objetivos:

- » Participação nas iniciativas da OF para as quais foi solicitado o contributo do GPDF;
- » Emissão de pareceres face às diversas solicitações dos membros da OF e da DN-OF na área da Distribuição Farmacêutica;
- » Colaboração com a DN-OF, Secções Regionais, Conselhos dos Colégios de Especialidade, GPFME-OF e Grupos de Trabalho na análise de documentos, emissão de pareceres ou outras iniciativas;
- » Colaboração com o Departamento de Comunicação e Marketing Institucional da OF, divulgando as ações do Colégio de Especialidade e temas de relevância para a Distribuição Farmacêutica, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual;
- » Elaboração de proposta de normas transitórias para atribuição do título de especialista em Distribuição Farmacêutica, identificando os critérios de elegibilidade e áreas funcionais;
- » Elaboração de inquérito para caracterizar os farmacêuticos a exercer no setor da distribuição farmacêutica;
- » Promoção da visibilidade da Distribuição Farmacêutica, através da estreita colaboração com todos os parceiros nacionais;
- » Representação da OF nos eventos relevantes na área;
- » Contribuição para a elaboração de Competências Farmacêuticas relevantes ao exercício profissional do farmacêutico que exerce a sua atividade na Distribuição Farmacêutica;
- » Realização de reuniões do GPDF-OF, para coordenação e acompanhamento do Plano de Atividades a cumprir;
- » Acompanhamento dos requisitos e obrigações dos distribuidores farmacêuticos associados à prevenção da entrada de medicamentos falsificados na cadeia de distribuição legal, implementação dos regulamentos dos dispositivos médicos e dispositivos médicos *in vitro*.



## VII. GRUPO PROFISSIONAL DE FARMÁCIA MILITAR E DE EMERGÊNCIA

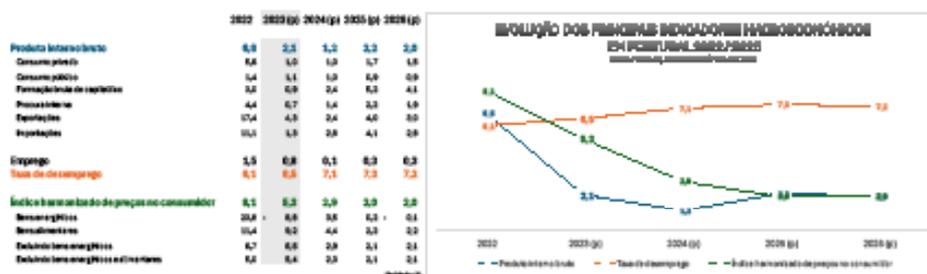
A atividade do GPFME-OF, em 2023, foi a seguinte:

- » Promoção da articulação entre as diferentes entidades da Defesa, da Saúde, da Educação e da Ciência e Tecnologia;
- » Identificação de oportunidades para melhorar a segurança dos cidadãos no âmbito da saúde, onde o farmacêutico militar intervém e tem valor acrescentado;
- » Valorização da área da Farmácia Militar junto da OF e da sociedade civil;
- » Avaliação, no âmbito do presente Grupo Profissional, de matérias consideradas pertinentes para a atividade farmacêutica militar;
- » Divulgação da Farmácia Militar como uma atividade farmacêutica com especificidade inerente ao desempenho nas Forças Armadas;
- » Desenvolvimento de programas de formação e colaboração na orientação, acompanhamento e execução de atividades de ensino, formação e investigação na área da emergência (catástrofe/guerra nuclear, química e biológica) e ajuda humanitária;
- » Emissão de pareceres de natureza especializada no domínio da farmácia militar, face às diversas solicitações dos membros da OF e da DN-OF na área da Farmácia Militar;
- » Participação em projetos na área da saúde e da defesa.
- » Colaboração na definição das reservas estratégicas de medicamentos, dispositivos médicos e equipamentos médicos na área da emergência em saúde pública e catástrofes.
- » Participação nas iniciativas da OF para as quais seja solicitado o contributo do GPFME-OF;
- » Colaboração com o Departamento de Comunicação e Marketing Institucional da OF, divulgando as ações do Colégio de Especialidade e temas de relevância para a Farmácia Militar, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual.
- » Promoção da visibilidade da Farmácia Militar, através da estreita colaboração com todos os parceiros;
- » Representação da OF nos eventos relevantes na área;
- » Colaboração com a DN-OF, Secções Regionais, Conselhos dos Colégios de Especialidade, Grupo Profissional de Distribuição Farmacêutica e Grupos de Trabalho na análise de documentos, emissão de pareceres ou outras iniciativas;
- » Identificação e caracterização dos farmacêuticos relacionados com a área militar;
- » Realização de reuniões do GPFME-OF, para coordenação e acompanhamento do Plano de Atividades a cumprir;
- » Visitas a instalações militares com pertinência na área da farmácia militar.

# RELATÓRIO DE CONTAS

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DO ANO 2023

O enquadramento macroeconómico do ano de 2023 ainda foi favorável para a economia portuguesa em geral e para a maioria dos agentes económicos em particular, nomeadamente para a DN-OE. O ano foi marcado pela progressiva redução da taxa de inflação e por uma degradação do desempenho dos outros indicadores, com destaque para a redução acentuada da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).



## CRESCIMENTO ECONÓMICO

O Banco de Portugal (BP) estima que no ano de 2023, a economia portuguesa registre um crescimento real de 2,1% no PIB. Este crescimento foi principalmente impulsionado pelo aumento da procura externa. No entanto, e pese embora esta seja a terceira melhor taxa de crescimento do PIB na União Europeia (EU), é de notar que a evolução deste indicador continua numa trajetória de desaceleração e estão previstas para os anos seguintes a 2023 taxas de crescimento bastante mais modestas das que as registadas nos últimos três anos: 1,2% em 2024 e 2,2% em 2025.

## INFLAÇÃO E PREÇOS

A evolução da trajetória do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) em Portugal continua a registar uma trajetória descendente. Em 2023, o IHPC registou uma taxa de 5,3%. Durante o ano 2023 a evolução dos preços em Portugal continuou a sofrer pressões inflacionárias globais, relacionadas a tensão geopolítica e com uma “nova normalidade” pós-pandémica. Prevê-se que a inflação continue a trajetória descendente nos anos seguintes ao de 2023 e atinja o nível de 2,9% no ano 2024 e 2,0% em 2025.

## EMPREGO E DESEMPREGO

Embora a taxa de desemprego em Portugal permaneça num nível historicamente baixo no ano de 2023, com 6,5%, regista uma trajetória ascendente, prevendo-se que atinja 7,3% no ano 2025. Ao nível do emprego, a trajetória do indicador aponta para a estagnação da criação de novos empregos no ano 2025.

## CONTAS PÚBLICAS E ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

As últimas estimativas disponíveis apontam para que, no ano de 2023, a execução orçamental do Estado registre um excedente orçamental de 0,9% do PIB (Deficit de -0,4% no ano 2022).

No final do ano 2023, o rácio da dívida em relação PIB era de 98,7% (113,8% no ano 2022). A evolução do *stock* da dívida pública continua numa trajetória descendente que, a ser mantida, permitirá que Portugal quebre o limiar dos 90% no ano 2027. Foi neste contexto que recentemente o Rating da Dívida da República foi revisto em alta pelas principais agências de notação financeira da dívida pública, tendo a república portuguesa neste momento classificação de 1.º nível, com perspetiva estável.



## DA ATIVIDADE NO ANO 2023

	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2023	Desvio	Desvio %
	Real	Orçamento	Real	Real - Orç.	Real - Orç.
Vendas e prestação de serviços - Quotas e Taxas de inscrição	1.383.502	1.400.236	1.453.131	52.894	4%
Vendas e prestação de serviços - Outras	187.750	274.175	295.285	21.110	8%
Vendas e prestação de serviços	1.571.252	1.674.411	1.748.416	74.005	4%
Subsídios à Exploração	58.206	68.832	0	-68.832	-100%
Custo das mercadorias vendidas e mat. cons.	0	0	0	0	
Fornecimentos e serviços externos	-864.382	-858.871	-877.060	-18.189	2%
Gastos com pessoal	-575.233	-713.472	-591.087	122.385	-17%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reduções)	-20.187	0	-10.188	-10.188	
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-47.851	0	9.732	9.732	
Outros rendimentos	20.173	28.580	44.637	16.057	56%
Outros gastos	-74.018	-62.300	-55.851	6.449	-10%
<b>Res. antes de depreciações, gastos de fin. e impostos (EBITDA)</b>	<b>67.961</b>	<b>137.180</b>	<b>268.599</b>	<b>131.419</b>	<b>96%</b>
Gastos de depreciação e de amortização	-12.917	-42.744	-13.882	28.862	-68%
<b>Resultado operacional</b>	<b>55.044</b>	<b>94.436</b>	<b>254.717</b>	<b>160.281</b>	<b>170%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0	1.080	304	-776	-72%
Juros e gastos similares suportados	34	-75.327	-17.252	58.075	-77%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>55.078</b>	<b>20.189</b>	<b>237.770</b>	<b>217.581</b>	<b>1078%</b>
Imposto sobre o rendimento de período	-549	0	-9	-9	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>54.529</b>	<b>20.189</b>	<b>237.761</b>	<b>217.572</b>	<b>1078%</b>

No que respeita os principais indicadores económicos e financeiros, a DN-OF registou em quase todas as rubricas uma boa execução orçamental, reforçando assim no final do exercício 2023 a situação económica e financeira.

O Resultado líquido do período foi na quantia de 238 milhares de Euros, valor significativamente acima do planeado no orçamento do ano 2023, em mais 218 milhares de Euros.

O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) também foi positivo e no valor de 269 milhares de Euros, com mais 131 milhares de Euros que o planeado no orçamento (+96%).

O bom desempenho da execução orçamental da DN-OF no ano 2023 está relacionado principalmente com a não execução de gastos de pessoal previstos no orçamento do ano 2023, nomeadamente a remuneração do bastonário, no valor de 91 milhares, mas também com o atraso da conclusão da empreitada de reabilitação da sede, projeto que deveria estar terminado em setembro 2023, mas só estará terminada em setembro 2024. Este último facto teve como consequência o adiamento para o ano de 2024 de um conjunto de gastos orçamentados no ano 2023, no valor total de 87 milhares de Euros.

## RENDIMENTOS

### PERCENTUAL DE QUOTAS E TAXAS DE INSCRIÇÃO TRANSFERIDOS DAS SR'S

No ano de 2023, a DN-OF registou uma boa execução de rendimentos de quotas e taxas de inscrição, na ordem dos 1.453 milhares de Euros, valor acima do previsto no orçamento, com mais 53 milhares de Euros (+4%), principalmente devido ao nível de cobrança de quotas das Secções Regionais ter sido realizado acima do planeado no orçamento do ano.

Inscreveram-se no ano 2023 um total de 624 novos membros, mais 28 que o planeado no orçamento e mais 30 que no período homólogo. As taxas de inscrição do ano 2023 deram origem a um rendimento anual de 40 milhares de euros.

As quotas emitidas de membros ativos no ano 2023 para o conjunto das três SR's originaram rendimentos de 3.435 milhares de Euros naqueles Órgãos da OF. No mesmo período, as SR's cobraram um total de 3.270 milhares de Euros de quotas aos seus Membros e, consequentemente, transferiram para DN-OF o valor de 1.413 milhares de Euros.

Em conjunto, estas duas importantes fontes de rendimentos da DN-OF representaram 83% do total dos rendimentos do ano 2023.

### OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2023, as outras prestações de serviços apresentaram-se com uma execução orçamental excedentária de mais 21 milhares de Euros do que o planeado no orçamento (+8%). Foram contabilizados rendimentos de 295 milhares de Euros nesta rúbrica, a saber, os relacionados com as atividades abaixo listadas:



### Rendimentos, por departamento

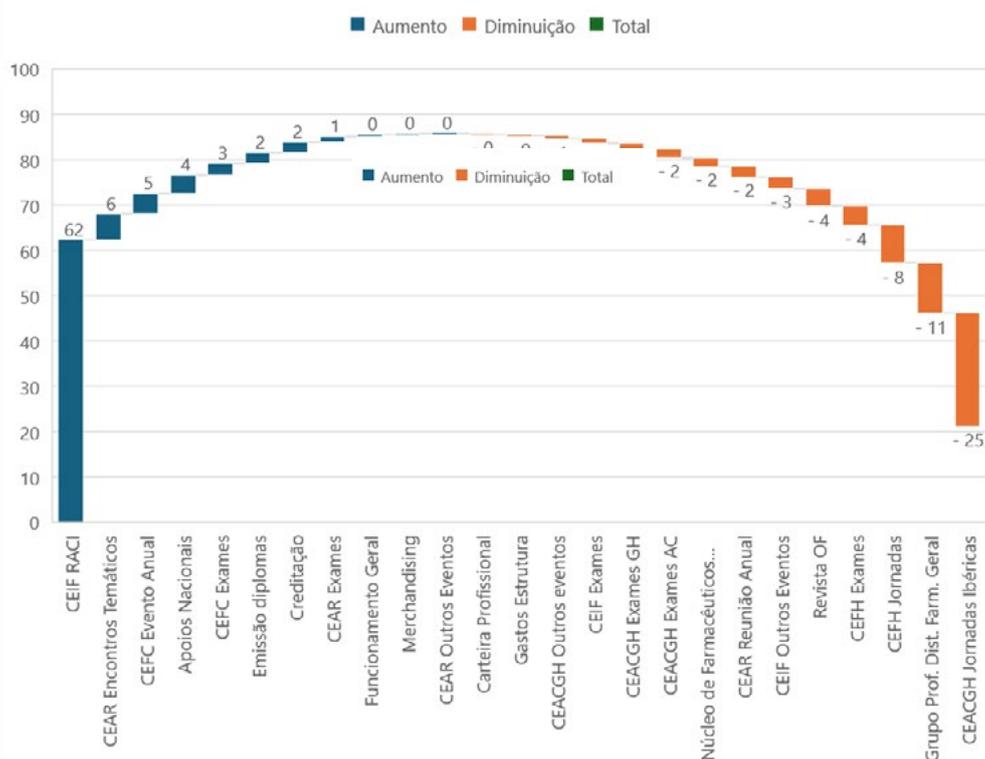
<b>Secretaria Geral</b>	<b>17.146 €</b>
Apoios institucionais	16.395 €
Taxas de Emissão de Carteiras Profissionais	605 €
Merchandising	146 €

<b>Departamento de Comunicação e Marketing Institucional</b>	<b>0 €</b>
Apoios Institucionais à ROF	0 €

<b>Departamento de Desenvolvimento Profissional</b>	<b>54.635 €</b>
Creditação	44.640 €
Emissão Diplomas	9.995 €

<b>Departamento de Assuntos Profissionais</b>	<b>223.504 €</b>
<b>Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e de Genética Humana</b>	<b>1.000 €</b>
Exames AC	1.000 €
Exames GH	0 €
Jornadas Ibéricas	0 €
Outros eventos	0 €
<b>Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares</b>	<b>22.535 €</b>
Exames	3.005 €
Reunião Anual	12.710 €
Outros eventos	6.820 €
<b>Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária</b>	<b>48.380 €</b>
Exames	13.875 €
Evento Anual	34.505 €
Outros eventos	0 €
<b>Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar</b>	<b>22.340 €</b>
Exames	815 €
Jornadas	21.525 €
Outros eventos	0 €
<b>Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica</b>	<b>129.249 €</b>
Exames	6.985 €
RACI	122.264 €
Outros eventos	0 €
<b>Grupo Profissional Distribuição Farmacêutica</b>	<b>0 €</b>
<b>Grupo Profissional Militar</b>	<b>0 €</b>

Em termos de execução orçamental, listamos abaixo os desvios ao planeado no orçamento do ano 2023 na rubrica de outras prestações de serviços:



## RENDIMENTOS DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Ao contrário do planeado no ano de 2023, e principalmente devido ao projeto da nova sede não ter sido terminado, não houve rendimentos desta natureza. Estavam planeados rendimentos no valor de 68 milhares de Euros.

## OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Foram contabilizados rendimentos de 10 milhares de Euros com a redução de provisões específicas constituídas em anos anteriores. Este valor resultou do impacto líquido resultante da redução de uma provisão que havia sido constituída para uma ação de reclamação do divida IMT e respetivos juros de mora à Autoridade Tributária (AT) na venda de um imóvel no ano 2012 (-41 milhares de euros) e da criação de duas novas provisões: uma para os riscos de uma ação judicial de responsabilidade civil extracontratual (+14 milhares de Euros) e outra para salvaguardar uma eventual fiscalização do Tribunal de Contas (+17 milhares de Euros).

## OUTROS RENDIMENTOS

No ano de 2023, a DN-OF registou outros rendimentos no valor de 45 milhares de Euros, mais 16 milhares de Euros que o previsto no orçamento do ano. Destes, 35 milhares de euros, foram obtidos com o desconhecimento de gastos de anos anteriores (Anos 2020 e 2021) para suportar eventuais emolumentos com a fiscalização com o Tribunal de Contas e, 9 milhares de Euros, foram obtidos pela DN com cedência da garagem arrendada pela OF na Rua da Sociedade Farmacêutica ao empreiteiro (ABB).

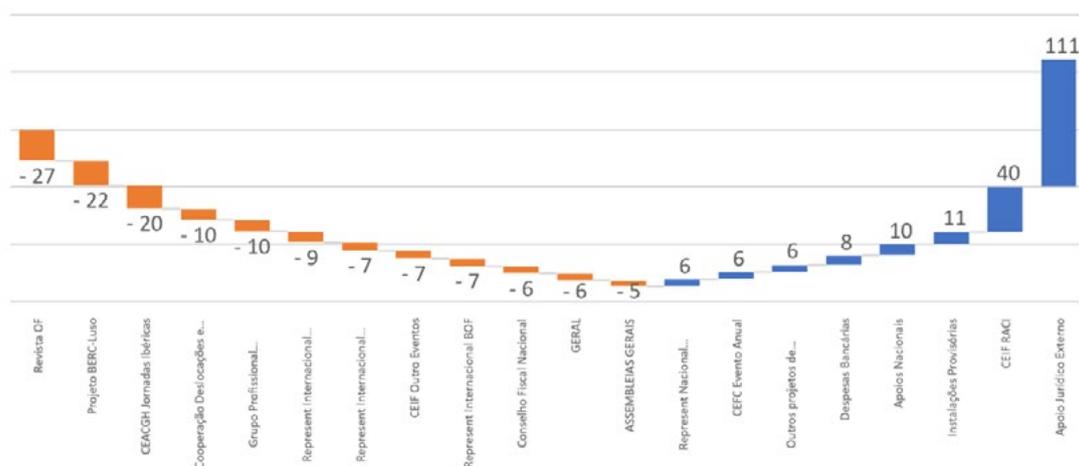
## JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS

Foram contabilizados 304 Euros de rendimentos de juros de aplicações financeiras de curto prazo e sem risco do Fundo de Solidariedade.

## GASTOS E PERDAS

### GASTOS DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos desta rubrica ascenderam ao valor de 877 milhares de Euros, menos 19 milhares de Euros que o valor planeado no orçamento 2023. Detalhamos abaixo os principais desvios por atividade:





### FSE's por departamento e atividade

<b>Serviços Gerais</b>	<b>239.486 €</b>
<b>Gastos Fixos ou Comprometidos</b>	<b>239.486 €</b>
Água	0 €
Apoio Informático	8.202 €
Correio	7.193 €
Eletricidade	0 €
Gestão Documental	6.519 €
Honorários Diversos - Apoio Jurídico	189.957 €
Limpeza Higiene e Conforto	8.292 €
Material de Escritório	4.543 €
Telecomunicações	12.530 €
Trabalhos Especializados - Serviço Estafeta	2.250 €

<b>Departamento de Comunicação e Marketing Institucional</b>	<b>73.515 €</b>
<b>Gastos Fixos ou Comprometidos</b>	<b>6.691 €</b>
Trabalhos Especializados - Alerta de Notícias	4.428 €
Trabalhos Especializados - Revista de Imprensa	2.263 €
<b>Atividades</b>	<b>66.823 €</b>
Site OF	552 €
Revista OF	14.178 €
Outros Projetos de Comunicação	52.093 €

<b>Centro de Informação do Medicamento</b>	<b>25.313 €</b>
<b>Atividades</b>	<b>25.313 €</b>
Base de Dados e Revistas Científicas	25.313 €

<b>Secretaria Geral</b>	<b>206.236 €</b>
<b>Gastos Fixos ou Comprometidos</b>	<b>87.795 €</b>
Honorários Diversos - Assessores	16.974 €
Informática	31.749 €
Base de Dados	24.354 €
Trabalhos Especializados - Renting Automóvel	14.718 €
<b>Atividades</b>	<b>118.441 €</b>
Funcionamento Geral	23.881 €
Apoios Institucionais	11.742 €
Assembleias Gerais	3.718 €
Conselho Fiscal Nacional	5.701 €
Conselho Jurisdicional Nacional	224 €
Conselho Nacional Farmacêutico	4.193 €
Despesas de deslocação e estadia (nacionais)	26.864 €
Carteira Profissional	1.080 €
Dia do Farmacêutico	2.263 €
Merchandising	3.039 €
Outros Eventos	33.999 €
Outras atividades	1.737 €

<b>Departamento de Desenvolvimento Profissional</b>	<b>2.366 €</b>
<b>Atividades</b>	<b>2.366 €</b>
Conselho para a Qualificação e Admissão	2.366 €

<b>Departamento de Assuntos Profissionais</b>	<b>174.134 €</b>
<b>Colégios - Funcionamento Geral</b>	<b>1.537 €</b>
<b>Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e de Genética Humana</b>	<b>1.199 €</b>
Funcionamento Geral	1.199 €
Reuniões do Conselho	0 €
Exames AC	0 €
Exames GH	0 €
Jornadas Ibéricas	0 €
Outros eventos	0 €

<b>Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares</b>	<b>21.521 €</b>
Funcionamento Geral	0 €
Reuniões Conselho	0 €
Exames	153 €
Reunião Anual	13.786 €
Outros Eventos	7.582 €

<b>Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária</b>	<b>37.902 €</b>
Funcionamento Geral	150 €
Reuniões Conselho	878 €
Exames	551 €
Reunião Anual	36.322 €
Outros Eventos	

<b>Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar</b>	<b>21.031 €</b>
Funcionamento Geral	0 €
Reuniões Conselho	1.325 €
Reuniões Grupos de Trabalho	0 €
Exames	0 €
Jornadas	18.419 €
Outro Eventos	1.287 €

<b>Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica</b>	<b>90.925 €</b>
Funcionamento Geral	58 €
Reuniões Conselho	550 €
Exames	243 €
RACI	90.074 €
Outros Eventos	

<b>Grupo Profissional Distribuição Farmacêutica</b>	<b>0 €</b>
<b>Grupo Profissional Militar</b>	<b>19 €</b>

<b>Infraestruturas</b>	<b>88.804 €</b>
<b>Gastos Fixos ou Comprometidos</b>	<b>88.804 €</b>
Aluguer de Garagem na Rua da Soc. Farmacêutica	21.178 €
Instalações Provisórias	62.740 €
Trabalhos Especializados - Fotocopiadoras	2.740 €
Outros	2.146 €

<b>Departamento de Assuntos Financeiros</b>	<b>35.858 €</b>
<b>Gastos Fixos ou Comprometidos</b>	<b>35.858 €</b>
Seguros	2.184 €
Serviços Bancários	10.043 €
Serviços de Contabilidade	23.631 €

<b>Departamento de Relações Internacionais</b>	<b>31.349 €</b>
<b>Atividades</b>	<b>31.349 €</b>
Conselho Nacional para a Cooperação	18.893 €
Projeto BERC-Luso	9.159 €
Apoios internacionais	3.143 €
Outros Eventos	154 €
Conselho Nacional para a Cooperação	0 €



## GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal da DN-OF no ano 2023 ascenderam a 591 milhares de Euros, valor abaixo do previsto no orçamento do ano 2023, com menos 122 milhares de Euros (-17%). O desvio ao orçamento explica-se maioritariamente com o facto de o bastonário ter optado por não receber a remuneração prevista no orçamento do ano 2023, no valor de 91 milhares de Euros, mas também devido a terem sido planeado no orçamento do ano 2023 um quadro de pessoal mais reforçado do que aquele que efetivamente se concretizou.

No ano 2023, foi executada a atualização salarial transversal de 5% e, no final do ano, foram provisionadas as verbas férias, subsídios de férias e prémios de avaliação de desempenho relativas ao ano de 2023, mas só a pagamento no ano 2024.

## IMPARIDADES DE DÍVIDAS DE CLIENTES

No ano de 2023, foram registadas perdas com imparidades de dívidas de clientes no valor de 10 milhares de Euros. Todos os saldos com antiguidade superior a um ano, foram reconhecidos em imparidade.

## GASTOS COM DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Totalizaram 14 milhares de Euros no período no ano 2023, valor abaixo do previsto no orçamento anual, em menos 29 milhares de Euros.

Como estava planeada a utilização da nova sede no início quarto trimestre de 2023, haveriam de ser registados mais gastos com depreciações do novo edifício e respetivos equipamentos, o que não se verificou na realidade devido ao atraso da conclusão da empreitada de reabilitação da sede.

## GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO

Ascenderam a 17 milhares de Euros no ano de 2023 e registaram uma execução deficitária de menos 58 milhares de Euros, situação que também está relacionada com o atraso da empreitada de reabilitação da sede, que teve como consequência o adiamento da utilização das verbas do financiamento bancário contratado e permitiu reduzir de forma significativa os juros pagos.

## DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO 2023

No que respeita a **Liquidez**, a DN-OF detinha **2.736 milhares de Euros** em disponibilidades e depósitos a prazo de curto prazo e sem risco, com uma cobertura de 37% do Ativo Total.

Havia **Créditos a receber** no valor total de **1.857 milhares de Euros**. Destes, 44 milhares de Euros eram de Clientes e 340 milhares de Euros de outras entidades, deste último valor, a maioria eram dívidas das SR's no valor total de 264 milhares de Euros.

O **Ativo não corrente** era no total de **2.712 milhares de Euros**, valor maioritariamente constituído pelo valor contabilístico do edifício sede (em processo de obra de reabilitação).

Os **Fundos Patrimoniais** ascendiam a **2.423 milhares de Euros**, valor que representa uma taxa de cobertura de 33% do Ativo Total, o que atesta um excelente nível de solvabilidade.

Estavam constituídas **Provisões** no valor de **126 milhares de Euros**, para a contingência da OF ter de vir a pagar o IMT de um edifício alienado há muitos anos sito na Avenida Gago Coutinho, em Lisboa. O Imposto é reclamado pela Autoridade Tributária (AT), mas a OF reclamou judicialmente desta exigência e aguarda o desfecho da ação.

A DN-OF **não tinha dívida remunerada** no valor de 3.533 milhares de Euros, dos quais 3.530 milhares de Euros diziam respeito a um financiamento bancários de longo prazo, contratado para financiar parte da reabilitação da sede da OF, e o remanescente respeitava dívida não vencida de dois cartões de crédito.

A **dívida total a Fornecedores** fixou-se em **961 milhares de Euros**, sendo que 758 milhares de Euros eram devidos ao empreiteiro da obra de reabilitação da sede.

A **dívida ao Estado** totalizou **71 milhares de Euros** (nomeadamente os impostos e retenções de rendimentos a entregar nos meses de janeiro e fevereiro de 2024).

Os **Outros passivos correntes** ascendiam a **194 milhares de Euros**, dos quais 98 milhares Euros diziam respeito à responsabilidade dos meses de férias e de subsídio de férias, vencidos em 31 dezembro 2023 e a pagar aos colaboradores no ano 2024, e 94 milhares de Euros respeitavam a responsabilidade com gastos reconhecidos por acréscimo no ano 2023.



## DA SITUAÇÃO DE TESOURARIA NO ANO 2023

O **Fluxo de caixa das atividades operacionais** foi positivo, no valor de **486 milhares de Euros**. Para este contribuiu em grande medida o EBITDA gerado pela DN-OF no ano 2023, mas também a coleta do Fundo Nova Sede, que no ano de 2023 ascendeu ao valor total de 195 milhares de Euros.

O **Fluxo de caixa das atividades de investimento** foi negativo, no valor de **-2.059 milhares de Euros**, devido ao investimento de reabilitação do edifício sede pela DN-OF.

O **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** foi positiva, no valor de 3.495 milhares de Euros. No final do ano de 2023, o financiamento bancário contratado para parte do investimento de reabilitação da sede estava integralmente utilizado, a saber, no valor de 3.530 milhares de Euros.

A **Varição de caixa e seus equivalentes** (*cash-flow*) da DN no ano 2023 assim foi positiva, no valor de **1.922 milhares de Euros**.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Imposto a pagar estimado para o ano de 2023 foi de 9 Euros e, conseqüentemente, o Resultado líquido do período foi de 237.761 €. Propõe-se que o Resultado Líquido apurado no exercício do ano 2023 seja aplicado na conta de Resultados Transitados.



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO ANO 2023 - DN

Demonstração individual dos resultados por natureza (ESNL)  
Período final em 31 de dezembro de 2023

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
		D.Nacional	D.Nacional
Vendas e serviços prestados	7	1.748.416	1.571.252
Subsídios, doações e legados à exploração	10.16	0	58.206
Quota das mercadorias vendidas e das mercadorias consumidas		0	0
Fornecimentos e serviços externos	10.7	-877.060	-864.382
Gastos com o pessoal	8	-591.087	-575.233
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.15	-10.188	-20.187
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10.17	9.732	-47.851
Outros rendimentos	10.18	44.637	20.173
Outros gastos	10.9	-55.851	-74.018
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>268.599</b>	<b>67.960</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10.12	-13.882	-12.917
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>254.717</b>	<b>55.044</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10.10	304	34
Juros e gastos similares suportados		-17.252	0
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>237.770</b>	<b>55.078</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-9	-549
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>237.761</b>	<b>54.529</b>

O Contabilista Certificado



## BALANÇO EM 31 DEZEMBRO DE 2023

### Balanço Individual (ESMII)

Período finalizado em 31 de dezembro de 2023

Valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	2023	2022
		D.Nacional	D.Nacional
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos Físicos tangíveis	5	2.708.879	1.303.038
Ativos intangíveis	6	0	0
Investimentos financeiros	10.11	3.814	4.022
		2.712.692	1.307.060
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		0	0
Créditos a receber	10.1	1.856.570	383.632
Estado e outros entes públicos	10.5	0	0
Fundadores/Interventores/participadores/associados/membros	10.13	0	0
Diferimentos	10.2	40.000	19.713
Outros ativos correntes		0	0
Caixa e depósitos bancários	10.3	2.736.648	814.424
		4.633.218	1.217.769
<b>Total do ativo</b>		7.345.910	2.524.829
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>	10.4		
Fundos		328.808	328.808
Reservas		1.296.334	1.101.414
Resultados transitados		64.540	7.691
Excedentes de revalorização		435.499	437.820
Outras variações nos fundos patrimoniais		59.793	59.793
Resultado líquido do período		237.761	54.529
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		2.422.735	1.990.054
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10.17	118.929	126.264
Financiamentos obtidos		3.459.941	0
Outras dívidas a pagar		0	0
		3.578.870	126.264
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.14	961.859	144.096
Estado e outros entes públicos	10.5	70.757	21.880
Fundadores/Interventores/participadores/associados/membros		0	0
Financiamentos obtidos		72.642	872
Diferimentos	10.2	44.616	51.843
Outros passivos correntes	10.6	194.430	189.820
		1.344.305	408.511
<b>Total do passivo</b>		4.923.175	534.775
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		7.345.910	2.524.829

O Contabilista Certificado



## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Valores em euros	
	2023	2022
	D.N.	D.N.
<b>Actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1 674 120	2 153 164
Pagamentos a fornecedores	(676 321)	(1 361 961)
Pagamentos ao pessoal	(359 672)	(347 584)
Caixa gerada pelas operações	638 127	443 620
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	(439)	0
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(152 047)	(190 890)
	0	0
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>485 641</b>	<b>252 730</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	(2 057 832)	(684 921)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	(574)	(1 536)
Outros activos	0	0
	<b>(2 058 406)</b>	<b>(686 458)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis	0	0
Activos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	209	6 274
Outros activos	0	0
Subsídios ao investimento	0	0
Juros e rendimentos similares	304	520
Dividendos	0	0
	513	6 794
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(2 057 893)</b>	<b>(679 663)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	3 530 000	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	0	0
Juros e gastos similares	(35 524)	0
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>3 494 476</b>	<b>0</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>1 922 224</b>	<b>(426 934)</b>
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e equivalentes no início do período	814 424	1 241 358
Caixa e equivalentes no fim do período	2 736 648	814 424



## DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Obj: Demonstração Individual de Alterações nos Fundos Patrimoniais (3261)  
Período Fim em 31 de Dezembro de 2023

Valores em Euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição no início do período 2022</b>		328 808	336 286	-218 645	440 343	59 793	124 018	1 790 489
<b>Alterações no período:</b>								0
Alterações de políticas contabilísticas								0
Excedentes de revalorização								0
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			185 136	128 139	-2 321		-124 818	185 136
<b>Resultado líquido do Período</b>							54 529	54 529
<b>Resultado integral</b>							54 529	54 529
<b>Operações com inibidores no período:</b>								0
Fundos								0
Subsídios, doações e legados								0
Distribuições								0
Outras Operações								0
<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Posição no fim do período 2022</b>		328 808	1 321 414	7 691	437 819	59 793	54 529	1 990 354

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição no início do período 2023</b>		328 808	1 321 414	7 691	437 819	59 793	54 529	1 990 354
<b>Alterações no período:</b>								0
Alterações de políticas contabilísticas								0
Excedentes de revalorização								0
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			184 930	58 848	-2 320		54 529	184 930
<b>Resultado líquido do Período</b>							137 761	137 761
<b>Resultado integral</b>							137 761	137 761
<b>Operações com inibidores no período:</b>								0
Fundos								0
Subsídios, doações e legados								0
Distribuições								0
Outras Operações								0
<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Posição no fim do período 2023</b>		328 808	1 296 194	64 940	435 499	59 793	137 761	2 412 745



# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

### **Direção Nacional**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2023**

## Anexo às Demonstrações Financeiras

### 1. Identificação da Entidade

A Ordem dos Farmacêuticos – Direção Nacional, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, com sede na Rua da Sociedade Farmacêutica 18, em Lisboa. Provisoriamente, devido à construção da sua nova sede, ocupa instalações à Avenida Casal Ribeiro 14 – 6º Andar. Exerce a atividade de organizações profissionais e formação profissional.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho e portaria 220/2015 de 24 de julho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 10.1 e 10.6) e “*Diferimentos*” (Nota 10.2)

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Varição de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

### 3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos aos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

### 3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outros ativos correntes

Os “*Cientes*” e os “*Outros ativos correntes*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9. Provisões e Passivos Contingentes**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir efluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

### 3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram, no exercício de 2023, quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



## 5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	124.522,27			124.522,27
Edifícios e outras construções	405.018,48		31.451,73	373.566,75
Equipamento Básico	367,37			367,37
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	357.712,42	9.830,43		367.542,85
Outros ativos fixos tangíveis	29.538,10			29.538,10
Ativos fixos tangíveis em curso	306.142,90	675.090,98		981.233,88
<b>Total</b>	<b>1 223.301,54</b>	<b>684.921,41</b>	<b>31.451,73</b>	<b>1.876.771,22</b>

### Depreciações acumuladas

Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e outras construções	187.696,57	8.100,38	9.013,56	186.783,39
Equipamento Básico	367,37			367,37
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	352.982,21	4.062,61		357.044,82
Outros ativos fixos tangíveis	29.538,10			29.538,10
<b>Total</b>	<b>570.584,25</b>	<b>12.162,99</b>	<b>9.013,56</b>	<b>573.733,68</b>

	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2023
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	124.522,27			124.522,27
Edifícios e outras construções	373.566,75			373.566,75



Equipamento Básico	367,37			367,37
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	367.542,85	9.002,62		376.545,47
Outros ativos fixos tangíveis	29.538,10			29.538,10
Ativos fixos tangíveis em curso	981.233,88	1.410.720,49		2.391.954,37
<b>Total</b>	<b>1.876.771,22</b>	<b>1.419.723,11</b>	<b>0,00</b>	<b>3.296.494,33</b>

#### Depreciações acumuladas

##### Terrenos e Recursos Naturais

Edifícios e outras construções	186.783,39	7.471,34		194.254,73
Equipamento Básico	367,37			367,37
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	357.044,82	6.410,52		363.455,34
Outros ativos fixos tangíveis	29.538,10			29.538,10
<b>Total</b>	<b>573.733,68</b>	<b>13.881,86</b>	<b>0,00</b>	<b>587.615,54</b>

## 6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos fixos Intangíveis</b>				
Programas de computador	66.988,01			66.988,01
<b>Total</b>	<b>66.988,01</b>			<b>66.988,01</b>

#### Depreciações acumuladas

Programas de computador	66.234,44	753,57		66.988,01
<b>Total</b>	<b>66.234,44</b>			<b>66.988,01</b>



	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2023
<b>Ativos fixos Intangíveis</b>				
Programas de computador	66.988,01			66.988,01
<b>Total</b>	<b>66.988,01</b>			<b>66.988,01</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Programas de computador	66.988,01			66.988,01
<b>Total</b>	<b>66.988,01</b>			<b>66.988,01</b>

## 7. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Quotas e Joias	1 453 131	1 383 502
Prestações de serviços	295 285	187 750
	<b>1 748 416</b>	<b>1 571 252</b>

## 8. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de 20 e em 31/12/2022 foi de 20. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	486 902	467 611
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	99 652	96 301
Seguros	2 804	2 556
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos c/ pessoal	11 378	8 765



**600 736**

**575 233**

## 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, divulgam-se as seguintes informações.

### 10.1. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, decompõe-se da seguinte forma:

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal Adiantamentos	-	-	-	158
Pessoal outras operações	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	297	-	16 079
Órgãos SRN, SRC e SRSRA	-	1 774 008	-	263 941
Outros devedores	-	82 265	-	103 454
		<b>1 856 570</b>	-	<b>383 632</b>

A rubrica de Outros devedores inclui, dentre outros, 44.436€ a receber de Clientes.



## 10.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	31-Dez-23	31-Dez-22	31-Dez-18
<b>Diferimentos (Ativo)</b>			
Gastos a reconhecer	13 864	5 055	16 621
Seguros e Rendas	9 036	6 795	4 477
Juros a pagar	-	-	-
Outros gastos a reconhecer	17 100	7 863	7 863
	<b>40 000</b>	<b>19 713</b>	<b>21 897</b>
<b>Diferimentos (Passivo)</b>			
Rendimentos a reconhecer	44 616	51 843	16 621
	<b>44 616</b>	<b>51 843</b>	<b>21 897</b>

Os diferimentos de rendimentos são integralmente constituídos pela verba de adiantamento dos Fundos Comunitários ainda não utilizados pelo projeto BERC-Luso.

## 10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Caixa	1 836	2 814
Depósitos à ordem	2 683 812	760 610
Depósitos à prazo	51 000	51 000
	<b>2 736 648</b>	<b>814 424</b>



#### 10.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Fundos	328 808	328 808
Reservas	1 296 334	1 101 414
Resultados Transitados	64 540	7 690
Excedentes de revalorização	435 499	437 820
Outras Variações do Capital Próprio	59 793	59 793
	<u><b>2 184 974</b></u>	<u><b>1 935 525</b></u>

#### 10.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-	439
Imposto s/ valor acrescentado (IVA)	54 559	5 514
Imposto s/ rendimento das pessoas singulares (IRS)	5 075	6 645
Segurança Social	10 967	9 150
Outros impostos e taxas	156	132
	<u><b>70 757</b></u>	<u><b>21 880</b></u>

#### 10.6. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-23</u>		<u>31-Dez-22</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-



Outras operações Pessoal (Sub. Férias, Férias)	-	107 673	-	106 775
Credores por acréscimos de gastos	-	93 792	-	76 568
Órgãos SRC, SRN e SRSRA	-	2 245	-	-
Outras contas a pagar	-	369	-	6 477
	-	<b>204 079</b>	-	<b>189 820</b>

### 10.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
<b>Subcontratos</b>	-	-
<b>Serviços especializados</b>	<b>476 688</b>	<b>395 459</b>
Trabalhos especializados	195 914	170 305
Publicidade	12 482	21 931
Vigilância e Segurança	-	74
Honorários	197 263	137 737
Comissões	-	-
Conservação e reparação	980	373
Serviços bancários	4 990	15 125
Outros	65 059	49 914
<b>Materiais</b>	<b>30 938</b>	<b>39 696</b>
<b>Energia e fluídos</b>	<b>19 142</b>	<b>16 013</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>77 454</b>	<b>17 432</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>272 838</b>	<b>395 782</b>
Rendas e alugueres	116 516	125 247
Comunicação	27 110	58 570
Seguros	2 674	3 673
Contencioso e notariado	118	10 470
Despesas de Representação	109 721	170 101



Limpeza higiene e conforto	7 989	8 904
Outros serviços	8 710	18 817
	<b>877 060</b>	<b>864 382</b>

### 10.8. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	11
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em Inventários	-	-
Rendimentos/ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos/ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos/ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos	44 637	20 162
	<b>44 637</b>	<b>20 173</b>

### 10.9 Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	31-Dez-23	31-Dez-22	31-Dez-18
Impostos	816	110	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-	-
Dívidas incobráveis	-	-	-
Perdas em inventários	-	-	-
Gastos e perdas restantes ativos financeiros	-	-	-
		22 438	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-	22 438



Juros suportados – Juros de mora e compensatórios	-	-	-
Outros gastos	55 035	51 470	93 939
	<b>55 851</b>	<b>74 018</b>	<b>93 952</b>

#### 10.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos com juros e similares:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	304	34
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<b>304</b>	<b>34</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	17 252	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<b>17 252</b>	<b>-</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(16 948)</b>	<b>34</b>

#### 10.11. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes investimentos financeiros:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
Títulos	-	-
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	3 814	4 022
	<b>3 814</b>	<b>4 022</b>



### 10.12. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, apresentou os seguintes valores:

	31-Dez-23			31-Dez-22		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	13 882	-	13 882	12 163	-	12 163
Ativos intangíveis	-	-	-	754	-	754
	<b>13 882</b>	<b>-</b>	<b>13 882</b>	<b>12 917</b>	<b>-</b>	<b>12 917</b>

### 10.13. Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros

Nos anos de 2023 e 2022 a rubrica referente aos associados não apresentava saldo.

### 10.14. Fornecedores

Nos anos de 2023 e 2022 os “Fornecedores” apresentavam os seguintes saldos:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Fornecedores conta corrente	961 859	144 096
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores receção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<b>961 859</b>	<b>144 096</b>

### 10.15. Perdas por imparidades

Nos anos de 2023 e 2022 as “Perdas por imparidades” apresentavam os seguintes movimentos:

<b>Perdas por imparidades</b>	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
Aumento	10 188	20 187
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<b>10 188</b>	<b>20 187</b>

### 10.16. Subsídios à exploração

O projeto BERC-Luso tem como propósito de contribuir para a Capacitação Ética e Regularizar no domínio da investigação biomédica, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A Ordem dos Farmacêuticos é a entidade líder do projeto e contabiliza os respetivos gastos, que posteriormente são reembolsados por fundos comunitários, por uso do adiantamento ou dos reembolsos submetidos. Não houve reconhecimento de rendimentos respeitantes ao projeto em 2023.

### 10.17. Provisões específicas

De salientar, que a empresa Viver Melhor SA (CALCITRIN) intentou uma ação cível contra dois réus: a Ordem dos Farmacêuticos e Professor Doutor Carlos Maurício Barbosa (a título pessoal e enquanto ex-Bastonário). Nesta ação cível é pedida uma indemnização no valor de 6.136.367€. Contudo, a Ordem dos Farmacêuticos dispõe de um seguro de responsabilidade civil, com um capital coberto de 1.000.000,00€ que foi acionado para esta ação.

Para organizar a defesa neste processo, a OF contratou a Sociedade de Advogados Rui Pena & Arnaut. Na opinião desta, é qualificada como possível o risco quanto à atribuição final de responsabilidades à Ordem dos Farmacêuticos, não obstante entenderem que, por um lado, os factos alegados pela Viva Melhor não são aptos a provocar os danos peticionados; e, por outro lado, a sociedade Viva Melhor não faz prova bastante dos danos que alega ter sofrido.

Sem prejuízo, para refutar os danos imputados, os Réus contrataram a PwC, a qual se encontra a analisar os prejuízos apresentadas pela Viva Melhor para efeito de elaboração futura de relatório pericial.

Considerando que o processo se encontra numa fase inicial, que os dados ainda estão a aguardar relatório de perícia e que há um seguro de 1 milhão de Euros para cobrir parte do risco, a Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos não provisionou verba para este risco.

Foi provisionado um montante de 13.745,00€ para uma ação judicial de um membro da Ordem dos Farmacêuticos que reclamou de uma decisão do Conselho Jurisdicional.

Na sequência da venda de um imóvel em Lisboa no início da década passada, a Autoridade Tributária reclama da OF liquidar os seguintes montantes: 117.000,00€, a título de IMT (correspondente a 6,5% do valor da aquisição do imóvel (1.800.000,00€), acrescidos de juros compensatórios à taxa de 4% ao ano.

Ao nível dos juros compensatórios, a Autoridade Tributária poderá aplicar:

a) juros compensatórios desde a data da apresentação do pedido de manutenção da isenção de IMT (em fevereiro de 2012) - data em que deixaram de estar preenchidos os requisitos para a concessão da isenção de IMT -, no valor de 58.388,27€ – pior cenário para a Ordem dos Farmacêuticos; ou

b) juros compensatórios desde a data em que foi proferida a decisão de indeferimento do pedido de manutenção da isenção de IMT, em maio de 2019, no montante de 17.437,81€ no ano de 2023.

Esta responsabilidade está repartida em 50% atribuídos à Direção Nacional e 50% à Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas.

Com a finalidade de ajustar o valor da provisão constituída para o efeito da estimativa de juros moratórios, esta foi reforçada em 3.518,24€. A provisão relativa ao valor do imposto, que estava sobre avaliada, sofreu uma reversão no montante de 29.250,00€. Os montantes finais reconhecidos para esta provisão são de 58.500,00€ referentes ao imposto e de 29.184,13€ aos juros moratórios.

## 10.18 Financiamentos obtidos

Nos anos de 2023 e 2022 os “Financiamentos obtidos” apresentavam os seguintes saldos:

	Ano 2023			Ano 2022		
	Total	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente
Instituições financeiras – financiamentos Mlpz	3 530 000	3 459 941	70 059	0	0	0
Cartões de crédito	2 583	0	2 583	872	0	872
	<b>3 532 583</b>	<b>3 459 941</b>	<b>72 642</b>	<b>872</b>	<b>0</b>	<b>872</b>

## 10.19. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 25 de março de 2024

# PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Nacional

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal Nacional elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Ordem dos Farmacêuticos – Direção Nacional, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 42.º da Lei 2/2013 de 10 de janeiro, a qual estabelece o regime jurídico, a organização e o funcionamento das associações públicas profissionais, a Ordem dos Farmacêuticos encontra-se inserida no âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos. No decurso do ano de 2023 existiram desenvolvimentos para a sua implementação na Direção Nacional, situação que importa continuar a efetivar.

No encerramento do exercício, o Revisor Oficial de Contas apreciou o Relatório de Atividades e completou o exame das contas com vista à sua certificação.

### Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas e nos Relatórios, o Conselho Fiscal Nacional é de parecer unânime que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2023 da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos, tal como foram apresentados pela Direção Nacional;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Direção Nacional.

Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Direção e demais Órgãos Nacionais e Regionais, bem como aos Serviços da Ordem toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 14 de março de 2024

Pelo Conselho Fiscal Nacional

Assinado por: **Carlos Manuel Freire Cavaleiro**  
Num. de identificação: 06249728  
Data: 2024.03.18 16:25:44+00'00'

Carlos Manuel Cavaleiro  
Presidente do Conselho Fiscal Nacional

[Assinatura Qualificada] Assinado de forma digital por  
João Carlos Cruzeiro da [Assinatura Qualificada] João  
Silva Carlos Cruzeiro da Silva  
Dados: 2024.03.18 17:52:02 Z

Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda,  
Representada por João Cruzeiro, ROC n.º

1363



OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GREINHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MAN SO  
MARIA BALBINA CRAVO  
PEDRO CORREIA PROENÇA  
MANUELA GUERRA OLIVEIRA  
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **OPINIÃO**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS – DIREÇÃO NACIONAL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 7.345.910 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.413.086 euros, incluindo um resultado líquido de 228.112 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS – DIREÇÃO NACIONAL** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **BASES PARA A OPINIÃO**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

#### **SOBRE A CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 42.º da Lei 2/2013 de 10 de janeiro, a qual estabelece o regime jurídico, a organização e o funcionamento das associações públicas profissionais, a Entidade encontra-se inserida no âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos. Observámos que no decurso do ano de 2023 existiram desenvolvimentos importantes na sua implementação na Ordem dos Farmacêuticos – Direção Nacional, situação que importa continuar a acompanhar.

Lisboa, 27 de março de 2024

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por

[Assinatura Qualificada]

João Carlos Cruzeiro da  
Silva

Assinado de forma digital por

[Assinatura Qualificada] João  
Carlos Cruzeiro da Silva

Dados: 2024.03.27 14:12:23 Z

João Carlos Cruzeiro, ROC n.º 1363,  
Registado na CMVM sob o n.º 20160973



# SRC

SECCÃO REGIONAL  
CENTRO



Secção Regional do Centro

## ASSEMBLEIA REGIONAL

### CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo Artigo 42º, nº 3, e para os fins do disposto nos Artigos 41º e 42º, nº 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, e pelas alíneas a) e b) do art. 3.º do Regimento da Assembleia Regional do Centro, convoco a Assembleia Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia **20 de março de 2024**, pelas 20:30 horas, **por videoconferência**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação da ata da Assembleia Regional anterior;
3. Informação sobre a Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
4. Informações sobre a Lei 74/2023, de 18 de dezembro, que altera o Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos;
5. Discussão e deliberação sobre a proposta da Mesa da Assembleia Regional do Centro relativa ao Regimento da Assembleia Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos;
6. Discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa às Normas regulamentares para designação dos titulares dos órgãos da Ordem dos Farmacêuticos criados pela Lei n.º 74/2023, de 18 de dezembro;
7. Discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento Eleitoral e Referendário da Ordem dos Farmacêuticos;
8. Discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento de Quotas e Taxas da Ordem dos Farmacêuticos;
9. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades da Secção Regional do Centro referente a 2023;
10. Discussão e deliberação sobre as Contas da Secção Regional do Centro referentes a 2023;
11. Apreciação sobre o Relatório de Atividades da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2023;
12. Apreciação sobre as Contas da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2023;
13. Apreciação sobre as Contas Consolidadas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2023;
14. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 27 de março de 2024, pelas 20H30, no Jupiter Lisboa Hotel, sita na Avenida da República 46, em Lisboa, e cumulativamente por videoconferência;
15. Apreciação e discussão de outros assuntos que os membros da Secção Regional do Centro considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois, com qualquer número.

Coimbra, 12 de março de 2024,

A Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Centro

(Doutora Ana Cristina Rama)

# MENSAGEM DA DIREÇÃO

*Prezadas e Prezados Colegas,*

Após três anos de incerteza e gestão de uma realidade nova e desconhecida, o ano de 2023 marcou o primeiro ano de pós-pandemia. Foram 3 anos difíceis, atípicos e repletos de desafios, que colocaram fortemente à prova toda a sociedade, a nossa forma de vida e a forma como nos organizamos e relacionamos, pelo que o último triénio decorreu em torno da adaptação e da gestão de constrangimentos e contingências diversas.

O ano de 2023 marcou a retoma de iniciativas e atividades interrompidas pelas limitações que foram impostas, brindando-nos com toda a inovação que resultou da adaptação às novas circunstâncias, de que realçamos a transição digital, concretamente na área da formação.

As prioridades que elegemos para 2023 assentaram nos pilares estratégicos de atuação que propusemos para o mandato, dos quais destacamos a capacitação e a diferenciação técnica e científica do farmacêutico, a aproximação do farmacêutico à Ordem e a afirmação do farmacêutico na sociedade.

E a nossa motivação radica tão somente nisto: acreditamos no farmacêutico! Acreditamos que a sua atuação, ainda que invisível para muitos, é essencial para a eficiência e sustentabilidade do SNS. Acreditamos que a sua atuação resulta, efetivamente, em valor acrescido para a saúde do doente. Acreditamos que a crise sanitária que se instalou em fase pós-pandémica, seria inquestionavelmente mais grave se não tivesse havido o envolvimento ativo do farmacêutico. Desde a renovação da medicação a doentes crónicos, à dispensa de medicamentos hospitalares nas farmácias comunitárias, à administração de vacinas e injetáveis nas farmácias comunitárias, até à execução de testes rápidos de antigénio para diagnóstico da infeção por SARS-CoV-2 por parte dos farmacêuticos analistas clínicos e comunitários, é para nós claro que a intervenção profissional dos farmacêuticos teve um impacto muito significativo na minimização das consequências nefastas da pandemia na saúde dos portugueses.

Mal refeitos do impacto da pandemia, vimos iniciar-se uma guerra, geograficamente próxima, e, logo depois, outra, no médio oriente, com reflexos que se pulverizam um pouco por todo o mundo. Ambas culminarão, seguramente, numa mudança acentuada no mapa geopolítico mundial.

A somar à conjuntura internacional, também internamente o ano de 2023 terminou em clima de incerteza, movida pela demissão do Governo e pela convocação de eleições antecipadas, densificando o clima de fragilidade em muitos setores da sociedade, e criando mais incertezas no setor da saúde.



O caminho não se antecipa fácil, mas o percurso é desafiador e o farmacêutico tem de fazer parte dele, e também fazer parte da solução para o restabelecimento de um SNS estável, robusto e que garanta o princípio da cobertura universal consagrado nos seus estatutos.

O farmacêutico tem agora, mais do que nunca, uma imensa responsabilidade no acompanhamento dos seus doentes e na promoção da saúde da população, tendo a Ordem um papel crucial no apoio à sua diferenciação e capacitação técnica, preparando-o para responder às exigências e à contínua necessidade de adaptação.

Também no seio da profissão farmacêutica, e da própria Ordem, o ano terminou com a perspectiva de transformações acentuadas no exercício profissional, fruto da alteração do Estatuto da Ordem, o que nos obriga à adaptação a um modelo diferente de funcionamento e de organização, que continua a suscitar-nos algumas reservas.

O futuro mostra-se, assim, pautado de novidade e de incerteza, mas também de desafios, pois as adversidades constituem quase sempre oportunidades para o crescimento.

Em resumo, podemos afirmar que pautámos a nossa atividade pela promoção de iniciativas tendentes à capacitação e diferenciação dos farmacêuticos, mantendo sempre uma postura atenta perante as circunstâncias políticas que possam determinar a qualidade da intervenção farmacêutica.

Particular atenção foi dada à vigilância do cumprimento das boas práticas, e ao cumprimento dos princípios éticos e deontológicos da profissão, como garante da qualidade dos serviços prestados à população e da salvaguarda da saúde pública.

Agradecemos a todos os colegas, membros da Secção Regional do Centro, pelo envolvimento e participação nas atividades e iniciativas promovidas, e aos restantes Órgãos Sociais e colaboradores pelo trabalho desenvolvido.

A Direção da Secção Regional do Centro

# PLANO DE ATIVIDADES

1.

## DINAMIZAÇÃO DE INICIATIVAS DE APOIO AO MEMBRO E TENDENTES A APROXIMAR OS MEMBROS DA SUA ORDEM

Estimular a participação ativa dos membros nas iniciativas promovidas pela Ordem, é um dos objetivos centrais desta Direcção Regional, procurando contrariar a tendência do desencontro que tem vindo a instalar-se entre a OF e os profissionais que representa.

Com este propósito, continuámos a dinamizar um conjunto de iniciativas tendentes a vincular e a aproximar os farmacêuticos da sua Ordem:

### I. VALE FORMAÇÃO

A Secção Regional do Centro da OF (SRC-OF) manteve a atribuição de um Vale Formação de 50 horas aos seus novos membros, inscritos ao longo do ano. Em 2023, foram atribuídos 120 vales de formação.

A atribuição do vale formação visa contribuir para estimular uma cultura profissional assente na atualização contínua de conhecimentos e na aquisição de competências diferenciadoras por parte dos membros, desde o início do seu percurso profissional, em consonância, aliás, com o dever de atualização consagrado estatutariamente. O detentor do vale poderá selecionar as ações/cursos ou iniciativas de natureza formativa nas quais pretende usufruir do vale, de entre o leque de iniciativas organizadas e disponibilizadas pela SRC-OF.

O regulamento do Vale Formação está disponível em [https://srcordemfarmaceuticos.pt/\\_srcof/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento\\_ValeForma%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://srcordemfarmaceuticos.pt/_srcof/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento_ValeForma%C3%A7%C3%A3o.pdf)

### II. CERIMÓNIA DE COMPROMISSO FARMACÊUTICO

A Cerimónia de Compromisso Farmacêutico, de cariz nacional, é organizada anualmente, e rotativamente pelas 3 Secções Regionais, tendo a organização, em 2023, ficado a cargo da SRN-OF.

A SRC-OF colaborou na organização da iniciativa, nomeadamente na mobilização dos seus membros para uma participação ativa no evento, que decorreu na Casa da Música, no Porto, no dia 18 de junho.

### III. DIA NACIONAL DO FARMACÊUTICO

A organização das comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico esteve, em 2023, a cargo da SRN-OF, tendo a sessão solene do dia 26 de setembro marcado o ponto alto das comemorações.

Como habitualmente, a sessão solene incluiu, para além da atribuição do prémio Sociedade Farmacêutica Lusitana aos jovens farmacêuticos que concluíram o MICF com as classificações mais elevadas, a habitual homenagem aos farmacêuticos que completaram 50 anos de formação. Trata-se de um momento relevante no percurso de qualquer profissional, no qual a Ordem reconhece e assinala publicamente o contributo para a afirmação e prestígio da Classe ao longo de meio século.



A SRC-OF apoiou a organização da iniciativa, tendo mobilizado os seus membros à participação na cerimónia, que teve lugar na Sede da SRN-OF.

### III. SERVIÇOS AOS MEMBROS

#### SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL

A SRC-OF manteve a disponibilização aos membros, em situação regular, de um Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, garantindo um limite de indemnização de € 100.000,00, por sinistro e anuidade.

O seguro salvaguarda os atos praticados, decorrentes da intervenção profissional do farmacêutico, e que possam motivar a sua responsabilização civil.

#### GABINETE DE ACONSELHAMENTO JURÍDICO

A SRC-OF manteve em funcionamento o Gabinete de Apoio Jurídico, entretanto reforçado com a contratação de mais uma jurista, em face da crescente procura por parte dos membros.

O Gabinete de Apoio Jurídico aos membros funciona mediante marcação prévia, podendo as questões ser enviadas por correio eletrónico ou, alternativamente, por agendamento de reuniões, em formato presencial ou telefónico.

#### BOLSA DE EMPREGO

No sentido de tornar mais eficaz a gestão das bolsas de emprego a funcionar nas Secções Regionais, foi mantida a ferramenta de gestão partilhada por todas as Secções Regionais - a BOOF.

A BOOF é um espaço virtual dinâmico destinado à inserção de oportunidades pelas entidades interessadas e à inserção de candidaturas apresentadas pelos farmacêuticos. Neste espaço o farmacêutico pode construir o seu perfil de candidato e personalizar a informação para cada oferta. Por outro lado, as entidades poderão gerir as oportunidades colocadas, consultando o perfil dos candidatos e podendo contactá-los diretamente através da plataforma.

## 2. FORMAÇÃO E AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

### I. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTÍNUO

O desenvolvimento profissional, a qualificação e a capacitação técnica e científica do farmacêutico sempre assumiram uma posição central no foco das atividades dinamizadas pela Secção Regional.

A qualificação dos profissionais e a aquisição de competências únicas e diferenciadoras são fundamentais à consolidação do farmacêutico como peça chave no âmbito da atividade assistencial ao doente, contribuindo para a sua cabal integração na rede de prestação de cuidados de saúde.

Adicionalmente, a qualificação profissional e o desenvolvimento de competências diferenciadoras são os alicerces para gerar confiança no exercício profissional do farmacêutico, fazendo emergir características tão importantes como a motivação e a liderança dos profissionais. O desenvolvimento profissional é impactante para o conhecimento, a motivação, a satisfação profissional e o prestígio dos farmacêuticos e das instituições de saúde, promovendo a criação de valor nos serviços prestados. E a criação de valor é, como sabemos, de importância central no atual contexto económico, como instrumento de sustentabilidade do nosso fragilizado SNS, requerendo visão, reforma e investimento a longo prazo.

Em 2023, a SRC-OF organizou um conjunto de iniciativas de natureza formativa e de capacitação profissional, em formato presencial e *online*.

No seu conjunto, todas estas iniciativas contribuíram para o reforço das competências dos farmacêuticos em diversos domínios.



## II. CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE VACINAS E MEDICAMENTOS INJETÁVEIS FORMAÇÃO INICIAL CONDUCENTE À CERTIFICAÇÃO

A Portaria 1429/2007, de 2 de novembro, com as alterações introduzidas pela Portaria 97/2018, de 9 de abril, consagra que os serviços farmacêuticos incluem a administração de medicamentos e de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, sendo que o Conselho Diretivo do Infarmed deliberou que a administração de vacinas nas farmácias de oficina é da responsabilidade do farmacêutico diretor técnico da farmácia de oficina, devendo ser executada por farmacêuticos com formação adequada reconhecida pela OF. A formação habilitará o farmacêutico com competências para a administração de medicamentos por via subcutânea e intramuscular, vias de administração estas que são as adequadas para a maioria das vacinas e dos medicamentos injetáveis em ambulatório.

Em 2023, a SRC-OF organizou um curso, que teve lugar nos dias 29 e 30 de setembro, em regime misto: formação teórica em regime de *e-learning* (6 horas) em horário pós-laboral, e treino prático em regime presencial (4 horas). A coordenação técnica e científica do curso esteve a cargo da Prof. Doutora Olga Borges, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, sendo a componente prática da responsabilidade do farmacêutico Dr. Norberto Loureiro Cardoso.

Complementarmente, e tendo em conta a extensão da campanha de vacinação sazonal contra COVID-19, no outono-interno 2023/24, às farmácias comunitárias, a OF desenvolveu uma formação específica para atualização de conhecimentos dos farmacêuticos nesta área. A formação *online* foi disponibilizada na plataforma Moodle, sendo gratuita para todos os farmacêuticos.

## III. CURSO “SUPORTE BÁSICO DE VIDA – INEM”

A paragem cardiorrespiratória (PCR) é um acontecimento súbito, constituindo-se como uma das principais causas de morte na Europa e nos Estados Unidos da América. Afeta entre 55 a 113 pessoas /100.000 habitantes, estimando-se entre 350.000 a 700.000 indivíduos afetados por ano só na Europa. A análise efetuada aos equipamentos de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) utilizados logo após uma paragem cardíaca, indica uma elevada percentagem (76%) de vítimas com um incidente arritmico (Fibrilhação Ventricular) na base das situações de paragem cardiorrespiratória. Desta análise conclui-se que a rápida atuação de quem presencia a PCR é fundamental neste momento crítico, sendo que a atuação para a resolução da situação deverá ser enquadrada pela designada Cadeia de Sobrevivência.

No âmbito da competência para a administração de vacinas e medicamentos injetáveis, atribuída aos farmacêuticos detentores da respetiva formação, esta só será certificada aos farmacêuticos que detenham cumulativamente formação válida na área do Suporte Básico de Vida (SBV).

A SRC-OF deu continuidade à sua parceria com a LTM Consultoria, Lda., que se encontra acreditada pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) para proporcionar formação em SBV.

Em conformidade com os requisitos do INEM, o curso funcionou com um mínimo de 4 participantes e um máximo de 6.

Foram organizadas 6 edições do curso:

- » 24 de fevereiro (9h00 – 13h00)
- » 3 de março (9h00 – 13h00)
- » 22 de setembro (9h00 – 13h00)
- » 22 de setembro (14h00 – 18h00)
- » 25 de outubro (9h00 – 13h00)
- » 25 de outubro (14h00 – 18h00)

## III. CICLO DE WEBINARS “FARMACÊUTICOS PORTUGUESES PELO MUNDO”

Num quadro de aproximação dos farmacêuticos à sua Ordem Profissional, em particular aos que, por diferentes motivos, emigraram, a SRC-OF inscreveu no seu programa de ação a iniciativa “Farmacêuticos Portugueses pelo Mundo”. Cobrindo as principais áreas da intervenção do farmacêutico, pretende-se juntar num só espaço de discussão informal e de partilha, “farmacêuticos portugueses pelo Mundo”, colhendo as suas experiências e melhores práticas, procurando inclusivamente replicá-las no nosso contexto, quando adequado.

Também nos moveu uma lógica de criação ativa de rede e de comunicação com estes colegas, que são ativos importantes da profissão.

No âmbito deste Ciclo, pretende-se abordar as diversas áreas de intervenção profissional do farmacêutico, sendo que em 2023 tiveram lugar os dois primeiros *webinars*, dedicados à farmácia comunitária e à indústria farmacêutica.

A sessão dedicada à farmácia comunitária, que teve lugar no dia 15 de maio, contou com Bárbara Cunha (Reino Unido), Cláudia Pereira (Irlanda), Ricardo Maia (Irlanda), Rita Leão (Noruega), João Abreu (Noruega) e Rui Liceia (Alemanha e Suíça), que partilham as suas experiências profissionais nos países onde trabalham.

A sessão dedicada à indústria farmacêutica teve lugar no dia 27 de novembro, na qual Francisco Nunes moderou um painel de oradores constituído por Frederico Silva (Itália), Gonçalo Grangeia (Espanha), Orlando Oliveira (Suíça) e Rúben Pires (Irlanda).



#### IV. CURSO: “SERVIÇOS FARMACÊUTICOS CLÍNICOS”

Vocacionado para a capacitação do farmacêutico na prestação de serviços farmacêuticos clínicos diferenciados, e diferenciadores, a SRC-OF promoveu a organização do curso “Serviços Farmacêuticos Clínicos”, em regime presencial.

Com duração de 16 horas, o curso decorreu em 4 módulos, que tiveram lugar de 26 de abril a 17 de maio de 2023, tendo como objetivo apresentar e desenvolver o conceito de serviços farmacêuticos clínicos no âmbito da prática assistencial do farmacêutico.

Com a coordenação científica de Isabel Vitória Figueiredo, Professora da FFUC, o curso contou ainda, no painel de formadoras, com Margarida Castel-Branco, Ana Cabral e Marta Lavrador, todas docentes da FFUC.



Curso “Serviços Farmacêuticos Clínicos”

## V. CAPACITAÇÃO NO DOMÍNIO DA ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAIS

Em colaboração com o Conselho Jurisdicional Regional, a Direção Regional promoveu, no dia 24 de maio, o primeiro de um conjunto de debates sobre várias matérias relacionadas com a ética e a deontologia no exercício da profissão.

O *webinar* “Que Futuro? Farmacêutico, ou bastará a inteligência artificial? Onde fica a ética na profissão?” marcou, assim, a inauguração de um ciclo de debates que o Conselho Jurisdicional pretende promover, numa altura em que a autonomia das Ordens Profissionais está a ser posta em causa, pelo que importa reforçar o seu papel na defesa intransigente destes valores.



## VI. JORNADAS: “ACESSIBILIDADE E RESERVA ESTRATÉGICA DE MEDICAMENTOS E DE PRODUTOS DE SAÚDE – DESAFIOS E ESTRATÉGIA(S)”

Preocupada com a temática da escassez de medicamentos, a SRC-OF organizou, no dia 31 de março, as Jornadas “Acessibilidade e Reserva Estratégica de Medicamentos e de Produtos de Saúde - Desafios e Estratégia(s)”.

A acessibilidade aos medicamentos, materializada em fenómenos de escassez ou de rutura no mercado, é uma realidade presente em Portugal, e em grande parte de outros países europeus, sendo um fenómeno que por razões estruturais do nosso mercado será perene e, por isso, mitigável, mas não erradicável.

A crise pandémica, a crise energética e mais recentemente os conflitos armados na Europa, vieram agudizar o problema e expor com muita intensidade o fenómeno.

Foi este o mote para a organização desta iniciativa onde, para uma plateia de cerca de centena e meia de participantes, foi discutido o tema da escassez de medicamentos, e discutidas propostas de soluções, envolvendo representantes de toda a cadeia de valor do medicamento.

Para o diagnóstico do problema, o debate, moderado por Marina Caldas, contou com os contributos do bastonário da OF, Helder Mota Filipe, de Nuno Simões, Diretor da Unidade de projetos interinstitucionais e para o sistema de saúde do Infarmed, de Ramalho da Silva, Coronel Farmacêutico, Diretor do Laboratório Nacional do Medicamento, de Nuno Flora, Presidente da Associação de Distribuidores Farmacêuticos (ADIFA), de Ema Paulino, Presidente da ANF e de Joana Viveiro, Diretora Executiva da Plataforma Saúde em Diálogo.

Para a discussão de modelos de resposta, juntaram-se ao debate Pedro Simões, do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH), e Paulo Cruz, Tenente-Coronel Farmacêutico, Chefe de Gabinete do Diretor do Hospital das Forças Armadas.

Tratou-se, possivelmente, do primeiro debate em Portugal sobre um problema que tem vindo a agravar-se, e para o qual urge encontrar respostas.

Como promotora desta iniciativa, a SRC-OF procurará ser o garante da continuação da discussão e monitorização deste tema, tentando com a ajuda de todos os parceiros representados neste evento, colocá-lo na agenda dos decisores, incentivando a tomada de decisões coordenadas que operacionalizem as conclusões retiradas deste fórum.



Jornadas “Acessibilidade e Reserva Estratégica de Medicamentos e de Produtos de Saúde - Desafios e Estratégia(s)” | 31 março 2023

## VII. JORNADAS: “REMÉDIOS N(D)O MAR”

Foi a magnífica cidade de Aveiro que acolheu, no dia 10 de novembro, a realização das Jornadas “Remédios n(d)o Mar”, uma organização conjunta da SRC-OF e do CESAM - Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro.

Conhecer os oceanos e a sua biodiversidade é o primeiro passo para um planeta saudável. Representando 98% do espaço disponível para acolher a vida, os oceanos são o habitat de mamíferos, peixes, aves, répteis, bactérias, fungos e plantas, num total de 5 a 30 milhões de organismos diferentes, e muito há ainda por descobrir. Apesar de assegurarem um papel fundamental à vida na Terra, os oceanos são sujeitos a diversas ameaças, como sejam a sobrepesca, a poluição ou as alterações climáticas, que têm vindo a colocar em risco a vida de animais marinhos e, conseqüentemente, a vida na própria Terra.

As presentes Jornadas, que decorreram no Auditório Renato Araújo da Universidade de Aveiro, tiveram o objetivo de discutir a interação dos oceanos com os medicamentos, sob duas perspetivas. Por um lado, o potencial dos ecossistemas marinhos como fonte de novas moléculas com potencial terapêutico e, por outro, a contaminação dos mares com resíduos de medicamentos, um problema que tem vindo a agravar-se de forma preocupante.

O programa incluiu duas conferências, a primeira proferida por Bruno Nunes, Investigador Principal do CESAM, no Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro, intitulada “Efeito ecotoxicológicos de substâncias farmacêuticas – ocorrência, destino e questões toxicológicas em organismos expostos por via ambiental”. Seguiu-se a intervenção de Felicia Rey, em co-autoria com Rosário Domingues, ambas investigadoras do CESAM, intitulada “Os organismos marinhos como fonte de lipídios bioativos: origem, benefícios e aplicações biotecnológicas”.

O programa terminou com uma mesa-redonda, moderada por Félix Carvalho, Professor Catedrático da FFUP, Responsável do Laboratório de Toxicologia, oportunidade para alargar a discussão a um conjunto de especialistas que investigam em diversas áreas, todas tendo o oceano como base comum. Para além de se abordarem os diversos fatores de preocupação, no que toca à contaminação dos oceanos, com microplásticos, resíduos de medicamentos ou fosfatos, foram também apresentadas várias linhas de investigação que nos deixam a esperança de ser possível encontrar uma via de podermos reverter a escalada de destruição daquele que é um dos mais importantes recursos naturais. Para este debate contribuíram Adelaide Almeida, Bruno Nunes, Felisa Rey e Marcelino Miguel Oliveira, todos do CESAM-UA, e também Miguel Santos, da Faculdade de Ciências da UP e Paula Sobral, Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL.

Tratou-se de um contributo para disseminar a discussão em torno do um dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas – Proteger a Vida Marinha.

A iniciativa foi oportunidade, também, para a inauguração de uma exposição fotográfica da autoria de Nuno Gonçalves, farmacêutico com uma enorme paixão pela fotografia subaquática, e que recentemente se sagrou Campeão do Mundo de Fotografia Subaquática na Categoria de Peixes 2023 no 19.º Campeonato do Mundo de Fotografia.



Jornadas "Remédio d(n)o Mar" | 10 novembro 2023

### 3.

## O FARMACÊUTICO NA COMUNIDADE

### I. LITERACIA EM SAÚDE

O exercício da atividade farmacêutica tem como objetivo essencial a pessoa do doente e, neste sentido, o farmacêutico deve comprometer-se com as necessidades do doente/cidadão, relacionadas com o medicamento e com a promoção da saúde em geral, assumindo uma atitude pró-ativa na área da educação para a saúde. Assim, uma das prioridades do nosso mandato passou pela organização de iniciativas de promoção da literacia em saúde, também voltadas para o cidadão, essencialmente na esfera da promoção da saúde e prevenção da doença.

### II. MULTIDISCIPLINARIDADE E INTEGRAÇÃO DE CUIDADOS

Na sua prática profissional, o farmacêutico deve ter sempre presente que, do resultado da sua intervenção, irão depender, em grande medida, os resultados clínicos dos doentes. Para o resultado da intervenção profissional concorrem diversos fatores, destacando-se, para além da competência profissional, o trabalho multidisciplinar, o envolvimento concertado dos vários parceiros na área da saúde e o estabelecimento de redes de concertação envolvendo diversos sectores da sociedade, as autoridades políticas e de saúde, a universidade e restantes associações profissionais.

Destacamos, neste enquadramento, as seguintes atividades e projetos:

#### FÓRUM REGIONAL DO CENTRO DAS ORDENS PROFISSIONAIS (FORCOP)

Na sua primeira reunião plenária de 2023, o FoRCOP - Fórum Regional do Centro das Ordens Profissionais elegeu a Comissão Permanente para 2023/2024. Em resultado desta eleição, a presidência foi assumida pela Ordem dos Médicos - Secção Regional do Centro, com as representações regionais do Centro das Ordens dos Farmacêuticos e dos Psicólogos na Comissão Permanente.

Foram trabalhadas pela Comissão Permanente, ao longo do ano, um conjunto de temas e de abordagens a concretizar na anuidade.

O tema central escolhido – o envelhecimento no século XXI – será abordado numa iniciativa a concretizar no início de 2024, sendo que em 2023 foi organizado o Colóquio “A regulação das Ordens Profissionais”, que teve lugar no dia 21 de setembro, motivado pela conjuntura de alteração dos Estatutos das várias Ordens Profissionais. Com moderação de Hernâni Caniço, representante da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos no FoRCOP, o debate contou com as intervenções de Carlos Cortes, Bastonário da Ordem dos Médicos, Inês Rosendo, vice-presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, Lara Roque Figueiredo, vice-presidente do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, Carlos Cavaleiro, Presidente do Conselho Fiscal Nacional da OF e Sofia Ramalho, vice-presidente da Ordem dos Psicólogos.



Reunião Plenária do Fórum Regional do Centro das Ordens Profissionais | setembro 2023

## AGÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO CLÍNICA E INVESTIGAÇÃO BIOMÉDICA – BOLSAS DE FINANCIAMENTO

Decorreu, no dia 13 de dezembro, a cerimónia de entrega das bolsas de financiamento da Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB), que distinguiu quatro projetos de investigação clínica e inovação biomédica nos cuidados de saúde primários e hospitalares, na área do envelhecimento.

Esta bolsa, que conta com o apoio da conta solidária “Todos Por Quem Cuida”, visou apoiar projetos de investigação desenvolvidos por profissionais ou equipas das unidades de cuidados de saúde primários e hospitalares em Portugal.

O júri do concurso, presidido pela neurocientista Catarina Resende de Oliveira, integrou ainda Nuno Marques, da Rede Portuguesa de Envelhecimento Ativo e Saudável, Manuel Teixeira Veríssimo, presidente da Secção Regional Centro da Ordem dos Médicos, contando ainda com Lúcia Santos, Secretária-Geral da SRC-OF.



Cerimónia de entrega das bolsas de financiamento da Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica | 13 dezembro 2023

## AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR - A3ES: PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A SRC-OF foi convidada, tendo participado, numa reunião promovida pela Comissão de Avaliação Externa, da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior - A3ES - no âmbito do processo de avaliação institucional da Universidade de Coimbra.

A reunião teve lugar no dia 8 de novembro, tendo sido discutidas e apresentadas as perspetivas dos diversos stakeholders externos (incluindo empregadores e parceiros de transferência de tecnologia) sobre a correspondência entre as competências dos graduados e as necessidades das atividades; o contributo das áreas de formação da instituição para o desenvolvimento e a resolução de problemas do meio envolvente e, ainda, a articulação da organização da oferta formativa com os potenciais empregadores.

## II. COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA E COM AS ASSOCIAÇÕES ESTUDANTIS

Ao longo de 2023 mantivemos a colaboração com as Universidades e Associações de Estudantes, tendo prosseguido com a nossa participação em diversos fóruns.

### CONSELHO CONSULTIVO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

A SRC-OF integra o Conselho Consultivo da Faculdade de Ciências da Saúde da UBI, tendo participado nas diversas reuniões ocorridas em 2023 para a definição do plano de ação para 2024, assim como para discutir formas de melhorar a interação da Faculdade de Ciências da Saúde com a comunidade.

O Conselho Consultivo surgiu da necessidade de constituição de uma plataforma de trabalho transversal e interdisciplinar entre a Universidade, concretamente com o Centro de Investigação em Ciências da Saúde, e vários sectores da sociedade civil. Para além de representações de responsáveis de autarquias da região, de escolas, associações de doentes, entre outros, os farmacêuticos estiveram representados pela OF.

## UBIPHARMA | IX CONGRESSO CIENTÍFICO ANUAL DO NÚCLEO DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

A SRC-OF participou no IX Congresso Científico Anual do Núcleo de Estudantes de Ciências Farmacêuticas da Universidade da Beira Interior, um evento que promove a formação dos atuais e futuros profissionais de saúde.

O evento teve lugar nos dias 3 e 4 de novembro, na Faculdade de Ciências da Saúde da UBI, tendo Anabela Mascarenhas, Presidente da SRC-OF, integrado o painel de intervenientes da mesa-redonda “Doenças Auto-Imunes: Desafios Atuais e Perspetivas Futuras”, que contou, ainda, com os contributos de José Delgado Alves, Coordenador do Núcleo de Estudos de Doenças Autoimunes da SPMI e Lúcia Garcia, Gestora da área de literacia em saúde do CEDIME, numa conversa moderada por Tiago Gonçalves, Communication Manager da ANF.

Anabela Mascarenhas foi igualmente responsável pela conferência final do evento, na qual apresentou as principais conclusões, assim como reforçou a importância do papel do farmacêutico na gestão das doenças auto-imunes, sublinhando a necessidade de formação ao longo da vida no sentido de capacitar estes profissionais para a complexidade de muitas das suas intervenções, junto dos doentes.



IX Congresso Científico Anual do Núcleo de Estudantes de Ciências Farmacêuticas da Universidade da Beira Interior | 3 e 4 novembro 2023

## UBI – UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

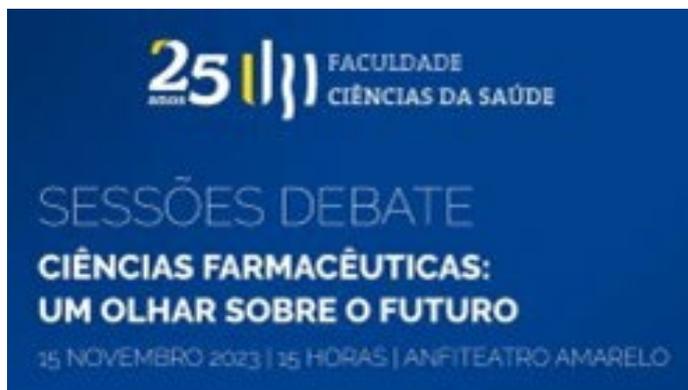
No âmbito da comemoração dos seus 25 anos, a UBI, promoveu, no dia 15 de novembro, uma sessão debate dedicada ao futuro das Ciências Farmacêuticas.

A sessão contou com um painel de representantes da comunidade académica da UBI, e também de representantes das associações do setor, tendo a SRC-OF integrado o painel de debate.

A sessão promoveu um interessante debate acerca do panorama atual da profissão, assim como de todos os desafios que atualmente se colocam, não somente à profissão farmacêutica, mas também, transversalmente, a todas as profissões de cariz assistencial, tendo-se suscitado um interessante debate acerca das necessárias transformações na profissão, na era da transição digital e da inteligência artificial.



Debate “Ciências Farmacêuticas: Um olhar sobre o Futuro” | 15 novembro 2023



### NEF/AAC | PHARMCAREER 2023

A SRC-OF colaborou em mais uma edição do Pharmcareer, no dia 4 de janeiro de 2023. Iniciativa organizada pelo NEF/AAC, tem como principais objetivos aproximar os estudantes da realidade profissional e fornecer-lhes valências úteis na transição para o Estágio Curricular.

A SRC-OF abordou as questões organizativas as atribuições e objetivos da Ordem, as perspetivas futuras para a profissão farmacêutica, e alguns conceitos fundamentais do direito do trabalho.

### UBIPHARMA

A SRC-OF proferiu, no dia 27 de setembro, e a convite da UBIPharma, a palestra “Conhece a Ordem dos Farmacêuticos”, com o objetivo de apresentar a OF, sua estrutura, funcionamento, competências e atividades.

### APEF | CONCURSO DE ACONSELHAMENTO AO DOENTE

A SRC-OF integrou o júri da eliminatória final do XXV Concurso de Aconselhamento ao Doente, que se realizou no dia 28 de abril, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

## III. PARTICIPAÇÃO NAS ESTRUTURAS DE DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE LOCAIS

### CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COIMBRA

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, dispõe no seu artigo 4.º que a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019 e 2020, admitindo-se a sua concretização gradual, nos termos nele previstos. O município de Coimbra exerceu, em 2020, as competências transferidas ao abrigo do referido diploma, em todas as áreas incluindo a área da saúde. Nessa medida, foi instalado o Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, órgão consultivo destinado a promover a articulação e cooperação entre as várias entidades, locais, regionais e nacionais que operam no âmbito da saúde, e para o qual foi convidada a SRC-OF.

O Conselho Municipal de Saúde de Coimbra integra os presidentes da Assembleia Municipal e de uma Junta de Freguesia, representantes da Administração Regional de Saúde do Centro, da Segurança Social, das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e das associações da área da saúde, e os diretores executivos e presidentes dos conselhos clínicos e de saúde dos Agrupamentos de Centros de Saúde. Fazem, também, parte desta estrutura diversas individualidades ligadas à área da saúde, como representantes de ordens profissionais, como a dos farmacêuticos, médicos, enfermeiros, psicólogos, ou arquitetos, de associações ou operadores de transportes públicos.

Em 2023, teve lugar uma reunião do Conselho Municipal de Saúde, no dia 6 de julho, na qual a Secção Regional marcou presença.



Conselho Municipal de Saúde de Coimbra | 6 julho 2023

### CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL | ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A SRC-OF participou, a convite da Câmara Municipal de Pombal, na sessão de arranque para a implementação da Estratégia Municipal de Saúde do Município, que se realizou no dia 4 de abril, tendo participado no debate com diversos contributos para a definição das estratégias de saúde locais.

## 4. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

### I. REUNIÃO COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ

A Secção Regional do Centro reuniu, no dia 13 de fevereiro, com o Conselho de Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz, presidido por Ana Raquel Santos, com o objetivo de implementar algumas iniciativas, em parceria, de promoção da literacia em saúde da população. Oportunidade, também, para uma visita aos serviços farmacêuticos do hospital, a convite da sua Diretora, Teresa Pereira.



Visita ao Hospital Distrital da Figueira da Foz | 13 fevereiro 2023

## 5. COMUNICAÇÃO

Todas as iniciativas, projetos e informações da Secção Regional, poderão ser acompanhadas através dos nossos canais de comunicação:

- » Newsletters da SRC;
- » Site da SRC ([www.srcordemfarmaceuticos.pt](http://www.srcordemfarmaceuticos.pt));
- » Facebook;
- » Instagram;
- » LinkedIn.

### III. RÁDIO REGIONAL DO CENTRO

No âmbito da nossa parceria com a Rádio Regional do Centro, prosseguimos a rubrica mensal nesta estação de rádio, na qual os membros dos órgãos sociais da Secção Regional, assim como outros colegas convidados, abordam diversas áreas de intervenção profissional do farmacêutico, assim como são destacadas algumas das atividades promovidas pela Secção Regional.

Trata-se de uma excelente forma de promover o farmacêutico junto da população, dando a conhecer o trabalho que desenvolve e as diversas áreas em que atua.

Ao longo de 2023, tiveram lugar as seguintes entrevistas: -

- » 11 de fevereiro | Anabela Mascarenhas | [Balanço das atividades desenvolvidas no mandato](#)
- » 18 de março | Lúcia Santos | [Segurança Alimentar](#)



- » 29 de abril | Paula Miranda | [Do que falamos quando falamos de ética? Os deveres e as obrigações na relação entre colegas e entre profissionais e utente/doente](#)
- » 20 de maio | Edite Teixeira de Lemos | [Os estilos de vida e as doenças cardiovasculares](#)
- » 25 de novembro | Bruno Nunes | [A contaminação dos ecossistemas marinhos com resíduos de medicamentos](#)

## 6. CONSELHO JURISDICIONAL DO CENTRO

Ao nível do Conselho Jurisdicional Regional do Centro foram acionados, em 2023, 7 processos de apreciação liminar e 1 processo disciplinar.

## 7. BALANÇO DE MEMBROS

TOTAL DE MEMBROS ATIVOS   31 / 12 / 2023	3 090
NOVAS ADMISSÕES   2023	120
CANCELAMENTOS, ISENÇÕES E SUSPENSÕES   2023	47

### AGRADECIMENTOS

A Direção Regional do Centro agradece aos Colegas que integram os Órgãos Sociais, aos membros da Secção Regional, Colaboradores e Consultores, pela dedicação no desempenho das suas funções, bem como aos Colegas que foram eleitos delegados às Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos pelo empenho demonstrado.

# RELATÓRIO DE CONTAS

## RENDIMENTOS E GANHOS

### QUOTAS E JÓIAS DE INSCRIÇÃO

Em 2023 observou-se um aumento do valor de quotas e jóias cobradas, relativamente ao ano anterior de 2022, no montante de 10.907 €, observando-se assim um desvio positivo de 1,7%.

### OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica inclui os rendimentos obtidos pela SRC-OF, não incluídos nas quotas e nas jóias de inscrição, e respeitam fundamentalmente às taxas de inscrição nos cursos promovidos por esta Secção.

## GASTOS E PERDAS

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica FSE registou um valor de 141.013 €, englobando todas as despesas necessárias ao desenvolvimento da normal atividade da Secção Regional.

O desvio negativo de cerca de 26.000 € relativamente ao ano de 2022, prende-se fundamentalmente com a contratação dos serviços de uma nova jurista, assim como de uma plataforma de formação online, para além de terem crescido as despesas de representação, pela retoma verificada nas atividades presenciais.

### GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal ascenderam a 153 mil Euros no período em análise, em linha com o previsto.

### GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Totalizaram 24.000 Euros no período em análise, em linha com o orçamentado.

### IMPARIDADES DE DÍVIDAS DE MEMBROS

Em 2023 observou-se uma reversão das imparidades calculadas e registadas, tendo sido recuperado um montante de quotas de anos anteriores, que já havia sido provisionado.

### OUTROS GASTOS E PERDAS

Foram contabilizados cerca de 272.000 Euros de gastos desta natureza que correspondem, na sua grande maioria, a transferências do percentual de 40% de quotas e joias efetivamente cobradas pela SRC-OF, para a DN-OF.

A execução desta rubrica registou um desvio positivo de cerca de 28.000 Euros, relativamente ao orçamentado, o que se deve fundamentalmente a um nível de eficácia de cobrança superior ao planeado no orçamento de 2023.

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado um Resultado líquido do exercício de 2023 de 93.230 €, propondo-se que seja aplicado na conta de Resultados Transitados.



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ANO 2023

	2022	2023	2023	Variação	Desvio %
	Real	Real	Orçamento	$\Delta$ 2022/2023	
<b>RENDIMENTOS E GANHOS</b>					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	636 735	647 642	660 530	10 907	1,7%
Prestação de serviços - Outros	922	3 205	0	0	
Outros rendimentos e ganhos			0	2 283	247,6%
Juros, Dividendos e outros rendimentos			0	0	
	<b>637 657</b>	<b>650 847</b>	<b>660 530</b>	<b>13 190</b>	<b>2,1%</b>
<b>GASTOS E PERDAS</b>					
Custo das merc. vendidas e mat. Cons.	0	0	0	0	
Fornecimentos e serviços externos	115 014	141 013	172 360	25 999	22,6%
Gastos com pessoal	143 992	153 997	141 560	10 005	6,9%
Gastos de depreciação e de amortização	24 542	24 903	23 485	361	1,5%
Imparidades de dívidas de Membros	15 148	-37 630	29 340	-52 778	-348,4%
Outros gastos e perdas	262 661	272 149	244 730	9 488	3,6%
Gastos e perdas de financiamento	3 226	3 185	2 800	-41	-1,3%
	<b>564 583</b>	<b>557 617</b>	<b>614 275</b>		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>73 074</b>	<b>93 230</b>	<b>46 255</b>		

**Ordem dos Farmacêuticos SRC**

Balço individual em 2023/12/31

		euros (arredondado à unidade)	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6.	830 264	852 404
		<b>830 264</b>	<b>852 404</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	9.	89 105	102 120
Estado e outros entes públicos	23.3	10	112
Outros ativos correntes	10.	3 252	1 182
Diferimentos	14.	7 802	8 141
Caixa e depósitos bancários	5.	1 157 810	1 036 832
		<b>1 257 979</b>	<b>1 148 387</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2 088 243</b>	<b>2 000 791</b>
<b>Fundos patrimoniais e passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.	70 829	70 829
Reservas	11.	211 741	211 741
Resultados transitados	11.	1 490 106	1 417 032
		<b>1 772 676</b>	<b>1 699 603</b>
Resultado líquido do período		92 570	73 074
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 865 247</b>	<b>1 772 676</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.	5 632	7 149
Estado e outros entes públicos	23.3	4 604	5 342
Outros passivos correntes	13.	212 761	215 624
		<b>222 996</b>	<b>228 114</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>222 996</b>	<b>228 114</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>2 088 243</b>	<b>2 000 791</b>

o anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2023.

**Ordem dos Farmacêuticos SRC**

Demonstração de fluxos de caixa (contas individuais)

Período findo em 2023/12/31

		euros (arredondado à unidade)	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		674 515	588 385
Pagamentos a fornecedores		-163 299	-87 266
Pagamentos ao pessoal		-152 326	-142 635
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>358 890</b>	<b>358 485</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-670	-112
Outros recebimentos/pagamentos		-233 272	-243 503
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>124 948</b>	<b>114 870</b>
<b>Fluxos de caixa de atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-4 477	-371
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		3 692	533
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-785</b>	<b>162</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		-3 185	-3 226
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-3 185</b>	<b>-3 226</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>120 977</b>	<b>111 806</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.	1 036 832	925 026
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.	1 157 810	1 036 832

o anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2023.

# PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO CENTRO

## PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL

Em cumprimento do disposto no Art.º 49 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pela Lei 74/2023, de 18 de dezembro, o Conselho Fiscal da Secção Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos procedeu à apreciação das Contas de 2023, apresentadas pela Direção da Secção Regional do Centro, considerando-as corretas e dignas de crédito.

Assim sendo, é nosso parecer que o Relatório de Contas 2023 se encontra em condições de merecer aprovação por parte da Assembleia Regional do Centro.

Coimbra, 12 de março de 2024.

Pelo Conselho Fiscal Regional do Centro

O Presidente

Assinado por: **Carlos Manuel Freire Cavaleiro**  
Num. de Identificação: 06249728  
Data: 2024.03.12 17:32:43+00'00'  
Localização: Coimbra



Prof. Doutor Carlos Cavaleiro

---



# SRN

SECÇÃO REGIONAL  
**NORTE**

Hot & Tasty  
Palla  
FARMACÉ

---



## ASSEMBLEIA REGIONAL

### CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo Artigo 42º, n.º 3, e para os fins do disposto nos Artigos 41º e 42º, n.º 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no dia 18 de março, pelas vinte horas e trinta minutos, na sede da Secção Regional do Norte, sita na Rua Cantor Zeca Afonso, 793, Porto, e cumulativamente por meios telemáticos, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação da ata da Assembleia Regional anterior;
3. Discussão e Deliberação sobre o Relatório de Atividades da Secção Regional do Norte referente a 2023;
4. Discussão e Deliberação sobre as Contas da Secção Regional do Norte referentes a 2023;
5. Informações sobre a Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
6. Informações sobre a Lei 74/2023, de 18 de dezembro, que altera o Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos;
7. Discussão e deliberação sobre a proposta da Mesa da Assembleia Regional relativa ao Regimento da Assembleia Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos;
8. Apreciação da deliberação sobre a proposta da Direção Nacional relativa às Normas regulamentares para designação dos titulares dos órgãos da Ordem dos Farmacêuticos criados pela Lei n.º 74/2023, de 18 de dezembro;
9. Apreciação da deliberação sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento Eleitoral e Referendário da Ordem dos Farmacêuticos;
10. Apreciação da deliberação sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento de Quotas e Taxas da Ordem dos Farmacêuticos;
11. Apreciação sobre o Relatório de Atividades da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2023;
12. Apreciação sobre as Contas da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2023;
13. Apreciação sobre as Contas Consolidadas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2023;
14. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 27 de março de 2024, pelas 20h30, no Jupiter Lisboa Hotel, sita na Avenida da República, em Lisboa, e cumulativamente por videoconferência;
15. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Membros da Secção Regional do Norte considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Porto, 5 de março de 2024,

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Prof. Doutor Vítor Seabra

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

*Caras e Caros Colegas,*

Em 2023, no segundo ano de mandato, consolidou-se uma nova etapa da história da Secção Regional do Norte (SRN-OF), caracterizada por um “Compromisso” que mereceu especial dedicação e atenção por parte da Direção Regional e de todos os membros dos Corpos Sociais. Foi também um ano marcado pelo ajuste do atual modelo de gestão às novas formas de interação com os farmacêuticos, e destes com a comunidade, facilitada pelas condições físicas e técnicas das nossas instalações, permitindo uma gestão eficiente e acessível.

Um “Compromisso” com o apoio ao bastonário e à respetiva DN-OF na elaboração de normas, regulamentos e pareceres bem como na discussão e implementação das políticas e estratégias comuns em prol da profissão e dos destinatários dos serviços prestados pelos profissionais farmacêuticos.

Um “Compromisso” com a Profissão melhorando as condições de transferência de conhecimento e reforçando o esforço de atualização. A SRN-OF continua a proporcionar aos seus membros formação de qualidade, capacitando os farmacêuticos com novos e atualizados conhecimentos.

Um “Compromisso” com a Comunidade disponibilizando diariamente um serviço de valor acrescentado a todos os Cidadãos, fundamentado na competência.

Um “Compromisso” técnico-científico promovendo a partilha de conhecimento com os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nomeadamente a Guiné, com a partilha de formações em formato online.

Um “Compromisso” com a “diversidade” estabelecendo relações de proximidade com Comunidades Farmacêuticas de diferentes latitudes e longitudes.

Um “Compromisso” com a tradição de contas rigorosas e certas, através da amortização de duzentos mil euros do empréstimo alocado à construção do novo edifício desta Secção Regional. Isso reflete uma gestão consciente, cuidada e eficiente dos recursos financeiros, que na sua grande maioria são provenientes das quotas dos seus membros.

Outra das principais prioridades da atividade desta da SRN-OF, seguindo o padrão dos anos anteriores, consistiu na consolidação e na sustentabilidade funcional, visando apoiar todos os farmacêuticos, independentemente das diversas atividades profissionais que desempenham. A persistência da política de condições laborais precárias, especialmente prejudicial para os jovens farmacêuticos e os recém-formados, ainda é uma realidade. Neste sentido, continuaremos a cumprir o nosso dever estatutário de defender a dignidade da profissão farmacêutica, a qual está intimamente ligada à defesa dos interesses gerais das pessoas, em particular dos destinatários dos serviços prestados pelos profissionais farmacêuticos, tendo em vista a proteção da saúde e o acesso informado à saúde.

A SRN-OF não pode antecipar o futuro de cada farmacêutico, mas tem a responsabilidade e o dever de os ajudar a enfrentar os desafios futuros.

O Presidente da Secção Regional do Norte



Félix Carvalho

# PLANO DE ATIVIDADES

A OF é a associação pública e profissional que representa os farmacêuticos portugueses e que regula a profissão farmacêutica em Portugal. São atribuições estatutárias da OF:

- a. Colaborar na definição e execução da política de saúde em cooperação com o Estado;
- b. Defender a dignidade da profissão farmacêutica;
- c. Fomentar e defender os interesses da profissão farmacêutica.

Na prossecução destas atribuições, a OF exerce a sua ação nos domínios social, científico, cultural deontológico e económico da atividade farmacêutica.

Por definição estatutária, a OF exerce a sua atividade a nível nacional e regional através, respetivamente, dos órgãos de âmbito nacional e regionais. Assim, é constituída pela DN-OF e Secções Regionais do Centro, do Norte e do Sul e Regiões autónomas.

Esta organização de natureza administrativa é complementada com estruturas profissionais que congregam, em Colégios ou Grupos Profissionais, os farmacêuticos que exercem nos vários ramos de atividade farmacêutica.

A área de jurisdição da SRN-OF compreende os distritos:

## Mapa de Distribuição Geográfica

### 1 | MINHO

Distrito de Viana do Castelo  
Distrito de Braga

### 2 | TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Distrito de Bragança  
Distrito de Vila Real

### 3 | DOUROLITORAL

Distrito do Porto



Consequentemente, as instituições de ensino superior nas quais é ministrado o curso de MICF e que pertencem à mesma área geográfica, são: Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, Universidade Fernando Pessoa e Instituto Universitário de Ciências da Saúde.

A SRN-OF tem 5.808 membros efetivos e ativos com isenção de quotas. A classe farmacêutica caracteriza-se por ser bastante jovem e, maioritariamente, constituída por mulheres.



# 1. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAS INTERNAS DA SRN-OF

Uma Secção Regional é tão mais forte quanto maior for a sua capacidade de envolver os seus membros nas iniciativas e atividades que propõe e desenvolve. Durante o ano de 2023, a Direção Regional manteve a disponibilidade total das novas e das mais antigas instalações para a realização de atividades profissionais, presenciais e com suporte de meios digitais, por videoconferência.

Realizaram-se nas instalações da SRN-OF reuniões presenciais de diferentes órgãos sociais da OF, como o Colégio de Especialidades de Análises Clínicas e Genética Humana, do Colégio de Especialidades de Farmácia Hospitalar e Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária e reuniões científicas e de trabalho de/com distintas entidades públicas e privadas da Saúde, como ARS, Comissões de Farmácia e Terapêutica.

Decorreram atividades formativas presenciais dirigidas aos associados da SRN-OF nas instalações desta Secção Regional prosseguindo a política seguida pela Direção Regional de uma Ordem “aberta aos seus membros e às suas necessidades”.

No ano de 2023, manteve-se o enfoque rigoroso na gestão de poupanças e no controlo de despesas de modo a cumprir os compromissos assumidos com o financiamento ao abrigo do Programa Jéssica utilizado na construção do novo edifício. Esta abordagem, caracterizada pelo rigor e pela exigência, na gestão dos recursos económico-financeiros por parte da direção da SRNOF, é fundamental para garantir que o compromisso público, assumido perante si mesma e os seus membros - de que os custos associados a esse investimento não afetariam as condições normais de funcionamento e de apoio aos membros desta SRN, assim como o cumprimento dos seus compromissos com a DN-OF seja cumprido.

# 2. RELAÇÃO COM OS MEMBROS DA SRN-OF

Ao longo do ano de 2023, procedeu-se à melhoria do modelo de comunicação e à implementação de uma política de maior disponibilidade e proximidade com os membros, através de meios de divulgação mais rápidos e eficientes. Além do correio eletrónico, utilizado como forma de contacto periódico com os membros desta Secção Regional, foi criada uma newsletter, lançado novo site da SRN e estabelecida uma presença ativa nas redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn).

Esta abordagem estratégica na gestão de conteúdos revelou-se eficiente na comunicação e divulgação das atividades da Secção Regional junto dos seus membros. Prosseguiu-se o caminho definido pelos novos órgãos eleitos, orientado para uma pronta disponibilidade e uma maior e mais eficaz proximidade com os membros desta Secção Regional, procurando limitar o tempo máximo de resposta às questões e problemas colocados pelos membros, reforçando assim o compromisso de responder de forma rápida e eficiente às necessidades e preocupações da comunidade farmacêutica local.

A SRNOF continuou a disponibilizar apoio jurídico presencial, semanalmente, aos membros que o solicitem, com marcação prévia de consulta, e também, via email ou telefónica, em situações muito próprias, obviando desta forma as dificuldades na deslocação às nossas instalações, em particular, as que se prendem com fatores relacionados com distância geográfica ou a incapacidade física.

# 3. RELAÇÃO EXTERNAS

Consciente da importância da implementação de contactos institucionais com entidades ligadas à atividade farmacêutica, a SRNOF reforçou a sua atividade no aprofundamento das relações de colaboração com as Instituições de Ensino Superior onde decorrem cursos de MICEF, mantendo relações preferenciais com estas instituições. Mais ainda, neste âmbito, desenvolveu novos esforços na manutenção e incremento das relações de colaboração e cooperação institucional com instituições públicas e outras organizações sectoriais, que se mostraram de grande importância e permitiram o desenvolvimento de iniciativas colaborativas com a Secção Regional e a profissão e se traduziram, em muitas situações, em relevantes realizações conjuntas. A Associação de Estudantes da Fa-



culdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP) e o Núcleo de Ciências Farmacêuticas da Universidade Fernando Pessoa (NCF-UFPP) continuaram a contar com o apoio da SRN-OF através da participação e divulgação das suas iniciativas e atividades.

A SRN-OF continua a disponibilizar as suas instalações à APEF, como sede desta organização e para o desenvolvimento das suas atividades.

Dando continuidade ao que já vem sendo habitual, a SRN-OF divulgou e participou nas atividades das várias entidades e Instituições ligadas à ação e ensino farmacêutico, como a Universidade do Porto, Universidade Fernando Pessoa, Instituto Superior de Ciências Norte, Hospital São João, Hospital Pedro Hispano, Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, APJF, ARS e a ERS.

## I. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A SRN-OF tem pautado a sua atuação pelo reforço das suas relações institucionais com a DN-OF e com o bastonário da OF e demais Órgãos Nacionais e Regionais, visando o estabelecimento de relações mais profícuas e colaborantes entre todos, em prol do farmacêutico e em defesa da qualidade da sua prática ou atividade profissional.

## II. TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA APFH

A APFH elegeu novos órgãos sociais para o triénio 2023-2026 e a tomada de posse decorreu no dia 6 de janeiro, em Coimbra. Félix Carvalho, presidente da SRN-OF, foi um dos convidados da cerimónia.

## III. HOMENAGEM PÓSTUMA AO MÉDICO MILLER GUERRA

Cerimónia decorreu em Bragança e contou com a presença do Ministro da Saúde, Manuel Pizarro. Félix Carvalho, presidente da SRN-OF, marcou presença na homenagem póstuma ao médico transmontano Miller Guerra, que decorreu em Vila Flor, Bragança, e na qual participou também o Ministro da Saúde e o Bastonário das Ordem dos Médicos.

Em nome da OF, Félix Carvalho, dirigiu os cumprimentos à filha do homenageado, Maria Zulmira Antunes, que expressou orgulho pelo trabalho feito pelo pai, sentindo que a homenagem “veio do coração das pessoas” e “não de qualquer obrigação protocolar”. Valorizou o reconhecimento do pai como “alguém que foi particularmente importante para Portugal”.

## IV. POSSE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ORDEM DOS ADVOGADOS – CONSELHO REGIONAL PORTO

A cerimónia decorreu no Palácio da Justiça do Porto, no dia 16 de janeiro. Félix Carvalho, presidente da SRN-OF, foi uma das personalidades presentes na tomada de posse dos membros eleitos para o Conselho Regional do Porto e para o Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados.

Na cerimónia, que decorreu no Palácio da Justiça do Porto, Félix Carvalho felicitou o novo presidente do Conselho Regional, Jorge Barros Mendes, e reiterou a disponibilidade de colaboração interinstitucional, nomeadamente através da FORNOP.

## V. SRN-OF PRESENTE NO CONGRESSO SOBRE CUIDADOS DE PELE EM DOENTES ONCOLÓGICOS

A SRN-OF teve um papel ativo no I Congresso de *Skincare*, Estética e Dermocosmética em Oncologia que teve lugar na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 3 e 4 de março. A SRN-OF esteve representada pelo seu presidente, Félix Carvalho, que na sua intervenção reiterou a importância dos farmacêuticos no tratamento de doentes oncológicos. A participação da SRN-OF reflete o seu compromisso com a promoção da formação, desenvolvimento profissional e excelência da prática farmacêutica.

Além disso, reforça a importância da conscientização sobre os cuidados com a pele em doentes com cancro, implementando estratégias e abordagens inovadoras para garantir o bem-estar desses doentes e destaca o papel crucial dos farmacêuticos na equipa de saúde oncológica.



Tomada de Posse da APFH; Homenagem a Miller Guerra; Posse dos Órgãos Sociais Norte da Ordem dos Advogados; Congresso sobre Cuidados de Pele em Doentes Oncológicos

## VI. SRN-OF PRESENTE NAS CERIMÓNIAS DO 102º ANIVERSÁRIO DA FFUP

O Bastonário da OF, Helder Mota Filipe e o presidente da SRN-OF, Félix Carvalho marcaram presença na cerimónia.

A Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto comemorou os 102 anos sobre a sua fundação oficial no dia 18 de janeiro. A data foi celebrada com uma cerimónia comemorativa aberta à comunidade que contou com uma apresentação do bastonário sobre o tema “Farmácia – Academia e Profissão”.

O Presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, que também participou nesta cerimónia na qualidade de Presidente do Conselho Científico da FFUP, procedeu à entrega de distinções a membros da FFUP que se agregaram no último ano.

A FFUP tem origem em 1836 como Escola de Farmácia anexa à Escola de Médico-cirúrgica do Porto, pioneira no ensino farmacêutico em Portugal. Em 1915 obteve autonomia institucional e a 18 de janeiro de 1921 foi formalizada a elevação da Escola Superior de Farmácia do Porto à condição de Faculdade, dando início à história daquela que é hoje a mais antiga faculdade de Farmácia do país em funcionamento.



Cerimónia do 102º Aniversário da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto



## VII. RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DA SRN-OF 2022 APROVADO EM ASSEMBLEIA REGIONAL

Decorreu no dia 24 de março a Assembleia Regional do Norte, durante a qual foi aprovado o Relatório de Atividades e Contas de 2022 da SRN-OF.

Coube ao Presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, apresentar o Relatório de Atividades da SRN-OF como “reflexão geral” do primeiro ano de mandato, que assume como “desafiador, mas também extremamente gratificante.” Félix Carvalho fez notar que a “SRN-OF se tem mantido forte e ativa na promoção da formação, excelência da prática farmacêutica e na defesa dos nossos direitos e interesses profissionais”.

O presidente da SRN-OF destacou ainda o trabalho realizado em estreita colaboração com a DN-OF e com o bastonário. Neste âmbito, enumerou “a elaboração de normas, regulamentos e pareceres; o empenho na resolução das contingências no início do processo da residência farmacêutica; o apoio aos colegas farmacêuticos hospitalares, que pediram escusa de responsabilidades; a definição de estratégias nas áreas das análises clínicas e genética humana, a defesa dos laboratórios convencionados de análises clínicas relativamente ao possível impacto das novas unidades locais de saúde; a implementação da renovação da medicação crónica e o acesso de proximidade a medicamentos hospitalares nas farmácias comunitárias; a discussão do novo regime jurídico para as associações públicas profissionais; e o acompanhamento das obras na nova sede da OF”.

O Relatório de Atividades foi aprovado por maioria, assim como as contas apresentadas posteriormente à intervenção do presidente.

A Assembleia Regional contou ainda com a presença do bastonário da OF, Helder Mota Filipe, que durante a sua intervenção prestou informações sobre a alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

Foram também prestadas informações sobre a evolução da obra da Sede Nacional da OF, assim como a apreciação e discussão sobre a proposta da DN-OF relativa ao Regulamento de Quotas e Taxas da OF, e a proposta da DN-OF relativa ao Regulamento Eleitoral e Referendário da OF. Sobre este ponto importa ressaltar que foi colocada à votação da Assembleia Regional uma proposta de alteração ao artigo 2º para que os membros efetivos, com inscrição em vigor, só possam votar e ser eleitos para os órgãos nacionais e regionais da Ordem se tiverem as quotas regularizadas, que foi aprovada por maioria.

No final foram ainda apreciadas as Contas da DN-OF, as Contas Consolidadas da OF, referentes a 2022. A assembleia culminou com a eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 30 de março de 2023, em Lisboa, e cumulativamente por videoconferência. Tendo sido apresentadas duas listas de delegados: Lista A, encabeçada pelo Dr. Carlos Sá: 18 votos. E Lista B, encabeçada pela Dra. Armandina Fernandes: 16 votos.

## VIII. SNR-OF PARTICIPA NAS “CONFERÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL RTP2”

Decorreu no dia 21 de abril, no Auditório Sonae da Porto Business School, uma das primeiras “Conferências da Sociedade Civil RTP2”, com o tema “Nova geração de pessoas, nova geração de empresas”. Nuno Cardoso, presidente do Conselho Jurisdicional da SRN-OF marcou presença em representação da OF.

Marcaram também presença nesta primeira conferência Marques Mendes, Paulo Portas, Álvaro Bezeza, Guilherme d’Oliveira Martins e representantes da Academia, das Ciências, das Empresas. Houve oportunidade para destacar o papel dos jovens farmacêuticos nas atividades desenvolvidas em saúde no panorama nacional, ficando clara a necessidade que a profissão farmacêutica terá em acompanhar a evolução digital que se preconiza e evidenciando que a excelência do exercício de qualquer profissão está, inquestionavelmente, associada à aquisição e atualização permanentes de conhecimentos e à respetiva aplicação na prática diária.

## IX. SRN-OF PRESENTE NAS IV JORNADAS DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DA UFP

O presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, foi orador convidado da 4ª edição da Jornadas de Ciências Farmacêuticas. Organizado pelo Núcleo de Estudantes do MICF da Universidade Fernando Pessoa, o tema escolhido para esta 4ª Edição foi “Compromisso Farmacêutico – Várias áreas, uma direção”.

Sob o tema “Os Farmacêuticos e a sua Ordem”, Félix Carvalho apresentou os indicadores recentes de empregabilidade nos diferentes setores da atividade farmacêutica, com foco nos futuros rumos da profissão. Destacou também a estrutura organizacional e os respetivos corpos sociais da Ordem dos Farmacêuticos.

O presidente da SRN-OF abordou ainda a importância do cumprimento do ato farmacêutico e da sua defesa regulamentar nos

respetivos estatutos. Concluiu a sua intervenção relembrando as vantagens da inscrição como membro-estudante na OF e convidou todos os estudantes e colegas a participar nas atividades que decorrem na SRN-OF.

Também Nuno Cardoso, Presidente do Conselho Jurisdicional da SRN-OF, foi um dos oradores convidados destas Jornadas, com a apresentação intitulada “Evolução Digital do Mercado Farmacêutico Nacional”. Além disso, Ana Catarina Silva, Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Regional da SRN-OF, participou nas Jornadas como moderadora e membro da comissão científica.

## **X. SRN-OF PRESENTE NAS JORNADAS DE ADICTOLOGIA, EM COIMBRA**

O Presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, esteve presente nas Jornadas de Adictologia “O Cérebro e a Vontade – Desenvolvimentos em Adições” organizadas pela Unidade de Desabilitação de Coimbra e Associação Portuguesa de Adictologia, no Convento de São Francisco, nos dias 4 e 5 de maio, em Coimbra.

No âmbito destas jornadas, o presidente da SRN-OF, apresentou uma conferência sobre o “potencial uso terapêutico das drogas psicodélicas”, na qual explorou a sua utilização num quadro de psicoterapia assistida, com resultados interessantes em ensaios clínicos para o tratamento do stress pós-traumático, depressão major e alcoolismo, tendo também abordado os desafios particulares que se colocam quando da utilização destas drogas como fármacos.

## **XI. DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO FARMACÊUTICO COMUNITÁRIO NA SRNOF**

Em Paulinho e Henrique Reguengo formam os oradores convidados para o debate que decorreu no dia 12 de maio na SRN-OF.

O debate contou com a presença de Em Paulino, presidente da ANF e Henrique Reguengo, presidente do SNF, e teve a moderação de Félix Carvalho, presidente da SRN-OF.

Félix Carvalho começou por referir a insatisfação relativa ao emprego na farmácia comunitária. Em Paulino, referiu que este é um “problema transversal a vários países, nomeadamente no que diz respeito aos horários e salários”.

Apesar do número de farmacêuticos a trabalhar em farmácia comunitária ter vindo a aumentar, há uma necessidade adicional de farmacêuticos para fazer frente aos serviços que agora são realizados pelas farmácias. Félix Carvalho lançou a questão: “Os colegas que estão em farmácia comunitária estão a ser devidamente valorizados? Henrique Reguengo, identificou dois tipos de problemas que fazem com que a farmácia comunitária não seja atrativa: a remuneração e as condições do exercício profissional e, por isso, afirmou que “temos de mudar o rumo ou não conseguimos convencer a nova geração a trabalhar em farmácia comunitária.” Nesse sentido, Em Paulino lembrou que é preciso mudar o modelo de farmácia: remuneração específica para farmacêuticos relacionada com a prestação de serviços específicos e renegociar o contrato coletivo de trabalho.

Durante o debate, foi ainda realçada a escassez de farmacêuticos nesta área.

O debate foi longo, com a participação ativa dos colegas da plateia, que colocaram várias questões e partilharam opiniões.

## **XII. JORNADAS CIENTÍFICAS DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DA IUCS-CESPU**

O presidente da SRNOF, Félix Carvalho, foi orador convidado das XXII Jornadas Científicas de Ciências Farmacêuticas do IUCS-CESPU.

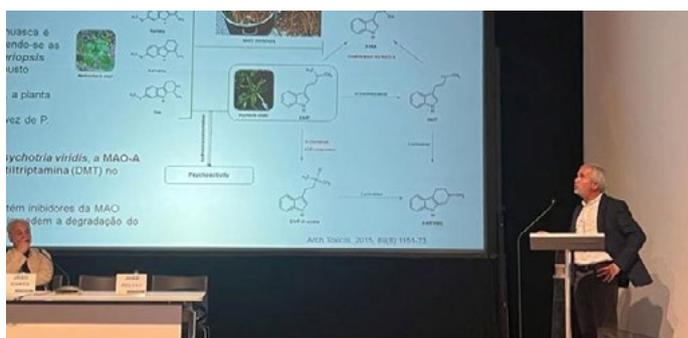
Organizado pelo Núcleo de Estudantes do MICEF, do Instituto Universitário de Ciências da Saúde (CESPU), o tema escolhido para esta 4ª edição foi “Saídas profissionais no setor farmacêutico”.

Sob o tema “O Farmacêutico e a sua Ordem. Perspetivas na área da Toxicologia”, Félix Carvalho apresentou os indicadores recentes de empregabilidade nos diferentes setores da atividade farmacêutica, com foco na aplicabilidade dos conhecimentos da área da Toxicologia, bem como a estrutura organizacional e os respetivos corpos sociais da OF.

### XIII. VISITA À PLATAFORMA DE GONDOMAR DO GRUPO COOPROFAR

No dia 14 de julho, o Presidente da SRN-OF, Félix Carvalho e a Secretária-Geral da SRN-OF, Maria Luís Santos visitaram a plataforma de Gondomar do Grupo Cooprophar.

A SNR-OF foi recebida por Hélder Mesquita, José Mingocho e Sofia Madureira (Presidente, Vice-Presidente e Secretária do Conselho de Administração) que asseguraram a visita evidenciando a rápida transformação e evolução das operações da Distribuição Farmacêutica.



Assembleia Regional do Norte de 24 de março; Participação nas “Conferências da Sociedade Civil” da RTP2; IV Jornadas de Ciências Farmacêuticas da UFP; Jornadas de Adictologia; Debate sobre importância do Farmacêutico Comunitário; Jornadas Científicas da IUCS-CESPU; Visita à Plataforma de Gondomar do Grupo COOPROFAR

## XIV. CERIMÓNIA DE COMPROMISSO FARMACÊUTICO

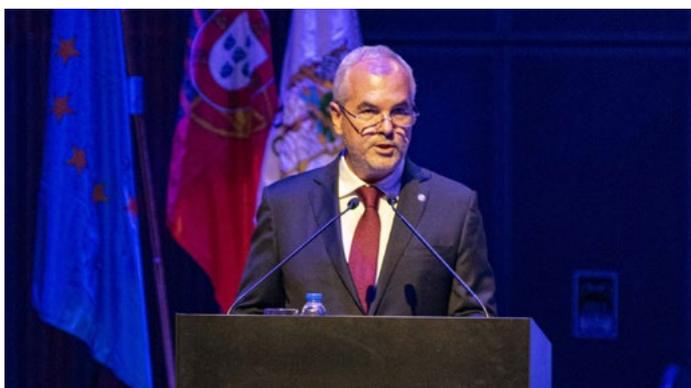
A Cerimónia de Compromisso Farmacêutico procura ser um dos momentos mais simbólicos do percurso profissional dos Farmacêuticos, representando o começo de uma nova etapa profissional e pessoal. Nesta Cerimónia ocorre a leitura do Juramento Farmacêutico, com o objetivo de garantir que os novos farmacêuticos se comprometem, de modo simbólico, com os valores éticos e deontológicos que regem a profissão farmacêutica e assumem os seus deveres e responsabilidades para a Profissão e os cidadãos.

No ano de 2023, a organização da Cerimónia de Compromisso Farmacêutico, pela primeira vez designada desta forma, foi da responsabilidade da SRN-OF em parceria com a Direção Nacional. Decorreu no passado dia 18 de junho, na Casa da Música, na Sala Suggia, com impacto e visibilidade, conferindo dignidade à profissão Farmacêutica.

Nesta Cerimónia foram ainda agradecidos os farmacêuticos com mais de trinta e cinco anos de profissão, pela sua dedicação e empenho no exercício da atividade farmacêutica em prol saúde, do bem comum e do doente.

Durante a cerimónia foi ainda apresentada a Conferência “Planos para amanhã? O papel crescente dos farmacêuticos nos cuidados de saúde primários. Proteger o progresso, preparar o futuro” por Gonçalo Sousa Pinto, Lead for Practice Development and Transformation da FIP.

Mais do que um momento simbólico, a Cerimónia de Compromisso Farmacêutico é uma afirmação pública da força e da vitalidade de uma profissão.



Cerimónia de Compromisso Farmacêutico | 18 junho 2023

## XV. FÉLIX CARVALHO CONVIDADO PARA PALESTRA NOS AÇORES

No âmbito da sua deslocação à Ilha de São Miguel para participar na 3ª reunião da Task-Force dos Açores, que visa combater o consumo de drogas e dependências, o Presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, foi convidado pela Secretária Regional da Saúde e Desporto, Dra. Mónica Seidi, e pelo Diretor Regional de Prevenção e Combate às Dependências, Dr. Pedro Fins, para proferir uma palestra intitulada “Drogas Clássicas e Novas Substâncias Psicoativas: Sofismas e Desafios”.

Essa palestra foi direcionada às entidades e equipas que intervêm na prevenção e tratamento das dependências. Durante a palestra, o Presidente teve a oportunidade de comparar os efeitos farmacológicos e toxicológicos entre esses grupos de substâncias e de apelar à sua criminalização.

## XVI. CONFERÊNCIA SOBRE “CANNABIS NA ADOLESCÊNCIA E SAÚDE”

A conferência intitulada “Exposição à Cannabis na Adolescência e Saúde”, promovida pelo GAT (Grupo de Ativistas em Tratamentos), decorreu no Auditório António de Almeida Santos, situado no Novo Edifício da Assembleia da República,

Em representação da OF, Félix Carvalho, sublinhou a preocupação em relação aos riscos potenciais associados à legalização da cannabis, argumentando que esta medida poderá desencadear um efeito dominó, uma vez que os argumentos utilizados para justificar a sua legalização poderiam ser aplicados a outras substâncias psicoativas, sejam elas drogas tradicionais ou novas. Adicionalmente, poderá criar a impressão de que a cannabis é relativamente inofensiva, se o governo, que tem a obrigação de zelar pela saúde pública, a legalizar.

## XVII. JORNADAS DE “SEGURANÇA DO DOENTE”, EM BRAGA

O Presidente da SRN-OF participou como orador nas Jornadas de Segurança do Doente, no passado dia 21 de setembro, no Auditório Prof. Doutor Joaquim Pinto Machado, no Hospital de Braga.

Estas jornadas foram organizadas pelo Serviço de Qualidade, Segurança e Epidemiologia do Hospital de Braga, através do Gabinete de Gestão do Risco.

As jornadas receberam cerca de 250 participantes, e exploraram os desafios e as melhores práticas relacionadas com a interação entre os utentes e os profissionais de saúde, como forma de fortalecer a colaboração e a comunicação eficaz, para garantir cuidados de saúde mais seguros.

## XVIII. CONFERÊNCIA SOBRE “O NOVO REGIME JURÍDICO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS”

No dia 29 de setembro, Félix Carvalho, Presidente da SRN-OF, participou na Conferência “O Novo Regime Jurídico das Associações Profissionais”, em representação do Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos.

Esta iniciativa foi promovida pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e dirigiu-se à comunidade académica e a todos os interessados nos diversos setores abrangidos, à sociedade e aos cidadãos, cujos interesses devem ser o norte da ação legislativa.



Palestra nos Açores; Conferência “Cannabis na Adolescência e Saúde”; Jornadas de “Segurança do Doente”; Conferência “O Novo Regime Jurídico das Associações Profissionais”

## XIX. DIA NACIONAL DO FARMACÊUTICO 2023

O dia 26 de setembro, no calendário litúrgico dedicado a São Cosme e São Damião, constitui um dia festivo para os farmacêuticos portugueses, uma vez que se comemora o Dia Nacional do Farmacêutico. Estas comemorações, que constituem um marco da importância e da prática do farmacêutico, tiveram o seu ponto alto na Sessão Solene comemorativa que se realizou no Porto, no auditório da SRN-OF, presidida por Sua Ex. o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro. Os discursos de abertura foram proferidos pela Vice-presidente da OF, Paula Costa, e pelo presidente da SRN-OF, Félix Carvalho.

A habitual conferência desta Sessão Solene foi substituída por um debate subordinado ao tema “Desafios do Serviço Nacional de Saúde” que contou com Presidente da Comissão Executiva do SNS, Fernando Araújo, moderado pela jornalista Mariana Caldas. A Sessão Solene continuou com a entrega das Medalhas de Honra da Ordem dos Farmacêuticos (António da Rocha e Costa e Joaquim Chaves, na área das análises clínicas, e Fernando Aires Miranda na farmácia comunitária). Cumprindo uma tradição com mais de três décadas, a OF homenageou ainda vários farmacêuticos, entre os quais os que completam 50 anos de Licenciatura e dedicação à profissão, e também distinguiu os alunos que obtiveram classificações mais elevadas no Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas nas várias Instituições de Ensino Superior que lecionam o curso com a entrega do “Prémio Sociedade Farmacêutica Lusitana”. A Sessão Solene terminou com um Porto de Honra, permitindo a confraternização entre todos os presentes, medalhados e convidados.

A participação da SRN-OF, no âmbito da Comemoração deste dia tão prestigioso para os farmacêuticos, complementou-se ainda com a realização da exposição “La Botica de Magalhães”. Esta exposição, inaugurada dia 26 de setembro, esteve patente ao público, nas instalações da SRN-OF, de 26 setembro a 4 de outubro.



Dia Nacional do Farmacêutico | 26 setembro 2023

## XX. TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO CURA+

Ana Catarina Silva, membro da Assembleia Regional da SRN-OF, esteve presente, em representação da SRN-OF e da OF, na Cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da Associação Cura+, para o mandato 2023/2024, que decorreu no Salão Nobre da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP), no dia 14 de outubro.

A Associação Cura+ presidida pela estudante da FFUP Sofia Morais, exerce um trabalho voluntário de enorme relevância, através do desenvolvimento de projetos de Educação e Promoção para a Saúde, no âmbito da responsabilidade social.

## XXI. GALA SOLIDÁRIA DO IPO CONTOU A PRESENÇA DA SRNOF

Félix Carvalho, Presidente da SRN-OF e Florbela Braga, Presidente do Conselho Fiscal da SRN-OF, participaram na 5ª Gala Solidária do Instituto Português de Oncologia do Porto, no dia 14 de outubro, às 21h00, no Coliseu do Porto, em representação da OF.

As receitas desta 5ª Gala Solidária revertem, na sua totalidade, para a investigação na área oncológica. Deste modo, a Gala Solidária cumpre este propósito, proporcionando simultaneamente um encontro intergeracional “de pessoas para pessoas” entre o Instituto e a comunidade.

Esta ocasião também permitiu a troca de impressões com a Dra. Florbela Braga, que na qualidade de diretora dos serviços Farmacêuticos do IPO-Porto deu boa nota sobre a situação atual favorável destes serviços em relação a questões de pessoal e de equipamento, em contraste com a situação dos colegas do IPO de Lisboa.

## XXII. 7.º CONGRESSO NACIONAL DA APDI

Félix Carvalho esteve presente no 7.º Congresso Nacional da APDI, no dia 21 de outubro, no Auditório da SRN-OF.

Na sua intervenção perante os associados, teve a oportunidade de enaltecer a missão da APDI de fornecer formação e informação para a gestão quotidiana de uma patologia que afeta mais de 25 mil pessoas em Portugal, de modo a possibilitar uma melhor qualidade de vida destes doentes.

Aproveitou também a ocasião para realçar a abordagem próxima da OF em relação às associações de doentes, com um foco nas suas necessidades reais e nas necessidades dos seus cuidadores.

## XXIII. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

Félix Carvalho esteve presente no X Congresso Ibero-Americano de Ciências Farmacêuticas, organizado pela COIFFA (Conferência Ibero-Americana de Faculdades de Farmácia) em Coimbra, de 26 a 28 de outubro.

O congresso, com o tema “Abrindo Fronteiras”, teve como principal objetivo destacar que as fronteiras que conhecemos devem permanecer cada vez mais abertas, pois como as doenças podem ultrapassá-las sem a necessidade de qualquer tipo de permissão, a saúde também deve ter a mesma capacidade.

Neste contexto, apresentou uma conferência intitulada “A relação risco-benefício da utilização terapêutica da canábis”, reforçando a necessidade de esclarecer essa relação numa altura em que muitas das indicações terapêuticas dos produtos desta planta carecem de estudos regulamentares sobre eficácia e segurança.

## XXIV. REUNIÕES FÓRUM REGIONAL NORTE DAS ORDENS PROFISSIONAIS (FORNOP)

O presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, tem vindo a participar em reuniões do FORNOP. Fruto da consciência de intervenção pública e social dos profissionais das diversas Ordens Profissionais, o Fórum propõe-se a desenvolver iniciativas que promovam o debate, a reflexão e a participação cívica e a confiança mútua entre os agentes, estado e particulares, com temas de importância não só para a Área Metropolitana do Porto, mas para toda a Região Norte, através da organização de atividades de cariz cultural, social, científico e político.



Tomada de Posse Órgãos Socias Associação CURA+; Gala Solidária IPO Porto; Congresso Ibero-Americano de Ciências Farmacêuticas

## XXV. OUTRAS

### PRESENÇA NA CERIMÓNIA DE COMPROMISSO DE HONRA DOS NOVOS MÉDICOS DENTISTAS

Em representação da OF, Carlos Sá, membro da Direção da SRN-OF participou na Cerimónia de Compromisso de Honra dos Novos Médicos Dentistas, aproveitando a ocasião para reiterar junto do bastonário dos Médicos Dentistas, Dr. Miguel Pavão, a disponibilidade da OF para colaboração institucional.

### REUNIÃO “IMPACTO DA TROMBOSE ASSOCIADA AO CANCRO”, ORGANIZADO PELO GESCAT

Em representação da OF, Carlos Sá, membro da Direção da SRN, participou na reunião “Impacto da Trombose Associada ao Cancro”, organizada pelo Grupo de Estudos de Cancro e Trombose (GESCAT), afirmando que as farmácias comunitárias, pela proximidade com os doentes, são um local de excelência para ajudar no combate à trombose associada ao cancro, mostrando ainda a disponibilidade da OF para trabalhar em conjunto com o GESCAT para mitigar este fenómeno.

## 2. CURSOS DE FORMAÇÃO

Continuando a priorizar a formação contínua no âmbito das modalidades formativas, como esteio da valorização e do reconhecimento profissional, a SRN-OF e no decorrer do ano de 2022, protagonizou formação de qualidade e estruturante, abrangendo distintas áreas de interesse para os seus membros.

### I. CURSO DE DIABETES MELLITUS

O curso arrancou a 25 de janeiro e foi dividido em 4 módulos, que decorreram em formato online e presencial. Para ministrar este curso a SRN-OF convidou formadores com elevada experiência na área.

Ao longo destes módulos formativos, foi analisado o contexto epidemiológico e fisiopatológico desta doença. Adicionalmente foram discutidas as medidas a serem tomadas em caso de suspeita de diagnóstico, bem como o tratamento atualmente recomendado com base em diretrizes internacionais. Por fim, abordou-se a gestão do doente, que deverá sempre visar um trabalho de equipa entre a farmácia comunitária e os cuidados de saúde primários e secundários.

Como formadores, este curso teve:

- » **Pedro Ferreira**, Medicina Geral e Familiar nos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos, Medicina Geral e Familiar na empresa Grupo Casais, Medicina do Trabalho em diversos contextos laborais, dos quais se destacam as empresas, Grupo Casais, CTT, Klog-Logística, Oporto British School, Strong Charon, Gertal, Modelo, Continente Hipermercados, Instituto Nacional de Emergência Médica e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro Medicina Geral e Familiar
- » **Luís Filipe Gonçalves**, Médico Especialista em Medicina Geral e Familiar na USF Beira Douro - ACES Gondomar, Pós-Graduação em Medicina Desportiva, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Presidente da Associação de Inter-nos de Medicina Geral e Familiar da Zona Norte.
- » **João Sérgio Neves**, Endocrinologista no Centro Hospitalar Universitário de São João e Investigador, Docente no Departamento de Cirurgia e Fisiologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP), Estudante do Programa Doutoral em Ciências Cardiovascular na FMUP, Desenvolvimento de investigação nas áreas da função tiroideia, diabetes, pré-diabetes, obesidade e doenças cardiovasculares. Autor ou coautor de mais de 250 trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais e de mais de 50 artigos publicados em revistas nacionais e internacionais.



## II. CURSO DE INOVAÇÃO EM ONCOLOGIA

Durante o mês de março a SRN-OF organizou em parceria com a Academia de Ciências Farmacêuticas de Portugal (ACFP) o 1º Ciclo de Seminários ACFP sob o tema “Inovação em Tecnologia”. O ciclo arrancou a 8 de março com tema “Medicina Familiar e Farmacogenética”, seguido no dia 15 de março sobre o tema “Oncologia da pele”, no dia 22 de março sobre o tema “Oncologia do Pulmão”, tendo culminado no dia 29 de março com o tema “Oncologia da mama”. Para ministrar estes seminários foram convidados oradores de renome com fortes provas dadas nas suas respetivas áreas de atuação, nomeadamente Fernando Schmitt – IPATIMUP, Angel Carracedo - RAFG / USC, Espanha, Júlio Oliveira - IPO, Porto, Florbela Braga - IPO, Porto, António Santos - IPO, Porto, Paula Ferreira - IPO, Porto, Alexandra Araújo - CHUP, Porto, Helena Florindo - FFUL, Lisboa, Fernando Barata - CHUC, Coimbra, Delvys Rodriguez-Abreu - Las Palmas, Gran Canaria, António Araújo - CHUP/ICBAS, Porto, José Carlos Machado - I3S, Porto, Luís Costa - CHLN/FMUL, Lisboa, Joana Simões - CHUP, Porto, Pedro Gouveia - Fundação Champalimaud, Lisboa, Cristina Amaral - UCIBIO/REQUIMTE, FFUP, Porto.

## III. CURSO DE HIPOCOAGULAÇÃO

O curso foi constituído por quatro módulos, ministrados por formadores com elevada competência nas suas áreas. Ao longo destes módulos formativos foi analisado o contexto fisiopatológico que pode condicionar a realização de tratamentos de hipocoagulação.

Adicionalmente, foi abordado o controlo do risco de coagulação, assim como o tratamento atualmente recomendado com base em diretrizes internacionais, juntamente com as principais interações medicamentosas e com alimentos. Por fim, abordou-se a gestão do doente, que deverá sempre visar um trabalho de equipa entre a farmácia comunitária e os cuidados de saúde primários e secundários.

- » **Módulo 1 – 19 abril** | Condições médicas e cirúrgicas mais comuns com necessidade de coagulação: Fibrilação auricular, Tromboembolismo venoso & Doença válvula.
- » **Módulo 2 – 26 abril** | DOACS: conhecer os fármacos
- » **Módulo 3 – 3 de maio** | Doentes hipocoagulados em situações complexas: cirurgias, gravidez e doença renal crónica
- » **Módulo 4 – 10 de maio** | Gestão da anticoagulação com Antagonistas da Vitamina K: aplicação e gestão

Como formadores este Curso teve: Diogo Ferreira, Cardiologia, Daniela Casanova, Medicina Interna, Gil Foutoura, Medicina Interna e Sofia Teixeira, Imuno Hemoterapia.

## IV. CURSO IMERSIVO EM COSMÉTICA

Arrancou a 28 de abril o Curso Imersivo em Cosmética, dividido em 4 módulos, em formato *online* e que teve como formadoras Áurea Lima, Médica de Oncologia e Medicina Estética, Joana Marto, Farmacêutica Investigadora e Joana Nobre, Farmacêutica Especialista em Cosmética e Branding.

Os temas principais abordados neste curso foram: Rotinas de Skincare: etapas e ingredientes, grupos especiais: doente oncológica, grávida, recém-nascido, adolescentes, pele madura, problemáticas de pele e tendências e Inovação na Cosmética.

Este curso foi dedicado a todos os Farmacêuticos objetivando uma atualização na área das ciências cosmetológicas, em constante evolução.

O programa foi intenso e abordou diversos temas de interesse: desde as tendências de mercado atuais, às características técnicas dos ingredientes de referência e sua adequação às diferentes afeções cutâneas.

Com um corpo docente de referência nesta área, o curso durou 12h e englobou parte teórica e prática.

## IV. CURSO DE NUTRIÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

Arrancou no dia 22 de novembro de forma presencial e *live streaming*.

Ao longo destes módulos formativos foram analisadas situações em que a suplementação alimentar é necessária. Adicionalmente, este curso visou discutir esta temática de saúde pública, bem como a respetiva abordagem com base em diretrizes internacionais.



Foi também debatido o papel que a farmácia comunitária desempenha nesse contexto. Foi enfatizado que uma alimentação equilibrada poderá suprir todas as necessidades nutricionais da população. Contudo, por vezes surgem situações onde o regime alimentar necessita ser complementado. Tendo em consideração que atualmente existe no mercado uma vasta panóplia de suplementos alimentares, acessíveis à população, é fundamental que os profissionais de saúde dominem este conceito e as suas implicações de forma a promover um aconselhamento mais consciente e baseado na evidência científica mais atual.

Formadores foram as nutricionistas Bruna Leça, Mafalda Oliveira e Maria Norges Canha

Os temas principais abordados neste curso foram: Rotinas de Skincare: etapas e ingredientes, grupos especiais: doente oncológica, grávida, recém-nascido, adolescentes, pele madura, problemáticas de pele e tendências e Inovação na Cosmética.

## VI. CURSO ONLINE “ACESSO AO MEDICAMENTO EM PORTUGAL”

O curso “Acesso ao medicamento em Portugal” ofereceu uma abordagem abrangente sobre a Avaliação de Tecnologias de Saúde em Portugal, explorando a teoria e o processo por trás da avaliação do custo-efetividade de medicamentos realizada pelo Infarmed.

O curso foi teórico-prático, incluindo exercícios que permitem explorar casos práticos (medicamentos de ambulatório e hospitalares). O curso também abordou mecanismos alternativos de acesso ao medicamento enquanto decorre o processo de Avaliação de Tecnologias de Saúde (Autorizações de Utilização Excepcional (AUEs) e Programas de Acesso Precoce (PAPs).

## 3. OUTRAS ATIVIDADES

### I. SEGURO DE SAÚDE

A SRN-OF celebrou um protocolo de colaboração com a companhia de seguros Ocidental, detentora dos seguros de Saúde Médicos, mantendo preços competitivos em comparação com iguais produtos já existentes no mercado. Os membros da SRNOF e agregados familiares poderão optar por uma de quatro opções, sem limite de idade.

### II. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Do protocolo celebrado em 2015 entre a SRN-OF e a Companhia - Ocidental Seguros, resultou o seguro de Responsabilidade Civil, extensível a todos os farmacêuticos inscritos nesta Secção Regional em situação de membro ativo em exercício. A apólice garante um limite de indemnização de 100 mil euros por sinistro e anuidade. Sendo o tomador do seguro a SRNOF, a participação do sinistro será sempre da sua competência. Apenas beneficiarão deste seguro os membros que tenham as quotas devidamente regularizadas.

### III. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DA SRN-OF

As grandes transformações na sociedade contemporânea impuseram à comunicação e ao relacionamento com os diversos públicos, um papel de extrema relevância no conceito estratégico das instituições.

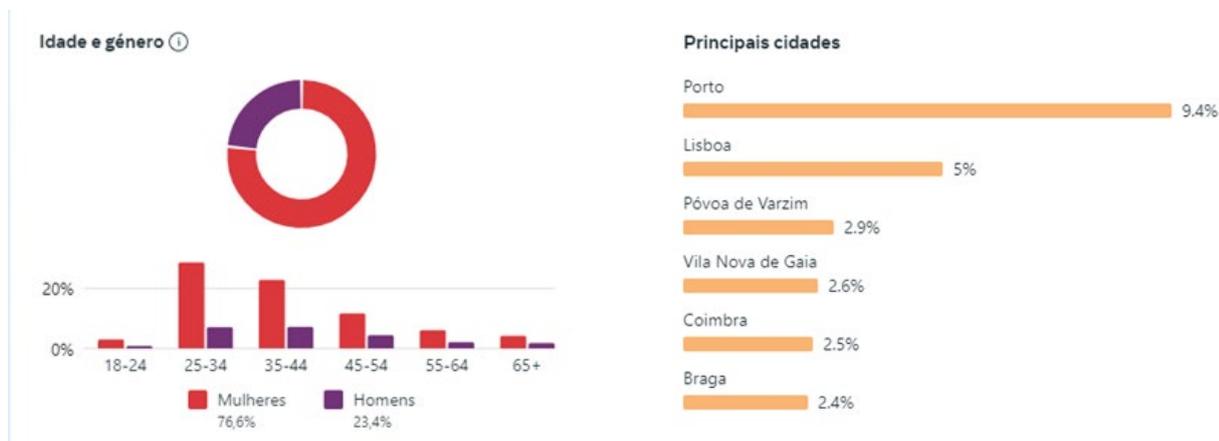
Neste sentido, a SRN-OF continua a apostar em diferentes canais de veiculação de informação, nomeadamente na sua página web, redes sociais e *newsletter*.

Pretende-se, em última análise, estabelecer uma verdadeira cultura de comunicação em que todos se sintam motivados a intervir e participar. Este continuará a ser um dos objetivos primordiais da SRN-OF, reafirmando o papel interventivo do Farmacêutico na melhoria dos Cuidados de Saúde em Portugal.

## FACEBOOK

O Facebook continua a ser a rede social com maior expressão da SRN-OF, tendo fechado o ano de 2023 com 9 181 seguidores, na sua grande maioria mulheres, fixando o intervalo de idades entre os 25 e os 44 anos.

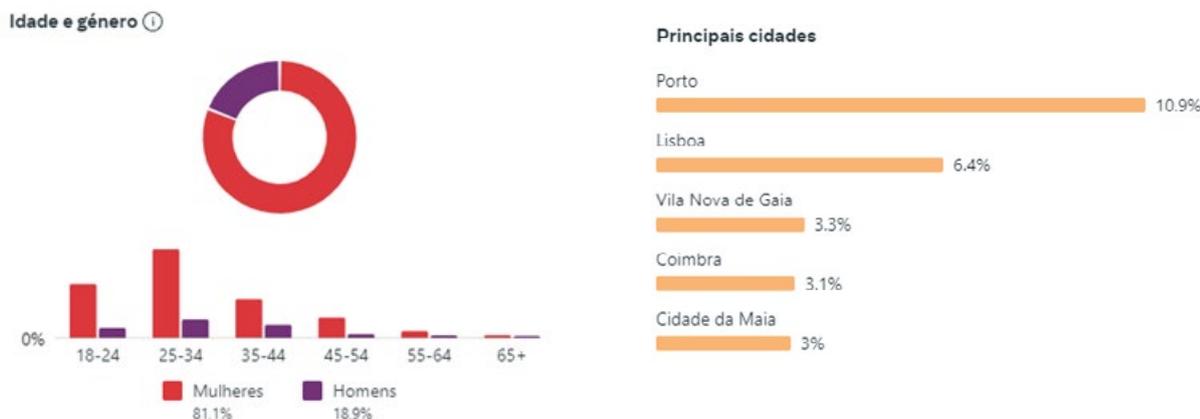
Tal como verificado no site da SRN-OF, também no Facebook a maioria dos seguidores são da região Norte, porém há 5% dos seguidores de Lisboa.



## INSTAGRAM

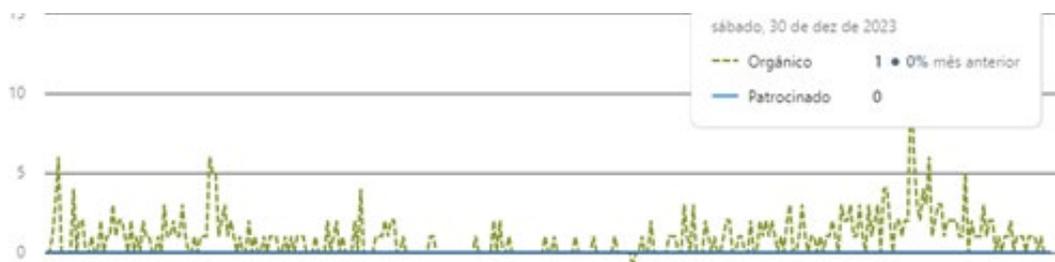
O Instagram, rede também tem crescido de forma contínua e sustentada, apresenta 2334 seguidores, na sua grande maioria mulheres, mas, contrariamente ao Facebook, as idades dos seguidores centram-se entre os 18 e 34 anos.

Tal como no Facebook, a maioria dos seguidores são da região Norte. Porém, há 6,4% dos seguidores de Lisboa.



## LINKED-IN

O LinkedIn da SRN-OF foi criado em junho de 2023 e tem demonstrado um crescimento significativo, apresentando-se à data com 1 478 seguidores.





## 4. PUBLICAÇÕES SRN-OF

### I. ATA FARMACÊUTICA PORTUGUESA

A SRN-OF continua a entender como pertinente a edição e a disponibilização da revista Acta Farmacêutica Portuguesa.

A publicação desta revista tem decorrido com toda a normalidade no que respeita ao cumprimento assumido relativamente à sua periodicidade, sendo de realçar o aumento significativo da qualidade e do número de artigos propostos a submissão.

De realçar que, para além da possibilidade da versão em formato de papel, a Acta Farmacêutica Portuguesa possui uma versão online, de livre acesso, disponível desde junho de 2014, em plataforma exclusivamente a ela dedicada: [actafarmacenticaportuguesa.com](http://actafarmacenticaportuguesa.com).

Esta formatação *online* tem implicações imediatas na maior agilização e comodidade na submissão de artigos, bem como nos processos de revisão por pares, permitindo uma mais atempada resposta e uma publicação mais célere.

O acesso a esta página requer registo gratuito. No sentido de aquilatar a evolução da Acta Farmacêutica Portuguesa, é de realçar o facto de o acesso a esta revista pode ser conseguido através do [Google académico](#), bem como, através do Index *online*, [Revistas Médicas Portuguesas](#), do Portal do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal ([www.rcaap.pt](http://www.rcaap.pt)) ou da página da SRN-OF (<http://www.ofnorte.pt>).

A Revista Acta Farmacêutica Portuguesa, espaço de publicação de pesquisas na área das Ciências Farmacêuticas e dos Cuidados Farmacêuticos, está destinada a profissionais ligados à área da Saúde e, em particular, aos Farmacêuticos.

## 5. EDIFÍCIO SEDE (MANUTENÇÃO E RESTAURO)

Como vem sendo habitual ao longo dos últimos anos a direção da SRN-OF prossegue com as obras de manutenção e garantia de bom funcionamento do novo edifício sede e restauro do antigo edifício. Dadas as características do antigo edifício, foi decisão da direção da SRN-OF proceder à realização de obras de manutenção e restauro, de forma a manter o valor patrimonial da Secção Regional, sempre que se justifique alguma intervenção de natureza estrutural.

### AGRADECIMENTOS

A Direção da Secção Regional do Norte agradece aos Colegas que integram os Órgãos Sociais, aos membros da Secção Regional, Colaboradores e Consultores, bem como aos Colegas que foram como delegados às Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos pelo empenho e dedicação demonstrados.

# RELATÓRIO DE CONTAS

## RENDIMENTOS

### QUOTAS E JÓIAS

Em 2023 verificou-se um aumento das Quotas e Jóias emitidas a membros elencados à SRN-OF de cerca de 25.590€ e 2.600€, respetivamente.

Relativamente aos valores orçamentados, verificou-se um desvio positivo de 5,1%.

	2022	2023
QUOTAS	1 087.410€	1 113.000€
JÓIAS	32.100€	34.700€
<b>TOTAL</b>	<b>1 119.510 €</b>	<b>1 147.700 €</b>

### OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica inclui todos os rendimentos obtidos pela SRN-OF que não se afiguram como Quotas ou Jóias e que dizem respeito, a atividades secundárias, como formação e aluguer de espaços.

Verificou-se um acentuado desvio, positivo, nesta rubrica uma vez que foram realizadas mais atividades, nomeadamente formações, no ano de 2023

	2022	2023
OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	8.606€	31.338€
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.513€	1.392€
<b>TOTAL</b>	<b>11.119€</b>	<b>37.730€</b>

## GASTOS

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica FSE registou um valor de 263.666€ e engloba todas as despesas necessárias para o desenvolvimento normal da atividade da SRN-OF e imprescindíveis para a obtenção dos rendimentos.

Em 2023 verificou-se um aumento de 13.740€ em relação ao ano de 2022, motivado pelas atividades e eventos desenvolvidos de acordo com o relatório apresentado. Relativamente ao valor orçamentado para 2023, este valor ficou abaixo em 4,56%.

### GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal, abrange todas as despesas e encargos relacionados com as funcionárias da SRN-OF.

Em 2023 registou um valor de 180.415€ superior em 12.813€ ao valor de 2022 e ultrapassando o valor orçamentado em 2,57% motivado pela contratação temporária de uma colaboradora que cessou funções a 31 de dezembro de 2023.



## **GASTOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO**

Reflete a afetação dos gastos dos ativos fixos ao exercício de 2023 no valor de 61.351€, valor que ficou abaixo do valor estimado uma vez que não houve investimento em ativos fixos tangíveis como estava previsto.

## **OUTROS GASTOS E PERDAS**

Esta rubrica abarca os impostos diretos e indiretos, liquidados em 2023, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto sobre o Valor Acrescentado. No entanto, o valor dos duodécimos pagos à DN-OF (42,50%) representa a maior contribuição para esta rubrica (479.953€). Sempre que o volume de quotas recebidas aumenta, esta rubrica apresenta o reflexo dessa variação.

O valor aqui registado em 2023 foi de 502.699€ sensivelmente superior ao de 2022, 498.621€.

## **GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO**

Esta rubrica regista os encargos relacionados com os financiamentos bancários obtidos para a construção e colocação em funcionamento do novo edifício, nomeadamente juros. Os compromissos financeiros com as instituições bancárias foram cumpridos dentro dos prazos exigidos.

Esta rubrica registou um valor inferior ao orçamentado por se ter procedido à liquidação de parte da conta caucionada.

## **ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Não existem dívidas em mora ao Estado, apenas estando por liquidar a 31 de dezembro os valores pagos normalmente no mês de janeiro referentes às contribuições para a Segurança Social e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares retidos.

## **RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

No exercício de 2023 a SRN-OF registou um Resultado positivo de 137.203€

**BALANÇO INDIVIDUAL**

Dezembro de 2023

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	2 530 759,76	2 590 474,14
Investimentos Financeiros	3.2.2 e 5	444,80	444,80
		<b>2 531 204,56</b>	<b>2 590 918,94</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Créditos a receber	3.2.2 e 9.1		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.2 e 9.1	408 473,09	401 617,47
Outros ativos correntes	3.2.2 e 9.1	45 061,51	52 622,93
Diferimentos	9.2	4 998,47	2 264,73
Caixa e depósitos bancários	3.2.2 e 9.3	421 073,50	443 024,82
		<b>879 606,57</b>	<b>899 529,95</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3 410 811,13</b>	<b>3 490 448,89</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	3.2.3 e 9.4	488 956,83	488 956,83
Reservas	9.4	310 694,46	310 694,46
Resultados transitados	9.4	1 670 019,83	1 564 869,91
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	9.4	(72 962,22)	(72 962,22)
		<b>2 396 708,90</b>	<b>2 291 558,98</b>
Resultado líquido do período	9.4	137 203,16	105 149,92
		<b>2 533 912,06</b>	<b>2 396 708,90</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2 533 912,06</b>	<b>2 396 708,90</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Financiamentos obtidos	3.2.5 e 9.7	533 333,72	800 000,00
		<b>533 333,72</b>	<b>800 000,00</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	3.2.2	5 544,73	12 962,66
Estado e outros entes públicos	3.2.6 e 9.5	6 779,45	6 439,03
Financiamentos obtidos	3.2.5 e 9.7	66 666,28	90 913,49
Outros passivos correntes	9.6	264 574,89	183 424,81
		<b>343 565,35</b>	<b>293 739,99</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>876 899,07</b>	<b>1 093 739,99</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>3 410 811,13</b>	<b>3 490 448,89</b>



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2023	2022
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	6	1 179 537,71	1 128 835,93
Subsídios, doações e legados à exploração			249,08
Fornecimentos e serviços externos	9.8	(263 665,62)	(249 925,65)
Gastos com o pessoal	7	(180 414,98)	(167 601,77)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.1	(16 264,09)	(27 922,02)
Outros rendimentos	9.9	1 391,74	2 264,15
Outros gastos	9.10	(502 698,76)	(499 232,73)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>217 886,00</b>	<b>186 666,99</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(61 351,20)	(65 137,18)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>156 534,80</b>	<b>121 529,81</b>
Juros e gastos similares suportados	9.11	(19 331,64)	(16 379,89)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>137 203,16</b>	<b>105 149,92</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	9.4	<b>137 203,16</b>	<b>105 149,92</b>



## ORDEM DOS FARMACÊUTICOS - SECÇÃO REGIONAL NORTE

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		1 233 375,51	1 099 268,11
Pagamentos a fornecedores		-273 697,56	-194 768,57
Pagamentos ao pessoal		-178 469,59	-180 579,91
Caixa gerada pelas operações		<b>781 208,36</b>	<b>723 919,63</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-489 447,25	-471 928,71
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>291 761,11</b>	<b>251 990,92</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 814,24	-7 922,31
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-63,72
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-2 814,24</b>	<b>-7 986,03</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-290 913,49	-98 783,95
Juros e gastos similares		-19 984,70	-16 919,31
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-310 898,19</b>	<b>-115 703,26</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-21 951,32</b>	<b>128 301,63</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>443 024,82</b>	<b>314 723,19</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>421 073,50</b>	<b>443 024,82</b>



**SEC REG NORTE-ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2023

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						UNIDADE MONETÁRIA - Euro			
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Translados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023</b>	<b>1</b>	488 956,83		310 694,46	1 564 869,91		-72 962,22	105 149,92	2 396 708,90		2 396 708,90
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
	<b>2</b>	0,00	0,00	0,00	105 149,92	0,00	0,00	-105 149,92	0,00	0,00	0,00
	<b>3</b>										
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>											
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>										
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	<b>5</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	488 956,83	0,00	310 694,46	1 670 019,83	0,00	-72 962,22	137 203,16	2 535 912,06		2 535 912,06



# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

### **Secção Regional do Norte**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2023**

## 1. Identificação da Entidade

---

A Ordem dos Farmacêuticos – Secção Regional do Norte, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, com sede na Rua Cantos Zeca Afonso – 793 no Porto, sendo a sua sede principal em Lisboa na Rua da Sociedade Farmacêutica – 18. Tem como atividade organizações profissionais.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho.

No Anexo II do primeiro Decreto mencionado, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

Os modelos das demonstrações financeiras foram aplicados de acordo com a portaria 220/2015 de 24 de julho, cuja entrada em vigor se verificou a 01.01.2016.

## 3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Nota 9.6) e “*Diferimentos*” (Nota 9.2)

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### 3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável deduzida de eventuais perdas por imparidade.

#### Créditos a receber

Os “*Créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras dívidas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.3. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.4. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.5. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### 3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

### 3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 4. Ativos Fixos Tangíveis

### Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Ajustamentos	Reduções	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	420.092,16				420.092,16
Edifícios e outras construções	2 843.322,37			52.975,72	2 790.346,65
Equipamento Básico	172.008,47				172.008,47
Equipamento administrativo	24.998,00				24.998,00
Outros ativos fixos tangíveis	177.382,89	5 613,72			182.996,61
Ativos fixos tangíveis em curso	77.310,00	2.309,19			79.619,19
<b>Total</b>	<b>3 715.113,89</b>	<b>7.922,91</b>		<b>52 975,72</b>	<b>3 670.061,08</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e Recursos Naturais					
Edifícios e outras construções	24.443,64			24.443,64	0,00
Equipamento Básico	589 609,52	55.806,94			645.416,46
Equipamento de transporte	168 407,69	2.232,36	596,60		171.236,65
Equipamento administrativo	17 915,23	2.083,16			19.998,39
Outros ativos fixos tangíveis	177 382,89	1.298,54			178.681,43
<b>Total</b>	<b>61 126,54</b>	<b>3.716,18</b>	<b>-588,71</b>		<b>64.254,01</b>
	<b>1 038.885,51</b>	<b>65.137,18</b>	<b>7,89</b>	<b>24.443,64</b>	<b>1 079.586,94</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>2 676.228,38</b>				<b>2 590.474,14</b>



	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Ajustamentos	Reduções	Saldo em 31/12/2023
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	420.092,16				420.092,16
Edifícios e outras construções	2 790.346,65				2 790.346,65
Equipamento Básico	172.008,47				172.008,47
Equipamento de transporte	24.998,00				24.998,00
Equipamento administrativo	182.996,61	2.814,24			185.810,85
Outros ativos fixos tangíveis	79.619,19				79.619,19
<b>Total</b>	<b>3 670.061,08</b>	<b>2.814,24</b>			<b>3 672.875,32</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	645.416,46	55.806,94			701.223,40
Equipamento Básico	171.236,65	733,83			171.970,48
Equipamento de transporte	19.998,39				19.998,39
Equipamento administrativo	178.681,43	1.938,92			180.620,35
Outros ativos fixos tangíveis	64.254,01	2.871,51	1 177,42		68.302,94
<b>Total</b>	<b>1 079.586,94</b>	<b>61.351,20</b>	<b>1 177,42</b>		<b>1 142.115,56</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>2 590.474,14</b>				<b>2 530.759,76</b>

## 5. Investimentos Financeiros

Nos investimentos financeiros não foram reconhecidas participações no exercício de 2023.

## 6. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2022	2023
Prestações de Serviços		
Quotas e Joias	1 119.509,93	1 148.199,71
Serviços Secundários	9.326,00	31.338,00
Vendas		
Subsídios à exploração	249,08	
Reversões		6.800,42
Outros rendimentos	2.264,15	1.391,74
<b>TOTAL</b>	<b>1 131.349,16</b>	<b>1 187.729,87</b>



## 7. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 e em 31/12/2023 foi de 5.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2022	2023
Remunerações do Pessoal	138.019,20	145.994,49
Encargo sobre as remunerações	28.475,53	30.213,06
Seguros Ac. Trabalho	1.052,06	2.185,19
Outros Gastos com Pessoal	54,98	2.022,24
<b>Total</b>	<b>167.601,77</b>	<b>180.414,98</b>

## 8. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 9. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 9.1. Créditos a Receber, Membros e Outros Ativos Correntes

Os outros créditos a receber desdobram-se da seguinte forma a 31 de dezembro de 2022 e 2023:

Descrição	2022	2023
Créditos a receber		
Clientes		
Associados/Membros	401.617,47	408.473,09
Outros ativos correntes		
<b>Total</b>	<b>401.617,47</b>	<b>408.473,09</b>

Os valores registados em “Associados/Membros”, em 2022 e 2023, estão deduzidos de perdas por Imparidade, com os valores de 27.922,02€ e 23.064,51€, respetivamente.



## 9.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2023
Gastos a reconhecer		
Rendas e Seguros	2.264,73	4.998,47

## 9.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2023
Caixa		27,97
Depósitos à ordem	443.024,82	421.045,53
<b>Total</b>	<b>443.024,82</b>	<b>421.073,50</b>

## 9.4. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	488.956,83			488.956,83
Reservas	310.694,46			310.694,46
Resultados transitados	1 564.869,91	105.149,02		1 670.019,83
Outras variações nos fundos patrimoniais	(72.962,22)			(72.962,22)
Resultado Líquido do Período	105.149,92	137.203,16	105.149,02	137.203,16
<b>Total</b>	<b>2 396.708,90</b>			<b>2 533.912,06</b>

## 9.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
<b>Passivo</b>		
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	3.444,53	3.002,81
Segurança Social	2.858,65	3.776,64
Imposto sobre o Valor Acrescentado	135,85	
<b>Total</b>	<b>6.439,03</b>	<b>6.779,45</b>



## 9.6. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Credores por acréscimos de gastos		20.258,94		20.271,28
Outros credores		163.165,87		244.303,61
<b>Total</b>		<b>183.424,81</b>		<b>264.574,89</b>

## 9.7. Financiamentos Bancários

Descrição	2022		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Instituições de crédito	800.000,00	90.913,49	533.333,72	66.666,28
<b>Total</b>	<b>800.000,00</b>	<b>90.913,49</b>	<b>533.333,72</b>	<b>66.666,28</b>

## 9.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2022	2023
Serviços especializados	149.494,78	154.448,31
Materiais	17.549,68	9.900,34
Energia e fluidos	21.958,55	15.786,75
Deslocações, estadas e transportes	14.219,06	23.431,14
Serviços diversos		
Rendas e Alugueres	5.361,94	15.238,88
Comunicação	15.199,52	11.547,77
Seguros	12.115,07	10.812,66
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	5.128,21	7.000,63
Outros Serviços	8.898,84	15.499,14
<b>Total</b>	<b>249.925,65</b>	<b>263.665,62</b>



### 9.9. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Outros rendimentos	2.264,75	1.391,74
<b>Total</b>	<b>2.264,75</b>	<b>1.391,74</b>

### 9.10. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Impostos	10.684,04	11.080,88
Outros Gastos	488.548,69	491.617,88
<b>Total</b>	<b>499.232,73</b>	<b>502.698,76</b>

### 9.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	16.379,89	19.331,64
Outros gastos e perdas de financiamento		
<b>Total</b>	<b>16.379,89</b>	<b>19.331,64</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(16.379,89)</b>	<b>(19.331,64)</b>

## 10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

---

No período de 2023 não foram reconhecidas provisões, passivos ou ativos contingentes.



## 11. Acontecimentos após data de Balanço

---

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas para emissão em 15 de fevereiro de 2024.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 20 de fevereiro de 2024

A Direção

---

# PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO NORTE



## PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO NORTE

Em cumprimento do disposto no Art.º 49 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pela Lei 74/2023, de 18 de dezembro, o Conselho Fiscal da Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos procedeu à apreciação do Relatório de Atividades e Contas de 2023, apresentados pela Direção da Secção Regional do Norte, considerando-os corretos e dignos de crédito.

Assim sendo, é nosso parecer que o Relatório de Contas 2023 se encontra em condições de merecer a aprovação por parte da Assembleia Regional do Norte.

Porto, 6 de março de 2024

*O Conselho Fiscal Regional do Norte*

Florbela Maria da Silva Dias Braga

Isabel Antunes da Cunha

Tiago André Carvalho e Sousa

---



# SRSRA

SECCÃO REGIONAL  
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

---



**Secção Regional do Sul  
e Regiões Autónomas**

**ASSEMBLEIA REGIONAL**

**CONVOCATÓRIA**

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 42.º, n.º 3, e para os fins do disposto nos artigos 41.º e 42.º, n.º 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, e pelo Artigo 5º do Regimento da Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia **21 de março de 2024, pelas vinte horas e trinta minutos, no Jupiter Lisboa Hotel**, sito na Avenida da República, n.º 46, em Lisboa, e **cumulativamente por videoconferência**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Aprovação da Ata da Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos anterior;
3. Informação sobre a Sede da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas e Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
4. Informações sobre a Lei 74/2023, de 18 de dezembro, que altera o Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos;
5. Discussão e deliberação sobre a proposta da Mesa da Assembleia Regional relativa ao Regimento da Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos;
6. Discussão sobre a proposta da Mesa da Assembleia Geral relativa ao Regimento da Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos;
7. Discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa às Normas regulamentares para designação dos titulares dos órgãos da Ordem dos Farmacêuticos criados pela Lei n.º 74/2023, de 18 de dezembro;
8. Discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento Eleitoral e Referendário da Ordem dos Farmacêuticos;
9. Discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento de Quotas e Taxas da Ordem dos Farmacêuticos;
10. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades e Contas da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2023;
11. Discussão sobre Relatório de Atividades da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2023;
12. Discussão sobre as Contas da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2023;
13. Discussão sobre as Contas Consolidadas da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2023;
14. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar no dia 27 de março de 2024;
15. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Delegados considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 7 de março de 2024,

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas,

João Filipe Norte



# MENSAGEM DA DIREÇÃO

A Direção da SRSRA coloca à apreciação e discussão por parte da Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas da OF o seu segundo Relatório de Atividades e Contas do Mandato 2022-2024, para o qual foi eleita. Este documento, apesar de ligeiramente diferente dos anteriores do ponto de vista da sua forma, consubstancia um caminho de continuidade, marcado pela mesma vontade com que esta Direção se propôs a exercer as suas funções, de chegar mais longe, por todos.

Mantem-se a divisão da atividade da SRSRA em três eixos estratégicos: “O Farmacêutico como prioridade”, “Desenvolvimento e Valorização Profissional” e “Valorização do Farmacêutico na Sociedade” e mantém-se também o alinhamento com os objetivos estratégicos de desenvolvimento profissional da Federação Internacional Farmacêutica (FIP Development Goals), garantindo que a atividade da SRSRA esteve/está em consonância com as principais prioridades e boas práticas internacionais.

Em junho de 2023, sensivelmente a meio do mandato 2022-2024, a Direção da SRSRA fez um balanço de toda a sua atividade, balanço este que foi partilhado no Portal da Transparência da SRSRA e que agora é reforçado com este Relatório de Atividades e Contas de 2023. As reflexões que, inevitavelmente, fizemos e fazemos aquando destes momentos permitiram-nos reforçar as ações que, inequivocamente, são reconhecidas como essenciais para e pelos farmacêuticos, ajustar todas aquelas que, sendo relevantes, obviavam oportunidades de melhoria e acrescentar também ações e atividades fruto da aprendizagem resultante da auscultação dos farmacêuticos durante os últimos anos.

Em 2023, continuámos com a aposta na garantia da qualidade e melhoria contínua dos serviços prestados a todos os farmacêuticos, na promoção da participação e proximidade efetiva, ativa e transparente dos farmacêuticos na sua Ordem, na defesa dos interesses e reconhecimento dos farmacêuticos de todas as áreas de intervenção, na promoção do reconhecimento e valorização da OF, na garantia e promoção do acesso a conhecimentos, competências e ferramentas profissionais, na capacitação para uma liderança eficaz e para um exercício profissional com autonomia e responsabilidade e dinamização e promoção do reconhecimento da profissão farmacêutica na sociedade.

Merecem especial destaque da ação da Direção da SRSRA em 2023, o reforço da equipa da SRSRA com uma farmacêutica que integrou a unidade funcional Apoio ao Membro, num claro sinal da necessidade de robustecer e sistematizar a estratégia de aproximação aos farmacêuticos, para melhor corresponder às suas expectativas atuais e futuras; a conceção, concretização e lançamento do livro comemorativo dos 50 anos da SRSRA “50 anos de História e Memórias da SRSRA”, que reflete o respeito pela História, e o compromisso com o futuro; a criação e disponibilização de um

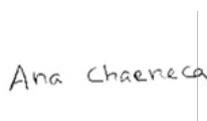
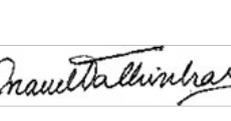


projeto formativo de longa duração de apoio na preparação e estudo para a Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica, a API - Academia da Prova de Ingresso; o Programa de Capacitação Científica da SRSRA, um projeto incluído no Centro de Estudos para a Profissão Farmacêutica, que pretende capacitar os farmacêuticos para a geração e utilização de evidência científica na sua prática profissional; a reestruturação do Programa de Capacitação Política do Farmacêutico, com a criação de um Curso de Capacitação coordenado cientificamente pelo ICS-ULisboa, a decorrer em 2024; a Estratégia de Envolvimento do Cidadão, assente em 3 dimensões: participação dos cidadãos na OF, capacitação dos farmacêuticos para o envolvimento das pessoas nos processos de tomada de decisão em saúde e capacitação dos cidadãos para que os mesmos possa participar ativamente na sua saúde; por fim, a reestruturação das atividades e do espaço da SRSRA na Kidzania Lisboa, com a inclusão de novas atividades, uma relacionada com a Indústria Farmacêutica e com a Dermatite Atópica e uma outra com as Análises Clínica.

As Contas de 2023 obviam uma gestão prudente e cautelosa, que tem sido levada a cabo nas últimas décadas e que permite agora que um dos maiores investimentos de sempre desta instituição seja levado a cabo, a reconstrução da sede da SRSRSA e DN da OF, sem prejuízo da manutenção de um nível de atividade e serviços que vão ao encontro, e mais além até, dos anseios dos farmacêuticos. O resultado líquido do exercício, demonstra uma melhoria da eficiência operacional da estrutura, uma execução orçamental, no geral, ligeiramente abaixo da prevista em termos de despesa e com impacto positivo pelo facto de a empreitada da Nova Sede ainda não nos ter sido entregue em 2023, razão pela qual se obvia um valor significativamente mais baixo de depreciações, amortizações e gastos com financiamento bancário comparativamente ao orçamentado.

É, pois, com muita honra e confiança que a Direção da SRSRA coloca à consideração da Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas da OF o seu Relatório de Atividades e Contas de 2023.

A Direção Regional

				
Ana Charneca	João Rijo	Luís Lourenço	Cátia Caneiras	Manuel Talhinhas



# SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Atividades e Orçamento é um documento estratégico que, depois de apreciado, discutido e aprovado pela Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas da OF, servirá de orientação ao trabalho da Direção da SRSRA-OF no decurso do ano de 2024.

O documento está dividido em duas grandes partes, uma primeira, o Plano de Atividades, onde são descritas as atividades e as ações que a SRSRA-OF se compromete a levar a cabo durante o próximo ano, e uma segunda, o Orçamento, onde é dado o devido suporte orçamental a cada uma das mesmas atividades e ações.

A primeira parte, por sua vez, está dividida em três eixos estratégicos:

- » **O Farmacêutico como Prioridade**, onde se aborda o compromisso com a qualidade e melhoria contínua dos serviços da SRSRA, a promoção da participação e proximidade, a transparência, a defesa dos interesses e reconhecimento dos farmacêuticos de todas as áreas de intervenção e a promoção do reconhecimento e valorização da OF junto dos seus membros e da sociedade, no geral.
- » **Desenvolvimento e Valorização Profissional**, de onde se destaca a garantia e promoção do acesso a conhecimentos, competências e ferramentas profissionais, assim como a capacitação de líderes para um exercício profissional com autonomia e responsabilidade.
- » **Valorização do Farmacêutico na Sociedade**, onde se incluem as ações da Ordem voltadas para os destinatários dos serviços dos farmacêuticos, com o objetivo de dinamização e promoção do reconhecimento da profissão farmacêutica na sociedade.

Esta primeira parte contém ainda os Planos de Atividades das Delegações Regionais dos Açores e da Madeira da OF, que, não obstante estarem totalmente alinhados com os eixos estratégicos anteriormente referidos, obviam a vontade de reforçar a proximidade dos farmacêuticos das Regiões Autónomas à OF e de valorizar a sua intervenção na sociedade, particularmente a nível Regional.

Em todas as ações e atividades propostas é reforçado e demonstrado o alinhamento com os objetivos estratégicos de desenvolvimento profissional da Federação Internacional Farmacêutica (*FIP Development Goals*), garantindo um alinhamento também com as principais prioridades e boas práticas internacionais.

A segunda parte do documento é composta pelas Contas, que obviam o impacto Financeiro das atividades levadas a cabo no decurso do ano de 2023.

As Contas da SRSRA-OF para 2023 mereceram a confiança e o parecer positivo do Conselho Fiscal Regional do Sul e Regiões Autónomas pelo que se espera agora a sua aprovação e concordância por parte da Assembleia Regional.



# PLANO DE ATIVIDADES

## 1. SRSRA EM 2023

A SRSRA-OF tem atribuída uma área de jurisdição que compreende os distritos de Beja, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal e Ponta Delgada.

A 31 de dezembro de 2023, estavam inscritos na SRSRA-OF 8186 farmacêuticos ativos em exercício, ou seja, no pleno gozo dos seus direitos e deveres enquanto membros da OF, o que representa um aumento de 164 membros face ao ano de 2022 e que corresponde a cerca de metade do total de farmacêuticos inscritos nesta condição na OF.

Além destes, estavam inscritos 811 membros em situação de isenção do pagamento de quotização devido a reforma ou doença prolongada.

Registavam-se ainda, na mesma data, um total de 534 membros correspondentes, ou seja, a exercer a profissão farmacêutica no estrangeiro, e 376 membros estudantes (sendo que cerca de dois terços são provenientes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa), mais 219 do que em 2022.

No decurso de 2023, inscreveram-se na SRSRA-OF 276 Farmacêuticos, 31 das quais ao abrigo do Programa Extraordinário da DN-OF, e destes, 15 foram reinscrições.

No global, a classe farmacêutica é muito jovem. De entre os farmacêuticos ativos e em exercício inscritos na SRSRA-OF quase dois terços têm menos de 45 anos e um terço tem menos de 35. Caracteriza-se, também, por uma classe profissional maioritariamente constituída por mulheres (80%).

A maioria dos farmacêuticos inscritos na SRSRA-OF trabalha em farmácia comunitária (56%), seguindo-se os farmacêuticos das áreas de Indústria Farmacêutica/Assuntos Regulamentares (11%), Farmácia Hospitalar (10%), Distribuição Farmacêutica (6%) e Análises Clínicas e Genética Humana (4%). Os restantes 19% são referentes a outras áreas profissionais, como o *Marketing* Farmacêutico, Consultoria, Ensino e Investigação. Sublinha-se a existência de cerca de 4% dos membros cujos dados profissionais não tem qualquer informação e de 2% com o registo de que não exercem atividade farmacêutica.

## 2. O FARMACÊUTICO COMO PRIORIDADE

### I. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Em colaboração com a DN-OF, auscultaram-se várias empresas de tecnologia para aquisição de serviços de consultoria técnica e re-alização do caderno de encargos para construção da nova plataforma de gestão de membros, onde se objetiva o desenvolvimento do Balcão Único, uma interface digital entre os membros e os Serviços da SRSRA-OF, e ainda uma ferramenta de CRM. Deu-se também continuidade à utilização e melhoria do *software* de gestão documental e dos *softwares* de gestão da formação e eventos (SIGA®) e de apoio à Aprendizagem (MOODLE®).

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"><li>» 5419 Entradas/pedidos registadas em software de gestão documental</li><li>» 3468 Documentos Expedidos em software de gestão documental</li><li>» 4000 utilizadores no SIGA</li><li>» 5000 utilizadores Moodle</li></ul>

### II. REVISÃO DOS REGULAMENTOS DA OF

A revisão do Regulamento de Admissão da OF foi adiada para 2024, na sequência da nova Lei das Associações Públicas Profissionais e consequente alteração ao Estatuto da OF, que só se efetivaram no final do ano de 2023 (o novo Estatuto da OF entrou em vigor a 1 de março de 2024).

FIP DEVELOPMENT GOALS	
-----------------------	---

### III. NOVA SEDE DA SRSRA E DN DA OF

No decurso do ano de 2023, a empreitada da Nova Sede da DN-OF e SRSRA-OF avançou de forma muito significativa. A estrutura dos dois edifícios que compõem a empreitada ganhou forma, avançou-se com os procedimentos para aquisição de equipamentos audiovisuais, com os projetos de arquitetura de interiores e decoração e de conservação e restauro.

A SRSRA-OF tem, através da sua participação assídua na Comissão Nova Sede, e do acompanhamento diário através do seu secretariado, monitorizado de forma rigorosa e transparente a execução da empreitada, garantindo que esta serve os interesses atuais e futuros da OF e, portanto, de todos os seus Membros.

FIP DEVELOPMENT GOALS	
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"><li>» 69% de taxa de execução a 31/12/2023</li><li>» 8 Reuniões da Comissão Nova Sede</li><li>» 2 Visitas à empreitada</li></ul>



## IV. REFLEXÕES SOBRE A PROFISSÃO

Em colaboração com a DN-OF, foi realizada uma sessão enquadrada na iniciativa Reflexões sobre a Profissão subordinada ao tema “O impacto da Lei das Ordens Profissionais no ato farmacêutico”. Este evento tinha como objetivo esclarecer os farmacêuticos, e demais interessados, relativamente às alterações à nova Lei das Associações Públicas Profissionais e ao Estatuto da OF e de que forma estas alterações impactavam a atividade profissional.

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	» 1 evento » 531 inscritos » 221 farmacêuticos participantes

## V. VISITAS REGIONAIS

A Direção da SRSRA-OF visitou, em 2023, os Serviços Farmacêuticos do Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E., assim como farmacêuticos em exercício nas áreas da Farmácia Hospitalar, Análises Clínicas, Distribuição Farmacêutica e Farmácia Comunitária das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	» 3 Visitas Regionais: Setúbal, RAM, RAA

## VI. ENCONTRO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E REPRESENTANTES DA SRSRA-OF

Em 2023 foi, novamente, promovida uma reunião alargada, por via digital, com todos os membros eleitos dos órgãos sociais da SRSRA-OF. Nesta reunião foi feito um ponto de situação pormenorizado do mandato, comparando diretamente todas as atividades inscritas no compromisso eleitoral com as atividades efetivamente executadas. A reunião serviu também para ajustar atividades e iniciativas para o Plano de Atividades para 2024.

Em 2023 foi ainda lançado um curso de capacitação dirigido a todos os órgãos sociais da OF e que foi também disponibilizado a todos os farmacêuticos.

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	» 1 reunião alargada dos órgãos sociais » Lançamento do Curso “A Ordem de A a Z”

## VII. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Na prossecução dos Planos de Atividades da SRSRA-OF tem-se mostrado essencial a utilização de todos os meios de comunicação disponíveis, em particular os digitais. Assim, em 2023, além dos métodos tradicionais (interação presencial, e-mail e telefone), recorreu-se a ferramentas de e-mail e SMS *marketing* e redes sociais, nomeadamente, Facebook, Instagram e LinkedIn (partilhado com a DN-OF).

Ainda no ano de 2023, os materiais de comunicação institucionais internos e externos da SRSRA-OF foram revistos, com o objetivo de simplificar e modernizar a imagem da instituição.



INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 57 Newsletters enviadas: 11 mensais, 8 formação, 38 outras (Assembleias Regionais, PIRF, eventos, entre outros)</li> <li>» Comunidade Facebook: 7 000 seguidores</li> <li>» Comunidade Instagram: 4 000 seguidores</li> </ul>
------------------	--

## PONTOF

Foi dada continuidade à promoção da possibilidade de realização de audiências presenciais entre elementos da SRSRA-OF e os membros que pretendessem expor as suas opiniões, questões e preocupações.

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 6 Audiências presenciais com membros: 5 sobre requerimentos de mudança de situação, 1 sobre o estado da Profissão Farmacêutica em Portugal</li> </ul>

## VIII. MONITORIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO DAS ATIVIDADES REPRESENTATIVAS E DISCIPLINARES

Com o objetivo de garantir uma atividade credível e transparente dos órgãos sociais e da estrutura da SRSRA, em particular ao nível da Direção e Conselho Jurisdicional Regionais, reforçou-se a comunicação da atividade de representação institucional, de governação e de gestão da SRSRA-OF.

Deu-se continuidade à atualização do “Portal da Transparência”, tendo nesta plataforma sido colocados, além dos indicadores de atividade, o Balanço do Mandato no início do segundo semestre do ano de 2023, ocasião em que se completava cerca de metade do Mandato dos Órgãos Sociais eleitos.

Consulte o [Portal da Transparência](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 12 Reuniões da Direção Regional</li> <li>» 1 Reunião de Direção Regional para ponto de situação do mandato</li> <li>» 10 Reuniões do Conselho Jurisdicional Regional</li> <li>» 3 Reuniões do Conselho Fiscal Regional</li> <li>» 2 Assembleias Regionais e 2 reuniões prévias de preparação</li> </ul>

Resumem-se no calendário abaixo os principais momentos em que a SRSRA-OF esteve representada e/ou em representação da OF em 2023:

EVENTO	DATA	LOCAL
Reunião AECFUL - SRSRAOF (OFuturo)	20/jan	Videoconferência
Cerimónia 109º Aniversário AEFUL	23/jan	Auditório Maria Odette Santos-Ferreira, FFUL
Reunião Conselhos Jurisdicionais Regionais e Conselho Jurisdicional Nacional	25/jan	COIMBRA
Fórum “Saber mais para apoiar melhor”	26/jan	Auditório ANF – Lisboa
Reuniões Júri de Admissão OF - Prova Linguística	26/jan	Sede Provisória SRSRA
Simpósio One Health organizado pela Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa	30/jan	Nova Medical School, Lisboa
O presente e o futuro do cuidador informal	31/jan	Auditório Jornal Público
Reunião com Grünenthal	31/jan	Videoconferência
Reunião com AEFUL (OFuturo)	31/jan	Videoconferência
Webinar - Importância da Formação Contínua   APJF	31/jan	Videoconferência
Tomada de Posse dos Órgãos Regionais da Região do Sul e dos Órgãos Sub-regionais de Lisboa Cidade e Grande Lisboa da Ordem dos Médicos	06/fev	Auditório Prof. Miller Guerra, na sede da Região Sul da Ordem dos Médicos, em Lisboa



EVENTO	DATA	LOCAL
Reunião Renovação da Terapêutica	06/fev	Sede Provisória SRSRA
Reunião Grupo de Trabalho OFuturo	06/fev	Videoconferência Lisboa
Congresso das Farmácias	9/fev a 11/fev	Centro de Congressos de Lisboa
Apresentação de Pósteres da SRSRA no Congresso das Farmácias	10/fev	Centro de Congressos de Lisboa
Orador na Sessão Paralela - Desenvolvimento e Progressão da Carreira Farmacêutica em Farmácia Comunitária	11/fev	Centro de Congressos de Lisboa
Parada de Carnaval Kidzania	21/fev	INSTALAÇÕES KIDZANIA
CONVITE - Sessão de Abertura   Congresso de Medicina Centro Hospitalar Universitário do Algarve	24/fev	Albufeira
Webinar - Psoríase: Uma abordagem Centrada na Pessoa	02/mar	Videoconferência
Reunião com o NECFAIUEM	13/mar	Videoconferência
Webinar - Serviços Farmacêuticos e a Geração de Evidência	15/mar	Videoconferência
Comemoração Dia Mundial da Tuberculose	22/mar	Auditório ANF
Seminário sobre "O Farmacêutico e a Federação Internacional Farmacêutica (FIP)"	27/mar	Universidade do Algarve Lisboa
NOF: História com Futuro	28/mar	Museu da Farmácia + Plataforma Zoom
Reunião com Secretário-Geral sobre Renovação da Terapêutica	03/abr	Videoconferência
Sessão Capacitação de Dirigentes e Líderes Associativos AEFUL14º Congresso das Farmácias e Expofarma	03/abr	Videoconferência
Reuniões Plenárias do Conselho Nacional de Saúde	18/abr	SEDE CNS
Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da APIFARMA - Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica	18/abr	Centro Cultural de Belém, Lisboa
Sessão de Capacitação de Líderes e dirigentes associativos da AEFUL	18/abr	Videoconferência
Fórum Nacional Álcool e Saúde	20/abr	Loures
Sessão "As Saídas Profissionais de um Farmacêutico na Ordem e Vantagens do Membro-Estudante" - NECIFarm	26/abr	Videoconferência
Receção ao Aluno Estagiário	27/abr	Videoconferência
NOF: História com Futuro	03/mai	Museu da Farmácia + Plataforma Zoom
Sessão "Profissão Farmacêutica e Uso Racional dos Antibióticos"	08/mai	Escola Secundária Rainha D. Amélia
O Futuro das Neurociências - BIOGEN	09/mai	Centro Cultural de Belém
Sessão "Profissão Farmacêutica e Uso Racional dos Antibióticos"	10/mai	Escola Secundária Rainha D. Amélia
Reunião com APAC - Farmácia/ Laboratório Saúde na KidZania Lisboa	11/mai	Videoconferência
Reunião sobre o dossier político da Renovação da Terapêutica	11/mai	SEDE ANF
Aula Ética, Deontologia e Legislação Farmacêutica - IUEM	12/mai	Instituto Universitário Egas Moniz
Reunião com Comissão Executiva SNS - "Farmácias comunitárias - Medicação crónica e vacinação"	15/mai	Videoconferência
Reunião com AFP sobre o dossier político da Renovação da Terapêutica	15/mai	Sede Provisória SRSRA
Ciclo de Conferências: Saúde Digital ao Serviço do Cidadão	17/mai	Videoconferência
Dia Internacional dos Ensaio Clínicos - Evento EUPATI Portugal	18/mai	Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa
Inauguração da Casa Porto Seguro	23/mai	
Programa de Capacitação Científica - Design thinking: turning research into innovation	23/mai	Videoconferência
2ª edição Fórum "Saber mais, apoiar melhor" - tema da «Longevidade - Doença crónica e cidadania ativa».	31/mai	ISCTE (auditório JJ Laginha), em Lisboa
Assinatura do protocolo com a Sanofi no âmbito do Laboratório/Farmácia Saúde na KidZania	01/jun	KIDZANIA
Sessão Lançamento: Livro 50 anos SRSRA-OF	01/jun	HOTEL JÚPITER, LISBOA
Cerimónia Comemoração 25 anos CEAR	02/jun	Museu do Oriente, Lisboa
Reunião com IHMT - divulgação do estudo sobre dermatites cercarianas	05/jun	Videoconferência
Reunião Comissão Executiva SNS - Renovação da Terapêutica e Vacinação COVID-19	05/jun	Videoconferência
Lançamento do Manual de Literacia em Saúde	05/jun	INFARMED
Programa de Capacitação Política do Farmacêutico - "Participação Cívica da Juventude" - RITA SAIAS	06/jun	Videoconferência



EVENTO	DATA	LOCAL
Reuniões Plenárias do Conselho Nacional de Saúde	20/jun	Lisboa
Evento Associações de Doentes "Proximidade entre o farmacêutico e o cidadão"	20/jun	Auditório dos Serviços Sociais da CM Lisboa
Ciclo de Conferências: Inteligência Artificial e Data Science: Como integrar na prática profissional?	20/jun	Videoconferência
Reuniões Alargada Órgãos SRSRA	27/jun	Videoconferência
Reunião Farmácias comunitárias – medicação crónica e vacinação	30/jun	Videoconferência
Reunião Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa	24/jul	FFUL
Reunião Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade do Algarve	26/jul	FCT - Universidade do Algarve
Sessão "Enabling equity, access, and sustainability of life-course immunisation through pharmacy-based vaccination"	26/jul	Videoconferência
Reunião Instituto Superior Ciências Saúde – Egas Moniz	27/jul	Campus Universitário - Quinta da Granja
Reflexões sobre a profissão "O Impacto da Lei das Ordens Profissionais no ato farmacêutico"	18/set	Videoconferência
Aula Carreiras Farmacêuticas (Aula para os alunos do 1ºano do MICF)	20/set	Egas Moniz School of Health and Science
Artificial Intelligence in Life Sciences: ethical paths (Evento do CNECV)	21/set	Auditórios FLAD
Evento 50 anos Roche	09/out	Instalações Roche Portugal, Amadora
II Congresso Nacional da Distribuição Farmacêutica – ADIFA	11/out	Centro de Congressos do Lagoas Park Hotel
Ciclo de Conferências - Inteligência artificial nos Ensaios Clínicos	12/out	Videoconferência
Cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da Associação Cura+, para o mandato 2023/2024	14/out	Salão Nobre do Complexo ICBAS/FFUP
Youth Summer Academy	25, 26 OUT	Videoconferência
Conferência Anual da Plataforma Saúde em Diálogo	26/out	Auditório da PLMJ, Lisboa
reThinking Pharmacy	26 E 27 OUT	Tróia Desing Hotel
Congresso Iberoamericano das Ciências Farmacêuticas	26 A 28 OUT	Universidade de Coimbra
Conferência do Angelini University Award! (AUA)	03/nov	Pavilhão do Conhecimento, Lisboa
22º Aniversário da AECFUL	14/nov	Campus da Universidade Lusófona
A nova geração de profissionais de saúde – APJF	15/nov	Assembleia da República
Fórum do Medicamento - APAH	17/nov	Fundação Oriente, Lisboa
XII Congresso AEFUL - Sessão de abertura	17/nov	FFUL
Fórum do Ensino Farmacêutico APEF	17/nov	Hotel Real Palácio
Aula Introdução às Ciências Farmacêuticas - Intervenção Luís Lourenço (Farmácia Comunitária)	17/nov	FFUL
Congresso AEFUL 2023 - Participação Painel "Ética ao Serviço da Saúde: Dilemas Atuais"	18/nov	FFUL
Conferência "As Farmácias na Jornada de Saúde das Pessoas" - ANF	20/nov	Assembleia da República
Reunião com a Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde	20/nov	Videoconferência
Reuniões Plenárias do Conselho Nacional de Saúde	21/nov	MINISTÉRIO SAÚDE
XVI Congresso Nacional da APFH "Passos firmes para o sucesso"	23/nov	Centro de Congressos da Alfândega do Porto
Fórum Incluir - Envolvimento e perspetiva da pessoa com doença	24/nov	Auditório do INFARMED, I.P.
Reunião com ICS sobre Programa de Capacitação Política	27/nov	Sede Provisória SRSRA
Cerimónia de Entrega dos Prémios Humanizar a Saúde 2023 - TEVA	28/nov	Centro Cultural de Belém, em Lisboa
Assinatura do protocolo de colaboração entre a APAC e a SRSRA-OF no âmbito da KidZania Lisboa	29/nov	KIDZANIA
Programa de Liderança: O que é preciso para ser um jovem líder na saúde? - SPLS	30/nov	
Assinatura protocolo OF-FCT-UAlg	06/dez	Universidade do Algarve
Lançamento do Curso de Orientadores de Estágio	06/dez	Videoconferência
VII Jornadas Farmacêuticas do Algarve : "A fronteira entre o fármaco e a Sociedade" – NECiFarm	07/dez	Universidade do Algarve
Cerimónia 25º Aniversário APEF	09/dez	Hotel Fénix, Lisboa
Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos de Gestão da AEFUL para o mandato 2024	14/dez	Auditório FFUL



EVENTO	DATA	LOCAL
Conferência "Escassez de Medicamentos: Farmácias como parte da solução"	18/dez	AUDITÓRIO INFARMED
Tomada de Posse dos Novos Órgãos do NECiFarm	18/dez	Universidade do Algarve

## IX. ESTRATÉGIA OFUTURO

A SRSRA-OF deu continuidade ao cumprimento do Plano Estratégico OFuturo 2022-2024 nos seus três eixos estratégicos de aproximação e envolvimento às(aos):

- » Associações e Núcleos de Estudantes, através de apoio logístico (cedência da plataforma Zoom e de géneros) e monetário, de sessões de capacitação para dirigentes associativos e da participação nos eventos realizados pelas mesmas;
- » Estudantes do MICF através da realização da *Youth Summer Academy*, da Receção ao Aluno Estagiário e da visita às IES para divulgação da OF e da categoria de Membro Estudante;
- » Instituições de Ensino Superior, através da realização de reuniões para apresentação da estratégia da SRSRA-OF, de operacionalização de colaborações (e.g., Curso de Orientadores de Estágio) e de ministração de aulas/seminários aos estudantes.
- » Foi dada continuidade à implementação do PPAC (*Pharmacy Profession Awareness Campaign*) – Conhecer a Profissão Farmacêutica cujos resultados demonstram o impacto positivo no interesse dos estudantes do ensino secundário no que respeita ao MICF.

Consulte a página oficial o [OFuturo](#) e do [PPAC](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	  
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 219 novas inscrições de Membros Estudantes</li> <li>» 2 estagiários recebidos ao abrigo do Programa de Estágios na SRSRA-OF</li> <li>» 1 Protocolo de colaboração assinado com Instituições de Ensino Superior</li> <li>» 4 Protocolos de colaboração assinados com Associações e Núcleos de Estudantes</li> <li>» 27 estudantes formadores do PPAC</li> <li>» 291 alunos de ensino secundário impactados pelo PPAC</li> <li>» 513 participantes na Receção ao Aluno Estagiário</li> <li>» 16 participantes na Youth Summer Academy</li> <li>» Lançamento do Curso de Orientadores de Estágio: 61 inscritos na sessão de lançamento e 173 inscritos na 1ª edição do curso</li> </ul>

## X. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO AO RECÉM-FARMACÊUTICO (PIRF)

O PIRF pretende introduzir a OF e alguns conceitos importantes aos recém-farmacêuticos para que estes possam desenvolver uma relação benéfica com a sua ordem profissional. Este programa consiste no envio de uma *newsletter* mensal ao longo de um ano, com início após a inscrição na Ordem. Em 2023 foram abertas 3 novas turmas do PIRF e enviadas 34 *newsletters* a um total de 6 turmas, impactando 742 farmacêuticos. Adicionalmente, procedeu-se à atualização do Guia da Inscrição na OF, o qual foi disponibilizado no *website* da SRSRA-OF.

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 3 Novas turmas abertas</li> <li>» 34 Newsletters enviadas a 6 turmas</li> <li>» 742 Farmacêuticos impactados</li> <li>» 59,06% Taxa média de abertura das <i>newsletters</i></li> </ul>



## XI. BOLSA DE OPORTUNIDADES DA OF

Foi dada continuidade à colaboração com a DN-OF na dinamização da plataforma virtual e encaminhamento dos membros para a sua utilização.

FIP DEVELOPMENT GOALS



## XII. ÁREAS EMERGENTES DA ATIVIDADE FARMACÊUTICA

Em 2023 foi apresentado e discutido o relatório do Grupo de Trabalho para as Áreas Emergentes da Profissão Farmacêutica. Dada a importância deste trabalho e da temática das áreas emergentes, a Direção Regional entendeu que deveria, com base relatório do Grupo de Trabalho, elaborar um documento com o posicionamento estratégico e visão de futuro para as Áreas Emergentes da Profissão Farmacêutica, que se prevê que seja apresentado publicamente no ano de 2024.

FIP DEVELOPMENT GOALS



## XIII. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SAÚDE PÚBLICA

A SRSRA-OF tem vindo a refletir internamente, em conjunto com a DN-OF, sobre a necessidade do justo reconhecimento dos farmacêuticos a exercer na Administração Pública, direta, indireta e autónoma, cujas especificidades e conteúdos dos deveres funcionais, o perfil de conhecimentos e competências tornam o trabalho destes profissionais diferenciador nas respetivas áreas e instituições.

FIP DEVELOPMENT GOALS



## XIV. CARREIRA FARMACÊUTICA E RESIDÊNCIA FARMACÊUTICA

Desde a criação da Carreira Farmacêutica, em 2022, que os diplomas legais impediam o reconhecimento dos títulos de especialidade atribuídos pela OF, estando apenas prevista a obtenção por via da Residência Farmacêutica. A 22 de dezembro de 2023 foi promulgado o Decreto-Lei n.º 5/2024, diploma que altera o regime das carreiras farmacêuticas e reconhece o título de especialista concedido pelas ordens profissionais, representando um grande passo na concretização da Carreira Farmacêutica no SNS, com o reconhecimento mútuo, entre o Ministério da Saúde e a OF, do título de especialista.

A SRSRA-OF continuará a trabalhar com os órgãos nacionais competentes no sentido da resolução da situação dos farmacêuticos sem especialidade admitidos em estabelecimentos do SNS após a efetiva implementação do Decreto-lei n.º 6/2020, e dos farmacêuticos a exercer funções nos serviços regionais de saúde dos Açores e Madeira.

FIP DEVELOPMENT GOALS





## XV. DIA NACIONAL DO FARMACÊUTICO E CELEBRAÇÃO DOS 50 ANOS DA OF

No decurso do primeiro semestre de 2023, a SRSRA-OF continuou as celebrações dos 50 anos da OF, com a realização de Noites na Ordem, subordinadas ao tema “Uma História com Futuro” e que culminaram no dia 1 de junho de 2023 (dia em que se completaram exatamente 50 anos da primeira Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas), com o lançamento do Livro “50 anos de História e Memórias da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos”.

O Dia Nacional do Farmacêutico foi organizado pela SRN-OF, tendo a SRSRA-OF assegurado as despesas de alojamento no Porto aos farmacêuticos homenageados que completaram 50 anos de exercício profissional e aos melhores estudantes do MICF que concluíram o curso numa das faculdades da sua área de jurisdição.

FIP DEVELOPMENT GOALS	  
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Lançamento Livro “50 anos de História e Memórias da SRSRA”</li> <li>» Realização de 3 Noites na Ordem subordinados aos tema “Uma História com Futuro”</li> <li>» Suporte das despesas de alojamento aos farmacêuticos homenageados no Dia Nacional do Farmacêutico</li> </ul>

## XVI. ACOMPANHAMENTO AO MEMBRO DA SRSRA

### APOIO JURÍDICO E TÉCNICO

O serviço de apoio Técnico-Jurídico continuou a ser disponibilizado aos farmacêuticos, tendo sido realizados pareceres por e-mail, consultas telefónicas e consultas presenciais.

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 145 ações técnico-jurídicas</li> </ul>

### APOIO SOCIAL (SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL)

A SRSRA-OF continuou a disponibilizar o Seguro de Responsabilidade Civil Profissional a todos os seus membros, assim como procuramos estabelecer protocolos comerciais que permitam aos farmacêuticos ter acesso a outros seguros a preços mais competitivos.

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
-----------------------	---

### SER FARMACÊUTICO DÁ VANTAGENS

A iniciativa “Ser Farmacêutico Dá Vantagens” foi robustecida, tendo sido aumentada a rede de parceiros disponíveis para os membros e colaboradores da OF.

INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 30 novos protocolos comerciais</li> <li>» 159 protocolos no total</li> </ul>
------------------	---

## 2. CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

### I. FORMAÇÃO CONTÍNUA

Em 2023 o Gabinete de Desenvolvimento Profissional da SRSRA-OF registou resultados recorde da sua atividade, tendo crescido em todos os indicadores operacionais e financeiros.

A implementação plena de um sistema integrado de gestão académica (SIGA) foi preponderante na desburocratização e automatização de processos administrativos, libertando os recursos do GDP para a criação de novas oportunidades formativas dirigidas aos farmacêuticos portugueses.

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"><li>» 171 ações formativas</li><li>» 9 Cursos E-Learning Lançados</li><li>» 4304 inscrições</li><li>» 2049 CDP atribuídos</li></ul>

### II. FERRAMENTAS DE APOIO À PRÁTICA PROFISSIONAL

Em 2023 foi finalizada a produção do livro digital “Preparação e Substâncias à Base de Canábis para Fins Medicinais”, em colaboração com a APJF, cujo lançamento decorrerá em 2024.

FIP DEVELOPMENT GOALS	
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"><li>» 1 livro digital produzido</li></ul>

### III. CENTRO DE ESTUDOS PARA A PROFISSÃO FARMACÊUTICA

Decorreu uma consolidação da iniciativa durante o ano de 2023, com o desenvolvimento e publicação do seu regulamento. Contribuiu-se para o desenvolvimento da ciência, com o apoio de um estudo no âmbito de duas dissertações de mestrado. Adicionalmente, a SRSRA-OF desenvolveu 10 pósteres científicos e 1 comunicação oral sobre projetos da sua autoria, apresentados em fóruns nacionais e internacionais.

Consulte a [página oficial](#).

### BOLSA DE INOVAÇÃO DA SRSRA – BINOV 2.0

A BINOV 2.0 apresentou-se como uma melhoria à iniciativa BINOV, desenvolvida desde 2014. As alterações realizadas possibilitaram uma maior clareza na atribuição da bolsa em duas categorias distintas (Investigação e Intervenção Farmacêutica) e o aumento do fundo no valor total de 6000€.

Foram recebidas e analisadas 10 candidaturas, das quais saíram dois projetos vencedores e duas menções honrosas.

Consulte a [página oficial](#).



FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 2 bolsas pecuniárias, totalizando 6000€;</li> <li>» 2 menções honrosas.</li> </ul>

## PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CIENTÍFICA

Em 2023 foi lançado o Programa de Capacitação Científica da SRSRA-OF, um projeto sob a alçada do domínio “Formação” do Centro de Estudos para a Profissão Farmacêutica e que pretende capacitar os farmacêuticos para a geração e utilização de evidência científica na sua prática profissional, permitindo deste modo a valorização da profissão farmacêutica.

O Programa de Capacitação Científica oferece um percurso formativo assente em 5 blocos (Sensibilização; Preparação; Desenvolvimento; Comunicação; e Progressão), cada um com diferentes ações formativas e graus de dificuldade adaptados ao público-alvo. Em 2023 realizaram-se 6 ações formativas deste programa, que continuará em 2024.

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 6 ações formativas realizadas</li> <li>» Mais de 700 inscritos nas ações formativas do programa</li> </ul>

## IV. COMPETÊNCIAS FARMACÊUTICAS

Em 2023 a SRSRA-OF acompanhou a criação da nova Competência Farmacêutica em Oncologia, através do planeamento de oferta formativa que respondesse às áreas funcionais cujo conhecimento se considera relevante para a prática clínica de um farmacêutico com esta competência.

A SRSRA-OF contribuiu também para a operacionalização da formação disponibilizada pela DN-OF sobre a Campanha de Vacinação Sazonal contra a Gripe e a COVID-19 23-24, e robusteceu a oferta formativa no âmbito da atribuição da Competência de Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis em Farmácia Comunitária.

No ano de 2023 a SRSRA-OF também retomou a sua oferta formativa no âmbito da Recertificação da Competência de Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis em Farmácia Comunitária.

FIP DEVELOPMENT GOALS	  
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Curso Assíncrono de Recertificação em Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis em Farmácia Comunitária lançado</li> <li>» Contribuição para o Curso da DN-OF sobre a Campanha de Vacinação Sazonal contra a Gripe e a COVID-19</li> </ul>

## V. APOIO NO ACESSO À ESPECIALIDADE

Em 2023, em conjunto com os Conselhos dos Colégios da Especialidade de Análises Clínicas e Genética Humana e Farmácia Hospitalar, a SRSRA-OF desenhou um projeto formativo de apoio à candidatura à Residência Farmacêutica, que culmina com a atribuição do título de especialista reconhecido pelo SNS.



FIP DEVELOPMENT GOALS	
INDICADORES 2023	» 1 Projeto Formativo criado e implementado

## API – ACADEMIA DA PROVA DE INGRESSO

A API – Academia da Prova de Ingresso consiste num projeto formativo de longa duração de apoio na preparação e estudo para a Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica, lançado em 2023. Este encontra-se estruturado em 16 módulos, sendo que cada módulo inclui uma aula lecionada online por farmacêuticos especialistas e/ou que exercem atividade enquanto docentes, com análise e discussão de casos clínicos, e diferentes materiais e ferramentas formativas que pretendem dirigir o estudo dos participantes.

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	
INDICADORES 2023	» 100 inscritos na primeira edição da API

## VI. SEGURANÇA DA PESSOA QUE VIVE COM DOENÇA

Durante o ano de 2023, foi conceptualizada oferta formativa relativa às temáticas da psoríase e da enxaqueca em contexto hospitalar, com vista à preparação do farmacêutico para a prestação de cuidados centrados na pessoa.

Foi dada continuidade à parceria com a Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde (SPLS) formalizada em 2022, no âmbito do projeto ATIVAR e através da realização de um *webinar* sobre “Literacia Digital”.

A postura ativa e interventiva da SRSRA-OF, em representação da OF, nos vários Grupos de Trabalho do Instituto para os comportamentos aditivos e as dependências, I.P. foi mantida, especialmente no Fórum Nacional de Álcool e Saúde onde a OF foi indicada para pertencer à Comissão Executiva do Fórum para o Ciclo 2022-2026.

FIP DEVELOPMENT GOALS	
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 2 cursos de intervenção do farmacêutico lançados</li> <li>» 1 sessão do projeto ATIVAR, em colaboração com a SPLS</li> <li>» 72 inscritos no webinar de Literacia Digital</li> <li>» 2 reuniões do FNAS</li> </ul>

## VII. DIGITALIZAÇÃO EM SAÚDE

A digitalização em saúde foi o tema abordado no Ciclo de Conferências “Inovação em Saúde: Prioridades para a década” realizados durante o ano de 2023.

FIP DEVELOPMENT GOALS	
-----------------------	--



## VIII. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO POLÍTICA

No ano de 2023, no âmbito do Programa de Capacitação Política foram realizados dois MeetUps subordinados aos temas “O Papel do Jornalismo de Investigação em Democracia” e “Participação Cívica da Juventude”. Foi também realizada uma reestruturação do Programa e preparada uma iniciativa imersiva com a finalidade de preparar os farmacêuticos para a atuação política e cívica, o Curso de Capacitação Política, que iniciará em 2024. Para a conceção dos conteúdos científicos do Curso foi estabelecida uma parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 2 MeetUps realizados</li> <li>» Parceria estabelecida com o ICS-ULisboa para co-criação do Curso de Capacitação Política</li> </ul>

## IX. CICLO DE CONFERÊNCIAS

Sob o mote “Debater a atualidade. Desafiar o futuro” foi abordado o tema “Inovação em Saúde: Prioridades para a década” que permitiu discutir e refletir sobre a saúde digital e o seu impacto na centralização dos cuidados de saúde nas necessidades da pessoa, a integração da inteligência artificial e da ciência de dados nos estudos de vida real e o impacto da inteligência artificial nos ensaios clínicos.

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	        
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 1 parceria (Serviços Partilhados do Ministério da Saúde)</li> <li>» 188 participantes</li> <li>» 20,6 CDP atribuídos</li> </ul>

## X. SIMPÓSIO CIENTÍFICO

Em 2023 o Simpósio Científico da SRSRA-OF regressou ao seu formato original, em regime presencial, com o tema “O Futuro Hoje: Novas Terapêuticas Moleculares e Biológicas”. O evento contou com 5 painéis de discussão sobre os desafios e oportunidades destas terapêuticas em áreas clínicas chave, destacando o papel do farmacêutico nas mesmas. O Simpósio Científico contou ainda com um espaço para submissão de trabalhos científicos que foram apresentados sob forma de póster ou comunicação oral durante o evento.

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	  
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 111 Participantes no evento</li> <li>» 27 Trabalhos científicos submetidos</li> <li>» 11 Apoios institucionais obtidos</li> </ul>



## XI. NOITES NA ORDEM

No primeiro semestre de 2023 foi dada continuidade às sessões de Noites na Ordem comemorativas do 50 anos da OF, subordinadas ao e«tema “Uma História com Futuro” que juntaram bastonários e presidentes da SRSRA-OF na discussão de marcos históricos da OF. No segundo semestre, sob a temática “Farmacêuticos Além-Fronteiras” foram convidados farmacêuticos que exercem a profissão no estrangeiro, com vista à partilha de boas práticas profissionais.

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	
INDICADORES 2023	» 5 Noites na Ordem » 220 participantes

## XI. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM ÉTICA, DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA

Durante o ano de 2023, decorreu a consolidação e desenvolvimento de 8 edições do curso “Dilemas na Dispensa de MSRM por farmacêuticos: uma abordagem prática”. Adicionalmente, decorreu uma participação na Academia da Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica, com a execução de 8 horas de formação sobre o tema da Ética, Deontologia e Legislação Farmacêutica.

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	  
INDICADORES 2023	» 8 edições do curso disponível » 423 inscritos e 170 certificados » 200,53 CDP's atribuídos

### 3.

## VALORIZAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA SOCIEDADE

### I. PROGRAMA DE APROXIMAÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PESSOAS QUE VIVEM COM DOENÇA E SEUS CUIDADORES

Em 2023, foi elaborada e aprovada a Estratégia de Envolvimento do Cidadão da SRSRA-OF. Esta estratégia envolve 3 dimensões:

- i. participação dos cidadãos na OF,
- ii. a capacitação dos farmacêuticos para o envolvimento das pessoas nos processos de tomada de decisão em saúde e
- iii. a capacitação dos cidadãos para que a mesma possa participar ativamente na sua saúde.

Foi realizado um *webinar* “Psoríase: uma abordagem centrada na pessoa” que contou com a participação da PSO Portugal e promovido um questionário de necessidades formativas dos farmacêuticos no âmbito das doenças raras em parceria com a RD-Portugal e com a DN-OF.

FIP DEVELOPMENT GOALS	 
INDICADORES 2023	» 3 iniciativas conjuntas com Associações de Pessoas que Vivem com Doença » 2 representantes de pessoas que vivem com doença envolvidos nos eventos

### II. USO SEGURO E RESPONSÁVEL DO MEDICAMENTO

No âmbito do Uso Responsável do Medicamento foi priorizada a temática da Prevenção de Resistência aos Antimicrobianos, considerando o relevo da mesma e o posicionamento da Comissão Europeia, do PGEU e da FIP sobre o tema em 2023. Neste sentido, foi construído um artigo na Revista Farmácia Distribuição sobre o Papel do Farmacêutico na Prevenção e Controlo das Resistências aos Antibióticos e foram iniciados contactos com criadores de conteúdo digital na área da saúde (e.g., *podcasts*) para exposição da temática junto da sociedade civil.

Foi disponibilizada mais uma edição dos *Massive Online Open Courses* (MOOC), um projeto conjunto entre a DGS e da OF.

Consulte a [página oficial](#).

FIP DEVELOPMENT GOALS	      
INDICADORES 2023	» 1 Artigo na Revista Farmácia Distribuição » 1 atividade sobre Resistência aos antibióticos no espaço Farmácia/Saúde da KidZania Lisboa » 4920 inscritos nos cursos do Massive Online Open Courses » 4 sessões de sensibilização sobre o tema em escolas secundárias

### III. GERAÇÃO SAUDÁVEL

O projeto Geração Saudável manteve o seu modo de funcionamento semelhante aos anos transatos. Além do contacto com os parceiros do projeto, a divulgação junto dos farmacêuticos e Membros-Estudantes e a colaboração com a Associação Cura+, foram implementados procedimentos internos para um maior acompanhamento aos Membros durante a sessão.

Consulte a [página oficial](#).



FIP DEVELOPMENT GOALS	    
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 3.000€ de apoios pecuniários recebidos</li> <li>» 486 utilizadores da Plataforma</li> <li>» 2 novos cursos lançados</li> <li>» 22 intervenções comunitárias realizadas</li> <li>» 690 pessoas abrangidas</li> </ul>

#### IV. FARMÁCIA/LABORATÓRIO SAÚDE – KIDZANIA LISBOA

Em 2023, a SRSRA-OF perpetuou a realização das atividades no âmbito da Farmácia Comunitária, em parceria com a ANF e do jogo “Tratar de Mim”, elaborado pela APIFARMA. Foram introduzidas novas atividades, uma relacionada com a Indústria Farmacêutica e com a Dermatite Atópica, através da dinamização dos Livros “A Diana e a Dermatite Atópica” elaborados em parceria pela Sanofi Portugal e pela ADERMAP e de uma atividade de sensibilização para a Dermatite Atópica. Foi também introduzida uma nova atividade no âmbito das Análises Clínicas, e em parceria com a Associação Portuguesa de Analistas Clínicos (APAC) e que permite aos participantes contactar com a análise hematológica, a análise microscópica e a análise de Placas de Petri com bactérias.

FIP DEVELOPMENT GOALS	
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 25.656 visitantes da Farmácia/Laboratório Saúde</li> <li>» 10.500€ de apoios pecuniários recebidos</li> <li>» 2 protocolos de colaboração assinados</li> <li>» 3 iniciativas realizadas</li> <li>» Protocolo com KidZania com vantagens para Farmacêuticos</li> </ul>

#### V. VOZ FARMACÊUTICA

No âmbito da Voz Farmacêutica, manteve-se a colaboração com a Revista Farmácia Distribuição, através da rubrica “Valor do Farmacêutico” que objetiva dar visibilidade à intervenção cívica e social dos farmacêuticos nas diversas áreas de atuação profissional. Adicionalmente, procurou-se comunicar os eventos realizados pela SRSRA-OF junto de revistas e publicações do setor.

FIP DEVELOPMENT GOALS	
INDICADORES 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>» 11 artigos na rubrica “Valor do Farmacêutico” da Revista Farmácia Distribuição</li> </ul>



## 4. RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES REGIONAIS

É responsabilidade das Delegações Regionais colaborarem com os órgãos nacionais e regionais em todas as questões que se relacionem com a respetiva região autónoma, bem como garantir a extensão de apoio aos membros que nela exerçam a sua atividade profissional. Conscientes da importância destas responsabilidades, as Delegações Regionais desenvolveram em 2023 a sua atividade adequad-se à realidade profissional nas Regiões Autónomas, em cooperação ativa com a SRSRA-OF. O relato das atividades descritas nesta secção é complementar ao relatório de atividades das direções nacional e regionais.

FIP DEVELOPMENT GOALS



### I. DELEGAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES (DRA)

#### REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

No decurso de 2023 foi mantida a representação dos farmacêuticos em todos os atos oficiais e sempre que a participação da OF foi requerida ou proporcionasse valorização e reconhecimento da classe, assim como a participação e acompanhamento ativo das políticas de Saúde na região, em particular a colaboração ativa com a Secretaria Regional da Saúde e do Desporto e com a Direção Regional da Saúde.

#### ATENDIMENTO PRESENCIAL AO MEMBRO

Manteve-se a aposta no atendimento presencial diário e dirigido aos membros da DRA, promovendo a proximidade destes à OF

#### DIA NACIONAL DO FARMACÊUTICO

A efeméride foi assinalada na Região Autónoma com a realização de visitas regionais a farmacêuticos em exercício nas áreas da Farmácia Hospitalar, Análises Clínicas, Distribuição Farmacêutica e Farmácia Comunitária, promovendo a aproximação destes à OF e a valorização e reconhecimento da profissão farmacêutica na sociedade.

#### FORMAÇÃO

A DRA colaborou ativamente com os serviços da SRSRA-OF na promoção das ações e iniciativas que utilizaram o ensino e-learning e b-learning. Dadas as necessidades identificadas pelos membros da DRA, não foram realizadas ações formativas presenciais na RAM que, no entanto, se prevê que aconteçam em 2024.

#### MANIFESTO DA PROFISSÃO FARMACÊUTICA

Deu-se continuidade à promoção, em todas as oportunidades identificadas, do Manifesto da Profissão Farmacêutica na Região, do qual ressaltam as seguintes temáticas: implementação da carreira farmacêutica nos hospitais, unidades de saúde e laboratórios da Região Autónoma dos Açores; envolvimento dos farmacêuticos analistas clínicas da região e a regularização do funcionamento dos laboratórios de análises clínicas das Unidades de Saúde de Ilha; integração de farmacêuticos em todas as Unidades de Saúde de Ilha para garantir a segurança e eficiência dos circuitos do medicamento; redefinição da Estratégia e Política do Medicamento.

#### SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

A DRA continuou a sua defesa pela criação de novos serviços farmacêuticos prestados pelos farmacêuticos comunitários, reconhecendo na Região Autónoma dos Açores como um tubo de ensaio para novas ações e iniciativas que promovam melhores cuidados à população.



## II. DELEGAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA (DRM)

### REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Durante o ano de 2023 foi assegurada a representação dos farmacêuticos em todos os atos oficiais e sempre que a participação da OF foi requerida ou proporcionasse valorização e reconhecimento da classe. Foi também dada continuidade à participação e acompanhamento ativo das políticas de Saúde na região, em particular junto da Secretaria Regional da Saúde e demais instituições oficiais (como a Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Cooperação entre a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira, a Associação Nacional das Farmácias, a Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica e o Grupo de Ordens Profissionais na Região Autónoma da Madeira).

### ATENDIMENTO PRESENCIAL AO MEMBRO

Manteve-se o atendimento presencial diário e dirigido aos membros da DRM, promovendo a proximidade destes à OF.

### DIA NACIONAL DO FARMACÊUTICO

A efeméride foi assinalada na Região Autónoma com a realização de visitas regionais a farmacêuticos em exercício nas áreas da Farmácia Hospitalar, Análises Clínicas, Distribuição Farmacêutica e Farmácia Comunitária, promovendo a aproximação destes à OF e a valorização e reconhecimento da profissão farmacêutica na sociedade.

### CONVERSAS FARMACÊUTICAS

As Conversas Farmacêuticas são momentos de partilha informais e formais, com profissionais das diferentes áreas de atividade, realizadas por forma a auscultar quais as principais dificuldades e necessidades dos farmacêuticos da RAM, promovendo a participação e contacto com os membros desta delegação regional. No decurso de 2023 não foram realizadas sessões mas pretende-se que as mesmas retomem em 2024.

### FORMAÇÃO

A DRM colaborou ativamente com os serviços da SRSRA-OF na promoção das ações e iniciativas que utilizaram o ensino *e-learning* e *b-learning*. Dadas as necessidades identificadas pelos membros da DRM, não foram realizadas ações formativas presenciais na RAM que, no entanto, se prevê que aconteçam em 2024.

## 5. IDENTIDADE VISUAL DAS INICIATIVAS E PROJETOS

### A. O Farmacêutico Como Prioridade

Reflexões sobre a  
**Profissão**



**PONTOF**  
UM CANAL DE COMUNICAÇÃO PRÓXIMO E DIRETO

Ser **Farmacêutico**  
dá **vantagens.**

### B. Capacitação e Valorização Profissional

FORMAÇÃO CONTÍNUA



Programa de  
**Capacitação Política  
do Farmacêutico**

**Ciclo de  
Conferências**



Programa de capacitação  
**Ética, Deontologia e Legislação  
Farmacêutica**



### C. Valorização do Farmacêutico na Sociedade



**KidZania**



## 5. **RELATÓRIO DA ATIVIDADE DO CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

A Ordem dos Farmacêuticos exerce o poder disciplinar sobre os seus membros, sempre que haja violação dos deveres fixados no Estatuto, nas demais disposições legais e nos Regulamentos Internos, sendo esta uma competência dos conselhos jurisdicionais.

Durante o ano de 2023 foram registadas, no total, 45 denúncias encaminhadas ao Conselho Jurisdicional Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos.

Das denúncias recebidas, 14 foram referentes a exercício indevido da atividade farmacêutica, 8 por infração do Código Deontológico da OF ou má conduta profissional, 5 por desagrado com o atendimento prestado, 4 por exercício de funções reservadas ao ato médico, 3 relativas à dispensa de medicamentos, 2 referentes a dispensa de medicamentos ao domicílio por pessoal não habilitado, 1 referente a ilícito criminal, 1 referente a publicidade a medicamentos e outros produtos, 1 por funcionamento irregular de farmácia, 1 referente a serviços farmacêuticos, 1 por prática incorreta de atos farmacêuticos e 4 por outros motivos.

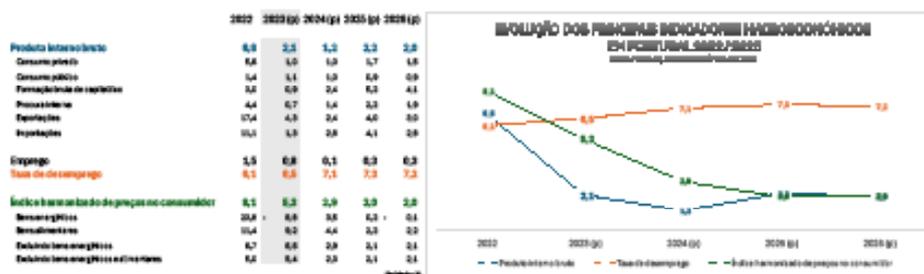
No decurso da sua atividade em 2023, este Conselho arquivou 17 processos (5 referentes a 2022, dos quais 2 por aplicação da Lei da Amnistia, Lei nº 38-A/2023, e 12 referentes a 2023, dos quais 2 por aplicação da Lei da Amnistia, Lei nº 38-A/2023) e deliberou a abertura de 1 processo disciplinar.

Mantêm-se em análise pelo Conselho Jurisdicional Regional 33 denúncias.

# RELATÓRIO DE CONTAS

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DO ANO 2023

O enquadramento macroeconómico do ano de 2023 ainda foi favorável para a economia portuguesa em geral e para a maioria dos agentes económicos em particular, nomeadamente para a DN-OF. O ano foi marcado pela progressiva redução da taxa de inflação e por uma degradação do desempenho dos outros indicadores, com destaque para a redução acentuada da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).



## CRESCIMENTO ECONÓMICO

O Banco de Portugal (BP) estima que no ano de 2023, a economia portuguesa registe um crescimento real de 2,1% no PIB. Este crescimento foi principalmente impulsionado pelo aumento da procura externa. No entanto, e pese embora esta seja a terceira melhor taxa de crescimento do PIB na União Europeia (EU), é de notar que a evolução deste indicador continua numa trajetória de desaceleração e estão previstas para os anos seguintes a 2023 taxas de crescimento bastante mais modestas das que as registadas nos últimos três anos: 1,2% em 2024 e 2,2% em 2025.

## INFLAÇÃO E PREÇOS

A evolução da trajetória do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) em Portugal continua a registar uma trajetória descendente. Em 2023, o IHPC registou uma taxa de 5,3%. Durante o ano 2023 a evolução dos preços em Portugal continuou a sofrer pressões inflacionárias globais, relacionadas a tensão geopolítica e com uma “nova normalidade” pós-pandémica. Prevê-se que a inflação continue a trajetória descendente nos anos seguintes ao de 2023 e atinja o nível de 2,9% no ano 2024 e 2,0% em 2025.

## EMPREGO E DESEMPREGO

Embora a taxa de desemprego em Portugal permaneça num nível historicamente baixo no ano de 2023, com 6,5%, regista uma trajetória ascendente, prevendo-se que atinja 7,3% no ano 2025. Ao nível do emprego, a trajetória do indicador aponta para a estagnação da criação de novos empregos no ano 2025.

## CONTAS PÚBLICAS E ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

As últimas estimativas disponíveis apontam para que, no ano de 2023, a execução orçamental do Estado registe um excedente orçamental de 0,9% do PIB (Deficit de -0,4% no ano 2022).

No final do ano 2023, o rácio da dívida em relação PIB era de 98,7% (113,8% no ano 2022). A evolução do stock da dívida pública continua numa trajetória descendente que, a ser mantida, permitirá que Portugal quebre o limiar dos 90% no ano 2027. Foi neste contexto que recentemente o Rating da Dívida da República foi revisto em alta pelas principais agências de notação financeira da dívida pública, tendo a república portuguesa neste momento classificação de 1.º nível, com perspetiva estável.

## DA ATIVIDADE NO ANO 2023

	Real	Orçamento	Real	Est. - Orç.	Real - Orç.
Vendas e prestação de serviços - Quotas e taxas de inscrição	1.785.304	1.738.231	1.741.631	3.400	0%
Vendas e prestação de serviços - Outros	0	127.605	130.491	2.886	2%
Vendas e prestação de serviços	1.785.304	1.865.836	1.872.122	6.286	0%
Subsídios à Exploração	56	0	0	0	
Custo das mercadorias vendidas e mat. cons.	0	0	0	0	
Fornecimentos e serviços externos	-514.791	-523.975	-418.525	105.450	-20%
Gastos com pessoal	-397.287	-419.903	-440.381	-20.478	5%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reduções)	-121.632	-119.051	-138.433	-19.381	16%
Provisões específicas (aumentos/reduções)	54.324	0	-45.596	-45.596	
Outros rendimentos	38.938	7.390	13.702	6.312	85%
Outros gastos	-817.788	-715.625	-723.474	-7.849	1%
<b>Res. antes de depr., gastos de fin. e impostos (EBITDA)</b>	<b>27.124</b>	<b>94.671</b>	<b>119.414</b>	<b>24.743</b>	<b>26%</b>
Gastos de depreciação e de amortização	-24.404	-47.629	-21.556	26.073	-55%
<b>Resultado operacional</b>	<b>2.721</b>	<b>47.042</b>	<b>97.858</b>	<b>50.816</b>	<b>108%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	1.672	3.375	5.902	2.527	75%
Juros e gastos similares suportados	-9	-49.268	-12.662	36.606	-74%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>4.384</b>	<b>1.149</b>	<b>91.098</b>	<b>89.950</b>	<b>7830%</b>
Imposto sobre o rendimento de período	-770	0	-166	-166	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3.614</b>	<b>1.149</b>	<b>90.933</b>	<b>89.784</b>	<b>7815%</b>

No que respeita os principais indicadores económicos e financeiros, a SRSRA-OF registou maioritariamente uma boa execução orçamental, reforçando assim no final do exercício 2023 a situação económica e financeira.

O Resultado líquido do período foi na quantia de 91 milhares de Euros, valor significativamente acima do planeado no orçamento do ano 2023, em mais 90 milhares de Euros.

O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) também foi positivo e no valor de 119 milhares de Euros, com mais 25 milhares de Euros que o planeado no orçamento (+26%).

O bom desempenho da execução orçamental da SRSRA-OF no ano 2023 está principalmente relacionado com o atraso da conclusão da empreitada de reabilitação da sede, projeto que deveria estar terminada em setembro 2023, mas só estará terminada em setembro 2024. Este facto teve como consequência o adiamento para o ano de 2024 de um conjunto de gastos orçamentados no ano 2023, no valor total de 63 milhares de Euros, e, paralelamente, também permitiu obter mais alguns rendimentos de aplicações financeiras, tendo estas sido prolongadas no ano de todo o ano 2023.

A Variação de caixa e seus equivalentes (*Cash-flow*) da SRSRA-OF no ano de 2023 foi positiva, no valor de 103 milhares de Euros.

## RENDIMENTOS

### QUOTAS E TAXAS DE INSCRIÇÃO

No ano de 2023, a SRSRA-OF cumpriu o planeado para os rendimentos de quotas e taxas de inscrição, na ordem dos 1.742 milhares de Euros, valor muito ligeiramente acima do previsto, com mais 3 milhares de Euros (+0,1%).

Inscreveram-se neste período 275 novos membros na SRSRA-OF, mais 25 inscrições do que as planeadas no orçamento (+10%) e mais 33 inscrições que no período homólogo (+14%). A verba coletada com as taxas de inscrição de novos Membro ascendeu a 42 milhares de Euros.



As quotas dos Membros ativos emitidas no ano 2023 originaram rendimentos de 1.700 milhares de Euros na SRSRA-OF. Nesta sede, manteve-se a aplicação do princípio contabilístico do acréscimo e conseqüentemente, no momento da emissão da quota, é registado o rendimento para a SRSRA-OF, independentemente de estas serem efetivamente cobradas no ano de emissão.

Em conjunto, estas duas importantes fontes de rendimentos representam 93% dos rendimentos do ano da SRSRA-OF.

## OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2023, as outras prestações de serviços, para além de quotas e taxas de inscrição, apresentaram-se com uma execução orçamental ligeiramente excedentária, com mais 3 milhares de Euros do que o planeado no orçamento. Foram contabilizados rendimentos de 130 milhares de Euros, a saber relacionados com as atividades abaixo listadas:

CENTRO DE RESPONSABILIDADE	VALOR
Formação Contínua de Desenvolvimento Profissional	103.068 €
Projetos de Intervenção Comunitária	13.500 €
Simpósio científico	11.740 €
Outras atividades	2.183 €
<b>TOTAL DE OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>130.491 €</b>

As atividades da Formação originaram rendimentos de 103 milhares de Euros, mais 13 milhares de Euros que o planeado no orçamento. Os projetos de Intervenção Comunitária obtiveram apoios institucionais no valor de 14 milhares de Euros, abaixo do previsto em cerca de 10 milhares de Euros. Houve ainda um conjunto de outras atividades que, no seu conjunto, deram origem a rendimentos no valor de 2 milhares de Euros, quantia que não havia sido orçamentada.

## OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Registaram-se 14 milhares de Euros de rendimentos desta natureza, valor superior ao orçamentado no ano 2023 no valor de 6 milhares de Euros. Estes rendimentos foram obtidos com as seguintes origens: com o subaluguer da garagem ao empreiteiro ABB (9 milhares de Euros) e com movimentos de regularizações de exercícios anteriores (4 milhares de Euros).

## JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS

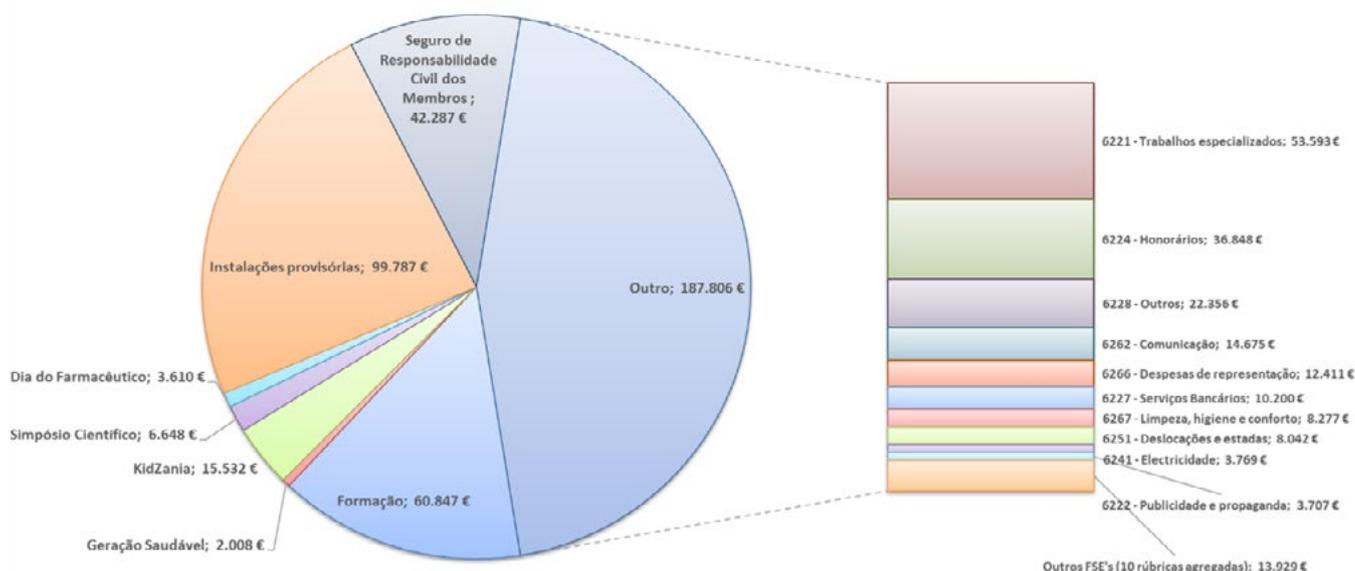
Foram contabilizados 6 milhares de Euros de rendimentos de juros de aplicações financeiras de curto prazo dos excedentes de tesouraria da SRSRA-OF. Este valor foi superior ao planeado no orçamento, em mais 3 milhares de Euros, situação que se explica com atraso da conclusão da empreitada de reabilitação da sede, facto que permitiu prolongar por todo o ano 2023 algumas aplicações financeiras que deveriam ter sido desmobilizadas.

## GASTOS E PERDAS

### GASTOS DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos desta rubrica ascenderam ao valor de 419 milhares de Euros, menos 105 milhares de Euros que o valor planeado no orçamento. No gráfico abaixo, encontra-se detalhada a contribuição relativa de cada atividade para esta importante rúbrica de gastos.

## SRSRA ano 2023 - Gastos com FSE's ventilados por atividade



A rúbrica de FSE decompõem-se em três parcelas distintas, abaixo discriminadas:

### Projetos dinamizados pela SRSRA – 188.432 €

CENTRO DE RESPONSABILIDADE	VALOR
<b>Formação</b>	<b>60.847 €</b>
Gastos Gerais	22.641 €
Curso - VACINAS E MEDICAMENT INJEC	19.191 €
Curso - CURTA DURAÇÃO	7.367 €
Curso - CURSO DE RECERTIFICAÇÃO DE VACINAS	4.305 €
Curso - DISTRIB. FARMACÊUTICA	3.960 €
Curso - AVALIAÇÃO DE TEC. EM SAÚDE E FAR	1.123 €
Curso - ÁREA DA QUALIDADE	1.033 €
Curso - MASSIVE OPEN ONLINE COURSE (MOOC)	1.226 €
<b>Geração Saudável</b>	<b>2.008 €</b>
<b>KidZania</b>	<b>15.532 €</b>
<b>Simpósio Científico</b>	<b>6.648 €</b>
<b>Dia do Farmacêutico</b>	<b>3.610 €</b>
<b>Instalações provisórias</b>	<b>99.787 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>188.432 €</b>

Seguro de Responsabilidade Civil dos Membros – 42.287 €

Gastos Gerais da SRSRA – 187.806 €



GASTOS GERAIS POR NATUREZA DE FSE	VALOR	OBSERVAÇÕES
6221 - Trabalhos especializados	53.593 €	Serviços de contabilidade, Gestão infraestrutura IT, Gestão documental
6224 - Honorários	36.848 €	Assessoria jurídica ao Membros, Contencioso laboral
6228 - Outros	22.356 €	Assessoria no âmbito do CCP, Licenciamentos de SW
6262 - Comunicação	14.675 €	Comunicações: Voz, Dados Fixo, Dados Móveis e Correios
6266 - Despesas de representação	12.411 €	Refeições em representação da SRSRA
6227 - Serviços Bancários	10.200 €	Comissões e taxas bancárias
6267 - Limpeza, higiene e conforto	8.277 €	Serviço de limpeza das instalações
6251 - Deslocações e estadas	8.042 €	Deslocações e estadias em representação da SRSRA
6241 - Eletricidade	3.769 €	
6222 - Publicidade e propaganda	3.707 €	
6268 - Outros serviços	2.471 €	
6233 - Material de escritório	2.418 €	
6242 - Combustíveis	2.167 €	
6234 - Artigos de oferta	1.829 €	
6261 - Rendas e alugueres	1.798 €	
6263 - Seguros	990 €	
6231 - Ferr. e utens. desgaste rápido	901 €	
6226 - Conservação e reparação	600 €	
6265 - Contencioso e notariado	467 €	
6243 - Água	289 €	
<b>Total de Gastos gerais FSE</b>	<b>187.806 €</b>	

## GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal ascenderam a 440 milhares de Euros no período em análise, valor acima do previsto no orçamento do ano 2023, com mais 20 milhares de Euros (+6%). O desvio ao orçamento explica-se maioritariamente com o facto de terem sido planeadas duas cedências de interesse público de trabalhadores da SRSRA-OF no ano 2022, tendo os gastos destes dois trabalhadores sido excluídos do orçamento do ano 2023. Na verdade, só uma destas cedências se concretizou, no segundo trimestre de 2023, o que aumentou os gastos com pessoal executados no ano.

No ano 2023, foi executada a atualização salarial transversal de 5% e, no final do ano, foram provisionadas as verbas férias, subsídios de férias e prémios de avaliação de desempenho relativas ao ano de 2023, mas só a pagamento no ano 2024.

## GASTOS COM DEPRECIações E AMORTIZAções

Totalizaram 22 milhares de Euros no período em análise, valor abaixo do previsto no orçamento do ano 2023, em menos 26 milhares de Euros. Como estava planeada a utilização da nova sede no início quarto trimestre de 2023, haveriam de ser registados gastos com depreciações de 25 milhares de Euros do novo edifício e respetivos equipamentos, o que não se verificou na realidade devido ao atraso da conclusão da empreitada de reabilitação da sede.

## IMPARIDADES DE DÍVIDAS E PROVISões ESPECÍFICAS

De forma prudencial, foram registados mais 138 milhares de Euros de gastos de quotas incobráveis. No final do ano 2023 todas as quotas devidas de anos anteriores a 2023 estão provisionadas e 8% das quotas emitidas no ano 2023 também estavam provisionadas. Está provisionada em 31 de dezembro de 2023 uma verba total de 675 milhares de Euros, para acomodar o não pagamento de quotas devidas pelos Membros da SRSRA-OF.

O nível de imparidades efetivamente reconhecidas no ano 2023 foi assim superior ao orçamentado, em mais 19 milhares de Euros.



## PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS)

Foram contabilizados 46 milhares de Euros de gastos desta natureza, valor que não havia sido orçamentado e que resulta da repositição da responsabilidade da SRSRA-OF em 50% do valor total ação de reclamação do dívida IMT e respetivos juros de mora à Autoridade Tributária (AT) na venda de um imóvel (175 milhares de Euros reclamados pela AT, dos quais os outros 50% foram provisionados pela DN-OF).

## OUTROS GASTOS E PERDAS

Foram contabilizados 723 milhares de Euros de gastos desta natureza. Nestes gastos, a grande maioria respeita a transferências do percentual de quotas e taxas de inscrição efetivamente cobradas para a DN-OF (716 milhares de Euros). A execução desta rubrica registou um desvio positivo de mais 8 milhares de Euros, com correções relativas a períodos anteriores não orçamentadas.

## GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO

Ascenderam a 13 milhares de Euros e registaram uma execução deficitária de menos 37 milhares de Euros, situação que também está relacionada com o atraso da empreitada de reabilitação da sede, que teve como consequência o adiamento da utilização das verbas financiadas e permitiu reduzir de forma significativa os juros pagos.

## DA SITUAÇÃO DE TESOURARIA NO ANO 2023

A SRSRA-OF detinha um património de 4.686 milhares de Euros, dos qual a maioria, 3.096 milhares de Euros, respeitava o valor líquido contabilístico dos imóveis e equipamentos.

Havia dívidas de Membros no valor de 850 milhares de Euros, para as quais haviam sido constituídas 675 milhares de Euros de imparidades, para a eventualidade de não virem a ser cobradas.

As dívidas de Clientes era no valor de 23 milhares de Euros, para as quais haviam sido constituídas 2 milhares de Euros de imparidades, por antiguidade de dívida superior a um ano.

As dívidas de outras entidades era no valor total de 13 milhares de Euros.

No que respeita a Liquidez, a SRSRA-OF detinha 1.369 milhares de Euros em disponibilidades e depósitos de curto prazo sem risco, com uma cobertura de 29% do ativo total.

O Capital Próprio ascendia a 3.038 milhares de Euros, valor que representa uma taxa de cobertura de 65% do Ativo Total, o que atesta um excelente nível de solvabilidade.

Estavam registadas no Passivo responsabilidades de Provisões no valor de 88 milhares de Euros, para uma ação de contencioso fiscal.

A dívida a Fornecedores fixava-se em 12 milhares de Euros;

A dívida ao Estado totalizava 13 milhares de Euros (impostos e retenções de rendimentos a entregar nos meses de janeiro e fevereiro de 2023);

A dívida a Terceiros ascendia a 1.536 milhares de Euros, dos quais 1.483 milhares de Euros respeitavam a quota parte da SRSRA (42%) no financiamento bancário contratado para o investimento de reabilitação da sede (3.530 milhares de euros).

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado no exercício do ano 2023, no valor de 90.933 €, seja aplicado na conta de Resultados Transitados.



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO ANO 2023

Demonstração individual dos resultados por naturezas (ESNL)  
Período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
		SRSRA	SRSRA
Vendas e serviços prestados	7	1 872 122	1 785 304
Subsídios, doações e legados à exploração	10.16	0	56
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	10.7	-418 525	-514 791
Gastos com o pessoal	8	-440 381	-397 287
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.15	-138 433	-121 632
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10.17	-45 596	54 324
Outros rendimentos	10.8	13 702	38 938
Outros gastos	10.9	-723 474	-817 788
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>119 414</b>	<b>27 124</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10.12	-21 556	-24 404
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>97 858</b>	<b>2 721</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10.10	5 902	1 672
Juros e gastos similares suportados	10.10	-12 662	-9
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>91 098</b>	<b>4 384</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-166	-770
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>90 933</b>	<b>3 614</b>

O Contabilista Certificado



## BALANÇO EM 31 DEZEMBRO DE 2023

Balanço Individual (ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	2023	2022
		SRSRA	SRSRA
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	3 095 983	1 714 702
Ativos intangíveis	6		
Investimentos financeiros	10.11	1 994	1 776
		3 097 976	1 716 478
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Créditos a receber	10.1	36 281	27 903
Estado e outros entes públicos	10.5	458	82
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros	10.14	174 767	160 210
Diferimentos	10.2	7 649	22 019
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários	10.3	1 368 911	1 266 004
		1 588 066	1 476 218
<b>Total do ativo</b>		<b>4 686 042</b>	<b>3 192 696</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>	10.4		
Fundos		299 279	299 279
Reservas		986 659	986 659
Resultados transitados		1 496 958	1 506 051
Excedentes de revalorização		164 263	170 006
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		90 933	3 614
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>3 038 092</b>	<b>2 965 609</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10.17	87 684	67 088
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		87 684	67 088
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.15	11 779	14 952
Estado e outros entes públicos	10.5	12 797	17 091
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros	10.14		
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	10.2		
Outros passivos correntes	10.6	1 535 690	127 955
		1 560 266	159 999
<b>Total do passivo</b>		<b>1 647 950</b>	<b>227 087</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>4 686 042</b>	<b>3 192 696</b>

O Contabilista Certificado



## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



### ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

Demonstração dos Fluxos de Caixa (ESNL)  
Para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023

Valores em euros

	2023	2022
	S.R.S.R.A.	S.R.S.R.A.
<b>Actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1 838 634	1 778 797
Pagamentos a fornecedores	(540 160)	(620 417)
Pagamentos ao pessoal	(268 174)	(225 700)
Caixa gerada pelas operações	1 030 300	932 681
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	0	0
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(231 060)	(832 897)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>799 240</b>	<b>99 784</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	(126 906)	(671 704)
Activos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	(597)	(1 432)
Outros activos	0	0
	<b>(127 503)</b>	<b>(673 137)</b>
<b>Recebimentos provenientes:</b>		
Activos fixos tangíveis	0	0
Activos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	380	1 217
Outros activos	0	0
Subsídios ao investimento	0	0
Juros e rendimentos similares	5 902	2 739
Dividendos	0	0
	<b>6 282</b>	<b>3 956</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(121 221)</b>	<b>(669 181)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	0	0
Juros e gastos similares	(12 662)	0
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>(12 662)</b>	<b>0</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>665 357</b>	<b>(569 397)</b>
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e equivalentes no início do período	703 554	1 272 951
Caixa e equivalentes no fim do período	1 368 911	703 554



## DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS – SRSRA

SRSRA - Demonstração Individual de Alterações nos Fundos Patrimoniais (ESNL)  
Período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em Euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2022		299 279	986 659	1 430 905	175 750	0	69 402	2 961 996
Alterações no período								0
Alterações de políticas contabilísticas								0
Excedentes de revalorização								0
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				75 145	-5 743		-69 402	-1
<b>Resultado Líquido do Período</b>							<b>3 614</b>	<b>3 614</b>
<b>Resultado Integral</b>							<b>3 614</b>	<b>3 614</b>
Operações com instituidores no período								0
Fundos								0
Subsídios, doações e legados								0
Distribuições								0
Outras Operações								0
		0	0	0	0	0	0	0
Posição no fim do período 2022		299 279	986 659	1 506 050	170 006	0	3 614	2 965 609

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2023		299 279	986 659	1 506 050	170 006	0	3 614	2 965 609
Alterações no período								0
Alterações de políticas contabilísticas								0
Excedentes de revalorização								0
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-9 093	-5 743		-3 614	-18 450
<b>Resultado Líquido do Período</b>							<b>90 933</b>	<b>90 933</b>
<b>Resultado Integral</b>							<b>90 933</b>	<b>90 933</b>
Operações com instituidores no período								0
Fundos								0
Subsídios, doações e legados								0
Distribuições								0
Outras Operações								0
		0	0	0	0	0	0	0
Posição no fim do período 2023		299 279	986 659	1 496 958	164 263	0	90 933	3 038 091



# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

### **Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2023**



## 1. Identificação da Entidade

---

A Ordem dos Farmacêuticos – Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, com sede na Rua da Sociedade Farmacêutica 18, em Lisboa. Provisoriamente, devido à construção da sua nova sede, ocupa instalações à Avenida Casal Ribeiro 14 – 9º Andar. Exerce a atividade de organizações profissionais e formação profissional.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2023, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho e portaria 220/2015 de 24 de julho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 10.1 e 10.6) e "Diferimentos" (Nota 10.2).

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fíável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.3. Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as melhorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

#### **3.2.4. Ativos Intangíveis**

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "*Despesas de investigação*" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "*Ativo Intangível*" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### **3.2.5. Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "*Investimentos Financeiros*" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do

valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos aos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

### 3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outros ativos correntes

Os "Clientes" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.10. Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

### **3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;



- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos em resultados ou balanço, provenientes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

##### **Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Reduções</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	296.092,74			296.092,74
Edifícios e outras construções	1.005.101,68		116.823,52	888.278,16
Equipamento transporte	0,00			0,00



Equipamento administrativo	136.135,27	4.962,83	1.512,50	140.446,10
Outros ativos fixos tangíveis	1.295,32			1.295,32
Ativos fixos tangíveis em curso	325.330,86	666.741,61		992.072,47
<b>Total</b>	<b>1.764.816,37</b>	<b>671.704,44</b>	<b>118.336,02</b>	<b>2.318.184,79</b>

Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e outras construções	481.650,96	20.023,00	33.661,47	468.012,49
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	131.086,16	4.018,83	930,18	134.174,81
Outros ativos fixos tangíveis	1.295,32			1.295,32
<b>Total</b>	<b>614.032,44</b>	<b>24.041,83</b>	<b>34.591,65</b>	<b>603.482,62</b>

	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2023
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	296.092,74			296.092,74
Edifícios e outras construções	888.278,16			888.278,16
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	140.446,10	2954,25		143.400,35
Outros ativos fixos tangíveis	1.295,32			1.295,32
Ativos fixos tangíveis em curso	992.072,47	1.418.332,02	18.450,00	2.391.954,49
<b>Total</b>	<b>2.318.184,79</b>	<b>1.421.286,27</b>	<b>18.450,00</b>	<b>3.721.021,06</b>

<b>Depreciações acumuladas</b>				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e outras construções	468.012,49	17.844,58		485.857,07
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	134.174,81	3.711,29		137.886,10
Outros ativos fixos tangíveis	1.295,32			1.295,32
<b>Total</b>	<b>603.482,62</b>	<b>21.555,87</b>	<b>0,00</b>	<b>625.038,49</b>

## 6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Software	Ativos Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	37.040,75	-	<b>37.040,75</b>
Aumentos	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>37.040,75</b>	-	<b>37.040,75</b>
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	36.679,03	-	<b>36.679,03</b>
Amortizações do período	<b>361,72</b>	-	<b>361,72</b>
Perdas por imparidade	-	-	-
Abates	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>37.040,75</b>	-	<b>37.040,75</b>
Valor líquido	<b>0,00</b>	-	<b>0,00</b>



	Software	Ativos Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	37 040,75	-	<b>37.040,75</b>
Aumentos	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<b>37.040,75</b>	-	<b>37.040,75</b>
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	37.040,75	-	<b>37.040,75</b>
Amortizações do período	-	-	-
Perdas por imparidade	-	-	-
Abates	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>37.040,75</b>	-	<b>37.040,75</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>0,00</b>	-	<b>0,00</b>

#### 7. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
Quotas e Joias	1 872 122	1 715 195
Outros Rendimentos	13 702	70 109
	<b>1 885 824</b>	<b>1 785 304</b>

#### 8. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de 13 e em 31/12/2022 foi de 13. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	350 093	319 679
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	750	3 000
Encargos sobre remunerações	70996	59 690
Seguros	1786	2 016
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com pessoal	16756	6 841
	<b>440 381</b>	<b>397 287</b>

#### 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

#### 10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 10.1. Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não	Corrente	Não	Corrente
Pessoal Adiantamentos	-	-	-	-
Pessoal outras operações	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de	-	4 903	-	717
Outros devedores	-	31 378	-	27 186
	-	<b>36 281</b>	-	<b>27 903</b>

#### 10.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

	31-Dez-23	31-Dez-22
<b>Diferimentos (Ativo)</b>		
Gastos a reconhecer	-	-
Seguros e Rendas	4 463	7 946
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	3 186	19 346
	<b>7 649</b>	<b>22 019</b>

#### 10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Caixa	195	651
Depósitos à ordem	763 906	563 049
Depósitos à prazo	604 810	702 304
	<b>1 368 911</b>	<b>1 266 004</b>

#### 10.4. Fundos Patrimoniais

Os "Fundos Patrimoniais" decompõe-se da seguinte forma:

	31-dez-23	31-dez-22
	Total	Total
Capital Realizado	299 279	299 279
Outras Reservas	986 659	986 659
Resultados Transitados	1 496 958	1 506 051
Excedentes de revalorização	164 263	170 006
Outras Variações do Capital Próprio	0	0
	<b>2 947 159</b>	<b>2 961 995</b>

#### 10.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	31-Dez-23	31-Dez-22
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	222	82



Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	236	-
	<b>458</b>	<b>82</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	344	3 902
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	5 559	5 984
Segurança Social	6 894	7 122
Outros impostos e taxas	-	83
	<b>12 797</b>	<b>17 091</b>

#### 10.6. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não	Corrente	Não	Corrente
Fornecedores Investimentos		-		-
Remunerações a pagar	-		-	
Outras operações Pessoal (Sub. Férias,	-	71 507	-	70 950
Credores por acréscimos de gastos	-	1 615	-	1 582
Outros credores diversos	-	-	-	-
Outros passivos correntes	-	1 462 234	-	55 423
		<b>1 535 690</b>		<b>127 955</b>

#### 10.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	<b>206 495</b>	<b>241 028</b>
Trabalhos especializados	128 483	128 483
Publicidade	23 404	23 404
Vigilância e Segurança	74	74
Honorários	44 518	44 518
Conservação e reparação	116	116
Serviços bancários	5 868	5 868
Outros	38 565	38 565
Materiais	<b>5 186</b>	<b>10 638</b>
Energia e fluídos	<b>13 902</b>	<b>12 320</b>
Deslocações, estadas e transportes	<b>9 285</b>	<b>8 654</b>
Serviços diversos	<b>183 657</b>	<b>242 151</b>
Rendas e alugueres	111 251	111 251
Comunicação	15 305	15 305
Seguros	54 181	54 181
Contencioso e notariado	40	40
Despesas de Representação	46 020	46 020
Limpeza higiene e conforto	9 188	9 188
Outros serviços	6 166	6 166
	<b>418 525</b>	<b>514 791</b>

#### 10.8. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Rendimentos suplementares	-	-



Descontos de pronto pagamento obtidos	23	570
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos	13 679	38 368
	<b>13 702</b>	<b>38 938</b>

### 10.9. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Impostos	116	22 951
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Juros suportados – Juros de mora e compensatórios	-	-
Outros gastos	723 358	711 093
	<b>723 474</b>	<b>817 788</b>

### 10.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos com juros e similares:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	5 902	1 672
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<b>5 902</b>	<b>1 672</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	12 662	9
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(6 760)</b>	<b>1 663</b>

### 10.11. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes investimentos financeiros:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Títulos	-	-
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	1 994	1 776
	<b>1 994</b>	<b>1 776</b>

### 10.12. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, apresentou os seguintes valores:

	<u>31-Dez-23</u>			<u>31-Dez-22</u>		
	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>
Propriedades de						



Ativos fixos tangíveis	21 556	21 556	24 042	24 042
Ativos intangíveis	-	-	362	362
	<b>21 556</b>	<b>21 556</b>	<b>24 404</b>	<b>24 404</b>

#### 10.13. Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros

Nos anos de 2023 e 2022 a rubrica referente aos associados repartia-se da seguinte forma:

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Activo</b>				
Associados de 2023	-	310 749	-	-
Associados de 2022	-	153 647	-	294 116
Associados de 2021	-	107 582	-	127 878
Associados de 2020	-	100 964	-	110 303
Associados anteriores a 2020	-	176 731	-	280 049
Imparidades de Associados	-	(674 907)	-	(652 136)
	-	<b>174 767</b>	-	<b>160 210</b>
<b>Passivo</b>				
Associados de 2023	-	-	-	-
Associados de 2022	-	-	-	-
Associados de 2021	-	-	-	-
Associados de 2020	-	-	-	-
Associados anteriores a 2020	-	-	-	-
	-	-	-	-

#### 10.14. Fornecedores

Nos anos de 2023 e 2022 os "Fornecedores" apresentavam os seguintes saldos:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Fornecedores conta corrente	11 779	14 952
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<b>11 779</b>	<b>14 952</b>

#### 10.15. Imparidades de dívidas a receber

Nos anos de 2023 e 2022 as "Imparidades de dívidas a receber" apresentavam os seguintes movimentos:

Imparidades de dívidas a receber	31-Dez-23	31-Dez-22
Aumento	138 433	133 906
Reversão	-	(12 274)
Regularizações	-	-
	<b>138 433</b>	<b>121 632</b>

#### 10.16. Subsídios à exploração

No exercício de 2023 não foram recebidos subsídios de exploração pela SRSRA.

#### 10.17. Provisões específicas

Na sequência da venda de um imóvel em Lisboa no início da década passada, a Autoridade Tributária reclama da OF liquidar os seguintes montantes: 117.000,00€, a título de IMT (correspondente a 6,5% do valor da aquisição do imóvel (1.800.000,00€), acrescidos de juros compensatórios à taxa de 4% ao ano. Estão provisionados 58.500,00€ respeitantes à parte da obrigação que caberia à SRSRA.



Ao nível dos juros compensatórios, a Autoridade Tributária poderá aplicar:

a) juros compensatórios desde a data da apresentação do pedido de manutenção da isenção de IMT (em fevereiro de 2012) - data em que deixaram de estar preenchidos os requisitos para a concessão da isenção de IMT -, no valor de 51.351,78€ – pior cenário para a Ordem dos Farmacêuticos; ou

b) juros compensatórios desde a data em que foi proferida a decisão de indeferimento do pedido de manutenção da isenção de IMT, em maio de 2019, no montante de 17.437,81€ no ano de 2022.

Estão provisionados 29.184,14€ respeitantes à parte dos juros moratórios que caberia à SRSRA.

#### **10.18. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 14 de março de 2024



# PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

## PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS ÀS CONTAS DE 2023 DA SRSRA

O Conselho Fiscal Regional do Sul e Regiões Autónomas apreciou as Contas de 2023 apresentadas pela Direção da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos.

Após análise cuidada dos documentos, tendo em vista os objetivos propostos, este Conselho deliberou dar parecer favorável às Contas de 2023, apresentadas pela Direção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos, e, ainda, recomendar a sua aprovação em Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas, convocada para o dia 21 de março de 2024.

Lisboa, 12 de março de 2024

O Conselho Fiscal Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos,



Ana Margarida Martins, Duarte Santos, Diogo Marques

---



# RELATÓRIO DE CONTAS

---

**ORDEM DOS  
FARMACÊUTICOS**

---



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO ANO 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Ano 2023					Ano 2022	
		S.R.N.	S.R.C.	S.R.S.R.A.	D. Nacional	Ajustamentos	Ordem dos Farmacêuticos	Ordem dos Farmacêuticos
Vendas e serviços prestados	7	1.179.538	647.642	1.872.122	1.748.416	-1.453.131	3.994.587	3.738.625
Subsídios, doações e legados à exploração	10.15	0	0	0	0	0	0	58.511
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	10.7	-263.666	-141.013	-418.525	-877.060	0	-1.700.264	-1.744.112
Gastos com o pessoal	8	-180.415	-153.997	-440.381	-600.736	0	-1.375.529	-1.284.114
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0	0	0	0	0
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-16.264	37.630	-138.433	-10.188	0	-127.255	-184.869
Provisões (aumentos/reduções)	10.17	0	0	0	0	0	0	0
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10.16	0	0	-45.596	9.732	0	-35.864	6.473
Outros rendimentos	10.8	1.392	3.205	13.702	44.637	0	62.936	62.297
Outros gastos	10.9	-502.699	-272.149	-723.474	-55.851	1.453.131	-101.042	-270.198
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		217.886	121.318	119.414	258.950	0	717.569	382.593
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10.12	-61.351	-24.903	-21.556	-13.882	0	-121.092	-126.999
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		156.535	96.415	97.858	245.068	0	596.477	255.594
Juros e rendimentos similares obtidos	10.10	0	0	5.902	304	0	6.206	1.706
Juros e gastos similares suportados	10.10	-19.332	-3.185	-12.662	-17.252	0	-52.431	-19.615
<b>Resultado antes de impostos</b>		137.203	93.230	91.098	228.121	0	549.652	237.685
Imposto sobre o rendimento do período		0	-660	-166	-9	0	-835	-1.493
<b>Resultado líquido do período</b>		137.203	92.570	90.933	228.112	0	548.818	236.192



## BALANÇO EM 31 DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	NOTAS	Ano 2023					Ano 2022	
		S.R.N.	S.R.C.	S.R.S.R.A.	D. Nacional	Ajustamentos	Ordem dos Farmacêuticos	Ordem dos Farmacêuticos
<b>ATIVO</b>								
Ativo não corrente	5	2 530 760	830 264	3 095 983	2 708 879	0	9 165 885	6 460 618
Ativos fixos tangíveis	6	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	10.11	445	0	1 994	3 814	0	6 252	6 243
Investimentos financeiros		2 531 205	830 264	3 097 976	2 712 692	0	9 172 137	6 466 861
Ativo corrente		0	0	0	0	0	0	0
Inventários	10.1	0	0	0	0	0	0	0
Créditos a receber	10.5	0	89 105	36 281	1 856 570	-1 774 008	207 948	206 072
Estado e outros entes públicos	10.13	0	10	458	0	0	468	82
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros	10.2	408 473	3 757	1 74 767	0	0	586 497	663 948
Diferimentos	10.3	4 998	7 802	7 649	40 000	0	60 450	52 137
Outros ativos correntes		45 067	0	0	0	0	45 067	0
Caixa e depósitos bancários		421 074	1 157 810	1 368 911	2 736 648	0	5 664 443	3 560 285
		879 607	1 257 979	1 588 086	4 633 718	-1 774 008	6 584 867	4 487 574
<b>Total do ativo</b>		<b>3 410 811</b>	<b>2 088 243</b>	<b>4 686 042</b>	<b>7 345 910</b>	<b>-1 774 008</b>	<b>15 756 999</b>	<b>10 949 385</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>								
<b>Fundos Patrimoniais</b>								
Fundos	10.4	488 957	70 829	299 279	328 808	0	1 187 872	1 187 872
Reservas		310 694	211 741	986 659	1 296 334	0	2 805 429	2 610 509
Resultados transitados		1 670 020	1 490 106	1 496 958	64 540	0	4 721 625	4 495 643
Excedentes de revalorização		0	0	164 263	435 499	0	599 702	607 826
Outras variações nos fundos patrimoniais		-77 967	0	0	59 793	0	-13 169	-13 169
Resultado líquido do período		137 203	92 570	90 033	228 112	0	548 818	236 192
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2 533 917</b>	<b>1 865 747</b>	<b>3 038 097</b>	<b>7 413 086</b>	<b>0</b>	<b>9 850 337</b>	<b>9 174 874</b>
<b>Passivo</b>								
Passivo não corrente	10.16	0	0	87 684	118 929	0	206 613	193 352
Provisões	10.18	533 334	0	0	3 459 941	0	3 993 775	800 000
Financiamentos obtidos		0	0	0	0	0	0	0
Outras dívidas a pagar		533 334	0	87 684	3 578 870	0	4 199 888	993 352
Passivo corrente		5 545	5 637	11 779	961 859	0	984 815	1 79 159
Fornecedores	10.5	6 779	4 603	12 797	70 757	0	94 937	50 815
Estado e outros entes públicos	10.13	0	0	0	0	0	0	0
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros	10.18	66 666	0	0	72 642	0	139 308	91 785
Financiamentos obtidos	10.2	0	0	0	44 616	0	44 616	51 843
Diferimentos		264 575	212 761	1 535 690	204 079	-1 774 008	473 097	457 556
Outros passivos correntes	10.6	343 565	222 996	1 560 266	1 353 954	-1 774 008	1 706 774	831 160
		878 899	222 996	1 647 950	4 932 824	-1 774 008	5 906 662	1 824 512
<b>Total do passivo</b>		<b>3 410 811</b>	<b>2 088 243</b>	<b>4 686 042</b>	<b>7 345 910</b>	<b>-1 774 008</b>	<b>15 756 999</b>	<b>10 949 385</b>
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do passivo</b>								



## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO ANO 2023

Valores em euros

	S.R.N.	S.R.C.	S.R.S.R.A.	D. Nacional	Ajustamentos	2023 Ordem dos Farmacêuticos	2022 Ordem dos Farmacêuticos
<b>Actividades operacionais</b>							
Recebimentos de clientes	1 233 376	674 515	1 838 634	1 674 120		5 420 645	5 619 314
Pagamentos a fornecedores	(773 698)	(163 299)	(540 160)	(676 321)		(1 653 478)	(7 264 187)
Pagamentos ao pessoal	(178 470)	(152 326)	(268 174)	(359 672)		(938 642)	(896 728)
Caixa gerada pelas operações	781 208	358 890	1 030 300	638 127		2 808 525	2 458 404
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	0	(670)	0	(439)		(1 109)	(112)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(489 447)	(233 272)	(793 510)	(152 047)		(1 668 276)	(1 739 218)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>291 761</b>	<b>124 948</b>	<b>236 790</b>	<b>485 641</b>		<b>1 139 140</b>	<b>719 074</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>							
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>							
Activos fixos tangíveis	(2 814)	(4 477)	(126 906)	(2 057 832)		(2 192 029)	(1 364 919)
Activos intangíveis	0	0	0	0		0	0
Investimentos financeiros	0	0	(597)	(574)		(1 171)	(3 033)
Outros activos	0	0	0	0		0	0
	(2 814)	(4 477)	(127 503)	(2 058 406)			
<b>Recebimentos provenientes:</b>							
Activos fixos tangíveis	0	0	0	0		0	0
Activos intangíveis	0	0	0	0		0	0
Investimentos financeiros	0	0	380	209		589	7 491
Outros activos	0	0	0	0		0	0
Subsídios ao investimento	0	0	0	0		0	0
Juros e rendimentos similares	0	3 692	5 902	304		9 898	4 092
Dividendos	0	0	0	0		0	0
	0	3 692	6 282	513			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(2 814)</b>	<b>(785)</b>	<b>(121 221)</b>	<b>(2 057 893)</b>		<b>(2 182 713)</b>	<b>(1 356 369)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>							
<b>Recebimentos provenientes de:</b>							
Financiamentos obtidos		0	0	3 530 000		3 530 000	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0		0	0
Cobertura de prejuízos	0	0	0	0		0	0
Doações	0	0	0	0		0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0		0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>							
Financiamentos obtidos	(290 913)	0	0	0		(290 913)	(98 784)
Juros e gastos similares	(19 985)	(3 185)	(12 662)	(35 524)		(71 356)	(20 145)
Dividendos	0	0	0	0		0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0		0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0		0	0
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>(310 898)</b>	<b>(3 185)</b>	<b>(12 662)</b>	<b>3 494 476</b>		<b>3 167 731</b>	<b>(118 929)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>(21 951)</b>	<b>120 978</b>	<b>102 907</b>	<b>1 922 224</b>		<b>2 124 158</b>	<b>(756 224)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>							
Caixa e equivalentes no início do período	443 025	1 036 832	1 266 004	814 424		3 560 285	4 316 508
Caixa e equivalentes no fim do período	421 074	1 157 810	1 368 911	2 736 648		5 684 443	3 560 285

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



## DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DO ANO 2023

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2022		1 187 872	2 425 393	3 956 216	615 890	-13 169	531 365	8 703 567
Alterações no período								0
Alterações de políticas contabilísticas								0
Excedentes de revalorização								0
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			185 116	539 428	-8 064		-531 365	185 115
<b>Resultado Líquido do Período</b>							236 192	236 192
<b>Resultado Integral</b>							236 192	236 192
Operações com instituidores no período								
Fundos								0
Subsídios, doações e legados								0
Distribuições								0
Outras Operações								0
		0	0	0	0	0	0	0
Posição no fim do período 2022		1 187 872	2 610 509	4 495 644	607 826	-13 169	236 192	9 124 873

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2023		1 187 872	2 610 509	4 495 644	607 826	-13 169	236 192	9 124 873
Alterações no período								0
Alterações de políticas contabilísticas								0
Excedentes de revalorização								0
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			194920	225 982	-8 064		-236 192	176 646
<b>Resultado Líquido do Período</b>							548 818	548 818
<b>Resultado Integral</b>							548 818	548 818
Operações com instituidores no período								
Fundos								0
Subsídios, doações e legados								0
Distribuições								0
Outras Operações								0
		0	0	0	0	0	0	0
Posição no fim do período 2023		1 187 872	2 805 429	4 721 625	599 762	-13 169	548 818	9 850 337



# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2023**

## Anexo às Demonstrações Financeiras

### 1. Identificação da Entidade

---

A Ordem dos Farmacêuticos – é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, A Ordem dos Farmacêuticos é a associação pública que abrange e representa os licenciados em Farmácia ou em Ciências Farmacêuticas que exercem a profissão farmacêutica ou praticam atos próprios desta profissão em território nacional.

Estatutariamente, estão definidas as seguintes atribuições para a Ordem dos Farmacêuticos:

- i) Colaborar na definição e execução da política de saúde em cooperação com o Estado;
- ii) Defender a dignidade da profissão farmacêutica;
- iii) Fomentar e defender os interesses da profissão farmacêutica.

Neste Âmbito, Incumbe à Ordem dos Farmacêuticos intervenção em diversos campos da Sociedade, nomeadamente: o deontológico; o social; o científico e cultural e o profissional e económico.

A Ordem tem a sua sede em Lisboa e é constituída pelas Secções Regionais do Centro, do Norte e do Sul e Regiões Autónomas, bem como pelas Delegações Regionais dos Açores e da Madeira.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho e portaria 220/2015 de 24 de julho.

No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 10.1 e 10.6) e “Diferimentos” (Nota 10.2).

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

##### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

##### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo

do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- d) A natureza da reclassificação;
- e) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- f) Razão para a reclassificação.

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.3. Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Varição de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

### **3.2.4. Ativos Intangíveis**

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos aos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

### 3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Clientes e outros ativos correntes

Os “*Clientes*” e as “*Outros ativos correntes*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *“Fornecimentos e Serviços Externos”*.

### **3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- d) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- e) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- f) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- d) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- e) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- f) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, verifica-se uma grande variação nas rubricas de “Recebimentos” e de “Pagamentos referentes a atividades de investimento” quando comparados os exercícios de 2023 e 2022. Tal variação justifica-se pelos pagamentos referentes à empreitada de reabilitação da sede da Ordem dos Farmacêuticos..

Não se verificaram quaisquer efeitos em resultados ou balanço, provenientes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

##### Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro seguinte:

	Edifícios e Outras Construções	Terrenos e Recursos Naturais	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Act Tangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	5 544 038	840 707	185 927	24 998	855 066	110 900	631 474	8 193 110
Aumentos	-	-	-	-	22 147	2 309	1 341 833	1 366 289
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(201 251)	-	-	-	(1 513)	-	-	(202 763)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>5 342 787</b>	<b>840 707</b>	<b>185 927</b>	<b>24 998</b>	<b>875 701</b>	<b>113 210</b>	<b>1 973 306</b>	<b>9 356 635</b>
<b>Depreciações</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	1 676 498	24 444	181 615	17 915	842 986	94 717	-	2 838 175
Aumentos	106 987	-	3 066	2 063	10 629	3 127	-	125 892
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(42 675)	(24 444)	-	-	(930)	-	-	(68 049)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>1 740 810</b>	<b>-</b>	<b>184 681</b>	<b>19 998</b>	<b>852 684</b>	<b>97 844</b>	<b>-</b>	<b>2 896 019</b>
Valor líquido	<b>3 601 976</b>	<b>840 707</b>	<b>1 246</b>	<b>5 000</b>	<b>23 016</b>	<b>15 365</b>	<b>1 973 306</b>	<b>6 460 618</b>
<b>Valor Bruto</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	5 342 787	840 707	185 926	24 998	875 701	113 210	1 973 306	9 356 635
Aumentos	-	-	-	-	17 534	-	2 829 052	2 846 586
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	(18 450)	(18 450)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<b>5 342 787</b>	<b>840 707</b>	<b>185 926</b>	<b>24 998</b>	<b>893 235</b>	<b>113 210</b>	<b>4 783 908</b>	<b>12 184 771</b>
<b>Depreciações</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	1 740 809	-	184 681	19 998	852 685	97 844	-	2 896 018
Aumentos	104 179	-	971	-	13 670	4 049	-	122 869
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<b>1 844 988</b>	<b>-</b>	<b>185 652</b>	<b>19 998</b>	<b>866 354</b>	<b>101 893</b>	<b>-</b>	<b>3 018 887</b>
Valor líquido	<b>3 497 798</b>	<b>840 707</b>	<b>274</b>	<b>5 000</b>	<b>26 881</b>	<b>11 316</b>	<b>4 783 908</b>	<b>9 165 885</b>

## 6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Software	A Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	109 939	-	<b>109 939</b>
Aumentos	0	-	-
Transferências	0	-	-
Abates	0	-	-
Alienações	0	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>109 939</b>	-	<b>109 939</b>
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	108 823	-	<b>108 823</b>
Amortizações do período	1 116	-	<b>1 116</b>
Perdas por imparidade	0	-	-
Abates	0	-	-
Outros	0	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>109 939</b>	-	<b>109 939</b>
Valor líquido	0	-	0

	Software	A Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	109 939	-	<b>109 939</b>
Aumentos	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<b>109 939</b>	-	<b>109 939</b>
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	109 939	-	<b>109 939</b>
Amortizações do período	0	-	-
Perdas por imparidade	0	-	-
Abates	0	-	-
Outros	0	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<b>109 939</b>	-	<b>109 939</b>
Valor líquido	0	-	0

## 7. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	31-dez-23	31-dez-22
Quotas e Joias	5 121 095	4 854 942
Prestações de serviços	348 517	269 449
	<b>5 469 612</b>	<b>5 124 391</b>
Ajustamento balanço entre Orgãos	(1 453 131)	(1 398 325)
	<b>4 016 481</b>	<b>3 726 066</b>

## 8. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de 48 e em 31/12/2022 foi de 48. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	31-dez-23	31-dez-22
Remunerações ao Pessoal	1 106 917	1 041 761
Indemnizações	750	3 000
Encargo sobre as remunerações	223 789	213 796
Seguro Ac. Trabalho	7 859	6 483
Outros Gastos com Pessoal	34 455	19 074
<b>Total</b>	<b>1 373 770</b>	<b>1 284 114</b>

## 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 10.1. Créditos a Receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal Adiantamentos	-	-	-	158
Fornecedores Adiantamentos	-	-	-	-
Pessoal outras operações	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	5 200	-	17 346
Orgãos SRN, SRC e SRSRA	-	1 774 008	-	263 941
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Outros devedores	-	202 748	-	183 895
	-	<b>1 981 956</b>	-	<b>465 340</b>
Ajustamento balanço entre Orgãos		(1 774 008)		(259 268)
		<b>207 948</b>		<b>206 072</b>

### 10.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
<b>Diferimentos ( Activo)</b>		
Gastos a reconhecer	13 864	5 055
Seguros e Rendas	21 165	18 492
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	25 420	28 591
	<u>60 450</u>	<u>52 139</u>
<b>Diferimentos ( Passivo)</b>		
Rendimentos a reconhecer	44 616	51 843
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>44 616</u>	<u>51 843</u>

### 10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Caixa	2 131	3 555
Depósitos à ordem	4 126 000	2 333 426
Depósitos à prazo	1 556 311	1 223 304
	<u>5 684 443</u>	<u>3 560 285</u>

### 10.4. Fundos Patrimoniais

Os “Fundos Patrimoniais”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Fundos	1 187 873	1 187 872
Reservas	2 805 429	2 610 509
Resultados Transitados	4 721 624	4 495 643
Excedentes de revalorização	599 762	607 826
Outras Variações do Capital Próprio	(13 169)	(13 169)
	<u>9 301 519</u>	<u>8 888 682</u>

### 10.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	468	82
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>468</u>	<u>82</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	502
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	54 938	9 623
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	15 771	19 016
Segurança Social	24 058	21 459
Outros impostos e taxas	171	215
	<u>94 937</u>	<u>50 815</u>

### 10.6. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:



	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	172	-	1 887
Remunerações a pagar	-	334	-	27
Outras operações Pessoal (Sub. Férias, Férias)	-	199 168	-	194 725
Credores por acréscimos de gastos	-	195 508	-	197 301
Orgãos SRC, SRN e SRSRA	-	2 245	-	-
Outras contas a pagar	-	1 819 677	-	322 884
Ajustamento balanço entre Orgãos	-	(1 774 008)	-	(259 268)
	-	<b>443 097</b>	-	<b>457 556</b>

## 10.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	31-dez-23	31-dez-22
<b>Subcontratos</b>	<b>3 059</b>	<b>2 657</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>901 891</b>	<b>841 951</b>
Trabalhos especializados	479 241	468 010
Publicidade e Propaganda	50 247	59 961
Vigilância e Segurança	982	991
Honorários	257 139	201 192
Conservação e reparação	3 259	2 325
Serviços Bancários	15 260	20 993
Outros	95 763	88 479
<b>Materiais</b>	<b>57 634</b>	<b>75 750</b>
<b>Energia e fluídos</b>	<b>50 634</b>	<b>53 615</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>115 730</b>	<b>42 466</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>571 314</b>	<b>727 675</b>
Rendas e alugueres	229 033	241 860
Comunicação	71 731	104 067
Seguros	69 730	80 861
Contencioso e notariado	741	10 510
Despesas de Representação	143 688	225 188
Limpeza higiene e conforto	29 196	31 307
Outros serviços	27 196	33 882
	<b>1 700 264</b>	<b>1 744 113</b>

## 10.8. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:



	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	23	670
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Juros obtidos	3 142	833
Outros rendimentos e ganhos	59 771	60 795
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Ajustamento balanço entre Orgãos	-	-
	<u><b>62 936</b></u>	<u><b>62 297</b></u>

### 10.9. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Impostos	12 289	33 925
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	23 771	9 245
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	106 182
Juros suportados - Juros de mora e compensatórios	-	-
Outros gastos e perdas	1 518 112	1 504 348
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Ajustamento balanço entre Orgãos	(1 453 131)	(1 383 502)
	<u><b>101 042</b></u>	<u><b>270 198</b></u>

### 10.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	6 206	1 706
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<u><b>6 206</b></u>	<u><b>1 706</b></u>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	52 431	19 615
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u><b>52 431</b></u>	<u><b>19 615</b></u>
<b>Resultados financeiros</b>	<u><b>(46 225)</b></u>	<u><b>(17 909)</b></u>

### 10.11. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes investimentos financeiros:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Títulos	-	-
FCT - Fundo de compensação do trabalho	6 252	6 243
	<u><b>6 252</b></u>	<u><b>6 243</b></u>

### 10.12. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, apresentou os seguintes valores:

	31-dez-23			31-dez-22		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	121 692	-	121 692	125 883	-	125 883
Ativos intangíveis	-	-	-	1 116	-	1 116
	<b>121 692</b>	<b>-</b>	<b>121 692</b>	<b>126 999</b>	<b>-</b>	<b>126 999</b>

### 10.13. Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros

Nos anos de 2023 e 2022 a rubrica referente aos associados repartia-se da seguinte forma:

Ativo	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Associados de 2021	-	554 691	-	416 315
Associados de 2020	-	153 647	-	127 878
Associados de 2019	-	107 582	-	110 303
Associados de 2018	-	100 964	-	104 656
Associados anteriores a 2018	-	430 367	-	532 973
Imparidades de Associados	-	(674 907)	-	(652 136)
	<b>-</b>	<b>672 344</b>	<b>-</b>	<b>639 989</b>

### 10.14. Fornecedores

Nos anos de 2023 e 2022 os “Fornecedores” apresentavam os seguintes saldos:

	31-dez-23	31-dez-22
Fonecedores conta corrente	984 815	179 159
Fonecedores conta títulos a pagar	-	-
Fonecedores receção e conferência	-	-
Fonecedores outros	-	-
	<b>984 815</b>	<b>179 159</b>

### 10.15. Subsídios à exploração

O projeto BERC-Luso tem como propósito de contribuir para a Capacitação Ética e Regulamentar no domínio da investigação biomédica, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A Ordem dos Farmacêuticos é a entidade líder do projeto e contabiliza os respetivos gastos, que posteriormente são reembolsados por fundos comunitários, por uso do adiantamento ou dos reembolsos submetidos.

Durante o ano 2022 foram incorridos gastos no valor total de 58.206€ com este projeto e, consequentemente, registou-se um rendimento de igual valor na rúbrica de “Subsídios à exploração”.

Registam-se ainda nesta rubrica 305€ referentes ao valor recebido de apoio à família no âmbito da pandemia COVID-19.

### 10.16. Provisões

De salientar, que a empresa Viver Melhor SA (CALCITRIN) intentou uma ação cível contra dois réus: a Ordem dos Farmacêuticos e Professor Doutor Carlos Maurício Barbosa (a título pessoal e enquanto ex-Bastonário). Nesta ação cível é pedida uma indemnização no valor de 6.136.367€.



Contudo, a Ordem dos Farmacêuticos dispõe de um seguro de responsabilidade civil, com um capital coberto de 1.000.000,00€ que foi acionado para esta ação.

Para organizar a defesa neste processo, a OF contratou a Sociedade de Advogados Rui Pena & Arnaut. Na opinião desta, é qualificada como possível o risco quanto à atribuição final de responsabilidades à Ordem dos Farmacêuticos, não obstante entenderem que, por um lado, os factos alegados pela Viva Melhor não são aptos a provocar os danos peticionados; e, por outro lado, a sociedade Viva Melhor não faz prova bastante dos danos que alega ter sofrido.

Sem prejuízo, para refutar os danos imputados, os Réus contrataram a PwC, a qual se encontra a analisar os prejuízos apresentadas pela Viva Melhor para efeito de elaboração futura de relatório pericial.

Considerando que o processo se encontra numa fase inicial, que os dados ainda estão a aguardar relatório de perícia e que há um seguro de 1 milhão de Euros para cobrir parte do risco, a Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos não provisionou verba para este risco.

Foi provisionado um montante de 13.745,00€ para uma ação judicial de um membro da Ordem dos Farmacêuticos que reclamou de uma decisão do Conselho Jurisdicional.

Na sequência da venda de um imóvel em Lisboa no início da década passada, a Autoridade Tributária reclama da OF liquidar os seguintes montantes: 117.000,00€, a título de IMT (correspondente a 6,5% do valor da aquisição do imóvel (1.800.000,00€), acrescidos de juros compensatórios à taxa de 4% ao ano.

Ao nível dos juros compensatórios, a Autoridade Tributária poderá aplicar:

a) juros compensatórios desde a data da apresentação do pedido de manutenção da isenção de IMT (em fevereiro de 2012) - data em que deixaram de estar preenchidos os requisitos para a concessão da isenção de IMT, - no valor de 58.388,27€ - pior cenário para a Ordem dos Farmacêuticos; ou

b) juros compensatórios desde a data em que foi proferida a decisão de indeferimento do pedido de manutenção da isenção de IMT, em maio de 2019, no montante de 17.437,81€ no ano de 2023.

Esta responsabilidade está repartida em 50% atribuídos à Direção Nacional e 50% à Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas. Em 31 de dezembro de 2023 está provisionado, para esta contingência, o valor total de 175.368,26€.

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Aumento	82 103	47 851
Reversão	(43 842)	(54 324)
Regularizações	-	-
	<u>38 261</u>	<u>(6 473)</u>

### 10.17. Imparidades de dívidas a receber

Nos anos de 2023 e 2022 as “Perdas por imparidades” apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Aumento	176 514	205 615
Reversão	(49 259)	(20 726)
Regularizações	-	-
	<u><b>127 255</b></u>	<u><b>184 889</b></u>

Os valores registados nesta rubrica respeitam quotas emitidas no ano corrente que se preveem vir a ser incobráveis.

### 10.18. Financiamentos obtidos

Nos anos de 2023 e 2022 os “Financiamentos obtidos” apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31-dez-23</u>		<u>31-dez-22</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Instituições de crédito	3 993 275	139 308	800 000	91 785
	<u><b>3 993 275</b></u>	<u><b>139 308</b></u>	<u><b>800 000</b></u>	<u><b>91 785</b></u>

Os valores registados nesta rubrica respeitam um financiamento de longo prazo relacionado com o investimento na Nova Sede da Secção Regional do Norte e um financiamento de longo prazo relacionado com a empreitada de reabilitação da sede da Ordem dos Farmacêuticos em Lisboa.

### 10.19. Acontecimentos após data de Balanço

Nesta data verifica-se um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que afeta também as economias ocidentais, não sendo ainda possível prever o impacto que esta realidade terá na atividade da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas.

Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico e/ou de conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, não se colocando em causa o pressuposto de continuidade das operações.

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 25 de março de 2024

# PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Nacional

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal Nacional elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Ordem dos Farmacêuticos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 42.º da Lei 2/2013 de 10 de janeiro, a qual estabelece o regime jurídico, a organização e o funcionamento das associações públicas profissionais, a Ordem dos Farmacêuticos encontra-se inserida no âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos. No decurso do ano de 2023 existiram desenvolvimentos para a sua implementação na Ordem dos Farmacêuticos, situação que importa continuar a efetivar.

No encerramento do exercício, o Revisor Oficial de Contas apreciou o Relatório de Atividades e completou o exame das contas com vista à sua certificação.

### Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas e nos Relatórios e Pareceres dos Conselhos Fiscais Regionais, o Conselho Fiscal Nacional é de parecer unânime que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2023 da Ordem dos Farmacêuticos, tal como foram apresentados pela Direção Nacional;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Direção Nacional.

Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Direção e demais Órgãos Nacionais e Regionais, bem como aos Serviços da Ordem toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 14 de março de 2024

Pelo Conselho Fiscal Nacional

Assinado por: **Carlos Manuel Freire Cavaleiro**  
Num. de identificação: 06249728  
Data: 2024.03.18 16:24:32+00'00'

**Carlos Manuel Cavaleiro**  
Presidente do Conselho Fiscal Nacional

[Assinatura  
Qualificada] João  
Carlos Cruzeiro da  
Silva

**Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda,**  
Representada por João Cruzeiro, ROC n.º

Assinado de forma digital  
por [Assinatura Qualificada]  
João Carlos Cruzeiro da Silva  
Dados: 2024.03.18 17:51:10  
Z

1363



OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GREINHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MARIA BALBINA CRAVO  
PEDRO CORREIA PROENÇA  
MANUELA GUERRA OLIVEIRA  
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 15.756.999 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.850.337 euros, incluindo um resultado líquido de 548.818 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

#### **SOBRE A CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 42.º da Lei 2/2013 de 10 de janeiro, a qual estabelece o regime jurídico, a organização e o funcionamento das associações públicas profissionais, a Entidade encontra-se inserida no âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos. Observámos que no decurso do ano de 2023 existiram desenvolvimentos importantes na sua implementação na Ordem dos Farmacêuticos na Direção Nacional e nas restantes regiões, situação que importa continuar a acompanhar, na medida em que ainda existem diferentes estados de desenvolvimento na aplicação do Código dos Contratos Públicos nas diferentes regiões.

Lisboa, 27 de março de 2024

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Representada por

[Assinatura  
Qualificada] João  
Carlos Cruzeiro da Silva

Assinado de forma digital por  
[Assinatura Qualificada] João  
Carlos Cruzeiro da Silva  
Dados: 2024.03.27 18:36:13 Z

João Carlos Cruzeiro, ROC nº 1363,  
Registado na CMVM sob o nº 20160973



ORDEM DOS FARMACÊUTICOS  
**2024**